

Universidade Federal de Rio de Janeiro

“Fazer política ou lutar pelo social”.
Uma etnografia sobre formas de redistribuição na Grande Buenos Aires

María Laura Colabella.

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

*Fazer política ou lutar pelo social.
Uma etnográfica das formas de redistribuição na Grande Buenos Aires.*

María Laura Colabella.

Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientadora: Professora Lygia Maria Sigaud

Rio de Janeiro

Março 2009

*Fazer política ou lutar pelo social.
Uma etnográfica das formas de redistribuição na Grande Buenos Aires.*

Autora: María Laura Colabella

Orientadora: Professora Lygia Maria Sigaud.

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Rio de Janeiro-UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social

É esta uma etnografia sobre as formas em que doadores vinculados ao partido peronista e a uma organização “piqueteira” exercem a redistribuição de recursos públicos, em particular programas sociais (subsídios a desocupados) e alimentos, em dois bairros do Município de La Matanza, na zona oeste da Grande Buenos Aires. Para tanto, foi preciso identificar quem eram essas pessoas e como era o vínculo que estabeleciam com seus donatários, a quem reconheciam como os “vizinhos de toda a vida”. Uma diferença central entre ambos os circuitos era a referência a se o voto constituía-se ou não como finalidade da redistribuição, mesmo quando diversos dirigentes piqueteiros tinham obtido cargos eletivos por meio de chapas do peronismo.

A Tese demonstra, em primeiro lugar, que para os receptores os recursos não eram homólogos. E sim o contrário. Para os donatários não implicava o mesmo receber ou perder um subsídio em dinheiro que alimentos destinados ao consumo do conjunto do grupo familiar. Ao mesmo tempo, a oposição entre os termos “política” e “luta” para assinalar os calendários a que se ajustava a redistribuição era uma diferença declarada dos dirigentes piqueteiros que, por sua vez, afirmavam distribuir “não apenas em tempos eleitorais”. Uma distinção que, entretanto, os contemplados não reconheciam. Para eles, ambos os doadores ofereciam os mesmos bens à troca das mesmas obrigações: participar de passeatas, atos políticos e piquetes. O que sim contava para os donatários era o tratamento e a consideração que os distribuidores lhes destinavam no caso de se verem impedidos de cumprir com suas obrigações. Nesse sentido, o que se revela é o caráter personalizado que os doadores imprimiam à redistribuição de recursos públicos. Os quais, projetados por autoridades dos Ministérios de Trabalho e Desenvolvimento Social, requeriam a comprovação de um domicílio e a apresentação de documentos por parte dos potenciais beneficiários que, muitos dos vizinhos de La Matanza, não tinham como demonstrar.

Palavras chave: Política, luta, piquete, planos.

Rio de Janeiro
Março 2009

“Doing Politics” or “Fighting for Social Causes”.
An ethnography on redistribution experiences in Greater Buenos Aires.

Autora: María Laura Colabella

Orientadora: Profesora Lygia Maria Sigaud.

Abstract de la Tesis de Doctorado sometida al Programa de Pos-graduación en Antropología Social de la Universidad Federal de Río de Janeiro-UFRJ, como parte de los requisitos necesarios para la obtención del título de Doctora en Antropología Social

This is an ethnography about ways in which givers related to the Peronist party and to a so-called “picketer” organization exercise the redistribution of public resources, particularly, social plans (subsidies for the unemployed) and food products, in two neighborhoods of the district of La Matanza, to the west of Greater Buenos Aires. To this end, it was necessary to identify who these persons were and what kind of relationship they established with the people they worked for, who they recognized as “lifetime neighbors”. A core difference between both circuits was the reference to whether the ballot stood, or did not stand, as the goal of redistribution efforts; even when various “picketeer” leaders had obtained elective positions in candidate lists presented by Peronists.

The thesis proves, in the first place, that for the people under study resources were not homologous. Rather the opposite. For those receiving donations, it was not the same to receive or to lose a subsidy in money as it was in food products, all of which were devoted to the consumption of their family group.

Whereas this opposition of the terms “politics” and “struggles” was used to highlight the calendars to which redistribution was adjusted, it was a clear-cut difference among “picketeer” leaders, who asserted that distributing had to be conducted “not only during electoral times”. A distinction which was not recognized by the people under study. For them, both donors offered the same goods in exchange for the same obligations: To participate in demonstrations, political events and pickets. What indeed counted, for those receiving donations, was the way donors treated them and considered them in those cases in which they were kept from complying with their attendance to the events. To this respect, what is revealed is the personalized nature that donors instilled into the redistribution of public resources, which having been designed by authorities from the Ministries of Labor and Social Development, required of applicants that they justify an address and that they submit documents, which in many cases among the neighbors from La Matanza, they were unable to prove.

Kew words: politics, struggles, social plans, picketer.

Rio de Janeiro
Março 2009

Em memória

de Santos, meu Pai.

E de Lygia, minha Mestra.

Agradecimentos

Levar em frente uma pesquisa etnográfica é uma tarefa árdua, complexa e muito solitária. Contudo, é impossível de realizar sem a ajuda de diversas instituições e pessoas a quem quero expressar minha gratidão.

Em primeiro lugar, estarei sempre agradecida ao Museu Nacional de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo apoio institucional e o estímulo constante à produção e o debate antropológico e etnográfico.

Do corpo de professores devo uma menção especialíssima à Professora Lygia Sigaud, quem foi minha orientadora, e em quem encontrei a mais audaz das interlocutoras com quem poder debater e pensar. Devo a ela o estímulo constante com que acompanhou meu trabalho do começo ao fim. Um ingrediente imprescindível para quem decide empreender uma pesquisa de longo prazo. Sinto, por sua vez, uma especial gratidão pelos professores Federico Neiburg e João Pacheco de Oliveira Filho. Ambos me estimularam sobremaneira durante as “qualificações” e suas críticas e comentários foram centrais para que eu pudesse avançar no caminho da análise da “distribuição”.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa que me outorgaram para que pudesse me dedicar plenamente ao doutorado, tanto na etapa dos créditos como na fase de pesquisa empírica e redação desta Tese.

Por outra parte, a elaboração da estrutura e argumento deste texto foi discutida no Seminário que a Professora Lygia Sigaud dirige no âmbito do PPGAS, durante junho de 2007. Nessa oportunidade foram meus comentaristas: Marcelo Rosa, Marcelo Macedo, André Dumans Guedes e Graziella Ximenes. “Os Marcelos” sugeriram modificações centrais na organização narrativa dos capítulos, que decidi incorporar. André D. Guedes leu e aproximou seus comentários críticos sobre uma versão muito preliminar do capítulo 1 e traduziu, com cuidado, o capítulo 2. Sou imensamente grata a todos. A Julieta Galván, muito especialmente, pela dedicação com que traduziu a totalidade do manuscrito (a exceção do capítulo 2) e permitir-me avançar na compreensão de meu português.

Devo uma menção especial ao pessoal da Secretaria do PPGAS, em particular, a Tânia Ferreira por sua dedicação e ajuda, quem atendeu com cuidado meus incessantes pedidos; e ao da Biblioteca Francisca Keller, particularmente a Carla e Helena, que me

receberam com calidez durante as longas horas em que meu trabalho foi desenvolvido ali.

Na Argentina, durante o início do trabalho de campo, foi inigualável a ajuda que me proporcionaram Rosalía Cortés, Alcira Argumedo, María Esther Rosas, Leopoldo Halperín e Patricia Durán.

Patricia Vargas, colega e grande amiga, leu e comentou o manuscrito completo do México e “on line”. Foi graças à sua visão crítica e aguda que consegui resolver questões centrais em diversos trechos deste texto. Devo a ela sua incondicionalidade.

A Gabriel Charrúa, com quem me reencontrei 20 anos depois, agradeço a leitura crítica e minuciosa da última versão do capítulo 1. Devo a ele, como também a meus professores, a advertência de que o crime era um assunto que também merecia ser tratado nesta Tese.

A María José “Majo” Maiaru agradeço a dedicação e paciência com que ilustrou os cenários da vida em La Matanza.

Escrever não é uma atividade que possa ser feita em abstrato ou em uma espécie de “torre de marfim”. É, antes, o contrário. Trata-se de uma atividade cujo avanço e produtividade dependem e se inscrevem na conjuntura e no mundo de relações de quem a exerce.

No pessoal, a redação e tradução deste texto coincidiu com as ausências definitivas de meu pai, Santos Colabella, e de minha mestra Lygia Maria Sigaud.

Ambos, por vias e caminhos diferentes, marcaram a fogo minha formação. A eles dedico cada ponto e letra deste texto. Deles guardarei, para sempre, suas lembranças vivas no mais profundo de minha alma e meu coração.

Devo um agradecimento especial à minha família. Em primeiro lugar, a minha mãe Adolfina Janson, minhas irmãs Eugenia “Gigi” e Georgina; e meus sobrinhos Paloma, Marco e Mateo. Devo a eles o incondicional afeto familiar e o acompanhamento que fizeram de minhas vicissitudes “nos bairros”.

Foram também de grande estímulo para mim os encontros e conversas que compartilhei com Virginia Manzano, quem me antecedia como pesquisadora em La Matanza.

As lembranças de “minha vida carioca” estão povoadas de cenas compartilhadas com Brígida Renoldi, Simone Silva, Michele Marchowiz, Joziane Roza de Oliveira, Vanderlei de Souza e Mariana Paladino. A todos eles, meu afeto e carinho.

A decisão de iniciar o doutorado no Brasil, no Museu Nacional e sob a orientação da Professora Lygia Sigaud não teria sido possível sem a intervenção, estímulo e impulso que me imprimiu Rosana Guber, minha primeira mestra na arte da etnografia. Estarei para sempre agradecida a ela. Nessa etapa, os encontros que compartilhei no IDES junto a Rosana, com Patricia Vargas e Laura Zapata marcaram particularmente minha formação.

Muito especialmente agradeço àqueles que aparecem mencionados como Gabriel, Rubén, Nina, Luis e Julio, por terem me aberto as portas dos bairros de La Matanza, de suas organizações e de seus lares; e, ainda, que tenham cuidado de mim em todo momento. Sem eles estas páginas nunca houvessem visto a luz.

A todas estas pessoas que me estenderam a mão em diferentes pontos deste longo caminho, retribuo com meu agradecimento mais sincero.

Introdução	1
Situando os Bairros, os personagens e o problema.....	1
A opção por La Matanza.....	19
Uma etnografia da redistribuição.....	21
Estrutura da Tese.....	25
Guia ao leitor	26
Capítulo 1: Rubén, Nina e o Tucu. O circuito dos planos em Santa Rita e outros bairros das imediações	35
Rubén, o Tucu e o universo cotidiano do Clube Social Santa Rita.....	35
Nina, o plano Famílias e os diversos agrupamentos peronistas.....	45
Rubén me apresenta um grupo de vizinhos de Santa Rita.	57
O dia esperado. Uma visita a El Molino.....	67
Conclusões.....	70
Capítulo 2: Julio e o mundo dos piqueteiros da FTV no assentamento El Ingenio	
Julio e os referentes.....	74
As manhãs na Sala: o mundo dos referentes.....	78
A passagem do Chefes ao PEC: para não perder a cota.....	82
Conclusões.....	93
Capítulo 3: A chegada da mercadoria a Santa Rita e El Ingenio	97
Começaram as exclusões.....	97
Ela guarda para ela a mercadoria.....	114
Conclusões.....	123
Capítulo 4: Dois calendários, tipos diversos de mobilizações e um passado em comum: a juventude peronista	128
Convocação e assistência a um ato político.....	128
O calendário da FTV.....	138
Conclusões.....	156
Capítulo 5: O Refeitório de Rubén e o copo de leite da Lorena	163
O refeitório de Rubén.....	163
O copo de leite de Lorena.....	187
Conclusões.....	204
Conclusões	209
Apêndice.....	222
Bibliografia.....	227

Introdução

I. Situando as personagens, os bairros e o problema

Reconheço como início desta etnografia uma manhã de verão, em fevereiro de 2005, quando me reuni com Gabriel, Secretário de Obras Públicas de La Matanza, a quem tinha conhecido durante a realização de minha dissertação de Mestrado. Pouco mais de dois anos nos separavam desse nosso último encontro, quando meu interlocutor ainda se desempenhava como vereador de La Matanza pelo partido peronista. Nesta ocasião, fui ao seu encontro para conhecer a modalidade com que ele tinha sido incorporado como contínuo à Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, função que ocupou até a posse em seu cargo eletivo, em 1999 - quando optou pela demissão voluntária. O reencontro com ele tinha, para mim, um duplo propósito: entregar-lhe uma cópia de meu trabalho, que o teve como protagonista, e pedir-lhe que me ajudasse a ingressar em um bairro de seu município para conhecer as atividades comunitárias e a vida de seus habitantes. Desse modo, retribuía e criava uma nova dívida com meu antigo interlocutor.

Gabriel ingressara na Câmara dos Deputados em 1974 -quando tinha apenas 15 anos de idade- para ocupar a vaga que seu pai deixava livre por causa de falecimento¹. Sua primeira função foi a de ascensorista do palácio e dos inícios como servidor legislativo lembrava com emoção ter assistido, em 1 de julho daquele ano, ao velório do então presidente Juan D. Perón -Chefe de Estado pela terceira vez- e líder indiscutido do movimento que levava seu nome². Pela sua investidura ao momento de morrer, “El General” -como os “peronistas” se referiam ao chefe, pela patente de Tenente General que Perón ostentava- foi velado em cerimônia pública no Salão Azul do Congresso da Nação. Isso proporcionou a Gabriel o enorme privilégio de evitar as enormes filas de pessoas que durante três dias consecutivos formaram-se ao redor do Congresso para

¹ Na Argentina, o recrutamento dos funcionários públicos não decorre de uma seleção de candidatos avaliados em concurso público, mas de relações pessoais com funcionários de hierarquia média e alta com autoridade suficiente para realizar a nomeação. Desde inícios do século XX existia uma prática muito comum em diversas repartições públicas, conforme a qual o filho mais velho passava a ocupar a vaga que o pai deixava livre por aposentadoria ou falecimento. No Congresso da Nação, a visibilidade dessa modalidade de incorporação era encarnada por um grupo de trabalhadores de ascendência africana que, devido ao processo de branqueamento e invisibilidade racial exercido pelo Estado argentino, destacavam-se do resto dos funcionários legislativos. Eram chamados “os negros do Congresso” e a exclusividade dessa prática de incorporação lhes era atribuída. Gabriel era um deles. Esse procedimento foi tratado em um trabalho anterior de minha autoria (2004).

² A primeira presidência de Juan D. Perón corresponde ao período envolvido entre 1946 e 1952. Esse mesmo ano Perón foi reeleito e se manteve no cargo até 1955, quando um golpe militar o derrubou. Ele elegeu-se presidente novamente em 1973, após 18 anos de exílio, e exerceu o cargo até sua morte.

ingressar ao salão sem impedimentos e poder, assim, despedir o *General* -a quem Gabriel reconhecia como líder absoluto do movimento do qual se sentia parte. Nesse contexto de duplo luto, em que alívio e dor parecem combinar-se por partes iguais, esse humilde jovem de La Matanza iniciou, com vicissitudes, a carreira de servidor legislativo.

Em março de 1976, as autoridades interventoras do governo militar declararam-no prescindível e posteriormente, em 1983, com o início de um novo período democrático, foi reincorporado como servidor do recinto. Em 1989, com maioria peronista na Câmara dos Deputados, começaram a gestar-se algumas importantes mudanças em sua carreira de agente legislativo. Foi nesse período que entrou em contato com Alberto Balestrini, Secretário legislativo na época, e quem o convocou para formar uma nova agrupação. A partir desse momento sua vida iniciaria um novo processo, que ele destacou com a expressão *...com Balestrini ...achei meu caminho na política...*

Em 2005, quando o visitei pela segunda vez, Gabriel ocupava um escritório no primeiro andar de uma loja de materiais para construção construída por etapas e um pouco derruída. A ante-sala de seu escritório estava decorada com uns móveis desconjuntados e um velho computador. E Beatriz, a secretária, era a única mulher que transitava nesse cenário que parecia conhecer à perfeição. Foi ela quem me indicou que aguardasse o final de uma reunião para que Gabriel pudesse me receber. As outras pessoas que transitavam pelo local eram homens dentre 35 e 50 anos que, depois de um aperto de mãos, cumprimentavam-se com a expressão *...tudo bem, companheiro?* ou *...e aí, rapaz?*. Da ante-sala, uma porta comunicava diretamente com o escritório de Gabriel, ao qual ingressei quando Beatriz me informou que podia entrar.

Uma grande escrivaninha, umas velhas cadeiras e os rostos de Perón e Eva Perón enfeitando as paredes junto a um grande cartaz no qual se podia ler “Balestrini, direção” -em referência ao prefeito do município-, compunham o cenário que reproduzia naqueles retratos a trajetória de meu interlocutor. Uma vez dentro, evidenciando alegria pelo reencontro e erguendo-se para me cumprimentar, disse-me *...Como vai?tanto tempo...* Quando voltou a sentar-se e aproximou a cadeira da escrivaninha, entreguei-lhe uma cópia de meu trabalho. Gabriel pegou o texto com extremo cuidado, quase como se fosse uma relíquia e o olhou com atenção.

Assegurei-lhe que se encontraria nessas páginas e quando levantou os olhos me atrevi a formular meu novo pedido. Acrescentei como informação que meu

requerimento respondia à necessidade de encaminhar uma pesquisa que fazia parte de um curso de doutorado ao qual assistia no Brasil. Gabriel aceitou meu pedido e rapidamente comentou que esses bairros eram *...como...as favelas, que ali...algumas pessoas trabalhavam...outras viviam da ajuda do governo e...outras...*, acrescentou com certo pudor *...delinqüem para ganhar-se a vida*. Ao mesmo tempo, assinalou que para viabilizar meu pedido devia apresentar-me a Rubén Linares *...de Santa Rita, um dos rapazes que trabalham nos bairros*. Representei essas palavras como se aqueles habitantes conformassem três grupos cindidos de pessoas e pensei que meu interesse principal era conhecer o pessoal que compunha o segundo agrupamento. Uma divisão que se desmanchou logo no primeiro dia em que cheguei a Santa Rita ao lado de Rubén, quem se constituiria em um dos protagonistas centrais desta Tese. Aquela manhã de verão foi a primeira e a última vez que vi Gabriel no transcurso de meu trabalho de campo. Posteriormente, sua presença só se tornaria visível para mim através dos movimentos de meu novo anfitrião, seu *...vizinho de toda a vida, compadre e amigo*.

Pouco mais de dois meses depois tive meu primeiro encontro com Rubén, também uma manhã, mas desta vez na localidade de San Justo, sede administrativa de La Matanza. Aguardei-o na porta do prédio municipal, como tínhamos combinado previamente por telefone. Para que eu pudesse identificá-lo, advertiu-me que chegaria em uma caminhonete azul. Mal reconheci o veículo, soube que era Rubén o homem que se aproximava de mim e, rapidamente, sem perguntar, afirmou *...você é Laura*. *...Sou*, respondi. A seguir, convidou-me a subir na caminhonete para iniciar nosso roteiro. Da caminhonete, que dirigia *o negro* Gómez, Rubén cumprimentava com um *tudo bom?* os outros condutores e *o negro* tocava a buzina. Enquanto isso, quando os cumprimentos o permitiam, contou-me que no dia anterior tinha falado com Gabriel e que lhe confirmou que eu iria esse dia. Diante desse comentário me vi na obrigação de explicitar, mais uma vez, a que se devia minha presença e o pedido de permanecer entre eles durante um certo período que não podia especificar. Percebi que para Rubén era toda uma novidade receber uma pessoa “de fora” interessada por conhecer o “mundo deles”. Reiterei, portanto, meu interesse por conhecer o bairro Santa Rita, os vizinhos e a forma de organização comunitária; e acrescentei que o município de La Matanza era, para tanto, o distrito mais importante, *...e o mais carente...* acrescentou ele. Depois de minha nova

apresentação, a conversa orientou-se aos bairros, mais precisamente as *villas*³ que começavam a aparecer em nosso itinerário. Aquele roteiro era para mim uma espécie de viagem iniciática por meio da qual ingressaria, secundada por dois tapejaras, em um mundo marcado pelo desemprego, o trabalho precário e o crime. Um universo empírico que o Estado referia como “pobreza” e seus protagonistas como “necessidade”. Eu chegava ali interessada por conhecer como era realizada a distribuição de recursos públicos (subsídios a desempregados e alimentos) entre os habitantes dos bairros periféricos.

À medida que nos distanciávamos do centro, a fisionomia das ruas começava a mudar rapidamente. Rubén desempenhava-se muito bem como guia e ia me dizendo *...tá vendo?... Olha esse prédio... detrás tem uma villa enorme...* Achei esquisito o comentário porque lembrava as grandes favelas da cidade do Rio de Janeiro, onde fazia o doutorado, como locais visíveis localizados sobre morros e contíguos a grandes e luxuosos edifícios residenciais. Por esse motivo, a seguir lhe disse *...Mas, onde? Não se vêem...* E Rubén me respondeu *...é, não dá pra ver...* como se dissesse que essa invisibilidade fosse uma decisão deliberada desses moradores quando se estabeleceram nesses locais e ergueram ali as precárias moradias junto às famílias. Para que eu percebesse a simples vista como esse processo acontecia, Rubén assinalava quando atravessávamos um bairro e explicava *...tá vendo? aí já foi instalada uma villa.* Conforme a classificação de meu interlocutor, uma *villa* é reconhecível pelo tipo de construção e porque as moradias costumam estar habitadas por mais de uma família. Também as diferenciou dos assentamentos, os quais se constituem pela *toma* de terras que depois são divididas em lotes e ruas. Perguntei-lhe, então, se a diferença se devia também a que as “villas” tinham corredores, mas Rubén respondeu que *...nem todas as villas são de corredor: em Santa Rita temos tiras que têm número, os corredores não tem, não.*

Com a diferença da numeração, Rubén destacava que Santa Rita era um assentamento urbano no qual as casas podiam ser identificadas pelo número de sua *tira* e, dentro de cada uma, a ordem em que estavam localizadas. Um detalhe nada menor que supõe, para os moradores, a possibilidade de que seus habitantes possam certificar um domicílio. Porém, *o negro* Gómez apontou que por tratar-se de uma “villa” nem

³ O termo “villas miseria” é utilizado na Argentina para referir-se de modo pejorativo às localizações não delimitadas como terrenos, cheias de moradias precárias e nas quais o acesso aos serviços de água e luz é obtido por meio de conexões clandestinas.

todos os habitantes gostavam que seus documentos os identificassem como vizinhos de Santa Rita porque, desse modo, muitas vezes, viam-se impedidos de aceder a um emprego. Meu comentário, que identificava as “villas” como assentamentos homogêneos integrados por corredores estreitos, desconhecia por completo a diferença entre aquelas que estavam urbanizadas e aquelas que não. Uma divergência que afetava diretamente a vida de seus vizinhos. Pouco antes de que chegássemos, o condutor acrescentou que Santa Rita tratava-se de um bairro “transitório” criado nos anos ’60 com população de “villas” da capital e que os habitantes atuais eram descendentes dos primeiros moradores. E que, ao início, todas as casas eram iguais, mas daquela fisionomia original já nada restava porque o bairro tinha ido se *deformando* à medida que os vizinhos construíam um novo quarto ou habilitavam uma pequena loja na antesala de suas casas. Por último, Rubén apontou um dado central e do maior interesse para minha pesquisa: ele assinalou que *...muita gente só vive da ajuda do Governo* e, a seguir, enumerou todos os planos sociais (subsídios a pessoas desempregadas) e alimentos que o governo lhes cedia e que, como pude observar depois, ele mesmo, em pessoa, desempenhava um papel central na distribuição. Para que eu entendesse ainda mais a vida daqueles habitantes, ele destacou que em Santa Rita muitos vizinhos construíam um duplo muro para evitar os impactos de bala que disparavam os diferentes *...bandos de pivetes que vão roubar ou desmontar carros*. Ele me assegurou que alguns tinham a habilidade de fazer essa última atividade em questão de minutos.

Em determinado momento, *o negro* Gómez pegou a rua Almafuerite e deteve a caminhonete em um galpão de concreto e teto de zinco com portas de aço onde era guardado um carro e algumas ferramentas: era o Clube Santa Rita, sede da Junta de Vizinhos do bairro. Nas paredes podiam ver-se cartazes com o logotipo do Ministério do Desenvolvimento Social que anunciavam os dias de capacitação do “Plano Famílias”. Do fundo desse novo cenário saiu um homem de uns 60 anos a quem chamavam de *o Tucu*, quem me deu as boas-vindas. Aquele espaço se tornaria teatro privilegiado de meu trabalho de campo em Santa Rita, e o Tucu seria um interlocutor inigualável. Permaneci ali longos e intensos 5 meses compreendidos entre maio e outubro de 2005 -período que coincidiu com a campanha para eleições legislativas daquele ano. Durante minha permanência em Santa Rita conheci o entorno de Rubén, freqüentei sua casa, estabeleci uma relação com Nina, a mulher, e os 10 filhos do casal. Conheci os vizinhos que meu anfitrião me apresentou, assisti às operações de pagamento de planos sociais, observei a entrega de alimentos na capela do bairro,

acompanhei um ato de campanha e participei da organização de um refeitório popular que funcionou nas instalações do clube poucos meses antes das eleições que tiveram Rubén como candidato a vereador.

Desse modo, entrei em contato com os agentes que encaminhavam a distribuição de recursos públicos através do município de La Matanza. Contudo, não era essa a única via possível para que os residentes de bairros periféricos se vinculassem para aceder a um benefício do Estado. Estavam também aqueles que distribuíaam os mesmos recursos através das organizações de desempregados, mais conhecidas como “organizações piqueteiras”. Aliás, precisamente no Município de La Matanza, entre 1999 e 2001, houve piquetes ou bloqueios de estrada que se prolongaram até 18 dias. Os meios de comunicação gráficos e televisivos cobriram amplamente essa modalidade de protesto, que lideraram dirigentes populares, de bairro, entre eles Luis D’Elía –com quem entrará em contato mais tarde-, vinculados com as tomas de terras para exigir do Estado nacional o controle de planos sociais e de alimentos. Uma situação que os enfrentava com os agentes municipais como Rubén. Desse modo, desde finais dos anos ‘90 as vias para aceder a esses benefícios eram duas: “o município” e “os piqueteiros”. Por esse motivo, podemos perguntar-nos: como era a relação que Rubén e seu entorno estabelecia com aqueles que realizavam a mesma tarefa através das organizações piqueteiras? E, como os vizinhos percebiam ambos os agentes de distribuição? Para responder a essas perguntas tive que entrar em contato com os membros de uma organização de desocupados. Porém, não podia pedir para Rubén que me pusesse em contato com seus adversários políticos. Por essa razão, acudi a Alcira Argumedo, socióloga e professora da Universidade de Buenos Aires, quem tinha oferecido cursos de “formação política” a alguns dos membros da Federação de Terra e Moradia (FTV). Por seu intermédio e ajuda entrei em contato com Juan, um dirigente eleito legislador provincial pela mesma chapa que levou Rubén como candidato a vereador. Juan convocou-me para conversar nos escritórios da Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA), da qual faz parte a FTV. Na reunião mantida com ele, repeti o pedido que no ano anterior tinha feito a Gabriel. Desta vez fui um pouco mais clara, pois indiquei que o bairro que eu queria conhecer era “El Ingenio”.

El Ingenio era um assentamento formado em 1986 a partir da ocupação de terras sob a liderança de Luis D’Elía, quem duas décadas depois ocupava o cargo de Presidente da Federação de Terra e Moradia e se preparava para tomar posse como Subsecretário de Terra e Habitação Social da administração de Néstor Kirchner.

Rapidamente, Juan indicou que chamaria Claudio, *um rapaz de La Matanza* que duas semanas depois, um dia de janeiro de 2006, levou-me a El Ingenio. Claudio pediu-me que ligasse para marcar um encontro e destacou que em várias oportunidades já tinha levado sociólogos a percorrer El Ingenio. Para os “piqueteiros” a presença de “sociólogos” ou pesquisadores, como já foi assinalado por Quirós (2006: 24), não resultava uma novidade: formava, antes, parte de um hábito em que conheciam o modo em que os especialistas costumam representá-los.

Com Claudio combinamos de nos encontrar em um posto de gasolina da Rodovia 3 e a Avenida Cristiania, o cruzamento de rodovias que funcionou como teatro principal dos piquetes. Ali pegamos um ônibus até El Ingenio. Durante a viagem, meu novo guia me comentou que El Ingenio devia *seu sucesso* a que a comissão interna não se tinha subdividido em juntas de vizinhos e outras organizações, como sim tinha acontecido em outros assentamentos que ficavam perto de Santa Rita. Ele também me indicou que tinham existido tentativas dos “peronistas” e dos “radicais”, *...mas não os deixamos* –assegurou. Naquele momento não entendi o que essas palavras queriam dizer exatamente, mas tinha a impressão de que se tratava de formas de organização para disputar recursos e pessoas.

Depois desse curto trajeto, o primeiro ponto de nosso roteiro foi *a casa de Luis* (D’Elía), o presidente da FTV, localizada no quarteirão 1 de El Ingenio, onde duas décadas antes iniciara-se a ocupação. Uma vez ali, atravessamos uma garagem, custodiada por um homem, quem nos levou até a sala onde, sentado ao lado de uma grande mesa, nosso anfitrião nos aguardava. Luis, depois de perguntar-me por Alcira, nossa amiga em comum, quis saber sobre o que tratava meu trabalho. Comentei-lhe que queria conhecer o bairro, saber da ocupação e dos bloqueios de estrada, e acrescentei que estava fazendo um doutorado no Brasil. Eles aproveitaram para perguntar-me se conhecia o Movimento Sem Terra, com o qual tinham estabelecido contato durante um encontro em Porto Alegre. Expliquei que não conhecia o movimento, mas que na Universidade em que estudava existiam numerosos trabalhos sobre suas ocupações e a história de seus líderes. D’Elía aceitou rapidamente meu pedido e comentou que El Ingenio era o único assentamento em que os moradores têm a escrituração de seus terrenos. A seguir, levantou-se da cadeira e Claudio e eu repetimos o movimento, entendendo que com esse gesto a reunião tinha finalizado.

Quando saímos, meu novo interlocutor levou-me até a parede-meia de sua casa, a que separava seu terreno do vizinho. Permanecemos alguns segundos parados ali,

diante dessa divisão, antes que ele me desafiasse, perguntando-me: *...essa é a prova mais acabada de que fomos um assentamento... você a vê?* O que saltava à vista era que não se tratava de uma parede que separava os dois terrenos, como acontece nos bairros loteados e minuciosamente medidos por agrimensores. O que havia era duas paredes-meias separadas por uma distância de aproximadamente 30 centímetros. Ia esboçar uma resposta, mas Claudio, que observava a cena de pé, ao lado, inibiu-me completamente com seu comentário, acrescentando: *...Que é isso? Ela não vai perceber...* Com essa expressão, Claudio me colocava no lugar de alguém que desconhecia por completo o mundo das ocupações, e nada menos que na casa do líder e protagonista principal de todas elas. Essa situação se somava ao fato de que Luis D'Elía era até esse momento, para mim, uma personagem a quem apenas conhecia pelas polêmicas aparições em televisão e nas manchetes dos jornais; e o fato de encontrar-me diante dele, em sua própria casa, para lhe explicar de que se tratava meu trabalho, causava-me inquietação. Por esse motivo, acatei o lugar de externalidade em que Claudio me colocou e respondi que não sabia. Isso me permitiu, em compensação à minha inibição, adentrar-me no mundo das ocupações por meio da explicação de um de seus principais protagonistas. A seguir, o dono de casa respondeu que a existência dessa distância entre as duas paredes-meias devia-se a que quando *...escolheram tomar esses terrenos...* -como se referia ao momento da ocupação-, as medições dos lotes tinham sido realizadas *a olho nu*, isto é, sem muita exatidão, o que causava disputas entre os ocupantes. O agrimensor, que convocaram com posterioridade -na etapa de regularização- para fazer a quadrícula definitiva do assentamento, *enlouqueceu* para demarcar as mesmas dimensões em todos os terrenos -apontou. Aquela manhã recebi uma primeira lição: formar e regularizar um assentamento não era simplesmente um ato pelo qual um grupo de pessoas entrava em um terreno baldio qualquer, como habitualmente retratavam os meios de comunicação, mas um processo mais complexo. Um processo que exigia certa organização por parte dos ocupantes para, em primeiro lugar, decidir qual terreno ocupar, organizar os vizinhos na medição dos lotes e, finalmente, convocar um agrimensor para o traçado final dos quarteirões e ruas. Uma característica que os diferenciava das “villas”.

Antes de nos despedirmos, o Presidente da organização indicou para Claudio que eu tinha licença para *falar com todos*, o que me fez pensar que provavelmente no interior da organização existissem algumas diferenças e nem todos permitiriam que eu as conhecesse. Desse modo, senti que o líder principal dava plena liberdade para realizar meu trabalho, o que me permitiria observar e conversar com todos os

integrantes do movimento. Uma vez que saímos de sua casa, Claudio levou-me a dar um passeio por El Ingenio. Mostrou-me o riacho, afluente do rio Matanza, causador de numerosas inundações até que foi encanado tempo antes da regularização. E me relatou brevemente o dia em que seus pais decidiram entrar na *toma*, ao passar de ônibus por uma das ruas laterais do assentamento e ver um conjunto de famílias armando barracas e medindo terrenos de forma improvisada com uma fita métrica de metal. Seguimos nosso itinerário pelo ginásio, onde se encontrava o campo de futebol para as crianças do bairro e onde são realizados os plenários, as grandes reuniões da organização, e, ao mesmo tempo, apontava que a maioria das ruas estava asfaltada.

Depois, visitamos o depósito de mercadorias custodiado por um grupo de jovens e, finalmente, chegamos à sala de atendimento médico -sede oficial da organização. Ali, ele me apresentou para um grupo de homens e mulheres dentre 30 e 50 anos que conversavam sentados ao redor de um computador. Nesse espaço, além do atendimento médico, era realizado o controle dos planos e alimentos que controlava a FTV. Por último, Claudio assinalou que devia apresentar-me a Julio. Um tempo depois, um carro estacionou na porta e um homem alto e magro, de cabelo raspado, entrou falando *bom dia, bom dia* mudando um pouco o clima dos presentes. As pessoas que falavam alto baixaram o tom de voz, outras que estavam sentadas colocaram-se de pé quando o homem, de 40 e poucos anos, entrou. Após ter cumprimentado todos, Claudio chamou-o, indicando-lhe que devia apresentar-me. Uma vez que ele aproximou-se, disse-me *...ele é Julio, presidente da FTV Matanza, e eu da província de Buenos Aires...* A seguir, comentou-lhe que eu era uma *companheira, antropóloga*, que queria conhecer a história de El Ingenio.

Disse-me logo de conversar e pediu ao grupo de mulheres que nos preparassem três cadeiras em um lado do salão. Quando nos sentamos, Julio relatou-me a origem de El Ingenio. Começou dizendo que o pessoal que *tomou* esses terrenos provinha de bairros vizinhos que se alagavam e pessoas que não podiam mais *banicar* um aluguel, e que com *luta* conseguiram comprar os terrenos do Estado. Também comentou que os assentamentos mais próximos eram *filhos* de El Ingenio, porque se formaram com a população que por razões de espaço não conseguiu permanecer ali. Surpreendeu-me a emoção e o orgulho com que Julio lembrava o momento da *toma*, que o teve como protagonista com apenas 22 anos. Uma emoção que provém de quem reconstrói seu passado a partir de uma data de comemoração. Cheguei a El Ingenio dias antes que o bairro celebrasse seus 20 anos de existência e somava-se, ainda, o fato de que Julio iria

ser avô por esses mesmos dias. Depois de seu relato e de conhecer sua hierarquia encontrei-me, mais uma vez, na obrigação de lhe pedir, em especial, ir à sala de atendimento médico para poder conhecer os vizinhos e membros da organização.

“A sala de El Ingenio” transformou-se no segundo cenário de minha pesquisa. Ali entrei em contato com numerosos referentes *barriales* (de bairro), como se autodenominavam as pessoas que exerciam a distribuição de recursos. Nesse espaço eram divulgadas as datas dos plenários e as mobilizações, as novidades dos planos, e era também onde dirigentes e referentes se relacionavam. Permaneci entre “os piqueteiros” ao redor de oito meses. Nesse período participei da celebração pelos 20 anos de El Ingenio, observei o cadastramento dos planos sociais e as modalidades de atribuição da mercadoria, assisti a mobilizações políticas e, por último, participei do funcionamento de um “copo de leite” –um serviço de merenda para crianças- que funcionava na casa de Lorena, uma referente do bairro.

Em suma, o clube social de uma “villa” administrada por um agente municipal e candidato peronista e a sala de atendimento médico de um assentamento, surgido da ocupação de terrenos fiscais, e gerenciado por membros de uma organização de desempregados tornaram-se cenários privilegiados para comparar os modos de administração dos mesmos recursos (planos sociais ou subsídios a desempregados e alimentos), embora com normativas e vigências levemente diferentes.

A comparação de ambos os circuitos levou-me a conhecer que a vida e atividades das pessoas que se envolvem neles estavam vinculadas a formas peculiares de demarcar temporalidades. Assim, os termos “política” e “luta social”, que tanto estranhamento me causaram ao início, estavam vinculados ao propósito ou fim último da provisão dos recursos e à organização das atividades comunitárias. Em outras palavras, essas referências remetiam a calendários opostos, onde “as eleições” e, por conseguinte, “o voto” se interpunham ou não como finalidade da distribuição.

A literatura que retrata as estruturas a que pertencem personagens como Gabriel, Rubén, Julio e Lorena podemos classificá-la em dois grupos: “os estudos sobre peronismo” e “as pesquisas sobre movimentos piqueteiros”. O primeiro grupo de pesquisas é integrado por uma produção bibliográfica de longa data e orientada por objetivos e preocupações diversas. Os primeiros trabalhos sobre peronismo focaram-se em explicar a origem do “movimento” a partir das migrações internas dos anos ‘30 e ‘40 -provenientes de áreas rurais e sem experiência sindical prévia- que, por encontrar-

se desarraigados de seus laços e padrões culturais se transformaram em uma “massa em disponibilidade” que seguiu espontaneamente o líder principal, Juan D. Perón. Esta posição defendida por Gino Germani (1973), fundador da sociologia científica, foi questionada por Murmis e Portantiero (1984 [1971]), que consideravam que nessa explicação a “manipulação” era o laço básico entre o líder e as “massas”, desconhecendo o papel das “novas” organizações operárias e o movimento sindical preexistente. Estudos posteriores como o de James (1990) focalizaram a análise nos sindicatos “massivamente peronistas” –organizados por ramo industrial-, sua hierarquia e sua relação com a classe trabalhadora após a queda de Perón em 1955. Por sua vez, outros trabalhos, como o de Neiburg (1992 e 1995), inspiraram-se em preocupações mais novas e originais ao assinalar a dimensão cultural dos acontecimentos que deram origem ao fenômeno e, mais especificamente, o modo em que as ruas do centro da cidade de Buenos Aires transformaram-se em cenário e objeto da luta política por parte dos trabalhadores que, chegados da periferia urbana, seguiam Perón. Nessa mesma linha, Plotkin (1995 e 2007) empenhou-se em assinalar o caráter inventivo do fenômeno e, para tanto, deteve-se na análise do mito de origem e nas transformações que sofreu a comemoração do dia 17 de outubro (1945), a data que demarca o nascimento do movimento. Foram também assinaladas por Neiburg (1998) as condições que tornaram possível a intelectuais, de procedências ideológicas dissímeis, converter o peronismo em um problema de pesquisa. Outros trabalhos, como o de Rosana Guber (1996), cuja análise se centrou nas reações da dirigência política suscitadas em torno de um incidente vinculado à profanação do túmulo do líder em 1987, permitiu à autora sublinhar arestas do fenômeno que se tornaram reveladoras de uma forma peculiar de traçar historicidade.

Como vemos, o corpus de pesquisas sobre o peronismo é integrado por estudos com protagonistas diversos: operários, sindicatos, intelectuais, celebrações e até o próprio corpo do líder falecido. Posteriormente, a original pesquisa de Auyero (2001) abriu outra linha de estudos sobre o peronismo que o vinculava a redes de distribuições de recursos públicos (alimentos, planos sociais, medicinas, chapas de zinco e empregos municipais) à troca de votos. Essa etnografia apresenta um relato nítido da vida de moradores de uma “villa” do sul da periferia bonaerense, os quais são identificados como pessoas com “necessidades básicas insatisfeitas” (Auyero, 2001: 80), que transitam por Unidades Básicas, locais peronistas e prédios municipais, e que assistem a atos partidários como agradecimento pelos recursos recebidos. Os ecos que esse

trabalho provocou não demoraram em chegar e em breve a etnografia de Soprano Manzo (2003) abordou o problema do “clientelismo político”, mas localizado em uma província do interior argentino: Misiones. O estudo é apresentado como uma etnografia do “partido peronista de Misiones”, onde ganham protagonismo “militantes”, “dirigentes” e “candidatos” em cenários como atos partidários e caravanas de candidatos. O objeto obrigou o autor a dar menor atenção às pessoas que são convocadas para esses atos, as quais são assinaladas simplesmente como “a clientela” de um ou outro candidato ou orador.

Em ambas as etnografias, o “clientelismo” reconhece um mesmo protagonista: o *puntero* (cabo eleitoral), quem conta “pontos”, isto é, votos no cadastro eleitoral. São dadas referências precisas do modo em que a história do peronismo é atravessada pela biografia dessas personagens. Os *punteros* afirmam “sou peronista desde o berço”, orgulhando-se de sua filiação -como referem Auyero (2001:140) e Soprano Manzo (2003:235). De modo que, na periferia de Buenos Aires e no interior de Misiones, os *punteros* faziam de suas trajetórias um sinônimo de peronismo e de sua atividade uma definição do que é “a política”. Assim, de ambos os trabalhos decorre que “clientelismo”, “peronismo” e “política” são termos substituíveis -conforme já foi assinalado por Masson (2002: 75) a respeito do trabalho de Auyero. A autora assinala que a identificação das práticas clientelares com o peronismo poderia explicar-se em função de que Auyero colocou o acento apenas em um momento de uma relação mais ampla: a do intercâmbio de bens por apoio político. Desse modo, a análise desconhece - assinala a autora- outros fatos importantes, como a busca de prestígio e o cumprimento de obrigações formais e morais (Masson, 2002:76-77). E que, poderíamos acrescentar, se interporiam ao interesse simplesmente eleitoral da distribuição, viabilizando análises menos mecanicistas às quais, por momentos, parecem responder as personagens “clientes” analisadas por Auyero.

Para finalizar com este primeiro grupo de estudos, devo mencionar outro trabalho que, na linha do clientelismo, vinculou-o à problemática do gênero; colocando a ênfase na conformação de uma rede de mulheres peronistas liderada pela vice-governadora de Misiones, cujo rádio de distribuição de recursos se estendia até as áreas mais longínquas dessa província (Rodriguez, 2001). Até aqui, o clientelismo é a forma em que exercem “a política” os dirigentes peronistas masculinos e femininos em diversos pontos do território nacional.

Passemos agora ao segundo grupo de trabalhos que antecedem esta etnografia, e que correspondem aos estudos sobre “movimentos piqueteiros”. Os “movimentos piqueteiros” correspondem a um fenômeno que, de aparição recente –os primeiros ocorreram no sul patagônico no ano 1996-, provocou uma prolífica e diversa produção jornalística e sociológica. Os propósitos que essa literatura persegue são diversos, entre os quais se contam: traçar uma genealogia e desenvolvimento dos movimentos conforme assinalaram Oviedo (2004); Ismán (2004); e Svampa e Pereyra (2003). Outras motivações correspondem à necessidade de inscrever o piquete em processos mais amplos de protesto social para demandar recursos do Estado, como planos sociais e alimentos, como também assinalar a conformação de novas identidades associativas, entre os quais se destacam Masetti (2004); Svampa e Pereyra (op. cit); Lobato e Suriano (2003); e Auyero (2002). Outros textos se preocuparam com mostrar como essas organizações se inserem em outras associações preexistentes, como juntas vizinhais, sociedades de fomento e cooperativas, tal o caso de Grimson *et al* (2003); Svampa e Pereyra (op. cit); e Masetti (2005), como também em assinalar seu potencial organizacional e sua relação com o Estado, conforme apontam Svampa e Pereyra (op. Cit); Manzano (2007); e Calvo (2006). Por último, vale sublinhar trabalhos que recortam os movimentos de uma perspectiva ideológica, assinalando-os como “combativos”, “negociadores”, “duros” ou “assistencialistas”, como Mazzeo (2004); Ismán (2004); Svampa e Pereyra (op. cit.).

Apesar dessas divergências, o denominador comum -embora tenha que assinalar como exceções as etnografias de Quirós (2006) e Manzano (2007)- é que tendem a reproduzir o ponto de vista das cúpulas ou dirigentes dos movimentos, excluindo da análise a vida das pessoas que, por motivos diversos, participam deles. Ao mesmo tempo, outro ponto recorrente desses trabalhos é que as organizações piqueteiras são apresentadas em oposição aos agentes municipais “peronistas”. Mais precisamente, as referências costumam ser a denominação territorial de *puntero* ou também, em uma versão mais sofisticada, como *estructura punteril* (rede de cabos eleitorais); e apresentada tanto como obstáculo ou estímulo que permitiu que as organizações prosperassem e se agrupassem, segundo Mazzeo (2004); Masetti (2005); e Oviedo (2004). O surpreendente era que faltavam apontamentos aos modos em que esses *punteros* reconheciam-se como peronistas e, ainda, não havia referências aos modos em que as biografias dos dirigentes piqueteiros se cruzavam com a história do peronismo. Era possível que um movimento popular centralizado na figura de seu líder principal,

quem fora três vezes presidente da Argentina, quem permanecera 18 anos no exílio e fora velado após a morte durante três dias em cerimônia pública afetasse apenas a vida dos “peronistas”? Ou, antes, tratava-se de um fenômeno cuja história era uma referência obrigatória para aqueles que decidiam exercer diversas lideranças políticas ou territoriais, mais além de sua adscrição como “peronistas” ou “piqueteiros”?

Por outra parte, existe um ponto recorrente na produção bibliográfica de ambos os grupos no que diz respeito ao tratamento dos recursos em jogo, isto é, tanto a literatura sobre “clientelismo” como os estudos sobre “piqueteiros” descuidam das especificidades dos recursos de distribuição como subsídios monetários a desempregados –os planos-, alimentos, remédios e postos de trabalho em diversas repartições públicas. Será que esses recursos, que doadores distribuem em amplas redes com ancoragem territorial a vizinhos e coabitantes, são percebidos de modo indistinto? Ou será que esses bens são representados de forma hierarquizada, originando distinções de status e posição? Por sua vez, como os contemplados percebem o papel dos doadores? E, ainda, que importância revestia para eles a adscrição política destes últimos?

Nesse sentido, as etnografias de Quirós (2006) e Manzano (2007) constituem exceções interessantes para pensar o fenômeno piqueteiro de uma nova perspectiva. Manzano propôs “inscrever a trama das relações políticas e cotidianas em que foram inscritas as ocupações de estradas e as organizações de desempregados” (2007:29). Nessa etnografia ganham vida todos os atores que participam dos piquetes: dirigentes, referentes e vizinhos, na tentativa de assinalar não só a especificidade dessa modalidade de protesto, mas também as condições sociais que o tornaram possível. Desse modo, a autora tenta analisar como através da demanda de recursos públicos (planos sociais e alimentos) foram-se modelando -entre as organizações e o Estado- processos de disputa e negociação. Quirós, pela sua parte, deteve-se na análise da vida das pessoas que participam desses processos. Ali ganham protagonismo famílias que se envolvem nos movimentos por motivos diversos e, inclusive, são assinalados grupos familiares em que os membros participam de organizações diferentes que incluem também laços com os agentes municipais “peronistas”.

Em função desses antecedentes, minha proposta nesta Tese constitui-se no desafio de colocar em relação aquilo que a literatura separa, e propor um estudo comparativo do modo em que agentes municipais “peronistas” e membros de organizações piqueteiras realizam a distribuição de planos sociais e alimentos em seus

respectivos bairros. Proponho um olhar que preste atenção à relação que os redistribuidores “peronistas” e “piqueteiros” estabelecem com seus vizinhos e contemplados através dos recursos, prestando especial atenção à especificidade dos mesmos. Refiro-me tanto à normativa imposta pelos organismos oficiais de desenho como às modalidades e espaços em que as pessoas entram em contato com os recursos e o modo em que os representam. Ao mesmo tempo, como um dos agentes de distribuição corresponde ao partido político governista no município, onde o voto se constituía como objetivo último da distribuição, tentarei mostrar como ele participava do universo daquelas relações entre vizinhos. Desse modo, será possível conhecer sentidos nativos da “política” e abandonar perspectivas que outorgam ao termo um tratamento naturalizado, entendendo-o como o que “verdadeiramente é” ou o que “deveria ser”. Nesse sentido, tornaram-se reveladoras as pesquisas de Moacir Palmeira (1996) e Beatriz Heredia (1996) que, para compreender como o conceito de “política” inscrevia-se entre as populações rurais do nordeste e sul do Brasil, ponderaram em suas análises o tipo de atividade dessas comunidades, os calendários da semeadura, da colheita, das festividades e a divisão do trabalho. Em suma, para entender o que é “política” em uma comunidade torna-se iniludível conhecer a vida cotidiana das pessoas que a habitam e o mundo de relações no qual interagem. Inspirada nessas pesquisas, comprometo-me a outorgar ao referido termo um tratamento contextual. Isto é, identificar aqueles que enunciam o termo, em que circunstâncias, diante de quem e para definir quais eventos, atividades, processos ou relações. O mesmo tratamento darei à categoria que se lhe opõe: “luta” ou “luta social”, utilizado pelos líderes piqueteiros para diferenciar-se de seus concorrentes, aos quais se referiam tanto como “o município” ou “os do PJ”⁴ ou simplesmente “os peronistas”. Ao igual que “política”, o termo “luta” ganha sentidos diferentes conforme os contextos. Como já assinalou John Comerford (1999:20), também para as populações de trabalhadores rurais do Brasil o termo “luta” se torna “uma palavra central nas narrativas (...) de conflitos entre camponeses e grandes proprietários”. Nesta Tese veremos o significado que conferem a essa categoria os dirigentes piqueteiros da FTV de La Matanza. Incluirei também como era percebida a oposição entre os termos “política” e “luta” pelos destinatários dos recursos de ambos os circuitos.

⁴ Iniciais do Partido Justicialista, nome oficial do partido peronista.

Para realizar essa tarefa, buscarei amparo nas grandes teorias da distribuição de nossa disciplina: a Antropologia. Refiro-me, em particular, aos estudos de Malinowski (1995) e Mauss (2003). Para o caso da “comunidade Kula”, Malinowski assinalou em detalhe as especificidades dos bens em jogo (colares e braceletes). Em particular, o referido à elaboração desses elementos, as ocasiões em que eram recebidos, os modos e circuitos em que as pessoas os recebiam e o modo em que os representavam. Por sua vez, um ponto fundamental da análise malinowskiana -que resultou revelador- foi o cuidado destinado à etiqueta e cerimonial com que os trobriandeses se vinculavam com seus bens de intercâmbio. Existia um modo peculiar de tratar os objetos. O desdém e a indiferença em relação aos bens ou eventos extraordinários era o que as boas normas indicavam como tratamento. Como veremos neste texto, algo similar acontecia nos bairros de La Matanza. Nas circunstâncias em que os doadores colocavam em jogo seu capital mais estimado, como a presença de seus contemplados em atos e mobilizações políticas, não eram eles os que participavam da convocação. Nesse contexto, correspondia aos doadores permanecer indiferentes e deixar para as pessoas de seu entorno o exercício do anúncio. Ao mesmo tempo, outro dado revelador da análise do “circuito Kula” foi o assinalamento dado aos espaços onde esses objetos eram entregues e recebidos. Por tratar-se de cerimônias públicas, os participantes percebiam que não eram apenas objetos os que estavam em jogo mas também valores como a respeitabilidade, a honra e o prestígio.

Mauss (2003), pela sua parte, tinha se referido a esses grandes circuitos como “sistemas de prestações totais” e tinha destacado diversos aspectos. O primeiro deles e de vital importância era o insistente apontamento à análise da força compulsiva que levava a retribuir o objeto recebido, as sanções possíveis e a rivalidade latente que enfrentava os membros de diferentes tribos ou grupos. Essa última característica foi útil para acrescentar a qualificação de “prestação total de tipo agonístico”.

Todos esses aspectos tornaram-se reveladores para a observação e análise dos circuitos de distribuição nos bairros de La Matanza. Para o caso particular das mercadorias alimentares, a entrega e comunicação da perda do benefício ocorria na capela do bairro e à vista de todos os vizinhos, fato que provocava cenas de ira por parte de alguns dos danificados e obrigava o doador principal a ausentar-se do bairro para preservar a própria integridade. Em outros bairros, a entrega ocorria na casa dos doadores, que descarregavam ali os alimentos expondo-se perante seus vizinhos -que proferiam comentários maliciosos, entre os quais se contava o de serem acusados de

“ladroes”. Ao mesmo tempo, como veremos nestas páginas, para tornar-se membro ativo do circuito de recursos os postulantes deviam apresentar uma série de certificados e documentos muito difíceis de obter para muitos deles. Por esse motivo, era fundamental para poder manter-se como membro ativo do circuito contar com a proteção do doador. Como em qualquer rede de distribuição de bens e recursos materiais, existiam aspectos intangíveis centrais para compreender os laços que unia os participantes. Como veremos, nem todos recebiam proteção –inclusive ela era negada para alguns. Esses aspectos imateriais dos laços sociais foram destacados por Leach (1976) para a população camponesa da Alta Birmânia e, mais recentemente, por Sigaud (2007) no contexto da produção açucareira da mata pernambucana no nordeste do Brasil. Leach referiu-se minuciosamente acerca de como aspectos tais como afinidade e amizade ou inimizade são reafirmados através de intercâmbios visíveis e duradouros e os diferentes tipos de dívida que as comunidades estabeleciam entre si. Para esse autor, nem todas as dívidas contraídas eram quitadas do mesmo modo e não todas as descumpridas eram motivo de rivalidade. Pelo contrário, em diversas oportunidades a manutenção da dívida era uma forma de manter viva uma relação. Lygia Sigaud (2007), na mesma linha, visou o modo em que a interrupção dos aspectos imateriais – presentes nas relações sociais- desencadeava a ruptura de laços que se mantiveram firmes por longo tempo. A autora recupera o momento de ruptura de uma relação, aquele que desencanta a ficção da gratuidade dos dons, assinalada por Mauss (2003), quando eles se tornam objeto de cálculo. A peculiaridade dessa conjuntura reside em que corresponde ao momento em que os envolvidos na relação costumam procurar compensações por meio de equivalências monetárias quando as distinções entre dons e mercancias desmancha. A evidência referida para explicar esse problema teórico corresponde ao relato de um trabalhador rural da cana de açúcar dos engenhos pernambucanos. José Mariano, por ocasião de sua partida do Engenho Veneza em 1968, pediu as contas ao patrão. Essa conduta contrastava notavelmente com os relatos que a mesma personagem ofereceu à autora sobre outras partidas ocorridas durante a década de '50.

Sigaud mostra que a saída do Veneza inscreveu-se em um contexto de importantes transformações das relações sociais entre o patrão e os trabalhadores no mundo dos engenhos por causa da chegada dos “direitos trabalhistas”, a partir de 1963. O fato que desencadeou a ruptura da relação e a vontade do trabalhador de abandonar seu patrão foi o desconhecimento de uma regra que os patrões costumavam respeitar

quando entregavam a “casa de morada” aos trabalhadores: o respeito pela autoridade doméstica do chefe de família, quando em uma ocasião impediu o filho do protagonista trabalhar as terras do roçado (terrenos destinados a produtos de ciclo curto).

Para nosso interesse, o caso de José Mariano permite perceber três pontos. Em primeiro lugar, conhecer a dimensão de constitutiva dos aspectos intangíveis nas relações de intercâmbio em outros contextos empíricos. Em segundo lugar, permite perceber como é vivido pelas partes constitutivas (doador e donatário) o momento da desilusão, quando se revela ou, melhor, se explicita o aspecto interessado do vínculo. E por último, evidencia quais são os critérios e os bens que, nesse universo, interpõem-se para traçar as equivalências e compensações.

Foram essas ferramentas teóricas que me levaram a La Matanza, as quais se tornaram, para mim, em uma espécie de lentes ou categorias de percepção através das quais observar as redes de redistribuição em dois bairros de La Matanza. Poderia afirmar que, fundamentalmente, inspirou-me uma pergunta já formulada por Leach (1982: 145) para a compreensão da desigualdade, a diferença de status e o poder nas relações de intercâmbio quando abertamente ele apontou a seguinte questão: “quem dá o quê a quem?”. Poderia dizer que essa pergunta guiou toda minha pesquisa, do início ao fim. Ao mesmo tempo, Bourdieu (2007) aportou-me outro elemento fundamental a ser considerado e que poderia incluir nessa mesma pergunta: “quem dá o quê a quem? Quando?”. O “quando” -a dimensão temporal- foi um ponto central desta etnografia para analisar como era que as partes intervenientes nos circuitos de atribuição de recursos viviam o compasso de espera até alcançar a hora da devolução do bem concedido.

Nesse sentido, diria que meu foco são as pessoas que ocupam o papel de doadores e o laço que mantinham com seus contemplados. Os doadores “peronistas” e “piqueteiros”, por razões que mostrarei a seguir, aparecem em cenários diferentes. Para o caso de Rubén, agente municipal e peronista, sua aparição como personagem etnográfica ocorre no bairro em que residia desde criança e onde chegou a constituir-se no doador principal de recursos. Para o caso dos “piqueteiros”, o cenário inicial foi a sala de atendimento médico que funcionava como sede da organização, onde interagiam as pessoas que exerciam a distribuição de recursos e, posteriormente, o bairro onde uma delas desempenhava-se como doador. Aliás, poderia afirmar que o foco principal são pessoas que atuam como doadores em bairros periféricos de La Matanza. Entendendo esses últimos no sentido elisiano de *figuração*, isto é, como um universo de relações,

“como um processo e experiência, assim como aprendizado de um determinado esquema de auto-regulação na relação com seres humanos” (...) “aprendizado de uma determinada língua especificamente social” sem a qual “os seres humanos não seriam capazes de se orientar no seu mundo nem de se comunicar uns com outros” (Elias, 2006: 25- 26).

Amparada nas contribuições teóricas desses grandes autores, tentarei apresentar as personagens que animam estas páginas como sujeitos de linguagem que interagem em um mundo de relações, que se vinculam através de recursos e bens materiais e imateriais, estabelecendo mútuas dependências e obrigações entre si. É meu interesse retratá-los de forma viva, dando atenção às emoções que expressavam como partícipes ativos de circuitos de atribuição de recursos e não como simples executores de “trocas”. Espero não decepcionar o leitor.

II. A opção por La Matanza. Suas características sociopolíticas e demográficas

Como acontece toda vez que devemos optar e tomar decisões, são sempre nossos laços os que nos levam até elas. Minha eleição pelo distrito de La Matanza, entre os mais de 20 municípios que compõem a periferia bonaerense, não foi uma exceção (Vide Mapa 1). Cheguei ali porque conhecia Gabriel. O mesmo ocorreu com a opção pela Federação de Terra e Moradia, entre outros movimentos que funcionavam no município, que se deveu a que eu já conhecia Alcira Argumedo -quem me aproximou dos dirigentes dessa organização piqueteira.

Com mais de 320 km², integrado por 15 localidades e habitado por um milhão 200 mil habitantes, La Matanza era um dos distritos mais pobres da Grande Buenos Aires (Vide Mapa 2). Conforme dados do município, cerca de 30% da população vive com necessidades básicas insatisfeitas e a taxa de desemprego alcança a 16,4% da população ativa. Essa situação contrastava notavelmente com o passado industrial que forjou La Matanza entre as décadas de 1930 e 1960, principalmente nos ramos automotivo, metalúrgico e têxtil. O distrito foi governado, desde a abertura democrática em 1983, por prefeitos pertencentes ao partido peronista. Por esse motivo, em numerosos cartazes e outdoors no centro do Município era possível ler a legenda “La Matanza, capital do peronismo”. Conforme dados da FTV, no distrito existiam mais de 110 “villas” e assentamentos urbanos. Estes últimos, conformados a partir de meados dos anos ’80 por diversas ocupações ou *tomas* de terrenos fiscais. A organização desses

novos assentamentos constituiu uma sorte de sementeiro para novas lideranças, encarnadas por aqueles que posteriormente, a finais dos anos '90, organizariam os piquetes ou bloqueios de estradas como forma de protesto e demanda para a obtenção de recursos estatais, cedidos habitualmente aos agentes municipais.

Essa novidade na organização de modos de protesto fez com que o município ganhasse um segundo qualificativo: “La Matanza, capital nacional do piquete”. Conforme Manzano (2007:264), essa denominação era colocada em evidência em diversos eventos em que participavam organizações de desempregados e meios de comunicação. E envolveu uma série de tentativas orientadas à construção de um movimento nacional de desempregados. De modo que todos esses antecedentes fizeram de La Matanza um excelente palco para a observação de circuitos de distribuição de recursos, freqüentemente definidos -de forma pejorativa- como “redes de clientelismo político”.

A área da pesquisa (Vide Mapa 2) estava localizada a uns 20 km do centro de La Matanza. A cidade sede do município, San Justo, é uma cidade de 106.000 habitantes, constituída por moradias de setores médios e altos com serviços de luz elétrica, água corrente, esgotos e pavimento. Nessa mesma cidade estão localizados o prédio municipal e escritórios do Prefeito, em frente à praça pública na qual também se encontra a Catedral, a Polícia e o destacamento de bombeiros. A pouco mais de 100 metros dali, encontra-se a Câmara de Vereadores e a Universidade de La Matanza. Saindo da praça pública e dirigindo-se pela rodovia nacional Nº 3 para o sul encontramos a área onde desenvolvi esta pesquisa (ver mapa); a área é referida também como “a outra Matanza” para assinalar as diferenças sociais que registravam os habitantes das zonas mais distanciadas do município. Nesse espaço se erigiam Santa Rita e El Ingenio –palcos destacados de meu trabalho de campo- e separados entre si por uma distância de 15 quarteirões que podiam ser transitados a pé (Vide Desenho 1).

Santa Rita correspondia a um bairro criado sob o governo de Arturo Frondizi (1958-1962), construído com a finalidade de localizar ali famílias desalojadas de “villas” da cidade de Buenos Aires. Ao início, todas as moradias eram iguais e os vizinhos foram levados até ali apenas por uns meses, porque logo o governo lhes construiria as moradias definitivas. Por esse motivo, esses bairros eram denominados pelas autoridades que os projetaram como “Núcleos Habitacionais Transitórios” (NHT). Em maio de 2005, quando cheguei ali pela primeira vez, o bairro estava habitado por ao redor de 550 famílias; nenhuma delas tinha título de propriedade da moradia que

ocupava; e estavam agrupados em uma Junta de Vizinhos. Por sua vez, o assentamento não contava com rede de esgotos, mas com um sistema de escoamento construído pelos vizinhos; a água era fornecida por um tanque do Município e a luz era obtida por meio de duas conexões clandestinas. Por esse motivo, a empresa costumava deixá-los sem energia elétrica durante longas horas.

El Ingenio, pela sua parte, correspondia a um assentamento urbano surgido da ocupação de terrenos fiscais por um grupo de famílias que residiam em “villas” e bairros próximos. A *toma* ocorreu em 6 de janeiro de 1986 e foi realizada em duas etapas que coincidiram com duas áreas a serem ocupadas e a chegada de novos ocupantes. O passo que seguiu à ocupação foi a eleição de representantes que se encarregaram da delimitação definitiva dos terrenos, a realocação definitiva das famílias em 700 lotes e a abertura das ruas. Posteriormente, organizaram-se como cooperativa e na década de '90 compraram os terrenos do Ministério da Economia, proprietário da terra. Após duas décadas de ocupação, todos os vizinhos de El Ingenio tinham o título de propriedade da moradia que ocupavam. A obtenção de água era feita por bombas submersíveis ou motores elétricos que cada vizinho se fornecia e a luz era obtida por meio de uma conexão elétrica que a empresa instalou no bairro –ou seja, cada vizinho pagava bimestralmente sua conta.

III. Uma etnografia da redistribuição

O desenvolvimento desta etnografia em dois assentamentos da periferia urbana estendeu-se entre maio de 2005 e fevereiro de 2007, e teve um desenvolvimento consecutivo. A primeira etapa foi realizada entre maio e outubro de 2005 e coincidiu com as eleições legislativas desse ano. Contudo, devo advertir o leitor que esta não é uma “etnografia de um processo eleitoral” nem “uma etnografia de um partido político”. Trata-se, antes, de uma pesquisa empírica acerca de circuitos de distribuição de recursos onde as eleições e o voto se interpunham, em um dos casos, como propósito da redistribuição. Isso significa que no bairro de Santa Rita, em que o doador principal buscava com seus recursos atrair o voto de seus vizinhos, meu interesse se centrou no modo em que as atividades eleitorais referidas como “a política” se inscreviam na vida dos moradores -e não nas grandes performances cênicas dos principais candidatos a ocupar as vagas de primeiro deputado e senador. Outorguei especial tratamento às atividades que se antepuseram às eleições, como as operações de pagamento dos planos sociais, controle de tarefas comunitárias, entrega de alimentos e a organização de um

refeitório popular. Porém, devo confessar que pelas condições sociais em que habitavam “meus nativos”, não me foi possível cumprir com uma das condições centrais do trabalho etnográfico assinaladas por Malinowski (1995): a co-residência; definiria, sim, minha estadia como uma permanência prolongada. Ia ao bairro diariamente e permanecia durante a manhã e pela tarde quando aconteciam as atividades que me interessava observar.

As numerosas pessoas com que estabeleci contato, incluídos meus anfitriões, não tinham as condições físicas nem materiais para me receber. Pelo contrário, em numerosas oportunidades percebi que os vizinhos sentiam a obrigação de cuidar de mim. E sempre que visitava algum deles, em seus lares, era acompanhada até a rua Almafuerte, por onde transitava o maior número de pessoas. Lembro não ter caminhado nunca a sós pelas *tiras* interiores de Santa Rita (Vide desenho 2). O mais freqüente foi que minha permanência fosse nos espaços públicos do bairro, como o Clube e a Capela. Esses espaços tinham a particularidade de coincidir com a administração de dois recursos específicos: os planos e os alimentos, respectivamente.

“Os planos” eram um recurso peculiar e existiam de diverso tipo. Mas sua característica comum era que consistiam em um subsídio monetário a chefes de família desempregados com ou sem filhos menores à troca da realização de tarefas comunitárias ou de demonstrar a permanência dos filhos no sistema escolar. Os alimentos, por sua vez, eram entregues aos vizinhos por assistentes sociais do Município em uma sacola empacotada que continha oito produtos secos.

A administração de recursos estatais, por tratar-se de bens cuja propriedade é difícil de representar - em particular se considerarmos aquela premissa conforme a qual os bens do Estado são de todos ou, em definitiva, de ninguém -, tem a peculiaridade de colocar sob suspeita quase permanente as pessoas que os administram, gestionam ou manipulam. Em Santa Rita, essa situação não era uma exceção, mas mesmo assim Rubén -meu interlocutor principal- permitiu-me observar todas as atividades que lhe pedi. Inclusive aquelas que particularmente afetavam sua reputação, como a vinculada com a mercadoria. Não aconteceu o mesmo com os “piqueteiros”. Em outubro de 2005, depois que Rubén se elegeu vereador pelo partido peronista, despedi-me dele, de Nina, sua mulher, e os filhos de ambos, cercados pela alegria do triunfo. E particularmente satisfeita pelo trabalho realizado e a confiança que ganhei entre meus anfitriões.

Poucos meses depois, entrei em contato com dirigentes da FTV e cheguei a El Ingenio na véspera da celebração pelos 20 anos do assentamento. Naquela oportunidade conheci os dirigentes e protagonistas da *toma* e estabeleci relações com os referentes do bairro. Em El Ingenio, o palco de observação esteve conformado pela sala de atendimento médico do assentamento, onde era realizada a administração dos planos e dos alimentos (Vide desenho 3). A primeira advertência que me fizeram os referentes e dirigentes acerca do tratamento dos recursos que controlavam foi que eles “não repartiam apenas quando tem eleições, mas o ano todo”. Isto é, que a distribuição dos “piqueteiros”, à diferença dos “peronistas”, não tinha como objetivo a procura do voto, mas o propósito de “ensinar a lutar”. Ao mesmo tempo, existia uma leve diferença na normativa e entrega dos bens, o que implicou uma dificuldade que devi driblar. Os “piqueteiros” administravam um plano –que não controlavam os agentes municipais– que habilitava os referentes a “dar a baixa” e substituir uns beneficiários por outros. O mesmo que os alimentos, que eram cedidos aos referentes, que os entregavam em suas casas, em sacolas e pacotes que eles mesmos preparavam e que variavam todos os meses conforme a provisão do Ministério de Desenvolvimento Social. Ou seja, os referentes piqueteiros tinham maior autonomia que os agentes municipais para exercer a distribuição de recursos. Essa diferença –percebi– fazia-os sentir incômodos perante a presença de alguém externo que, como eu, pretendia conhecer o funcionamento da organização. Pareciam sentir-se ameaçados e susceptíveis de serem julgados e acusados por manipular recursos públicos conforme critérios próprios. Por esse motivo, levou-me mais tempo chegar a conhecer um dos bairros onde atuavam os referentes, e isso só foi possível através da intervenção de Julio, quem indicou a Lorena que me recebesse em sua casa, onde organizava um serviço de merenda. Durante longos meses, minha presença foi aceita apenas na sala de atendimento médico onde interagia com os distribuidores –homens e mulheres–, ajudando-os no cadastramento de beneficiários, acompanhando-os em passeatas e atos políticos e podendo conversar com alguns dos vizinhos que transitavam por ali. Como disse no caso anterior, esta não é uma etnografia de um movimento piqueteiro, mas do modo em que os membros de uma organização de desempregados administravam bens do Estado.

Como vemos, um dado revelador decorreu de minha pesquisa: em ambos os circuitos, as mulheres tinham uma participação diversa. Em Santa Rita, o controle dos recursos era uma atribuição de Rubén e as mulheres que o acompanhavam nessa atividade eram umas poucas, entre as quais se contava sua mulher. O espaço onde

Rubén interagía com seus pares era o escritório de Gabriel, um espaço masculino do qual não me foi possível participar. Pelo contrário, eram homens e mulheres os que exerciam a distribuição de recursos da FTV e a dificuldade maior não veio do recorte segundo o gênero dos distribuidores, mas de uma característica própria da distribuição “piqueteira”: a maior ou menor autonomia para alocar os recursos. É preciso assinalar ainda que esta etnografia também não constitui uma análise ou impacto de políticas públicas nas populações beneficiárias ou no cumprimento dos objetivos que se propõem os formuladores de tais recursos. Antes, meu propósito básico é reconhecer como é a vida das pessoas que participam desses circuitos, como se envolvem neles e os laços que se interpõem entre eles através dos recursos.

Ao mesmo tempo, por tratar-se de circuitos de bens fornecidos pelo Estado em bairros periféricos onde os moradores deviam fazer denodados esforços para alimentar e vestir os filhos, gerava-se um quadro de situação que afetava duplamente os doadores. Por um lado, eles eram portadores de um reconhecido prestígio e, ao mesmo tempo, em numerosas circunstâncias -que abordarei nesta Tese- viam-se intimidados por fortes acusações acerca do modo em que administravam bens *do governo*. Nesse contexto, ferramentas próprias do etnógrafo como caderno, caneta, gravador e câmera fotográfica tornaram-se armas de intimidação cujos efeitos só puderam ser contra-arrestados pela confiança que ganhei entre eles. Como já foi assinalado por Bourgois (1995:13), os etnógrafos permanecemos longos períodos com as pessoas que estudamos. Por esse motivo, violamos os cânones positivistas da pesquisa e nos envolvemos diretamente com aqueles sobre quem escrevemos (tradução própria).

No meu caso específico, poderia afirmar que me resultou mais fácil observar os eventos que me interessavam e mais difícil entrevistar as pessoas. A situação de entrevista resultava inquietante para muitos deles, em particular para os distribuidores - que se incomodavam quando eu os consultava sobre seu passado. Em algum sentido, a pergunta parecia ter o implícito de que sua ascensão devia-se tanto a uma administração desvirtuada dos bens -que eles mesmos controlavam- como ao prejuízo de outros. Por esse motivo, o material etnográfico analisado nestas páginas encontra maior apoio em registros de observação que em entrevistas abertas. Pelas condições próprias do trabalho etnográfico que tornam difusa a fronteira entre observar e participar, senti-me e fiz parte de cada um dos eventos que aqui apresento. Tanto no clube Santa Rita como na sala de El Ingenio, participei das atividades que lá eram desenvolvidas. Participei do cadastramento de beneficiários, assisti a atos políticos, participei de um refeitório

popular e de um serviço de merenda. Nestes dois últimos eventos, ajudei na cozinha e colaborei na inscrição das crianças. Foi dessa participação que surgiu a confiança que viabilizou a possibilidade de introduzir minha câmera fotográfica e, assim, obter imagens vivas dos protagonistas em seus cenários cotidianos. Devo a eles o cuidado e proteção que em todo momento me proporcionaram e, conseqüentemente, a meu trabalho.

IV. Estrutura da Tese

O material que compõe esta Tese está organizado em cinco capítulos que focalizam o tratamento que os doadores “municipais” e “piqueteiros” dão a cada recurso específico e as obrigações que eles criavam em ambos os componentes da relação: o doador e o donatário. A opção pela estrutura narrativa responde a que, dessa forma, ferramentas teóricas que encontram um sentido duplo são colocadas em evidência tanto porque assim elas gravitam na teoria nativa como também, como pretendo demonstrar, na teoria antropológica.

Nesse sentido, o primeiro capítulo está orientado à apresentação das características do bairro e do Clube Santa Rita, como também à introdução das personagens que compunham o entorno de Rubén. Entre elas se contavam Nina, a mulher; o Tucu; e “os garotos das pichações”. Priorizo nele o modo em que essas personagens administravam os planos sociais, isto é, como controlavam a assistência a atividades comunitárias, a documentação específica e as operações de pagamento. Apresento um grupo de vizinhos que recebia esses planos e o tipo de vínculo que eles mantinham com Rubén, seu doador. Por sua vez, por se tratar do início de um período eleitoral, ganha protagonismo um grupo particular de pessoas: os militantes que disputavam entre si o acesso como trabalhadores ao quadro do município.

No segundo capítulo apresento as características do bairro “El Ingenio”, os dados da ocupação e a sala de atendimento médico. Assinalo as hierarquias e funções de referentes e dirigentes da FTV e dou prioridade ao tratamento que eles faziam dos planos sociais recebidos e que tinham algumas diferenças com os administrados pelo município. Os três capítulos seguintes têm a peculiaridade de estar estruturados de forma combinada. Isso se deve ao fato de o leitor já estar familiarizado com os bairros e as personagens, sendo mais fácil estabelecer pontos de contato e dispersão entre ambos os circuitos. Assim, o terceiro capítulo está dedicado às alocações dos alimentos; o quarto, aos cronogramas que regiam as mobilizações e atos de ambos os doadores; e o

último, a comparar a organização do refeitório popular a cargo de Rubén e o serviço de merenda que funcionava na casa de Lorena.

Portanto, o capítulo terceiro tem como cenários as capelas de Santa Rita e El Ingenio e a observação dos modos com que a mercadoria era empacotada e atribuída aos vizinhos. Nele, destaco o modo em que dados sociológicos poucos explorados pela literatura sobre clientelismo (Auyero, 2001) e movimentos piqueteiros (Svampa e Pereyra, 2003; Ismán, 2004; e Oviedo, 2001) tornam-se centrais para explicar a forma pela qual os beneficiários representavam o papel dos doadores.

Já no capítulo quarto, apresento os cronogramas que regiam as mobilizações de “peronistas” e “piqueteiros”. Assinalo que, embora os atos dos “peronistas” fossem típicos eventos de campanha, em algumas ocasiões costumavam coincidir com os dos “piqueteiros”. Priorizo aqui o modo em que as mobilizações se inscreviam na vida dos moradores, até que ponto eles viam-se envolvidos pela adscrição política de seus doadores e como percebiam as diversas modalidades de protesto, quer em “atos”, “mobilizações” ou “piquetes”. Ao mesmo tempo, aponto o modo em que a história do movimento peronista se insere na vida dos dirigentes piqueteiros.

O último capítulo está orientado a apresentar as atividades comunitárias às quais estavam obrigados os titulares dos planos. Concedo especial atenção ao ponto de vista dos beneficiários. Em particular, destaco quais eram as verdadeiras preocupações dos beneficiários, como eram estabelecidas as hierarquias entre eles e o modo em que os diferentes prazos de vigência dos subsídios os afetava.

V. Guia para o leitor: planos e personagens

Em primeiro lugar, devo advertir o leitor que por se tratar de uma etnografia que reconhece as personagens como sujeitos de linguagem, a voz dos protagonistas será colocada em destaque com letras em itálico, para diferenciá-las da análise. Por outro lado, os dois circuitos de distribuição descritos na Tese correspondem a dois recursos específicos: planos -também chamados “programas sociais” ou de “emprego”, conforme as definições dos organismos que os criam e organizam- e alimentos. O fornecimento de ambos os recursos correspondia aos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social da Nação e de Ação Social da província de Buenos Aires.

Em relação ao primeiro dos bens, devo assinalar algumas precisões: “os planos” -como referem-se a eles seus titulares- consistem em subsídios em dinheiro a pessoas desempregadas que reúnam uma série de características. Começaram a ser

implementados em 1996, quando a taxa de desocupação atingiu 18% da PEA e, com sucessivas mudanças de nomes, diferenças no valor e perfil dos beneficiários, continuavam funcionando até 2007 -quando finalizei minha pesquisa.

A maioria das pessoas com as quais entrei em contato em La Matanza tinha circulado por diversos planos, lembrados com o nome imposto pelos órgãos oficiais. “Eu tive *bonaerense*” era a expressão para destacar seu passado como beneficiário do Plano Bairros Bonaerenses. Para facilitar a leitura, dei prioridade aos planos que os moradores tinham quando foi realizada esta etnografia. Apresento, a seguir, um breve guia das características principais de cada um deles:

- 1) Programa Chefes de Lar pela Inclusão Social. Começou a funcionar a inícios de 2002, na órbita do Ministério de Trabalho da Nação, depois de uma intensa mobilização que provocou a renúncia do então Presidente De La Rúa, em dezembro de 2001. Em um ano de funcionamento chegou a assistir 2 milhões de beneficiários em todo o país. A maior parte deles provinham de outros planos (Trabalhar e Bonaerense), que foram incorporados a este novo subsídio. Era um benefício de 150 pesos mensais para chefes de família desempregados a cargo de filhos menores de idade. Os beneficiários, em troca, estavam obrigados a realizar tarefas comunitárias como “contrapartida”, com uma carga horária dentre 4 e 6 horas diárias. Entre essas tarefas contava-se a participação em refeitórios populares, em grupos de trabalhos manuais para a elaboração de produtos para venda ou também a participação em grupos destinados à limpeza de ruas, sarjetas e prédios públicos. O subsídio era estendido durante o prazo de vigência da “emergência de trabalho”, uma declaração que o Poder Executivo Nacional renovava todos os anos mediante decreto. Tinha a peculiaridade de ser um “programa fechado”, isto é, que os beneficiários não podiam ser substituídos uns por outros. Por esse motivo, os doadores não pediam “as exclusões” dos titulares. Elas aconteciam por controles que exercia o Ministério de Trabalho. O plano era administrado por agentes municipais e organizações piqueteiras. O pagamento era mensal e os beneficiários recebiam o dinheiro mediante a rede de caixas eletrônicos. A inícios de 2005, quando iniciei minha pesquisa, este plano contava com aproximadamente 60.000 beneficiários no Município. Era financiado por verbas do Tesouro Nacional, um empréstimo do BID e através de impostos aplicados ao comércio exterior.

- 2) Programa de Emprego Comunitário (PEC). Começou a funcionar em 2003, também na esfera do Ministério de Trabalho da Nação e repetia o valor de 150 pesos mensais em troca de tarefas comunitárias; mas não exigia o requisito de filhos a cargo. Seu prazo de vigência estendia-se por apenas 3 meses e depois devia ser renovado. Ao finalizar esse período, os titulares podiam ser substituídos uns por outros. Era administrado somente pelas organizações de desempregados. O pagamento era mensal e os beneficiários recebiam o dinheiro no balcão do banco mediante a assinatura de um documento que certificava a operação. A FTV controlava, entre “Chefes” e “PEC”, aproximadamente 4000 planos no município de La Matanza. Recebia o mesmo financiamento que o Plano Chefes de Lar.
- 3) O Plano Trabalhar foi o primeiro dos chamados “plano ou programa de emergência de trabalho”. Foi criado em 1996 e financiado com um empréstimo do Banco Mundial. Teve três versões e consistia em alocar beneficiários a programas comunitários em troca de um pagamento que ia de 120 a 300 pesos. A totalidade de seus beneficiários foram alocados, a inícios de 2002, ao recentemente criado Programa Chefes e Chefas de Lar. O Plano Bonaerense, que funcionava na órbita do Ministério de Ação Social da província de Buenos Aires, permaneceu funcionando depois da aparição do Plano Chefes de Lar com um número menor de beneficiários. A FTV em La Matanza controlava apenas 50 desses planos, cujo valor era também de 150 pesos, e durante minha permanência em La Matanza não encontrei pessoas que fossem seus titulares. O pagamento era realizado em bancos mediante um comprovante.
- 4) O Programa Famílias pela Inclusão Social funcionava na órbita do Ministério do Desenvolvimento Social. Seus titulares não estavam obrigados a tarefas de contrapartida. Deviam apenas presenciar capacitações sobre diversos assuntos como saúde reprodutiva e educação sexual e certificar que seus filhos iam à escola e cumpriam com o plano nacional de vacinas. O valor do benefício resultava de um cálculo sobre o número de filhos do titular. Pagava-se 100 pesos pelo primeiro filho e 25 por cada um dos restantes, e até um máximo de 5 filhos. O pagamento era realizado a cada três meses mediante cheques que os titulares cobravam nos bancos. Durante 2005, o governo começou a atribuir este subsídio a numerosos beneficiários do Plano Chefes de Lar com o argumento de que dessa maneira aumentava-se as receitas dos lares com maior número de filhos.

Era administrado apenas pelos agentes do município. A finais de 2005, os titulares passaram a receber o dinheiro por meio de cartão eletrônico.

Por último, por ser esta uma etnografia que trata de pessoas em relação com outras, por momentos o leitor pode-se sentir perdido com o número de personagens que animam estas páginas. Para evitar esse problema, ofereço um breve guia que incluo no Anexo 1 e onde será possível identificar os protagonistas por ordem de aparição. Feitos estes esclarecimentos, convido o leitor a entrar na vida dos vizinhos de Santa Rita e de El Ingenio.

Mapa 1

Mapa 2

Desenho 1

Desenho 2

Desenho 3

Capítulo 1. Rubén, Nina e o Tucu. O circuito dos planos em Santa Rita e outros bairros das imediações

O primeiro capítulo está destinado a mostrar como Rubén, um funcionário municipal e candidato a vereador pelo partido peronista, exercia a distribuição de recursos públicos em Santa Rita, a *villa* onde residia desde criança, e outros bairros vizinhos. Para tanto, apresentarei os dados da trajetória do protagonista e das personagens principais que compunham seu entorno. Entre eles estava Nina, sua mulher, e o Tucu, homem de maior confiança. As cenas etnográficas apresentadas dão prioridade ao tratamento que estas personagens davam aos planos sociais - subsídios a desempregados desenhados pelo Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social-, durante os meses prévios às eleições legislativas de 23 de outubro de 2005. Ao mesmo tempo, pelo fato de se tratar de um período em que os militantes entravam em ação, será possível reconhecer outro bem. Aquele com os quais alguns deles eram recompensados: empregos estáveis no quadro de funcionários do município.

Rubén, o Tucu e o universo cotidiano do Clube Social Santa Rita

Rubén tinha 47 anos quando o conheci. Era moreno e encorpado e costumava usar calça jeans, que combinava com jaqueta azul e tênis brancos. Tinha nascido em Tucumán, de onde chegou sendo criança junto dos pais e de 9 irmãos. Uma vez em Buenos Aires, a família transitou por diferentes *villas* da capital até que *o governo jogou eles* em Santa Rita⁵. Atrás ficava uma curta infância vivida nos canaviais de açúcar da província natal.

Estabelecido no novo bairro, começou o ensino fundamental. Mais tarde conheceu Nina, sua mulher, com quem teve 10 filhos e 3 netos. Até que, na década de '90, quando ingressou à *política*, como definia sua atividade, aconteceu a mudança mais transcendente de sua vida. Das atividades anteriores preferia não falar. Simplesmente limitou-se a me dizer que durante um longo tempo anterior trabalhou em uma planta de gás. Parecia mais a vontade relatando-me suas atividades partidárias e sua lealdade ao Prefeito do município de La Matanza. Foi Gabriel, seu compadre e contínuo no Congresso Nacional, quem o convocou em 1989 para se juntar ao -naquele momento-

⁵ Santa Rita foi um bairro “transitório” criado durante o governo de Frondizi (1958 – 1962) para relocar moradores de diversas “*villas*” da Capital Federal. A inícios de 2005, moravam no lugar umas 550 famílias e nenhuma delas tinha título de propriedade pela moradia que ocupava.

Secretário da Câmara dos Deputados, Alberto Balestrini, quem pertencia ao partido peronista e queria organizar um novo agrupamento. Nos anos subseqüentes, Balestrini teve uma carreira meteórica. Foi Deputado Nacional (1991-1995), Deputado Constituinte e Senador provincial (1995-1999) pelo partido peronista. Em 1999 elegeu-se Prefeito de La Matanza e reelegeu-se em 2003, cargo que ocupou até 2005 quando assumiu sua cadeira como Deputado Federal e como Presidente da Câmara.

Dos inícios na “política”, Rubén lembrava de *bonitas reuniões com os vizinhos* nas quais ele devia levar pessoas para as passeatas e também para votar. Embora assegurasse que seu chefe não tinha prometido nada a ele, antes de deixar sua cadeira de Deputado Nacional em 1995, Balestrini ofereceu compensá-lo com uma vaga estável no quadro permanente de funcionários parlamentares. Nosso protagonista rejeitou o oferecimento dizendo *...o que é que eu vou fazer aqui... no Congresso?... Eu vou com você...* Desse modo, Rubén acompanhou Balestrini e foi nomeado funcionário municipal no Senado provincial, primeiro; e no quadro de funcionários permanentes de La Matanza em 1999, quando seu chefe tomou posse na prefeitura desse município pela primeira vez.

Nas eleições parlamentares de outubro de 2005, Rubén foi convidado a participar como candidato a vereador pelo seu município, na mesma chapa em que Balestrini se encontrava como candidato a primeiro Deputado Federal. O oferecimento o prestigiava ainda mais. De maneira que, quando entrei em contato com Rubén, ele atravessava uma etapa de progresso em sua vida política e pessoal. Uma situação que o diferenciava de dois dos irmãos -que cumpriam condena em prisão.

Nosso protagonista adjudicava sua mobilidade a que *estava com Balestrini desde que era um humilde Secretário parlamentar*, ou também costumava dizer *aonde for Balestrini, eu vou*. Entretanto, dificilmente fazia referências ao partido a que pertencia seu chefe. Porém, ele me deu uma definição histórica muito precisa quando fiz perguntas a respeito disso. Um pouco irritado com minha inquietação por saber se ele se considerava peronista e como tinha adquirido essa denominação, ele respondeu *...Laura, eu estive em Ezeiza...*, como se a pergunta houvesse colocado em movimento sentimentos muitos íntimos.

“Ezeiza” é o município bonaerense onde está localizado o aeroporto internacional Ministro Pistarini, o mais importante do país. Mas na historia do movimento peronista esse dado era uma referência obrigatória para um dia particular: 20 de junho de 1973, quando o General Juan Domingo Perón – duas vezes presidente da

Argentina - voltava definitivamente ao país, depois de 18 anos de exílio forçado no Panamá, primeiro, e na Espanha depois, após o golpe de Estado que o tirou do poder em 1955.

Durante os 18 anos de ausência do ex-presidente Perón, ocorreu uma mudança na composição social dos integrantes do movimento. Por um lado, seus antigos seguidores “os peronistas” – trabalhadores sindicalizados e dirigentes- continuaram à frente dos sindicatos, estabelecendo acordos com os sucessivos governos militares e civis. Pelo outro, esses “velhos dirigentes” viram surgir uma nova geração de líderes peronistas mais “jovens” que conformaram a chamada “Juventud Peronista” e que era integrada por diferentes organizações -algumas delas armadas, e entre as quais teve destaque a organização “Montoneros”. O motivo do retorno do líder era que o ex-presidente pretendia ser candidato do partido. Porém, mediante uma cláusula estabelecida pelo General Lanusse, encarregado da presidência desde 1971, pela qual os candidatos tinham que comprovar sua residência no país desde agosto do ano anterior, Juan Perón ficava impedido de apresentar-se como candidato. Por essa razão, o candidato peronista à presidência foi Héctor Cámpora -quem venceu com 49,5% dos votos e assumiu o governo federal em 11 de março de 1973. Assim, o retorno colocava-se em um contexto de profundas disputas políticas e sociais.

Mesmo assim, os sindicalistas propulsores do retorno organizaram um ato nas proximidades do aeroporto, no qual o líder discursaria para o povo. Para tanto, foi recrutado por meio das lideranças dos sindicatos metalúrgicos e mecânicos um grupo de aproximadamente 3000 homens armados, treinados para tarefas de segurança⁶. Esse grupo armado recebeu ordem de impedir, por todos os meios, que colunas de pessoas com os cartazes “Juventud Peronista” e “Montoneros” se aproximassem do palco em que estaria Perón. Tal situação desatou a ira desses militantes, que também estavam armados.

Tudo acabou com um saldo de treze mortos e ao redor de cem feridos e outros tantos detentos e torturados. O avião do líder não posou em Ezeiza, mas em uma base militar da Grande Buenos Aires. Cámpora renunciou no dia 4 de julho de 1973 e assumiu interinamente a presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, Raúl Lastiri. Novas eleições aconteceram em 23 de setembro, resultando eleita a fórmula presidencial de Juan Perón e a esposa, Maria E. Martínez, com 62% dos votos. Dois

⁶ Dados fornecidos pelo jornalista Horacio Verbitsky, integrante de “Montoneros”, no livro *Ezeiza* (1998), de sua autoria.

dias depois daquelas eleições, exatamente no dia 25 de setembro de 1973, foi assassinado à queima-roupa -atingido por mais de 20 balas-, o sindicalista Juan I. Rucci, quem tinha sido encarregado da organização da operação de retorno e do ato nas proximidades do aeroporto. Pouco menos de um mês depois, em 12 de outubro de 1973, Perón tomou posse da presidência pela terceira vez -até sua morte no dia 1 de julho de 1974. Aquele trágico episódio passou para a história argentina com o nome de “o massacre de Ezeiza”.

Naquele momento, Rubén tinha apenas 15 anos de idade e sua presença em um acontecimento de tal destaque foi a resposta que ele me deu quando o indaguei acerca do momento de sua vida em que tinha adotado a identificação de “peronista”. Desse modo, nosso protagonista eliminava completamente a dúvida implícita que continha minha pergunta. Aquela que presumia que o seu interesse pela política respondesse, antes que a uma convicção ou a um sentimento peronista, ao interesse por melhorar sua posição social. Assim, Rubén conseguia vincular sua vida a um momento crítico da história do peronismo: o do enfrentamento armado entre duas facções que se disputavam o papel principal no interior do partido e que, por sua vez, permitia a ele exaltar valores propriamente masculinos como a valentia, a coragem e a temeridade. Foi com ele que cheguei a Santa Rita pela primeira vez em uma fria manhã do mês de maio de 2005, quando com sua caminhonete nos detivemos na porta de um grande galpão de alvenaria e teto de zinco, sede do clube onde funcionava o Comitê de Vizinhos do bairro. Nesse lugar, ele me apresentou um homem de mais ou menos 60 anos, o Tucu, que tomava conta das instalações e foi ele quem me deu as bem-vindas.

O Tucu era de andar encurvado e costumava vestir uma calça de faxina azul, tênis de cor branca e jaqueta da mesma tonalidade que a calça. Um boné coroava sua vestimenta. Ele costumava levantá-lo um pouco quando cumprimentava e se dispunha a conversar com alguém. Devia o apelido ao nome de sua província natal, Tucumán, de onde chegou a Buenos Aires fazia mais de 30 anos. Morou em diversas *villas* e destacava com orgulho a passagem por “Villa Fiorito”, a mesma *villa* onde nasceu Diego Maradona, o célebre jogador de futebol argentino. Durante vários anos ele ganhou a vida como *catador de garrafas* no lixo, vendendo móveis e outros produtos velhos nas ruas da cidade de Buenos Aires. Mas ele assegurava que a polícia *o perseguia* sempre. Por esse motivo, fazia já alguns anos que suas receitas provinham de diversos planos sociais –subsídios que o governo outorgava a pessoas desempregadas-, nos quais Rubén conseguia inscrevê-lo. Entre suas obrigações, encontrava-se controlar

que os vizinhos que recebiam o Programa Chefes e Chefas de Lar -que concedia o Ministério de Trabalho- comparecessem às atividades comunitárias fixadas como obrigatórias pelas disposições ministeriais. Também tinha que tomar conta das instalações, especialmente das ferramentas e da valorizada caminhonete azul que Rubén deixava guardada no local pela noite.

O plano ou programa social, segundo as definições oficiais, consistia no pagamento direto às pessoas de um benefício monetário de 150 pesos mensais a chefes de família desempregados com filhos menores a cargo. Em troca, deviam realizar tarefas comunitárias que o vocabulário técnico do Ministério chamava “contrapartida”. Conforme o decreto presidencial que criou o subsídio, o benefício era disponibilizado enquanto durasse a “emergência ocupacional de trabalho”, uma declaração que o Poder Executivo renovava anualmente todos os fins de ano⁷. A inícios de 2002, quando o plano foi implantado pelo governo, depois de uma intensa mobilização social que na área de Santa Rita expressou-se como saqueios em supermercados e mercadinhos, Rubén foi responsável da operação de cadastramento em um raio extenso que incluía outros bairros próximos⁸. Para tanto, contou com três escolas e várias funcionárias do município para ajudar na difícil tarefa de preencher cada um dos formulários que deviam ser completados com letra clara e de forma.

Embora Rubén estivesse encarregado de uma operação massiva, que incluía o cadastramento de moradores de outros bairros localizados nas áreas mais recônditas do município, com muitos dos vizinhos de Santa Rita e do 15 de Abril (vide mapa), manteve um tratamento mais personalizado. Ele deu-lhes aviso do cadastramento, evitou-lhes as longas filas e em alguns casos até assessorou na modalidade de cadastramento para que o acesso ao benefício favorecesse ambos os cônjuges e fez com que o aviso de cadastramento fosse veiculado na rádio FM de Santa Rita. Depois daquele cadastramento, ao redor de 80 pessoas –que incluía vizinhos dos bairros

⁷ Decreto 165-02 Poder Ejecutivo Nacional.

⁸ Para uma etnografia desse fenômeno pode ser consultado Auyero (2007). O texto apóia-se em uma pesquisa empírica localizada em bairros de La Matanza e de Moreno, outro município bonaerense. Os participantes dos saqueios revelam ao pesquisador dados eloqüentes, como, por exemplo, que o Natal daquele ano (2001) foi o melhor de suas vidas porque conseguiram dar como presentes brinquedos bons para seus filhos, e também porque pela primeira vez brindaram com champanha francês, um bem de luxo para eles e impossível de obter de outra maneira. Tais depoimentos contrastam notoriamente com o julgamento comum estendido que fazem desse período a mídia e os comunicadores eruditos, que fazem referência a esse momento como “a débâcle”, a “queda da Argentina” ou simplesmente “a crise de 2001”. Porém, o autor dá maior destaque a outros aspectos -talvez menos relevantes do ponto de vista etnográfico- como a existência de áreas liberadas pela polícia, que teriam favorecido a organização dos saqueios por parte de “punteros do PJ” para “derrubar” o presidente De La Rúa, pertencente ao partido UCR (Unión Cívica Radical).

Nueva Tierra, 15 de Abril e Porta del Sol- ficaram sob responsabilidade de Rubén e, para adjudicar-lhes as tarefas de contrapartida, foram divididos em dois grupos. Um deles, conformado por mulheres para a realização de trabalhos manuais, a cargo de Nina, mulher de Rubén; e o segundo, destinado a tarefas de limpeza em repartições públicas ou das ruas e sarjetas, que estava, em sua maioria, integrado por homens - embora também umas poucas mulheres se dedicassem a essa atividade. Se bem todas essas pessoas dependiam de Rubén, ele não mantinha um tratamento muito fluído com eles, e sim o contrário. O protagonista e doador principal somente mantinha proximidade com seu entorno mais íntimo, com *o negro* Gómez, que oficiava de motorista, e com “os garotos das pichações”.

Esse último grupo era conformado por 4 homens que, de noite, saíam para pintar frases com os nomes dos candidatos. As atividades desses “garotos” aceleraram-se durante o mês de julho daquele ano, quando foi encerrada a apresentação das chapas de candidatos e o peronismo apresentou-se dividido na província de Buenos Aires, quer dizer, sem eleições internas. A chapa do governo iria com o nome de “Frente para la Victoria” e era liderada por Cristina Fernández, mulher do Presidente, como primeira Senadora Nacional e Alberto Balestrini, prefeito de La Matanza, como candidato a primeiro Deputado Nacional. A outra chapa era a de Chiche Duhalde, mulher do ex-governador da província de Buenos Aires e ex-presidente interino entre janeiro de 2001 e maio de 2003. A peculiaridade do mandato de Eduardo Duhalde, para esta etnografia, deve-se a que ele foi eleito pela Assembléia Legislativa dias posteriores a uma intensa mobilização social. A qual, na área de La Matanza foi expressa por saqueios a supermercados e mercadinhos nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. Uma das primeiras medidas de Duhalde para resolver esse problema foi a criação do Plano Chefes e Chefas de Lar que o governo de Kirchner continuou. A chapa da mulher de Duhalde, que em outubro de 2005 concorria com a de Cristina Fernández, apresentava-se com a identificação do Partido Justicialista, nome do partido fundado por Juan D. Perón. Essa definição apressava os tempos e os “garotos das pichações” trabalhavam agora sem descanso todas as noites.

Na parte externa do clube encontravam-se as ferramentas de trabalho dos pichadores: grandes recipientes de plástico onde a tinta era preparada, altas pilhas de cartazes de campanha com os retratos dos candidatos e a velha caminhonete em que eles se deslocavam. Apesar de que a atividade era noturna, era freqüente vê-los transitar pelo clube durante as manhãs, o momento do dia em que a vida do clube alcançava seu ponto

mais álgido. Outro dos grupos de presença freqüente era conformado pelos vizinhos que integravam o Comitê de Vizinhos do bairro que presidia Rubén e que passavam nesse lugar longos momentos, jogando baralho.

Era o Tucu o encarregado de pedir a Nina as chaves das instalações e a lista *do Chefes*, como costumavam chamar o subsídio do governo, para depois abrir o barulhento portão do clube, aproximadamente às 9 horas, e assim começar o dia. A seguir, colocava as listas em uma velha mesa que servia de escrivaninha e se dirigia ao fundo a esquentar água para preparar o chimarrão que oferecia a quem passasse pelo local. Era ele quem informava aos vizinhos que recebiam o benefício das novidades em relação à entrega de documentos para a renovação do plano, das reuniões para a organização das tarefas comunitárias e também das obrigações não explicitadas pelo Ministério de Trabalho: a convocação a atos políticos.

Enquanto o Tucu ia e vinha com o chimarrão, as pessoas ingressavam e confirmavam sua presença. Eram homens e mulheres dentre 30 e 50 anos, a maioria vizinhos de Santa Rita e do 15 de Abril, embora também houvesse de Puerta del Sol e Nueva Tierra. A maioria das mulheres assinava uma lista que, com letras manuscritas, dizia “trabalhos manuais” e os homens faziam o mesmo em uma lista diferente e se encarregavam das tarefas de manutenção e limpeza de ruas, escolas ou hospitais. Alguns cumprimentavam *bom dia Tucu* e outros simplesmente assinavam e se retiravam. Também circulavam pessoas que procuravam Rubén por algum motivo e perguntavam ao Tucu *...o Rubén está por aí?...* e o Tucu respondia *...não saiu não, está em Santa Rita...* ou também respondia *...está lá trás, sei lá, dá uma olhada.*

Rubén, como funcionário municipal e candidato durante o período eleitoral, costumava ausentar-se de Santa Rita repentinamente e por muitas horas. Era seu compadre, Gabriel, quem o chamava assiduamente no celular para lhe informar dia e hora de reuniões com o Prefeito, datas de mobilizações e atos partidários ou dos dias e áreas onde deviam ser feitas as pichações. Por esse motivo, o Tucu não se comprometia com as pessoas que o procuravam. Seu papel era cuidar dele e evitar que as pessoas chegassem até ele por qualquer motivo. O desfile de pessoas costumava ser incessante entre as 9 e as 11 horas, depois reduzia-se bastante e aproximadamente ao meio-dia o Tucu fechava o local e devolvia a chave para Nina.

No ínterim de minhas conversas casuais, o Tucu ia e vinha do fundo com o chimarrão; no entanto, certo dia percebi que na mesa tinha uma lista diferente da que habitualmente assinavam as pessoas que circulavam no local, e lhe perguntei qual era a

diferença com a que eu já conhecia. O Tucu respondeu *...esta outra é mensal para renovar o plano porque vão mandar embora muita gente*. Seguidamente, olhou pela janela do clube e disse *...vem cá, olha*. Saímos para a calçada e disse *...você vê a mulher da frente, essa que passa? ...Vejo...* respondi. *...bem, ela foi mandada embora porque não tinha carga e isso apareceu*, prosseguiu o Tucu. “Não ter carga” era a expressão nativa para assinalar a ausência de filhos menores a cargo por parte dos candidatos, uma exigência iniludível para se tornar beneficiário do subsídio. De maneira tal que o comentário do Tucu lançava luz sobre o fato que durante o cadastramento muitos vizinhos fossem cadastrados sem cumprir com todos os quesitos exigidos e que por controles posteriores das autoridades do Ministério de Trabalho fossem desvinculados do benefício. Porém, no comentário desta personagem podemos reconhecer uma questão que se tornava recorrente, e era que o agente da exclusão ficava indeterminado. Depois voltarei, mais na frente, sobre esse ponto.

Entramos novamente ao Clube e, para algumas das pessoas que chegavam, ele dizia que também assinassem a lista mensal, mas com uma diferença *...assinem aqui também ...mas com essa outra letra* e voltando-se para mim, perguntou *...como é essa outra letra?* Eu respondi com uma pergunta *...De forma? Essa que é toda separada?...* Essa, afirmou o Tucu. Depois que as pessoas que assinavam foram embora e novamente ficamos sozinhos, ele pediu que incluísse na lista mensal uma pessoa cujo nome me marcou da lista diária. Percebi nesse momento que nem todas as pessoas da lista diária eram colocadas na lista mensal ou de renovação do plano. De modo que as pessoas que dependiam de Rubén nem sempre eram as mesmas, já que podiam ser excluídas da lista de renovação enviada à Secretaria de Ação Social do Município primeiro e ao Ministério de Trabalho, depois.

Continuavam chegando pessoas para assinar e algumas aproveitavam para fazer comentários em relação ao plano. Entre elas, uma mulher jovem, de uns vinte anos, quando se aproximou da mesa comentou, algo preocupada, que a sua tia *...foi excluída do plano porque a ANSES ficou sabendo* -em referência à Administração Nacional de Segurança Social, uma repartição que dependia do Ministério de Trabalho, que estava encarregada do cadastro nacional de beneficiários para efetivar o pagamento. Outra mulher, de mais ou menos 50 anos, ansiosa, perguntado por Rubén e dizendo *...olhem o que apareceu no caixa eletrônico*, mostrando um comprovante de banco. A mulher jovem lhe respondeu *...isso é porque você foi excluída*. O Tucu não parecia muito preocupado ao ouvir essas histórias, só dizia *...assinem, assinem...* essas eram todas

suas palavras. O que verdadeiramente o preocupava era conferir que as pessoas assinassem e controlar quantas o faziam. Era freqüente escutá-lo dizer *...hoje não veio quase ninguém...* ou também, surpreso, quando acontecia o contrário *...hoje vieram quase todos*. Aquele dia da renovação, quando conversávamos entre chimarrão e chimarrão, o Tucu me revelou outro dado central em relação aos planos quando me disse *...daqui, assinalando novamente as listas, alguns passaram a trabalhar para o município na delegação... mas isso é por mérito, porque trabalham*. Esse era o caso de Gastón, um dos rapazes das pichações, com quem tive oportunidade de conversar tempo depois.

Gastón tinha 28 anos e morava em Santa Rita fazia *pouco tempo*. Com anterioridade, habitou em outra *villita mais sossegada*, mas teve que se mudar porque ao se casar foi morar junto da mulher à casa da sogra. Passou por diversos planos em que o inscrevia Gabriel, amigo do pai, e durante um longo período sua tarefa era *sair a limpar ruas*. Com a chegada da segunda filha procurou emprego e Rubén o levou a trabalhar à delegação, a dependência municipal onde era empacotada a mercadoria que mensalmente entregava o município aos vizinhos de diferentes bairros de La Matanza. Gastón me assegurou que seu trabalho era um contrato *com carteira assinada*, isto é, que se tratava de um emprego registrado que não tinha estabilidade, mas que o valor do salário superava amplamente a quantia de 150 pesos do plano e, por esse motivo, aceitou renunciar ao benefício para ter acesso ao novo emprego. Apontou também outro elemento como explicação de seu progresso, quando disse que *...estava por política... quando você está por política tem que estar quando eles chamam ...não como outros que dizem que não, que estão doentes, que o filho isto ou aquilo ... você tem que estar... eu além de estar com a mercadoria saio para fazer pichações todas as noites até qualquer hora, além de termos que vir preparar a tinta... às vezes você briga com os outros... com os partidários que são da Chiche* (em referência a Chiche Duhalde, a candidata da outra chapa do peronismo) *que fazem pichações, você tem que estar*.

Assim, Gastón adjudicava seu progresso na *política* à dedicação plena em atividades partidárias e tipicamente eleitorais -como as pichações de candidatos em muros de ruas. Porém, do grupo das “pichações”, Gastón era o único que tinha se beneficiado com a promoção a uma vaga no município. Retomarei, posteriormente, este ponto.

Às tardes poucas vezes eram abertas as instalações do clube, embora pudesse acontecer uma convocação especial -como quando Nina chamava as *peessoas que*

trabalhavam com ela a uma reunião. Isso foi o que aconteceu pouco depois da definição das chapas de candidatos legislativos. A convocação foi anunciada pelo Tucu, de manhã, quando advertiu *...Hoje às 15 horas você tem que vir... tem reunião...Dona Nina mandou falar* e acrescentou com um sorriso a intenção última da convocação, enquanto se incorporava da cadeira para ir ao fundo à procura de água para o chimarrão: *...querem saber quantas pessoas têm.* Uma mulher advertiu que não podia assistir porque tinha a festa de 9 de julho, dia em que é celebrada a declaração da independência, na escola de seu filho. *...Ahh, fala para o Rubén* advertiu o Tucu. Rubén circulava pelo clube nesse momento e a mulher, como em um arrebato entre assustada e nervosa, aproximou-se para lhe dizer que não poderia assistir à reunião. Rubén simplesmente respondeu *...Ahh... não sei não, eu não quero me meter...*

Perto do meio-dia o clube ficou um deserto até que foi finalmente fechado pelo Tucu. Durante a tarde, foi Nina quem abriu o clube para a reunião. Quando chegamos, já tinha um pequeno grupo de mulheres esperando na porta. Nina enfiou a chave no cadeado, abriu e empurrou o portão; entramos, correu a mesa e sobre ela colocou as chaves, uma folha e uma caneta. A protagonista sentou-se sobre a mesa. Algumas das convocadas sentaram-se e outras permaneceram de pé. Um pouco chegaram depois e, ao todo, formaram um grupo de 16 mulheres. Nina foi direto ao ponto: *...Mandei chamar vocês porque preciso que venham assinar pelo menos três vezes por semana: segunda, quarta e sexta, a exceção que chova torrencialmente porque sei que por lá trás ...as que vêm lá do 15 de Abril já sei que fica tudo alagado e ainda mais com crianças... mas têm que vir assinar porque eu não posso encobri-las. Além do mais, quero dizer que até setembro não vão trabalhar porque estou muito ocupada com o plano Família.* Algumas aproveitaram para lhe dizer que iam sempre assinar, outras disseram que se não o faziam era porque tinham algum problema com os filhos e uma finalmente acrescentou *...Dona Nina, quando a senhora chama a gente, aquelas que viemos somos sempre as mesmas.* Ao finalizar a reunião, Nina fez com que elas deixassem constância da sua presença na reunião em uma folha diferente daquela que assinavam pelas manhãs com o logótipo do Ministério de Trabalho. Desta vez, o timbre da folha dizia “Frente para la Victoria. Cristina Senadora. Balestrini Dirección”. Nina, por sua vez, pediu que pusessem o nome e o endereço. *...Para votar?* perguntaram algumas e Nina assentiu com a cabeça, evitando explicitar a afirmação com palavras.

Nessa cena Nina estabelecia uma ligação entre os planos e o voto, fazendo entender as beneficiárias que estava próximo o momento da retribuição. Percebi certo

desencanto por parte dessas mulheres, como se tivessem certeza de que aqueles recursos generosamente cedidos não eram mais do que a expressão de um compromisso com os doadores, compromisso que elas deviam exercer votando pela chapa da “Frente para la Victoria”.

O paralelo entre planos e voto representava uma definição clara de como era vivida “a política” entre os moradores de Santa Rita. Para eles, o plano, antes que um subsídio ao desemprego em troca de uma contrapartida, era um bem que os unia a um doador cujos chamados deviam responder em determinadas circunstâncias. As disputas eleitorais pareciam ser um dos momentos em que aconteciam essas convocações dos doadores aos donatários. A seguir, convido o leitor a conhecer Nina mais intimamente.

Nina, o Plano Famílias e os diversos agrupamentos peronistas

Nina tinha 41 anos em 2005 quando a conheci, ela tinha nascido na província de San Juan e morava em Santa Rita desde os 4 anos. O pai tinha sido funcionário na Comissão Nacional da Habitação, onde lhe foi concedida a casa em que atualmente reside a mãe. Em Santa Rita conheceu Rubén e sendo os dois muito jovens se casaram. Habitavam uma casa situada na frente à de Dona Pepa, mãe de Nina, que conseguiram comprar de um vizinho que *deixava o bairro*. Costumava vestir calça jeans, tênis e jaqueta e assegurava que os tempos em que usava mini-saia e salto alto tinham ficado atrás. Tinha o cabelo ondedado, de uma cor avermelhada, e deixava as unhas crescerem bem cumpridas. Ela mesma as pintava com esmalte de cor vermelho intenso.

Era de temperamento estável e costumava estar bem-humorada, embora falasse pouco e apenas o necessário. Por ser mãe de mais de 7 filhos recebia uma pensão que o Estado Federal denominava “Mãe com 7 filhos”, de 350 pesos mensais. Porém, afirmava que gostava de *estar com as pessoas* e por esse motivo se envolvia em numerosas tarefas. Suas atividades no bairro tinham começado alguns anos atrás, como “manzanera”⁹ do Plano Vida -um plano alimentar que integrava uma rede de mulheres, as *manzaneras*, que distribuía leite e alimentos secos a crianças menores de 6 anos de

⁹ “Manzanera” era o nome que recebiam as mulheres que distribuía o leite e a mercadoria do Plano Vida. Deviam essa denominação a uma divisão própria do espaço urbano, a “manzana” (em português, “quarteirão”), onde se localiza um conjunto de moradias. Assim, a “manzanera” distribuía os alimentos às crianças que residiam perto de sua casa. Para uma etnografia desse Plano e perfil dessas mulheres pode consultar-se Masson, 2004.

idade¹⁰. Quando entrei em contato com ela, Nina controlava as 40 *manzanas* que tinha em Santa Rita.

Acrescentava a essa responsabilidade a de coordenar o pagamento em cheque a mais de 6000 beneficiários do Plano Famílias de diversas localidades de La Matanza. Uma atividade, essa, que obteve através de uma vereadora que Rubén *conhecia da política* e por quem foi contratada pela Secretaria de Ação Social com um salário de 600 pesos mensais.

As atividades fora do lar podiam ser levadas adiante porque contava com a ajuda de Belén, a mais velha das filhas mulheres que ainda moravam com eles. Belén ocupava-se de tarefas diversas: de cozinhar, de baldear o chão e de ajudar Nina nas tarefas imprescindíveis da casa, como lavar as enormes pilhas de roupa dos seis irmãos mais novos. Por esse motivo, o som da água das torneiras era uma constante na casa de Nina e Rubén. Porém, tinha tarefas que não delegava em ninguém. Eram as relativas às atividades e companhias de seus filhos. Costumava dizer que para evitar que *andassem na rua* e assim *cair na pesada*, isto é, para impedir que se envolvessem em atividades criminosas, tinha que *manter eles ocupados*. Por essa razão, todos os fins de semana tanto aos sábados como aos domingos, ela e Rubén levavam os seis filhos mais novos jogar futebol ao clube Nueva Tierra, e afirmavam que o mais novo -com apenas 7 anos- já se revelava como um *craque*. Apesar de todas essas dificuldades, ela afirmava que *nunca* iria embora *de Santa* porque *aqui*, afirmava orgulhosa, *...tenho tudo, minha mãe, meus filhos e meus netos*. Naquele período de meados de 2005, Nina iniciou seu trabalho como encarregada do pagamento do Plano Famílias.

O Plano Famílias era um subsídio que outorgava o Ministério do Desenvolvimento Social e, à diferença do Programa Chefes, os beneficiários não eram obrigados a realizar tarefas de “contrapartida”. Eles somente deviam assistir a capacitações sobre diversos temas, como saúde reprodutiva e educação sexual, atestar que enviavam os filhos à escola e que cumpriam com o plano nacional de vacinas. O valor do benefício resultava do cálculo sobre o número de filhos do titular¹¹. Por sua vez, pela frequência diferida do pagamento (que acontecia a cada 90 dias) os moradores costumavam chamá-lo de “plano dos três meses”. As novidades que este subsídio introduzia em relação ao anterior respondiam a que numerosos beneficiários do Plano

¹⁰ Para uma etnografia da rede de mulheres que integravam o Plano Vida, consultar Masson (2004).

¹¹ Pagava-se 100 pesos mensais pelo primeiro filho e 25 por cada um dos restantes, até um máximo de 5 filhos.

Chefes eram atribuídos ao Plano Famílias com o argumento de que assim aumentaria a receita dos lares com maior número de filhos. Mais adiante, veremos como vivenciavam esse processo alguns dos afetados pela decisão governamental.

Em La Matanza, a operação de pagamento era subdividida por zonas e a área atribuída à nossa protagonista contava 6000 beneficiários. De modo que a importância de dinheiro que estava sob sua responsabilidade era bem importante. Nina foi contratada depois da busca de uma pessoa *de confiança* porque durante os pagamentos anteriores, que estiveram a cargo de outras pessoas do município, *tinham sumido muitos cheques*. Esse antecedente a obrigava a ser sumamente meticulosa na organização do pagamento. A noite anterior ao início da operação, ela se deu ao trabalho de ordenar alfabeticamente todos os cheques e de guardá-los em envelopes por letras -enquanto deixava preparada a comida para o mais velho dos filhos homens, que trabalhava pelas noites como lixeiro do município, e voltava ao amanhecer. De manhã cedo, pouco antes das 9 horas, alguns dos *rapazes* deixava Nina, com a caminhonete, perto do clube Nueva Tierra, 600 metros a mais de Santa Rita, onde acontecia o pagamento do benefício. Para Nina, que o pagamento fosse nesse outro clube e não em Santa Rita era um verdadeiro inconveniente, mas era uma condição que a Secretaria de Ação Social impôs devido a que Santa Rita era uma *villa* e por esse motivo essa área era considerada “região perigosa”. Para levar adiante as operações, nossa protagonista convocava um grupo dentre 4 e 6 mulheres que recebiam o Plano Chefes e que, assegurou, eram as pessoas de maior confiança.

O salão onde o pagamento era efetivado possuía uma construção similar ao clube Santa Rita, só que desta vez tinham sido colocadas duas tábuas grandes com cavaletes para o atendimento ao público. Detrás dessas tábuas permaneciam Nina e as mulheres que ela convocava para essa tarefa. Aquele dia Nina mostrou-me os cheques: cada um continha o nome do beneficiário e o número de documento. O atendimento dos beneficiários era realizado entre todas, mas Nina controlava que tudo estivesse bem e também atendia as beneficiárias. Controlava os documentos e em alguns casos dizia a elas *...Querida, vai ter que renovar o documento, caso contrário, na próxima você não vai poder receber, esse aqui tá muito velho e rasgado...* e também aconselhava *...você sempre tem que ter o documento em condições*.

O procedimento era o seguinte: as pessoas retiravam seu cheque no clube e depois deviam ir ao banco para receber o dinheiro em uma data pré-estabelecida que constasse no mesmo cheque e conforme seu número de documento -o que para os

beneficiários significava um verdadeiro problema, em especial, pelas distâncias e as despesas em condução. Mas o inconveniente era maior quando as pessoas iam retirar seu cheque e ele não estava. Nesses casos, Nina olhava em um formulário diferente e dizia a eles *...teu cheque não está, eles excluíram você*. Nem todas as pessoas entendiam exatamente do que ela estavam falando e Nina pacientemente explicava *...olha, se teu marido também recebe um benefício, eles excluem um de vocês... talvez por isso teu cheque não esteja*. A reação era desigual. Alguns aceitavam sem dizer nada, outros não entendiam ou asseguravam que isso não podia ser e outros gritavam e ficavam zangados. Mas Nina sempre permanecia impávida, calma e tentando evitar que as reações das pessoas afetassem demais a continuidade da tarefa.

A operação de pagamento acontecia uma vez a cada três meses, e começava às 9 horas e se prolongava até 12:30. Ao sair, Nina se despedia das mulheres que a ajudavam e ela voltava a Santa Rita, a sua casa, onde a aguardavam seus afazeres domésticos. O primeiro dia em que a acompanhei nesse percurso, e enquanto carregávamos as grandes caixas com os cheques sobre a rua Santa Rita e antes de chegar a Almafuerde, Nina interceptou uma mulher que passava com os dois filhos e sem cumprimentar disse com um tom desafiante *...você tem que ir assinar porque vou fazer uma nova lista e quem não assinar não recebe... Vou, vou*, respondeu a mulher e acrescentou, *...o Tucu me disse, mas tinha a festa da escola de meu filho*. Mas Nina insistiu com veemência *...Bom, agora você já sabe, tá?*

Continuamos caminhando e viramos por Almafuerde. Antes de entrar à *tira* que levava até sua casa, outra vizinha interceptou a protagonista, perguntando com tom afirmativo ao ver as grandes caixas de papelão *...Ah... você esteve entregando os cheques? Estive*, respondeu Nina e acrescentou *...e o seu já está, eu dei uma olhada*. Antes de nos dirigirmos a sua casa, Nina deixou primeiro as caixas na casa da mãe. E depois, tendo já cumprido uma de suas obrigações, convidou-me para beber chimarrão.

A sala da casa de Nina e Rubén compunha-se de uma mesa de madeira com pés de ferro e muitas cadeiras. Nas paredes estavam pendurados os retratos dos 10 filhos e separado, em um pequeno modular, encontravam-se as fotos dos 3 netos de ambos. Nesse cenário, Nina se dispunha a controlar cada um dos 6 filhos mais novos que se preparavam para ir à escola. Em especial, revisava as roupas, os agasalhos, os cadernos e mochilas -que levavam inscrito o escudo do município de La Matanza- e os copos, pois almoçavam no refeitório da escola. Enquanto transcorria esta cena, várias pessoas batiam palmas, chamando na porta. Perguntavam por planos ou procuravam Rubén, e

até um velhinho costumava ir de longe até a casa porque Nina guardava para ele em uma sacola um pouco de pão que restava do dia anterior.

Uma vez que se despediu dos filhos e o circuito de pessoas que se aproximavam da casa parou por completo, ficamos sozinhas. Foi nesse clima de maior intimidade que deu início a rodada de chimarrão. Ela encostou novamente na mesa e revelou mais dados sobre esses recursos, quando disse: *...estes planos chegaram há mais de dois anos, em 2002, e desde então, quando vieram esses planos, as pessoas se inscreveram todas... Rubén era o coordenador do Chefes aqui em Matanza e a gente também inscrevia até aqui, em casa ...mas agora tanto no Chefes quanto no Famílias estão fazendo cruzamentos de informação com ANSES e se ficam sabendo que dois beneficiários com os mesmos filhos, ou de uma que o marido tem cobertura médica, um deles é excluído e acrescentou Além do mais, muitos recebem e se queixam que não querem ir às capacitações e não querem trabalhar.... Mas sei lá eu... beneficiários... beneficiários... eles para mim são os vizinhos de toda a vida...*

A ANSES (Administração Nacional de Segurança Social) é um órgão descentralizado criado em 1990 em jurisdição do Ministério de Trabalho e designado para administrar os recursos correspondentes aos sistemas federais de aposentadoria e pensões, de trabalhadores com vínculo empregatício, de autônomos, de subsídios e de encargos sociais. Por sua vez, desde 1992, a ANSES administrava também as receitas do Fundo Nacional de Emprego que financia os Programas de Emprego, administrados pelo Ministério de Trabalho -como o Plano Chefas e Chefes de Família. Para esse órgão eram enviadas as listas dos candidatos para serem incorporados no Cadastro Nacional de Beneficiários, passo necessário para efetuar o pagamento e, por sua vez, esse era o órgão que controlava que os beneficiários não tivessem contribuições previdenciárias. Elas correspondiam a descontos sobre o salário de trabalhadores ativos. Assim, o “cruzamento de informação” era a denominação técnica para detectar aqueles beneficiários que não cumpriam com o quesito de estar desempregados.

Com esse comentário, nossa protagonista revelava ter um ótimo conhecimento dos planos e seus mecanismos de controle, ao ponto de identificar o órgão encarregado das revisões, a ANSES -oferecendo um conhecimento mais pormenorizado que o assinalado pelo Tucu em relação às “exclusões” do benefício. Nina adjudicava os controles ao caráter massivo do cadastramento quando assinalou que em 2002 “todas as pessoas se inscreveram”. Mas as “exclusões” foram adjudicadas a um órgão oficial, a “ANSES”, que também fazia parte da execução do Plano Chefes junto do Ministério de

Trabalho. De modo que os titulares eram excluídos do subsídio depois de controles que executavam os órgãos do Estado que viabilizavam o subsídio e não pelos doadores que cadastravam os titulares nos bairros periféricos. Essa situação era favorecida pelo fato de que os beneficiários excluídos não podiam ser substituídos por novos candidatos. Por esse motivo, os doadores como Rubén não solicitavam a “exclusão”¹² porque dessa maneira o município perdia um recurso que recebia através de pessoas. Isso não ficava claro para os beneficiários, que desconheciam como operava o procedimento da exclusão. As referências eram “me tiraram” para assinalar a perda do benefício. Mas nessa expressão o agente de eliminação ficava indeterminado -o que contribuía a criar um clima de suspeita ou no qual a ameaça pela perda estava sempre latente. Esse contexto favorecia os doadores que, amparados à sombra dessa dúvida, podiam demandar de seus beneficiários exigências não explicitadas na normativa do Ministério de Trabalho -como o voto e a presença em atos políticos.

Ao mesmo tempo, o comentário de Nina é revelador de um saber que vai mais além do tecnicismo próprio dos planos. Ao afirmar “...recebem, se queixam e não querem trabalhar”, nossa protagonista demonstrava conhecer o modo em que seus vizinhos representavam o subsídio recebido. Por se envolver na distribuição de planos e alimentos, Nina tinha adquirido o vocabulário e os saberes que instruíam os órgãos estatais que desenhavam recursos através das capacitações e o preenchimento de formulários e listas –conhecimento que articulava com outro saber adquirido em sua trajetória pessoal como moradora de uma *villa* de La Matanza. Uma articulação que deixou em claro quando colocou em paralelo o termo que identifica os habitantes dos bairros, os “vizinhos”, com o de “beneficiário”. Pelo tom de aborrecimento com que Nina enunciou o paralelismo, revelava que não existia uma simetria ou equivalência entre os termos, mas um processo pelo qual -por trás de uma aparência de sinonímia- o segundo termo tinha sido despojado de uma implicância central que constituía o significado do primeiro deles. Assim, “vizinho” era “Juan, o do fundo” ou “Juan, o cunhado de José”, isto é, alguém que podia ser identificado pelo seu lugar de residência e o mundo de suas relações. Diferente de “beneficiário”, uma categoria abstrata que

¹² Pautassi, Laura; J. Rossi e L. Campos (2003:7) põe em destaque que, apesar de o Plano Chefes ter sido declarado como um benefício “universal”, os candidatos deveriam se cadastrar até dia 17 de maio de 2002. Segundo os autores, a restrição não estava prevista na normativa legal, mas teria existido uma instrução do Ministério de Trabalho que assinalava que os requerimentos para se cadastrar só seriam recebidos até essa data -razão pela qual resulta impossível, atualmente, ingressar como beneficiário. Por sua vez, funcionários do Ministério de Trabalho faziam referência a esse benefício como um “plano fechado”.

simplesmente era reconhecido pelo nome e número de documento, o titular de um recurso estatal desprovido de qualquer laço social.

Como vimos, Nina tinha plena consciência disso e vivia com angústia e mal-estar a situação. Porém, era uma situação iniludível que entrava em jogo de maneira quase permanente em suas atividades como coordenadora da operação de pagamento e de contrapartida do Plano Famílias. Não esqueçamos que Nina interceptou uma mulher para que fosse assinar, outra lhe perguntou pelo seu cheque e numerosas pessoas a visitavam em sua casa para saber dos recursos. Essas situações faziam evidente que para Nina o termo “beneficiário” resultava bastante chocante e que se opunha ao termo “vizinho”, que ela utilizava para nomear essas mesmas pessoas. Suas tarefas cotidianas à frente do Plano Famílias e encarregada do grupo de “tarefas manuais” obrigavam-na a sentir, de maneira constante, o impacto dessa oposição.

Nos dias seguintes, continuei acompanhando-a para *entregar os cheques*. As cenas costumavam se repetir. Eram sempre grupos formados, mormente, por mulheres que assistiam para receber o benefício, algumas iam com os filhos e muitas delas estavam grávidas. E também estavam as que iam receber o dinheiro, mediante uma procuração, de uma familiar presa. Em uma oportunidade, Nina me mostrou uma lista da dimensão de uma lauda que correspondia a titulares do Plano Famílias que estavam em prisão, e me comentou como ela e Rubén ajudaram vários vizinhos de Santa Rita que estavam presos para que pudessem receber o dinheiro dos planos.

Em uma dessas longas manhãs, além de receber os cheques, os beneficiários se depararam com uma novidade que era comunicada mediante a entrega de um folheto que indicava a realização de uma nova “operação de contrapartida indispensável para manter o benefício”, e que se prolongaria até o final do mês de julho. Isso significava a obrigação de reunir e entregar a documentação dos titulares, e em especial dos filhos, para certificar que iam à escola e cumpriam com o plano nacional de vacinas. Naquele meio-dia, quando saímos, Nina comentou às moças que a ajudavam na tarefa que para a nova operação *...vão enviar pessoas da Universidade e também de outros agrupamentos; por isso, podem fiquem sossegadas que não vamos estar sozinhas...*, em referência a que se tratava de uma decisão adotada pela Secretaria de Ação Social do Município.

No interior do partido peronista, os agrupamentos ou *linhas* são grupos de referência integrados por dirigentes e militantes que se constituem com a finalidade de conformar uma chapa de pré-candidatos e, sem importar que triunfe ou não nas eleições,

costuma se diluir posteriormente. Têm autoridades, um líder principal, nome e espaços físicos de reunião. Embora sejam heterogêneos, os agrupamentos possuem como traço comum que são formados em oposição a outra *linha*, embora possam se unir para enfrentar um terceiro (Rosato, 2003:65 e Soprano Manzo, 2003: 64). Assim, o governo de La Matanza recrutava para as tarefas administrativas de grande escala seus próprios militantes, que respondiam a diferentes autoridades e conseqüentemente, como veremos, mantinham compromissos que acabavam se contrapondo.

Certo dia da operação e depois das 12:30 horas, quando a jornada já tinha acabado e empacotávamos as caixas com os materiais de papelaria e cada uma juntava a bolsa e o agasalho, sentimos como alguém começou a bater e chutar fortemente a porta externa de ferro. Essa manhã não tinha sido muito sossegada, muito pelo contrário. Uma das beneficiárias tinha gritado para Mari, uma das colaboradoras de Nina que controlava a porta, quando ela tinha fechado para delimitar o número de beneficiárias a serem atendidas: *...você não dê uma de espertinha... você é tão morta de fome quanto eu. ...É... É...tranqüila... tranqüila*, respondeu Mari um pouco consternada, provavelmente porque eu estava junto dela quando o episódio aconteceu. Ela comentou tudo à Nina, mas ela não prestou muita atenção. As pessoas que foram naquela manhã ultrapassaram amplamente o número dos dias anteriores, o que criava um clima de tensão e desconforto. Isso devia-se também a que muitas delas se apresentavam mais de uma vez, quer porque faltava um certificado ou porque tinham esquecido ou perdido um documento; ou, como neste caso, porque foi impossível chegar no horário de atendimento ao público. De modo que aquelas batidas na porta do clube não fizeram outra coisa que preocupar Nina ainda mais, até que de tantos golpes a porta se abriu e um grupo de mulheres ingressou aos gritos. Nina não duvidou e chamou Rubén e também a polícia. A viatura chegou rapidamente e pretendeu que Nina atendesse as pessoas que permaneciam do lado de fora -que não eram mais de 25. Nina disse *...Não, são mais, eu não vou atendê-los... já acabamos...* O policial insistiu para que atendesse e uma mulher, aos gritos, dizia *...ela, ela* -apontando para Nina com o dedo -*ordenou que não nos atendessem*. Nina, embora consternada, tentava manter a calma e continuava guardando as coisas.

Rubén, que fazia poucos minutos tinha chegado, vigiava atentamente a cena tentando que a situação não se tornasse incontrolável. O clima de tensão que tinha se criado fazia presumir que qualquer coisa podia acontecer. A mulher continuava dando voltas pelo salão, dirigindo-se a Nina aos gritos *...você não dê uma de esperta que*

também é villera. Nina não pôde evitar responder esse comentário, que era antes uma agressão, e disse, desta vez aos gritos: *...Sou villera e com muita honra ... criei dez filhos em Santa...* Ambas pareciam não perceber que o policial estava nesse lugar e, ao ver que não era escutado, retirou-se com um gesto de decepção no rosto, por não poder resolver a situação. Enquanto isso, as colaboradoras de Nina, embora com surpresa e desolação, continuavam guardando as coisas. Finalmente, a mulher que deu início ao incidente explicou, aos gritos, o motivo da insistente reclamação: *...tenho dois filhos asmáticos e eles estão doentes e não sei quando vão ficar bem de saúde para eu poder voltar com os papéis... quero que eles me atendam agora, mesmo não sendo o horário.* Nina respondeu enquanto ela se dirigia até a porta e o resto das mulheres e estudantes a acompanhavam: *...olha, faz dois meses que avisamos vocês que têm que trazer tudo de novo, vocês já sabiam disso e que é até o dia 28 de julho... já sabiam... e que é até as 12:30 ...também sabiam...* Tal cena não fazia mais do que me permitir presumir que para essas mulheres “permanecer no plano” supunha vencer obstáculos de muito difícil resolução: reunir a documentação, deixar os filhos sós e doentes, obter o dinheiro para a condução, fazendo longas distâncias -e assim continuavam as dificuldades. Nina e as moças saíram sem olhar para o que acontecia com a mulher, quem finalmente foi embora sem ser atendida. Na porta, os estudantes foram embora primeiro e as mulheres e eu empreendemos o caminho de volta, sem poder evitar fazer comentários sobre o que tinha acontecido. Algumas começaram a dizer *...amanhã não volto...* e Nina acrescentou desafiante *...amanhã eu volto com todos meus filhos.* Rubén também tinha se retirado minutos antes sem que ninguém percebesse.

Nas queixas e acusações que as beneficiárias dirigiam à Nina havia um elemento central da vida desse mundo marcado pelo desemprego, o trabalho precário e o crime. Tratava-se do modo em que eram percebidas a mobilidade e promoção social por aqueles que não tinham a mesma sorte. As mulheres que iam renovar o plano viam em quem as atendiam seus pares, seus vizinhos, mas levando adiante uma tarefa que requeria uma certa qualificação: saber ler e escrever, reconhecer autenticidade nos documentos, organizar filas e dar ordens, como autorizar ou desautorizar o ingresso de pessoas. Assim, as pessoas que realizavam essa tarefa se sentiam e eram vistas pelas assistentes como pessoas que, de igual procedência, passavam a ocupar outra posição. A encenação dessa mudança de status, que era representada na fila, resultava irritante para as assistentes e dava origem a acusações que confirmavam a semelhança de origem

entre a acusadora e a acusada: “você é uma morta de fome como eu” ou “você também é *villera*”.

Nesse sentido, vale a pena acrescentar que Guber ([1984] 2006) assinalou que a identidade social *villera* é baseada na atribuição externa de duas características: a pobreza e a imoralidade; e que esse estigma costuma ser configurado de diferentes formas pelos *villeros* em função de seus interesses e interlocutores. Essa nova configuração semântica pode ser observada na resposta de Nina à acusação da mulher que reclamava ser atendida. A acusação de “*villera*” colocava Nina em um plano de igualdade com a acusadora, isto é, ambas são moradoras de bairros construídos em localizações usurpadas, onde o roubo e o crime eram atividades freqüentes na vida de seus moradores. A essa imputação, Nina deu uma resposta que revertia completamente o significado negativo da acusação, argumentando que a condição de “*villera*” era para ela uma *honra*. Algo do que ela estava orgulhosa, porque foi nesse contexto de adversidade que conseguiu criar 10 filhos. Criar filhos na *villa* seria, então, uma prova do próprio esforço, da capacidade para enfrentar o perigo e a ilegalidade; e, ainda mais, evitar que esses valores fossem reproduzidos. Não esqueçamos o cuidado que Nina exercia com relação às companhias dos filhos e o esforço constante por mantê-los ocupados e *longe da rua*, o espaço onde podiam entrar em contato com os jovens que se dedicavam ao roubo e outras atividades criminosas.

Essa mudança de posição podia, em alguns raros casos, incluir a obtenção de um emprego com carteira assinada e estável no quadro de funcionários municipais. Vejamos o que aconteceu com Irene, uma mulher por volta dos 50 anos que pertencia a outra agrupamento peronista e que também participou da operação. Um dos últimos dias de entrega da documentação, Irene ingressou ao salão do clube com um sorriso de orelha a orelha e depois de cumprimentar todas comentou ansiosamente o motivo de sua alegria: ...*Queridas, vou ser municipal, começo a trabalhar no mês que vem no depósito de materiais da Prefeitura*. Nina, surpresa, arregalou os olhos. Cumprimentou Irene efusivamente e disse ...*Maaaasss, parabéns!* E, a seguir, acrescentou: ...*Mas então Gabriel vai ser teu chefe, meu compadre*.

Irene contou que essa manhã tinha ido ao depósito e, antes de deixá-la entrar, perguntaram-lhe insistentemente quem era e por que ia e que quase não a deixaram passar. Depois de relatar as dificuldades que teve que esquivar para ingressar, explicou as causas de sua promoção: ...*O que acontece é que faz um tempão que eu militava com eles... como 10 anos. Verdadeiramente eu merecia isso*. Nina também acrescentou

...claro que você merece. Além do mais, aí você vai estar ótima porque aí eles cozinham, olha meu compadre, mesmo querendo ele não pode fazer regime. Ahh, também eu vou te pedir -acrescentou Nina, como quem percebe repentinamente a dimensão da mudança, e que a promoção de Irene a podia favorecer- *que você controle meu marido, que vai sempre por aí. ...É claro,* respondeu Irene e perguntou o nome. *Rubén Linares,* respondeu Nina. *Li... como?,* perguntou Irene. *Linares,* repetiu Nina e seguidamente chamou outras das mulheres e disse *...fala pra ela* (assinalando Irene) *que controle também o teu.* Quando Irene acabou de apontar os nomes e levantou a cabeça do papel, Nina disse para ela *...e você presta atenção.. se cuida, menina... olha que meu compadre é muito mulherengo e por aí você não vai achar muitas mulheres à exceção da Beatriz...* (a secretária de Gabriel). Nina sentia que o marido, ao atravessar uma etapa de progresso pessoal, podia se tornar objeto de desejo para outras mulheres e pediu a Irene ajuda para controlá-lo.

Depois de um tempo, já quase sobre o final da jornada chegou o marido de Irene, quem cumprimentou todas as mulheres presentes. Ao vê-lo, Nina enumerou para ele os novos benefícios que, pelo emprego de Irene, seriam extensivos a ele. *...Olha,* disse Nina dirigindo-se a Irene *...você vai poder fazer os trâmites para ter cobertura médica e incluí-lo a ele e também às crianças, você vai ter sindicato e, além do mais, fica tranqüila porque você vai ser permanente... e os permanentes ficam, embora a gestão mude.* Era surpreendente a alegria que a promoção de Irene despertava em Nina, provavelmente porque era similar à de Rubén quem, depois de alguns anos de *entrar na política,* obteve um emprego no quadro permanente de trabalhadores do município. A emoção e a alegria de Nina expressavam quão extraordinário tinha sido aquele momento em sua vida, e como ela podia pontualmente enumerar todos os benefícios que essa mudança de status trouxe para o conjunto do grupo familiar: plano de saúde, amparo sindical e a valorizada permanência no emprego.

Nesse sentido, lembremos que Irene argumentou sua promoção como um “mérito por 10 anos de militância” junto “deles”, isto é, um grupo de dirigentes de seu agrupamento. A tarefa principal dos militantes acontece durante os períodos eleitorais e consiste fundamentalmente em convencer os votantes que sua chapa ou partido “é a melhor de todas as chapas que se apresentam”; para tanto, a tarefa considerada mais importante é a *visita casa por casa.* Em especial, aquelas em que algum membro da família é conhecido ou com as quais o militante tem uma relação pessoal ou política

(Rosato, 2003:75) e que, como veremos, era uma prática que Rubén exercia de maneira quase constante para oferecer os recursos públicos de que dispunha.

Entretanto, a visita não era a única tarefa dos militantes durante os tempos eleitorais, já que podia ser acompanhada por outras atividades como a participação nas operações do Plano Famílias. Não disponho de mais dados sobre Irene, no entanto, muito possivelmente ela também -como outros militantes que apresentarei em capítulos seguintes- recebia um Plano Chefes de Lar e o ingresso ao quadro de trabalhadores do município representava uma mudança transcendente que era vivida como um prêmio ao mérito, como um gesto de reconhecimento e aprovação à lealdade, o valor mais ponderado entre os militantes peronistas. Nesse sentido, Boivin, Rosato e Balbi (2003) demonstraram que o conceito de “lealdade” funciona como um princípio articulador das condutas dos militantes peronistas e encontram sua oposição na noção de “traição”. Assim, a promoção de Irene relacionava-se com a de Gastón, quem a explicava em termos similares à militância como “a política”. Porém, nem todos os militantes conseguiam obter um emprego no município: somente aqueles “leais” e com “mérito”. Assim, o mérito parecia constituir-se no argumento moral ao qual as pessoas apelavam para justificar a decisão arbitrária de obter um recurso em disputa com outros que reuniam as mesmas condições. Isto é, a plena dedicação e a antiguidade na militância. Merecer era, nesse contexto, ser digno de algo por conduta e comportamento; o mérito de uma pessoa era aquilo que devia ser compensado, uma compensação que se tornava visível como uma obra de bem ou um gesto de justiça e que originava fortes disputas e conflitos entre os candidatos.

Essa questão assume um caráter central, porque nos permite introduzir um ponto de discussão com a literatura que se refere a esses circuitos como de “clientelismo político”. Menciono em particular a etnografia de Auyero (2001), para quem os dadores como Rubén são *punteros* ou “mediadores” que distribuem recursos como medicamentos, programas de assistência social e empregos municipais (Auyero, 2001:117) sem estabelecer precisões dos recursos nem no modo em que as pessoas que os recebem os representam.

Como podemos observar em Santa Rita, os planos ou programas sociais eram bens que os doadores municipais dispunham em grande escala e distribuíam em operações massivas. Pelo contrário, os empregos municipais eram recursos escassos reservados para uns poucos “com anos de militância” e atribuídos ao “mérito pessoal” e à lealdade. De modo que, para a análise minuciosa dos circuitos de distribuição de

recursos públicos resulta iniludível precisar o tipo de bem em jogo, já que, como vemos, as pessoas envolvidas nesses circuitos tendem a qualificá-los de maneira hierarquizada. Nem todas as pessoas podiam aspirar a um emprego estável -somente aquelas que contavam com vários anos de militância e dedicação plena ao partido, entre os quais se destacavam Gabriel e Rubén e a quem agora era acrescentada uma mulher: Irene. Como vemos, trata-se de uma mobilidade cujos casos podem ser identificados e contados um por um. À diferença dos beneficiados pelos planos, cujo número era sempre impreciso em função da magnitude das operações de cadastramento, dos controles ministeriais e, como veremos, das freqüentes mudanças de doador.

Até aqui o leitor familiarizou-se com as atividades de Rubén, Nina e o Tucu e com os bens aos quais os militantes dos agrupamentos peronistas tinham acesso. Resta saber como era a vida dos simples vizinhos que somente dependiam dos planos. Esse é o tema da próxima seção.

Rubén me apresenta um grupo de vizinhos de Santa Rita e conheço uma pessoa inesperada

As atividades de Rubén durante a campanha o tinham extremamente ocupado. Porém, uma jornada em que uma reunião foi cancelada transformou-se numa oportunidade excelente para que me levasse “casa por casa” para conhecer um grupo de vizinhos que ele mesmo escolheu.

A visita aconteceu um mês e pouco depois da minha chegada a Santa Rita e foi durante um meio-dia, razão pela qual alguns vizinhos já tinham me visto circular pelo clube. O primeiro ponto de nosso itinerário foi muito próximo da casa de Rubén e Nina. Fomos visitar Gurí, uma antiga vizinha de Santa Rita e *amiga de rapazes*. Quando chegamos, Rubén bateu palmas e explicou à Gurí qual era o motivo da minha presença e sem demora ela me fez entrar. Poucos minutos antes ela e sua família tinham acabado de almoçar e, por isso, na pia da cozinha podiam se observar duas panelas grandes e uma pilha de louça suja.

Gurí era uma mulher por volta dos 30 e poucos anos. Estava casada com Hugo e tinha quatro filhos, dois deles surdos-mudos, para quem Rubén e Nina tinham ajudado a obter duas pensões por filhos deficientes. Durante alguns anos, antes de se casar, ela ganhava a vida como empregada doméstica, mas agora assegurava que sua vida *era em*

casa junto dos filhos. Naquele momento, a meados de 2005, o marido trabalhava em Segurança na Empresa Ferrocarriles Argentinos, embora *estivesse sem carteira assinada*, isto é, não o tinham registrado porque quando levou os papéis dos filhos seus empregadores disseram, espantados, que com quatro filhos deveriam pagar um alto salário-família e preferiram não registrá-lo. Ela recebia também o Plano Chefes. O que me surpreendeu era que eu nunca tinha visto circular a Gurí pelo clube para deixar constância da sua presença, como tão expressamente Nina tinha frisado na reunião do grupo de trabalho manual. Pouco tempo depois daquela visita, ela mesma contou um dia em que viajamos juntas no ônibus, que o irmão *...costumava andar em política com Rubén*. Eu perguntei ansiosa quem era ele, *...o negro Gómez*, respondeu. Provavelmente, a proximidade do irmão com Rubén era uma circunstância que a favorecia respeito de outros moradores que não contavam com essa proximidade em suas relações com o doador principal, evitando-lhe o transtorno de descuidar dos filhos e os afazeres domésticos.

O dia que visitei a Gurí pela primeira vez, depois de conversar com ela voltei para casa de Rubén. Quando cheguei o encontrei sentado na mesa da sala, revisando as mensagens do telefone celular, e mal olhou para mim perguntou como tudo tinha decorrido. Depois de pensar um segundo, levantou os olhos e disse *...posso te levar para que você conheça Josefina também*. Perguntei onde era e quando podíamos ir. Ele respondeu, girando a cabeça de lado *...atrás, no fundo, e vamos que levo você agora*. Desse modo foi que saímos da casa e com a mão direita ele apontou na direção que devíamos empreender, à procura de Josefina.

Rubén não era um homem alto, e sim o contrário; ele mal ultrapassava meu metro sessenta centímetros de altura e embora estivesse com excesso de peso surpreendia pela agilidade com a qual ele se deslocava pelos estreitos corredores de Santa Rita, que parecia conhecer como a palma da mão. Atravessamos os primeiros passadiços e saímos à rua principal onde uma mulher idosa, por volta dos 70 anos, da entrada de sua casa o cumprimentava, jogando beijos com a mão enquanto dizia *...o que você está fazendo Rubencito?* Era Dona Maria, a vizinha mais antiga do bairro, quem costumava ser chamada de “a peronista”. Rubén assegurava que, às vezes, preferia cumprimentá-la de longe porque *...quando gruda não me larga mais*, em sinal do carinho e da estima que ela lhe professava por *...tudo o que ele fazia pelo bairro*.

Da esquina da casa de Dona Maria começamos o caminho para outra *tira* até que finalmente chegamos à casa de Josefina. Uma vez aí, Rubén me apresentou e pediu que

conversasse um momento comigo *...sobre bairro e dessas coisas*. Imediatamente ela me deixou entrar e pediu desculpas pela desordem da casa. Sentamos em uma mesa onde ainda ficava louça do almoço dos filhos mais novos. Reconheci o rosto de Josefina: eu a tinha visto no clube, assinando a lista de presença.

Josefina tinha 35 anos. Estava casada, tinha onze filhos, um deles tinha falecido fazia mais de um ano por problemas respiratórios e já era avó de um neto. Aquele dia, sete dos dez filhos de Josefina olhavam para mim atônitos enquanto eu conversava com a mãe, ao redor da mesa da sala. Nesse espaço, ela contou que era empregada doméstica em casa de uma família em Lomas del Mirador, uma localidade habitada por setores de classe média no centro de La Matanza, e que Rubén a tinha cadastrado no plano porque ela tinha pedido para ele *...e que ela não ia decepcioná-lo*. Ao tempo da inscrição, Rubén *lhe avisou que tinha saído para receber* e poucos meses depois deu início a tarefas de limpeza em uma escola de Puerta del Sol, uma *villa* distante aproximadamente a 700 metros de Santa Rita. Josefina estimava e respeitava Rubén, a quem chamava “Seu Rubén”. Assim ela fez referência a ele para contar que um dia pediu *...por favor* que fosse levada à escola 47, que estava na entrada de Santa Rita, mais perto de sua casa, e Rubén que *...sempre me ajuda* cumpriu com o pedido. Josefina, à diferença do resto das mulheres que circulavam pelo clube, não pertencia ao grupo de trabalhos manuais, mas àquele que realizavam tarefas de limpeza em escolas e hospitais. Rubén me contou depois que a Josefina *lhe* era permitido pegar parte dos alimentos preparados na escola durante o meio-dia, porque dessa maneira ela assegurava o jantar dos filhos. Aquela tarde, antes de eu ir embora, ela mostrou a máquina de lavar que tinha comprado de “segunda mão” o dia que recebeu o pagamento do plano, e que tinha pagado 50 pesos por ele, já que com os 100 restantes pagou a conta do mercadinho onde pedia fiado. Conforme Josefina, o dinheiro do Plano *...durava um minuto*.

Me despedi amavelmente e ela saiu para me acompanhar em direção à casa de Rubén. Aos poucos metros de sair, encontramos com Rubén. Mal ele me viu, começamos a voltar em direção a sua casa, mas parou como se lembrasse de algo repentinamente e me disse enquanto começava a retroceder *...não, vem por aqui, vamos para casa da Eugenia*. A casa de Eugenia estava situada a poucos metros da casa de Josefina, na mesma *tira*. Rubén me advertiu, antes de entrar, que poucos meses atrás um dos filhos de Eugenia tinha sido assassinado por *...uma banda de moleques do fundo* e que iria embora rápido porque *...quando se lembra do filho morto, ela chora baldes por*

ele. Quando chegamos, Rubén bateu palmas e saiu Eugenia para atendê-lo. Ela era uma mulher por volta dos 45 anos, morena com o cabelo longo e liso. Rapidamente ele lhe explicou *...esta é a moça da qual eu te falei* -disse Rubén respeito de mim. Eugenia me fez entrar e quando estivemos na cozinha da casa, convidou-me à mesa e pôs água para que bebêssemos chimarrão. Eugenia era viúva e recebia uma pensão do marido. Tinha quatro filhos, dois dos quais estavam presos, outro ainda morava com ela e o quarto filho era o falecido. Quando começou a me falar dele, o tom de voz mudou completamente, e imediatamente os olhos ficaram cheios de lágrimas. A seguir, disse que *...Todas as vezes que tenho que ir para lá, para o fundo, vejo com meus olhos os assassinos do meu filho e cada vez que eles me vêem, abaixam a cabeça, esses sempre vergonha*. Enquanto ela enxugava as lágrimas, contava *...Além do mais, quando ele morreu não tinha onde velar seu corpo... graças a Deus Rubén me emprestou o clube para que eu pudesse velar ele, porque minha família é muito grande e não houvesse podido velá-lo em casa*. Resultava-me enormemente comovedor o relato de Eugenia e eu não sabia como consolá-la, enquanto ela continuava dizendo, um pouco resignada *...Sempre quis ir embora de Santa... mas aqui estou*. Perante tanta dor, o único que atinei a perguntar era se ainda assim não tinha amigas em Santa Rita ou a quem ela recorria quando se sentia sozinha e abatida. Devagar, um pequeno sorriso formou-se no rosto, como se a pergunta lhe houvesse permitido descobrir que apesar do momento difícil que atravessava tinha alguém em quem podia confiar, e me disse mais aliviada *...Sim, sim... tenho ...aqui em frente* e assinalou a casa que se via pela janela: *Fernanda... você quer ir?*, perguntou. *Quero*, respondi sem duvidar. Antes de ir, ela me fez um comentário que antecipava o que aconteceria minutos depois, na casa da amiga, quando me disse *...bem, olha que aqui o Rubén, como ele anda em política, tem muitos que não gostam dele, mas em fim... vamos?* -perguntou, e a seguir saímos da casa e atravessamos para a outra *tira*.

A casa de Fernanda era contígua à casa de Josefina. Quando chegamos, Eugenia bateu na porta e saiu Fernanda, uma mulher loira de cabelo curto e estatura baixa e um pouco gorda, quem logo nos fez entrar. Mal entramos, Eugenia me apresentou como uma moça que faz um estudo em Santa Rita para uma universidade do Brasil. Lembro que me surpreendeu que o primeiro objeto com o qual eu tropecei, quando ingressei à sala, era uma cadeira de rodas que pertencia ao filho mais novo, de 11 anos. Fernanda tinha 31 anos, era viúva e além do filho homem deficiente, que tinha sido recentemente operado, tinha uma filha adolescente que ainda cursava o segundo grau. Ela nos

ofereceu uns chimarrões, apresentou-me a mãe que estava junto dela e ligou a televisão. Começou a mudar de canal até que apareceu na tela a imagem de Luis D’Elía, presidente da Federação de Terra e Moradia. Fernanda disse *...uhhh vou deixar aqui... passei um tempão com esses caras...* e dirigindo-se a mim, acrescentou *...porque eu antes era piqueteira*. Fiquei atordoada com a identificação de Fernanda, porque ela foi a primeira pessoa que conheci que se reconhecia com essa identificação desde que eu ia a La Matanza, o município bonaerense onde aconteceram os primeiros *piquetes* da periferia de Buenos Aires e os de maior duração¹³. Provavelmente a demora em encontrar pessoas com essa referência devia-se a que meu contato inicial foi com Gabriel e Rubén, ambos ligados às repartições municipais em disputa com as organizações piqueteiras pelo controle de recursos públicos; e, por esse motivo, pouco interessados em que eu –uma pesquisadora que pretendia conhecer as “atividades comunitárias de La Matanza”- os conhecesse ou entrasse em contato com eles.

A identificação de Fernanda despertou minha curiosidade por completo, e comecei a interrogá-la, ansiosamente, acerca de como ela tinha se envolvido com os piqueteiros; em um bairro onde a maioria dos recursos pareciam controlados por pessoas ligadas estreitamente ao município e aos principais dirigentes do partido peronista. O relato de Fernanda continha importantes precisões em relação aos planos, à organização dos *piquetes* e também em relação à trajetória de Rubén. Estas foram suas palavras quando a interroguei sobre seu contato com os piqueteiros: *...Por volta de 97... 98... comecei a andar com os coletes de identificação amarelos porque um amigo de minha mãe tinha me falado que por ser viúva e ter um filho doente devia encarar uma luta popular, ir aos piquetes e reclamar um plano*.

Os coletes amarelos eram a vestimenta que usavam os beneficiários de planos em vigor até o ano 2001¹⁴ para a realização das tarefas de limpeza e desaguamento de ruas e, por esse motivo, tinham se tornado uma marca visível para ter acesso a um plano. Com essa referência, Fernanda manifestava ter uma certa antiguidade na assistência aos *piquetes* e a modalidades de ingresso a planos. *Devia ir aos piquetes e reclamar um plano*. E foi assim como, depois de assistir a vários bloqueios de estrada,

¹³ A etnografia de Quirós (2006), ao deslocar o objeto de análise dos “movimentos piqueteiros” para os indivíduos que participam deles, mostrou como as pessoas definem essa participação de modo diferenciada. Alguns dizem “ser piqueteiros” e outros estabelecem distância com uma frase de caráter transitório, afirmando “estar com os piqueteiros”.

¹⁴ Os planos sociais em vigor até 2001 foram os “Trabajar” e “Barrios bonaerenses”. Ambos foram absorvidos a inícios de 2002 pelo recentemente criado “Jefes de Hogar”. Apesar disso, uns poucos “bonaerenses” permaneceram com essa denominação e, na sua maioria, controlados pelas organizações piqueteiras.

obteve seu Plano Trabalhar, primeiro, e o Chefes, depois, por meio de Miguel -seu referente. Fernanda contou-me que suas primeiras atividades com o plano foram as de controle de assistência das pessoas que iam *...trabalhar a um canteiro de obra* e também que costumava assistir às *Assembléias* no bairro El Ingenio, onde eram decididos os *piquetes*; e que, para *ajudar* seu referente, envolveu-se também no controle da assistência durante os dias em que se prolongavam os bloqueios de estrada.

As chamadas de assistência eram confeccionadas por ela mesma, em quadros de dupla entrada, colocando o nome das pessoas no lugar das filas e os dias da semana no das colunas. De maneira tal que era possível identificar os dias em que as pessoas estiveram presentes ou ficaram ausentes do piquete. Fernanda entregava essa lista a seu referente e se transformava em um instrumento –importante- para a atribuição de planos ou para a exigência de dinheiro aos manifestantes que se retiravam com antecedência à vez estabelecida. Mas ela mesma, segundo me relatou aquela tarde, impunha suas sanções *...Porque nos piquetes são feitos acampamentos com lonas e são feitas fogueiras, pneus são queimados e tem que limpar tudo isso... se alguma ia embora antes, depois, quando ela voltava eu fazia ela varrer toda a estrada...* Fernanda continuava assim com seu relato *...Nos piquetes se passa fome, se passa frio... eu dormia nessas cadeiras de plástico...* disse e apontou para duas cadeiras que estavam empilhadas a um lado da mesa da sala, *...que eu mesma levava, e me cobria com cobertores...Além disso, comíamos aquilo que pedíamos nos mercadinhos, que já nos odiavam e... também naquela época quase não estava com meus filhos...deixava eles com a minha mãe.* Para Fernanda, a assistência aos piquetes foi a forma sacrificada de obter seu plano; e o controle da assistência, provavelmente, a forma de se abrir espaço no interior da organização. Ela mesma assegurava, um tanto resignada, que esta última tarefa a obrigava a ser *...um pouco, o dedo-duro dos referentes*, quer dizer, delatar o comportamento de seus companheiros, mas que aceitou fazê-lo de todo modo. Fernanda também contou, naquela tarde de chuva, que alguns poucos anos atrás seu referente tinha falecido e que ela mesma ocupou-se de ir ao Ministério de Trabalho apresentar *os papéis* para que eles não a *tirem* do plano.

Depois de responder extensamente todas as minhas perguntas, foi ela quem me interrogou, ao me perguntar, repentinamente *... e você... como chegou a Santa Rita?...* Foi Eugenia quem respondeu por mim, *...ela... Rubén apresentou pra gente...* e Fernanda comentou, completamente desiludida *...Uhhhh....* Esclareci que tudo o que conversávamos ficaria entre nós, que Rubén não saberia que tinha falado com ela; e

como já conhecia qual era a rede de minhas relações no bairro, atrevi-me a lhe apresentar outra de minhas perguntas, quando a consultei: *...por que estando aqui em Santa... você foi aos piquetes buscar seu plano e não com Rubén?...* Ela me respondeu, com um sorriso que deixava ver no rosto um gesto de burla, *...porque naquele tempo Rubén não tinha nada... carregava e descarregava botijões* (de gás). O depoimento de Fernanda dava mais precisões da atividade anterior de Rubén. Em “96, 97 não tinha nada”, quer dizer que ele não dispunha dos recursos que controlava em 2005, momento em que eu o conheci. Mas acrescentou um outro antecedente que completou a referência genérica que o próprio Rubén tinha me dado, quando simplesmente disse que “trabalhava em uma planta de gás”. Fernanda foi mais específica: naquela época (de 96-97), nosso protagonista “carregava e descarregava botijões”. Uma atividade que requeria, em primeiro lugar, o uso do corpo e da força física e, em menor medida, o intelecto e raciocínio; por esse motivo, tornava-se uma atividade desqualificadora para quem a exercia. Desse modo, esta vizinha que se reconhecia como “piqueteira”, desprestigiava Rubén -nossa personagem central.

Essa revelação esteve acompanhada de um sorriso gozador por parte de Fernanda, o que me fez pensar que esse gesto devia-se a que, dado que minha entrada no bairro tinha sido possível através de Rubén -um dirigente ligado ao município-, ele teria intenções de me ocultar algumas informações, como as relacionadas com a sua trajetória. Por esse motivo, no final da conversa ela mesma acrescentou mais dados em seu relato sem que eu pedisse, afirmando *...aqui tinha outro que inscrevia nos planos, o Alejandro, que é irmão do Rubén, mas sei que não se falam... e outro que foi embora, o Gabriel...*

Ao identificar-se como “piqueteira”, Fernanda estava se colocando por fora do circuito de Rubén, mas a decepção que expressou ao saber que minha presença no bairro devia-se à intervenção dele fazia-me presumir que entre eles existia uma certa inimizade. Por esse motivo, o caso de Fernanda torna-se revelador de outros aspectos presentes pouco tratados ou, ainda mais, não tratados pela literatura sobre clientelismo político, como é: o lugar que adquirem outros aspectos, como a amizade e a afinidade pessoal, nas redes de distribuição de recursos públicos em troca de votos. Lembremos também que esta vizinha assinalou que seu referente tinha falecido e que ela mesma foi quem se ocupou de renovar o plano no Ministério de Trabalho. Como veremos depois, nos períodos de renovação dos planos, quando as autoridades ministeriais solicitavam o reenvio dos documentos dos titulares e de seus filhos, era possível passar-se de um

doador a outro. Assim, ao decidir ela mesma levar seus documentos ao Ministério, Fernanda manifestava querer evadir deliberadamente a intervenção de Rubén -revelando quão grande era a inimizade que os separava. Como vemos, os aspectos intangíveis ganhavam uma importância vital no mundo de relações dos moradores de Santa Rita. Um ponto ao que prestaram particular atenção Mauss (2003), Leach (1977) e, mais recentemente, Sigaud (2007) e sobre o qual voltarei nos capítulos subsequentes.

Quando saí naquela tarde da casa de Fernanda, junto de Eugenia, iniciamos o caminho em direção à rua e novamente divisei Rubén circulando por aí. Antes que eu pudesse dizer algo, ele me disse *...posso te levar para a casa da Mónica, também já avisei que íamos*. E assim fizemos. Segundo me advertiu antes de entrar, Mónica -o mesmo que Josefina- era dos vizinhos que estavam *...mais fudidos*. Quando chegamos a sua casa, Rubén disse *...aquí está, é ela...*, e a seguir Mónica respondeu *...é, já vi ela no clube no outro dia, com o Tucu...* e me fez passar. Entramos à sala de sua casa e Mónica afastou da mesa uns pratos com restos de comida que tinham ficado aí do almoço e, para que eu pudesse sentar, tirou uma pilha de roupa para passar que tinha em uma das cadeiras. Por último, antes de começar com nossa conversa, pediu a dois dos filhos que estavam em casa que fossem ao quarto porque a nossa, disse, seria uma *...conversação de pessoas adultas*. Nessa sala, ela me contou que recebia *...o Plano Chefes de Lar e que antes tinha o Bonaerense, e que Rubén a inscreveu...* e acrescentou *...Rubén não é desses que se um dia você não pode ir falar pra você que vão tirar você do plano*. Mónica estava grávida do décimo filho e tinha problemas de coração que a obrigavam a ser cuidadosa com sua saúde e, ao mesmo tempo, sua preocupação central era reunir toda a documentação necessária para que Rubén a ajudasse a tramitar a pensão de “Mãe com sete filhos”. Estava separada do marido, quem dava para ela uma quantia por mês que ela devia administrar junto com o dinheiro de *seu plano* e os alimentos que recebia todos os meses do município. Dois dos filhos mais velhos ajudavam-na, saindo a *catar lixo e tralhas*, isto é, dedicavam-se a comercializar os resíduos que encontravam nas ruas e nos depósitos de lixo. Mónica tinha o cálculo exato da administração dos recursos com que contava: os filhos almoçavam no refeitório da escola, com os alimentos que recebia costumava preparar pão caseiro para a noite, que acompanhava com um copo de leite do Plano Vida. Quando os alimentos que recebia acabavam *...pedia fiado no mercadinho*, que pagava no mês seguinte quando *recebia o plano*. Por esse motivo, pronunciou uma frase similar à de Josefina com relação ao dinheiro do subsídio, quando disse *...não dura nada na minha mão*. Ambas pareciam administrar seus recursos da

mesma maneira e eram assistidas pela totalidade de recursos que eram alocados ao bairro e que recebiam através da intermediação de Rubén.

Duas mulheres com dez filhos, uma mãe com um filho assassinado a queimadura, uma antiga vizinha de Santa Rita e irmã de um companheiro foram as pessoas que Rubén escolheu para me apresentar. Como podemos observar, nosso protagonista escolheu apresentar-me exclusivamente a mulheres que estavam “bem fudidas” e que atravessavam diariamente situações dolorosas e traumáticas, como “ver a cara dos assassinos do próprio filho”. Porém, mulheres que mantinham com ele um bom vínculo, fato que lhe permitia chamar a suas portas. Lembremos que Fernanda também era uma mulher com dificuldades, viúva aos trinta e poucos anos, um filho deficiente e que ...*vivia de um plano*. Porém, Rubén não a chamou. Foi através de Eugenia que entrei em contato com ela, e quem a colocou como exemplo daqueles que “não queriam o Rubén”, por algum motivo que atribuíu “à política”. De modo que “a política” era um ator onipresente cuja explicitação ou visibilidade parecia operar à maneira de uma desilusão; ao ponto de contribuir à ruptura de relações duradouras. Fernanda, o mesmo que Rubén e Nina, vivia em Santa Rita desde criança. Lembremos que, entre outras pessoas encarregadas dos recursos, Fernanda mencionou o irmão de Rubén e a inimizade que os separava, além de Gabriel. De modo que ela conhecia em detalhe a trajetória de quem exercia a distribuição de recursos no bairro desde vários anos atrás.

Permitam acrescentar, ainda, que nos dias posteriores pedi a Rubén que me apresentasse “alguém que estivesse bem”, isto é, alguém que não passasse as mesmas necessidades que os outros. Esperava que me levasse à casa de uma família cujos membros vivessem de empregos estáveis ou registrados, mas não foi isso o que aconteceu. Para Rubén, “alguém que estivesse bem” não correspondia a uma pessoa com emprego estável, mas um homem como o Loco Chávez, dono do maior mercadinho de Santa Rita. Por motivos de organização das evidências, farei referência a ele no capítulo 3.

Como podemos perceber, Rubén conhecia em detalhe a vida dos vizinhos e os problemas cotidianos que eles deviam sortear. Porém, a literatura sobre “clientelismo político” trata os doadores de recursos públicos como nosso protagonista como se fossem *punteros*. Em particular Auyero (2001:97) assinala que os *punteros* são mediadores ou “guarda-barreiras” entre os recursos do município e os “clientes”. Faltaria acrescentar que *puntero* é aquele que conta pontos (votos) no cadastro eleitoral e que nas regras do jogo político o termo torna-se uma categoria acusatória à qual se

apela para desqualificar um rival ou opositor. Um mecanismo que é possível porque o significado enfatiza o caráter puramente interessado do circuito de troca de recursos por apoio político. Ou seja, *puntero* é aquele que somente procura “votos” sem considerar as dificuldades diárias que enfrentam as pessoas que convoca durante as eleições. Uma característica que não podia ser adjudicada a nossos protagonistas. Muito provavelmente por esse motivo, Rubén não se identificava com esse termo. Além do mais, durante o longo período que permaneci em Santa Rita, nunca ouvi meu anfitrião mencionar essa palavra. Ele era um “trabalhador da política”, “um candidato” ou um “soldado de Balestrini”, mas nunca um *puntero*. Lembremos que Rubén inscreveu Mónica no plano; facilitou a mudança de escola onde Josefina cumpria com as tarefas comunitárias; à Eugenia ele emprestou as instalações do clube para velar seu filho assassinado; e além de fazer com que Gurí não fosse ao clube para assinar a lista de presença, para que ela não descuidasse dos filhos surdos-mudos, foi a ela a quem atribuiu uma pensão para filho deficiente. Das definições de Auyero, a que mais se aproximava das atividades que Rubén exercia entre seus vizinhos era a de alguém que ajudava a resolver os problemas de seus co-habitantes (2001: 109-110). Se bem o voto era o fim último de suas ações, obtê-lo exigia de nosso protagonista tarefas diversas e polivalentes que incluíam trâmites burocráticos junto a repartições do Estado, arranjos pessoais com autoridades escolares e também a preparação do clube (conceder chaves, reorganizar os materiais e arrumar o salão para que pudesse funcionar como sala de velório). De modo que a obtenção do voto supunha a predisposição de atender seus vizinhos, cumprimentá-los, conversar com eles e resolver seus problemas, que requeriam um esforço denodado e permanente do nosso doador principal.

Finalmente, aquele dia, quando acabei de conversar com Mônica, ela se ofereceu a me acompanhar até a *rua* (Almafuerte). Lá me encontrei novamente com Rubén, que estava junto de Nina. Uma vez que Mónica se despediu de nós e depois da surpresa que foi para mim aquele percurso pelo bairro, em que de repente conheci uma vizinha que se reconhecia por fora de seu circuito, atrevi-me a perguntar acerca dos “piqueteiros” e disse *...mas aqui em La Matanza, onde houve tantos piquetes, não tem piqueteiros...* Rubén se sentiu aborrecido e Nina respirou fundo, como incomodada com minha pergunta. Mas Rubén igualmente respondeu *...bom...vou te levar a El Molino para que você veja os planos dos piqueteiros.*

O dia esperado. Uma visita a El Molino, local de pagamento dos planos dos piqueteiros

A manhã em que combinei ir com Rubén a El Molino, esperei por ele no Clube. Além do Tucu, estava aí *o negro* Gómez, irmão de Gurí, quem me disse que sairíamos em um momento porque antes devia preparar o carro. Quando o veículo esteve pronto e antes de nós subirmos, Rubén assinalou a rua sobre a qual se situa a escola 47 e me disse *...olha, quando inscrevíamos para o Chefes com ele* (assinalando o negro Gómez) *todo esse quarteirão era fila e fila de gente que vinha e ficava da noite anterior... e além dessa, em outras duas escolas de mais pra lá também tínhamos que inscrever.* Assim, pude saber que nosso motorista era outro homem de confiança de Rubén cujas tarefas incluíam atividades de certa responsabilidade, como a ajuda em operações massivas de inscrição aos planos sociais. À continuação, meu anfitrião indicou-me que me sentasse na frente; ele posicionou-se na parte de trás e indicou para *o negro* Gómez que fôssemos para El Ingenio, para que eu pudesse conhecer o *bairro piqueteiro*.

El Ingenio estava localizado mais ou menos a 15 quarteirões de Santa Rita e que correspondia a um *assentamento*. Isto é, um bairro surgido da ocupação ou *toma* de terras que depois foram loteadas e teve suas ruas demarcadas. Uma vez que chegamos ao primeiro ponto do nosso roteiro, Rubén me disse *...bom, Laura, você está no Ingenio...* como explicitando o cumprimento de meu pedido. Eu estava inquieta, chegava finalmente ao assentamento que somente conhecia por referências bibliográficas e relatos jornalísticos. El Ingenio era um bairro habitado por casas de alvenaria, embora também houvesse casas de materiais precários. À diferença de Santa Rita, estava dividido em quadras separadas por ruas. Fizemos um passeio rápido e chegamos a um pequeno prédio que continha um cartaz que dizia “Cooperativa El Ingenio” e em cuja porta havia um grupo de homens. Uma vez aí, Rubén indicou ao motorista *...vamos, vamos, esses são todos dedo-duros do gordo*, em referência a Luis D’Elía, presidente da FTV. Aquele espaço, como veremos depois, passaria a ser o segundo cenário de minha pesquisa.

Saímos por uma rua lateral e chegamos à Rodovia 3, estrada principal do município, até que chegamos a El Molino. El Molino era uma antiga fábrica de farinha que atualmente funcionava como um anexo do Banco Província de Buenos Aires, onde era realizado o pagamento de planos sociais. Ao chegar, divisamos uma longa fila de pessoas. Rubén e eu descemos do carro, menos *o negro* Gómez -quem ficou. Na calçada, Rubén apontou a fila com o dedo e me disse, enquanto caminhávamos em

direção a El Molino: *...você vê, todos esses são piqueteiros e vêm receber um plano que têm eles, o PEC.* Eu perguntei, curiosa *...E o Chefes, não pagam aqui?* Ele respondeu-me sem muito convencimento que *...antes era, mas agora o Chefes é por caixa eletrônico.* Ao chegar à porta do salão, ele abriu com as mãos uma pequena cerca e, antes de entrar, apresentou-me a um homem por volta dos 50 anos que era um líder piqueteiro: *...esta moça é de uma universidade e faz um estudo em La Matanza para ver como nós vivemos.* Tempo depois voltei a encontrar esse homem na sala de atendimento médico de El Ingenio, e soube que fazia parte dos “referentes barriais” da organização. Depois dessa apresentação entramos ao salão. Rubén passava para atrás de todos os balcões mostrando, através de seu domínio do espaço, a hierarquia que investia como funcionário municipal e candidato a um cargo eletivo. Indicou-me que o acompanhasse: *...Vem, vem... aqui estão todas as linhas políticas,* enquanto cumprimentava todas as pessoas que realizavam o atendimento ao público. Isto é, nesse lugar estavam reunidas as duas organizações de desempregados: a Federação de Terra e Moradia (FTV) e a Corrente Classista e Combativa (CCC), que distribuía planos sociais em La Matanza e cujo pagamento era feito através do município. Todos esses funcionários eram os que compunham, conforme a terminologia do Ministério de Trabalho, o Conselho Consultivo de La Matanza.

No salão achavam-se dois grandes balcões, colocados em forma de letra “L”. Um deles, de menores dimensões e situado a um lado do salão, correspondia aos representantes das organizações piqueteiras. No segundo balcão, situado na frente da porta do prédio, eram localizadas as pessoas que *estavam pelo município.* Entre os representantes da FTV e CCC, Rubén me apresentou a Elena, de quem me assegurou que tinha estado em todas as *tomas* (de terras). Elena era uma antiga vizinha de Santa Rita que morava naquele momento no assentamento 15 de Abril, desde sua ocupação em 1986, e tinha se incorporado à FTV alguns anos atrás. Sua tarefa em El Molino consistia em controlar os dados das pessoas que iam receber e ajudar as pessoas que não podiam assinar. À continuação, os beneficiários se dirigiam ao segundo balcão onde atendia um grupo de pessoas que dependiam de Rubén. Nesse segundo balcão tive a oportunidade de conversar com duas mulheres. Elas eram quem entregavam os cheques do Programa PEC e informavam das exclusões. Uma delas me informou que esse plano *...era como o Chefes, também de 150 pesos, mas diziam que este era o plano dos piqueteiros.* Essas duas mulheres recebiam o plano Chefes e Rubén as chamou para essa tarefa. Uma delas me comentou que inicialmente tinha se anotado no plano com uma

mulher da FTV e que até pouco tempo atrás ela se sentava no outro balcão, mas que teve *problemas* com ela e a ameaçou com lhe tirar o plano. Para evitá-lo, ela se dirigiu a um rapaz do município, quem lhe indicou que conversasse com Rubén e ...*que se passasse ao município* e assim ela fez. Também me confessou que com aquela referente já não se cumprimentavam.

“Passar-se” supunha trocar de doador. Tal mudança era efetivada durante os períodos de renovação da documentação, como vimos que o Tucu fazia na seção anterior. Ou, também, quando as pessoas tinham problemas para receber apareciam como “observados” e era necessário iniciar uma reclamação junto às autoridades do Ministério de Trabalho e, ainda, quando existiam desavenças pessoais. Um dado revelador da cena em El Molino é que os beneficiários não pareciam ver-se afetados demais pela adscrição política das pessoas que os inscreviam. Assim, era possível *inscrever-se* com alguém que fosse membro da FTV e *passar-se ao município*, ou seja, com alguém que pertencesse ao partido peronista. Como vemos, a inscrição ao plano criava entre o doador e o donatário um laço de dependência pessoal que afirmava um valor -a lealdade. Josefina, uma das primeiras vizinhas que Rubén me apresentou, foi explícita nesse ponto: “Eu pedi (a Rubén) porque não ia deixar ele na mão”, isto é, não ia decepcioná-lo. Contudo, como podemos perceber, a lealdade era um valor que podia perder-se. Nos capítulos subseqüentes, voltarei sobre este ponto.

Aquela manhã, enquanto continuava conversando com aquela mulher que *tinha se passado com Rubén*, aproximou-se o homem da porta que Rubén tinha me apresentado, com o documento de uma mulher na mão, e o entregou a uma delas para que buscasse o cheque. Uma vez que revisou os cheques um por um, olhou o documento e lhe disse ...*não está*, e foi embora sem dizer palavra. Depois de passar esse controle e receber o cheque, as pessoas se dirigiam aos guichês que atendiam os funcionários do Banco Província de Buenos Aires, onde lhes era entregue o dinheiro acompanhado do recibo que comprovava a operação.

A visita a El Molino e o roteiro por El Ingenio foram a resposta que Rubén deu à minha reclamação pela “falta de piqueteiros” entre as pessoas que ele me apresentava. Aquela manhã foi possível presenciar a encenação dos três agentes que se disputavam a distribuição de recursos em La Matanza: o município, a FTV e a CCC e, com ela, o controle sobre pessoas. A disputa era latente. Lembremos que a mulher que *se passou ao município* estava sentada no balcão do lado à referente da FTV, quem a tinha inscrito originalmente e com quem já não se falava. Essas disputas latentes podiam derivar em

rivalidade explícita, como a que se manifestou quando Rubén indicou a Gómez que saíssemos repentinamente de El Ingenio, ao divisar importantes dirigentes da FTV. Provavelmente porque a presença de Rubén, um candidato do partido peronista, no bairro que funcionava como a sede oficial da organização, podia ser vista, por esses dirigentes, como um gesto desafiante -que podia desatar atitudes imprevisíveis para com eles e também comigo.

Conclusões

Neste capítulo apresentei as personagens centrais que exerciam a distribuição de recursos em Santa Rita: Rubén, Nina e o Tucu. O bairro era uma *villa miseria* criada sob a modalidade de “bairro transitório” a inícios da década de '60, com a intenção de colocar nele famílias relocadas de *villas* da cidade de Buenos Aires. Quarenta anos depois, residiam nele perto de 550 famílias, descendentes dos primeiros moradores. Como vimos, a maioria deles vivia dos recursos que o Estado fornecia através de Rubén. Priorizei aqui a modalidade com que nosso protagonista, um funcionário municipal e candidato a vereador por uma das chapas do partido peronista, administrava os planos sociais. Como vimos, tanto ele como as pessoas que conformavam seu entorno levaram a termo operações massivas de inscrição no plano Chefes, a inícios de 2002, e durante 2005 operações de renovação e pagamento do plano Famílias. Todos eles dominavam de cor e salteado a normativa e o vocabulário técnico que os Ministérios de Trabalho e Desenvolvimento Social impunham ao funcionamento desses planos como “mecanismos de inclusões e exclusões”, “cruzamentos de informação informáticos” e até identificavam os diversos agentes que intervinham nesses procedimentos. A literatura sobre clientelismo político, Auyero (2001) e Soprano Manzo (2003), reconhece as personagens como Rubén como *punteros*, isto é, um termo pejorativo que designa àqueles que contam votos no cadastro eleitoral. Por se tratar de um termo negativo, tal classificação nas regras do jogo político era utilizada para desqualificar um oponente e conseqüentemente não se constitui em uma categoria de auto-identificação.

Por outra parte, os beneficiados parecem perceber a inscrição ao plano, antes que como um trâmite burocrático, como a concessão de um favor que os une a um doador a quem devem lhe responder durante as campanhas eleitorais. As “exclusões” não eram uma preocupação para Rubén e o grupo de pessoas que o acompanhavam. Sua preocupação estava, sim, no controle da assistência e a renovação do plano, porque esse

mecanismo se tornava, por sua vez, em uma forma de saber o número de pessoas com que contavam em tempos eleitorais. A maior parte das pessoas apresentadas tinha atravessado diversos planos até obter o *Chefes* e em muitos poucos casos os beneficiários podiam se tornar trabalhadores municipais. Em particular, quem se envolvia como “militante” e assumia tarefas próprias de tempos eleitorais: pichações na rua, convocação a atos políticos e visita casa por casa; tornavam-se, depois de um certo período, possíveis beneficiários para um emprego estável no município. Esses militantes aglutinavam-se por agrupamentos ou linhas que respondiam a um líder e cujo trabalho militante era exercido por limites territoriais ou com áreas que coincidiam com bairros.

Observamos também que a qualificação partidária de “peronista” era referida somente por quem passava a ocupar um cargo eletivo como Rubén, quem frisou o fato de ter presenciado o episódio de “Ezeiza”, como marca para assinalar sua adscrição ao peronismo. Um evento que também o ligava de maneira direta ao chefe principal do movimento. Pelo contrário, os militantes pareciam sentir-se obrigados com o candidato ou dirigente que os convocava e iniciava na *política*. Lembremos que Irene assinalou “faz 10 anos que militava com eles” e que Gastón assegurou “eu estou pela política com Rubén”. Assim, quem ocupava as posições menores não fazia alusão a referências partidárias e sim a alusões que demarcavam um compromisso pessoal com alguém que ocupava uma posição de destaque na estrutura do partido.

Contudo, a pergunta pela adscrição gerava desconforto, pois presumia que o ingresso ao partido supunha um interesse: a obtenção de um emprego estável; contradizendo assim um dos valores que mais eram ponderados entre os militantes: a lealdade e o sentimento peronista. Por esse motivo Rubén, para neutralizar esse contraste, deu-me como resposta uma referência histórica, que não somente o vinculava ao próprio Perón, mas também coincidia com um momento peculiar de sua vida: a adolescência e juventude. Este ponto se torna central porque permite introduzir uma periodização, uma marca temporal -condição fundamental para que a lealdade, o valor mais ponderado, pudesse tornar-se visível. Ser leal supõe fidelidade, ou seja, acompanhar alguém e desconhecer outros. Uma demonstração que, como vimos, precisava de anos que eram contados por décadas.

Em suma, o emprego estável no município era o bem mais cobiçado ao qual podiam ter acesso alguns poucos militantes. Muito diferente era o que acontecia com os planos sociais, bens que os funcionários do município distribuíam em operações massivas, inclusive a vizinhos de outros bairros. Porém, “os planos” não eram

percebidos pelos beneficiários de maneira homogênea. Existiam vários: de pagamento mensal, “cada três meses” e também os dos “piqueteiros”. A inscrição ao plano era, ainda, vivida como um compromisso pessoal embora o laço pudesse ser desfeito (passar-se) e ao trocar de doador, quebrar a lealdade. Era nesse “passar-se” que exerciam os beneficiários, que o município e as organizações de desempregados competiam e se disputavam o controle de recursos e, com eles, de pessoas. Para lançar luz acerca de como funcionava essa disputa, no capítulo seguinte apresentarei o modo em que a Federação de Terra e Moradia (FTV), a organização de desempregados mais numerosa de La Matanza, administrava seus próprios planos.

A rua Almafuerite. Fotografia feita da porta do Clube Santa Rita.

Alguns cartazes de campanha empilhados em um cômodo do Clube.

Capítulo 2: Júlio e o mundo dos piqueteiros da FTV no assentamento El Ingenio

Para mostrar como era o tratamento que os membros da “Federación de Tierra y Vivienda” (FTV) davam aos recursos públicos em uma vasta área de La Matanza, apresentarei a Júlio, um dos maiores dirigentes do movimento e homem de maior proximidade de Luís D’Elía, presidente da organização e laço o unia a outros membros da organização que o seguiam na hierarquia. As cenas etnográficas apresentadas têm como cenário a sala de atendimento médico do bairro El Ingenio, onde à atenção médica se somava o controle da distribuição de planos e mercadorias (alimentos) que a FTV controlava. Por essa razão, esse era o espaço de reunião dos dirigentes com os referentes dos bairros, peça chave no processo de distribuição nos bairros respectivos.

Por se tratar de uma organização de desempregados vinculada ao governo de Néstor Kirchner, os piquetes e os cortes de estradas como modalidades de protesto eram parte do passado. Mais do que isso, a função da organização era a de fornecer manifestantes e público aos atos do governo que não necessariamente se ajustavam a um cronograma eleitoral.

Julio e os referentes da FTV

Júlio tinha 42 anos, quando o conheci, em janeiro de 2006. Era um homem alto e magro, de braços e pernas largas, características que lhe valeram o apelido de “o macaco” entre as mulheres da organização. Era moreno, e raspava seu cabelo por completo; se movia com leveza e agilidade. Tinha por costume fumar com prazer cigarros de tabaco negro que preparava junto aos seu moderno telefone celular, que usava também como rádio, para comunicar-se frequentemente com outros dirigentes da organização.

Havia nascido no bairro de Santo Antônio, onde conheceu Mara, sua mulher, com quem tinha três filhos e junto a quem se preparava, naquela época, para ser avô pela primeira vez. Os dois se uniram aos dezoito anos, algum tempo depois de concretizar o sonho de terminarem juntos a escola primária na escola do bairro que os viu nascer. A primeira casa em que moraram foi alugada, próxima à casa de sua mãe. Tiveram, porém, que abandoná-la, já que não tinham como arcar com todos os gastos. A solução para essa questão lhe foi oferecida por um amigo, que reservou para eles uma habitação em Puerta del Sol, uma *villa* (localizada a 700 metros de Santa Rita) *muito perigosa na zona*; quando lhe disse... *Venha... Júlio, traga as crianças...* Ali, morou

com sua família em uma pequena casinha de teto de lâmina de ferro, dois pequenos quartos e um banheiro com água corrente. Mas esses benefícios não eram suficientes para *assegurar-lhes um futuro a seus filhos*. *Puerta* era, na sua opinião, *terra de ninguém*. Isto é, um bairro onde as crianças brincavam com armas de fogo e as drogas, um comércio disseminado. Por essa razão, decidiu, no dia 6 de janeiro de 1986, *entrar na tomada do Ingenio*. A *tomada* era a expressão utilizada para se designar o processo de ocupação das terras do governo por parte de um grupo de famílias para erguer ali suas habitações, devendo para isso suportar a repressão policial e a entrada permanente de ocupantes que com eles disputavam os terrenos, muitas vezes recorrendo ao uso de armas de fogo.

A primeira vez em que conversei com ele foi na véspera da celebração dos 20 anos da ocupação. Por aqueles dias ele estava particularmente emocionado e se referiu com nostalgia ao momento inicial da *ocupação*, quando ao apontar-me uma das extremidades do bairro e me disse... *pensar que começamos ali, debaixo de umas "talas"*¹⁵... E continuou relatando que naquela ocasião *tinha 22 anos e dois filhos para cuidar*. Nesse sentido, “a ocupação” lhe abriu duas possibilidades. A primeira delas foi a de dar conta de uma obrigação paterna: a de assegurar a sua família uma moradia em um novo lugar, não mais na *villa*. A segunda foi a possibilidade de iniciar uma carreira como líder de um movimento social que traria, concomitantemente, mudanças radicais em sua vida. Na “ocupação” ele conheceu Luís D’Elía, professor da escola e militante das Comunidades Eclesiais de Base¹⁶, quem organizou os moradores e preparou a ocupação. Naquela oportunidade, Julio foi eleito por seus vizinhos delegado de seu quarteirão. Essa designação o obrigou a protagonizar diversas tarefas, como a de conter as famílias frente ao temor da repressão das forças policiais, organizar a compra e instalação das bombas submersíveis para a obtenção de água potável e contratar as máquinas para a abertura das ruas e para o traçado do quadriculado do bairro¹⁷. Esta

¹⁵ A “tala” é uma variedade de árvore dominante na zona dos bosques da província de Buenos Aires. Trata-se de uma espécie que chega a alcançar até dez metros de altura, com uma copa relativamente densa. Era, por seu lado, freqüente nos bulevares urbanos e ao longo dos caminhos no campo. a maioria dos assentamentos urbanos, como o de Ingenio, se estabeleceram sobre terrenos delimitados por faixas de “talas”.

¹⁶ Mais adiante tratarei desse tipo de organização com mais atenção.

¹⁷ A organização da ocupação do Ingenio e a formação dos assentamentos posteriores em uma área próxima foram analisados por Merklen (1991). No entanto, não há no texto referências empíricas que permitam ao leitor compreender como as famílias se assentaram e organizaram a distribuição dos terrenos. As evidências são apresentadas com um grau de generalidade bastante alto onde só se dá voz aos dirigentes sem apresentar suas trajetórias pessoais. A esses dirigentes seguiam “famílias” ou “ocupantes” sem maiores precisões que permitam identificar quem eram essas pessoas e como se constituía o universo

última atividade obrigava os delegados a realocar as famílias terrenos diferentes dos que haviam ocupados originalmente. Ao mesmo tempo que o loteamento transbordou seus limites originais pela entrada incessante de novos ocupantes, muitos dos quais se viram impedidos de permanecer, o que deu lugar a novos assentamentos: o 25 de Janeiro e o 15 de Abril. Por se tratarem de novos bairros que reproduziam a organização do Ingenio, Julio se referia a eles como “nossos filhos”. Posteriormente, por indicação de D’Elía, formou com outros delegados a “Cooperativa El Ingenio”, da qual foi nomeado Secretário. A partir daí promoveu a assinatura de um contrato com o Ministério de Economia, proprietário do loteamento, e organizou os moradores para a compra dos terrenos.

Era de temperamento irascível e se incomodava ao falar comigo de suas atividades anteriores a aquele período. Quando eu o interoguei a respeito, vários meses depois de conhecê-lo, na intimidade de sua casa, me deu uma resposta genérica... *Trabalhava por conta própria*, sentenciou. Seguidamente e com os dentes apertados, como quem se atreve a revelar um dado traumático de sua vida, me disse de maneira entrecortada *vendia... coisas na rua... vendia... flores e sacos de lixo na capital*. Júlio atribuía sua ascensão de simples vendedor ambulante a destacado dirigente de uma organização social *a confiança ganhada junto às pessoas*. A experiência como delegado do assentamento lhe permitiu conseguir fortes laços com seus vizinhos que nutriam a seu respeito a mais alta estima e consideração.

...Graças à amizade com Júlio eu tenho meu terreno... ou então ...tiro meu chapéu para ele porque é um rapaz com família que sempre deu a cara a tapa por todos..., eram as expressões que usados por alguns dos moradores para se referir a nosso protagonista. Júlio não apenas cuidava de sua família como também se arriscava por todos, ou seja, não apenas *dava* terrenos como também proteção e amizade. Era através da administração combinada de esses bens tangíveis e intangíveis que este personagem sustentava seu prestígio *ganhado*. No mundo das relações dos moradores de Ingenio, o ser confiável se traduz em qualidades como reputação, respeitabilidade e obediência¹⁸.

de suas relações. Os únicos dados relativos aos protagonistas são de tipo estatístico e foram obtidos em fontes diversas como o INDEC (1989), o Censo de Villas da Província de Buenos Aires (1981) e de uma enquete realizada pelo autor.

¹⁸ A confiança se torna também um valor altamente prezado em outros contextos empíricos. Como já foi assinalado, Vargas (2005), no universo dos trabalhadores da construção civil da cidade de Buenos Aires onde convivem bolivianos, paraguaios e argentinos, a origem nacional, longe de ser um “estigma”, se torna um tópico intrínseco à noção de confiança que funciona como um recurso plausível de ser utilizado – pelos trabalhadores – como garantia para a entrada e a mobilidade – “ascensão” – na obra.

A esses antecedentes, nosso amigo acrescentava outros: entre 1997 e 2001 havia sido conselheiro escolar¹⁹, na lista da “Frepasso”, que integrava radicais em aliança com alguns peronistas que tinha Luis D’Elía a encabeçando como vereador²⁰. Daquele período intenso recordava ter *caído na porrada* com um vereador do peronismo, para garantir o abastecimento de alimentos aos refeitórios escolares localizados nas áreas mais recônditas do município. No dizer de Julio, seu oponente priorizava as entregas aos refeitórios localizados em áreas próximas a San Justo, sede do município, freqüentado por crianças que *estavam bem* y tardava com o envio às escolas carentes onde estavam *os pobres da Matanza*. O episódio ficou registrado em atas, destacando o nosso protagonista como “o agressor”, o que longe de ser para ele *uma mancha em seu currículo* era uma fonte de orgulho e dignidade.

Foi também no decorrer de esses anos que ocorreram os primeiros piquetes ou cortes na estrada nacional número 3, que une o oeste da periferia com a cidade patagônica de Bariloche, organizados pela FTV. Nessas oportunidades Júlio cumpria várias funções. Entre elas, era quem coordenava a segurança geral durante os cortes das estradas. Ou seja, controlava as pessoas que guardavam o ingresso e saída de pessoas à área da estrada onde se levantava o acampamento, que erigiam os manifestantes junto à bandeira da organização. Uma tarefa que devia delegar a outros quando acompanhava a Luís D’Elía a reuniões com o governador da província de Buenos Aires, a Ministra do Trabalho e o intendente Balestrini; para discutir o volume de recursos que receberia a organização e assim pôr fim ao *corte*.

Naquele ano de 2006, quando tomei contato com eles pela primeira vez, a vida de Julio e a da organização estiveram marcadas por mudanças importantes. Nosso personagem teve que enfrentar importantes transformações familiares. O tornar-se avô coincidiu com o falecimento de seu pai e à sua vida de dirigente se agregava, nos fins desse ano, a sua nomeação como integrante do Conselho Geral de Educação da província de Buenos Aires. Um posto temporário que reconhecia seus antecedentes na área educativa.

¹⁹ Os conselheiros escolares cuidavam do controle dos prédios das escolas e a provisão de alimentos aos refeitórios infantis.

²⁰ Luís D’Elía era docente de escola y militantes das Comunidades Eclesiais de Base. A meados da década dos ’80 organizou a tomada de terrenos fiscais para a construção de moradias. Nesse processo se constituiu num líder reconhecido pelos vizinhos. Posteriormente iniciou sua carreira política como vereador de La Matanza (1997-2001) e deputado provincial (2001-2005). Até que em fevereiro de 2006 o presidente Nestor Kirchner o nomeou como Subsecretario de Terras e Habitat Social.

Pelo seu lado, Luís D’Elía estreitava seus laços com o Presidente Néstor Kirchner, que o prestigiava ao nomeá-lo como Subsecretário de Terras e Habitação Social. Essa nomeação impedia a D’Elía de continuar à frente da “Federación de Tierra e Vivienda” (FTV), da qual era presidente desde a sua criação em 1998. Por essa razão, delegou suas responsabilidades a Julio, que deixava para trás seu posto de Presidente da FTV de La Matanza para passar a assumir o controle do movimento a nível nacional. De maneira que minha relação com esta organização piqueteira coincidiu com uma nova etapa na vida dos seus membros, em que os piquetes e os cortes de estradas eram coisas do passado, sobre as quais os protagonistas se referiam como pertencentes ao momento de *maior furor*. Nesse novo período, a vida do movimento transcorria na sala do Ingenio levando adiante o controle minucioso dos planos *que caíam* e fornecendo manifestantes a atos políticos e outras mobilizações que organizava o governo. Entre elas, como veremos em outros capítulos, o ato de repúdio aos 30 anos do golpe militar de 1976, a abertura de sessões ordinárias no Congresso Nacional, ou o apoio ao chefe de governo da cidade de Buenos Aires, destituído depois de um incêndio em uma discoteca. Como veremos, as atividades da FTV não se ajustavam necessariamente a um calendário eleitoral. O que permitia aos dirigentes e referentes acrescentar com orgulho que eles *não faziam política* senão que *lutavam pelo social*. No próximo item, apresentarei o que ocorria *na sala* durante as manhãs quando Julio e outros dirigentes tomavam contato com os *referentes barriais*, peça chave da organização.

As manhãs na sala: o mundo dos referentes

A sala de atendimento médico do Ingenio era um pequeno prédio de dois andares construída, *tijolo a tijolo*, por todos os moradores, durante os fins de semana pouco depois da ocupação; quando se destinaram terrenos para áreas comuns. O segundo andar era a área de atenção médica a cargo dos pediatras e de um médico clínico cujos salários pagava o Município, e o primeiro andar correspondia ao controle e registro dos planos sociais e de alimentos que recebia a organização. Pelas manhãs, as primeiras a chegar eram as *meninas da limpeza* e depois por volta das dez horas chegavam as duas mulheres de maior hierarquia: Leonor e Carola.

Leonor tinha uns 44 anos, 4 filhos e 2 netos. Havia nascido no Uruguai e chegado ao Ingenio em 1987. Estava a cargo das mulheres que se ocupavam da limpeza do salão e do cuidado do ginásio do bairro onde as crianças treinavam para participar de torneios e campeonatos de futebol. Como veremos mais à frente, o ginásio ou o

palanque como também o chamavam tinha, por sua vez, outro uso já que era o espaço utilizado para as plenárias, as grandes reuniões da organização convocadas por D'Elía das quais participavam referentes de outros municípios e também do interior do país.

Por sua parte, Carola chegava um pouco depois das 10:30 porque cuidava de sua filha maior que no momento passava por uma gravidez complicada. Tinha quarenta e poucos anos e estava separada do marido. Costumava vestir-se de negro e exibia seu cabelo negro solto até a cintura. Vivia no Ingenio desde o começo da ocupação e tinha grande proximidade com Luís D'Elía porque havia *trabalhado para ele* em uma “casa de mulher” que funcionou durante anos no Ingenio. Pela confiança obtida junto ao líder da organização ela se referia a ele, com certa ironia, como *Papai*. Sua presença por vezes era imprescindível porque era a única autorizada a controlar o computador que continha a lista dos beneficiários dos planos da Matanza inscritos por referentes da FTV; que por aquele período somava algo como 4000 beneficiários em todo o município de La Matanza. Tarefa que fazia comparando, todos os meses, com a *lista geral*, a que mensalmente emitia o Ministério do Trabalho ao Município e que ela retirava pessoalmente nos escritórios de Ação Social.

Os referentes²¹ eram quem distribuía os recursos (planos sociais e alimentos) que controlava a organização em seus bairros respectivos e eles mesmos se inscreviam também como beneficiários. Os recursos que cada um manejava resultava de acordos pessoais com algum dos dirigentes entre os quais Julio tinha a última palavra. Nem todos os referentes da FTV iam até a sala com a mesma frequência. Faziam-no diariamente um grupo de dez pessoas (homens e mulheres entre 30 e 50 anos aproximadamente) que residiam em bairros próximos ao Ingenio. Por essa razão, eram os que estavam a par das novidades da organização: quando tinha plenária, ou mobilização, o quando chegava a mercadoria. Por sua parte, os referentes que habitavam em áreas de média e longa distância desse ponto o faziam com menor assiduidade, em especial quando deviam resolver um problema pontual.

Alguns deles recebiam uma soma de 200 pesos em troca de levar informações dos assentamentos e *villas* em que residiam (número de moradores atendidos em salas e centros de saúde, atividades de associações de moradores e sociedades de fomento,

²¹ Os referentes barriais tem sido objeto de numerosas análises. Em alguns estudos vincula-se aos chamados *punteros*, com que se chama as pessoas do partido peronista que redistribuem recursos públicos nas *villas* e nos assentamentos (Auyero, 2001). Nos outros casos, tem se assinalado que o termo excede o campo do peronismo e que expressa relações sociopolíticas concretas onde a figura do referente é analisada tanto como um “gestor” de recursos públicos e também como alguém que “confronta” e “resiste” as normativas que os organismos estatais impõe a distribuição de planos (Manzano, 2001).

número de crianças inscritas em creches) para o Programa Promotores do Ministério do Desenvolvimento Social. A maioria dos referentes chegava à sala por volta das 11 horas, formava uma roda e se punha a conversar e a esperara aos dirigentes para resolver alguns de seus problemas enquanto tomavam chimarrão com a “erva piqueteira” quando nenhum dos presentes trazia um pacote de “erva de marca”. Cena que transcorria com o som incessante dos timbres e músicas que avisavam de chamadas ou mensagens dos telefones celulares dos presentes.

A “erva piqueteira” era a erva mate que provinha das mercadorias que recebiam do Ministério do Desenvolvimento Social. O costume de bebê-la em grupo havia sido adquirido durante o tempo dos piquetes passando frio, calor, suportando chuvas e ameaças de repressão em meio a fogueiras onde se colocavam panelas com alimentos e cobertas queimadas que sinalizavam os limites do acampamento. Daí que a denominação tinha um caráter simultaneamente festivo, nostálgico e irônico, porque era uma erva de má qualidade que obrigava-os a renová-la permanentemente.

Por sua vez, Julio chegava às 12:30 quando o clima da sala alcançava seu ponto máximo. Antes de ingressar todos o reconheciam pelo som do motor de seu carro que ele estacionava na porta. Quando entrava saudava a todos os presentes, aos homens com um duplo aperto de mãos e às mulheres com um beijo nas bochechas. De acordo com a relação de proximidade que mantinha com cada um, dizia “Ola” e depois mencionava seu nome. Por outro lado, se a relação era de maior distância, dizia simplesmente “bom dia, companheiro ou companheira”. A Julio se seguiam na hierarquia do grupo cinco dirigentes que compunham o entorno de máxima proximidade a Luís D’Elía. Todos eles tinham dedicação full time e recebiam salário, pois foram nomeados como assessores de outro dirigente que fora eleito deputado provincial na lista do governo de Néstor Kirchner (Frente para la Victoria). A mesma que incluía Ruben, protagonista do capítulo anterior, como candidato a vereador.

Mal Julio punha os pés na sala, a atmosfera mudava por completo. Os que conversavam baixavam o tom de voz ou se calavam e os que estavam sentados se punham de pé. Depois de cumprimentar a todos, circulava em torno dos congregados ou simplesmente permanecia sentado enquanto as mulheres lhe ofereciam um mate que preparavam especialmente para ele. Era o momento em que os presentes, os moradores e os referentes se aproximavam para conversar com ele em particular. Era a hora de pedir um bem ou um favor. Podia se tratar do pedido de uma ambulância para levar ao hospital um familiar doente, ou então um nova cota para planos o mercadorias. O termo

*cota*²² era comum entre os referentes e com eles se referiam ao número de planos ou mercadorias que controlavam. O primeiro dia em que permaneci entre os referentes era uma manhã quente do mês de janeiro de 2006 e Leonor chegou poucos minutos depois de mim. Depois de cumprimentá-la me sentei junto a ela ao redor dos dois velhos computadores que ficavam na sala. Enquanto se dispunha a prepara o mate perguntei-lhe qual era a tarefa do dia, ao que ela me respondeu: *esperamos que os referentes tragam as listas com os beneficiários dos chefes que estão com problemas para cobrar, seja porque os filhos fizeram 18 anos, ou porque estão anotados com os netos, ou porque não preenchem alguns itens, ou as mulheres que são empregadas domésticas e as mantém em branco para que os patrões estejam protegidos e então deixam em branco. A todas essas pessoas podemos passar ao PEC que não necessita dos filhos e assim não perdemos a cota.*

Detenhamo-nos brevemente nessa passagem. Em primeiro lugar, reparemos que Leo usou o termo “referente” para se referir a seus companheiros da organização. O que permite presumir que não se tratava de uma categoria pejorativa. Em seguida enumerou detalhadamente todos os problemas que podiam surgir aos beneficiários do Programa Chefes no momento da cobrança: ausência de filhos menores ou a existência de um emprego registrado por parte dos beneficiários. Por essa razão, Leonor destacou que para “não perder a cota”, quer dizer, que para que o número de planos da organização recebidos do Ministério do Trabalho não diminua, a solução que encontravam foi “passá-los ao PEC”. Isto é, inscrevê-los em outro plano. Quando perguntei a Leo por este benefício sobre o qual tive notícias quando visitei o Molino, me deu a seguinte resposta: *é um plano sem exigência de filhos que nós pedimos porque tínhamos um monte de pessoas idosas que não tinham filhos pequenos nem aposentadorias nem nada e também para os jovens que não têm filhos... nem trabalho...*

O PEC (Programa de Emprego Comunitário) foi criado no ano de 2003 e estava destinado a incorporar beneficiários que não reunissem as condições requeridas pelo Programa Chefes, em particular a “existência de família”²³. Quer dizer, não requeria a seus postulantes a exigência de filhos, mantinha o mesmo valor do subsídio de 150 pesos mensais mas se tratava de um subsídio cuja vigência se estendia por apenas três meses. E que no dizer dos membros da FTV resultou de uma demanda da organização junto ao Estado; que por seu lado servia para incluir ali aos beneficiários excluídos do

²² Em espanhol o termo nativo é “cupo”.

²³ Resolução 3-2003, Ministério de Trabalho.

Chefes. Como vemos, a FTV exercia em relação aos planos um tratamento diametralmente oposto aos agentes do município, apresentados no capítulo anterior. Para esta organização piqueteira a perda de planos ou de *cupons* se tornava uma preocupação quase constante na vida de seus referentes e dirigentes. Os primeiros eram quem deviam resolvê-lo, isso é, devia levar as fotocópias dos documentos e o número do Código de Identificação Laboral (CUIL) dos beneficiários e entregá-los a Leo ou Carola. Elas mesmas preparavam grandes caixas com a documentação dos titulares que eram levadas à sede da CTA e a partir dali algum dirigente as entregava no Ministério do Trabalho. Do grupo de referentes que aparecia diariamente vou deter-me em Lorena porque ela foi quem, com a intervenção de Julio, me permitiu conhecer seu bairro e o modo em que organizava um refeitório comunitário com as beneficiárias dos planos sociais que havia anotado. Um pedido que outros referentes, sutilmente, me negaram.

A passagem do Chefes ao PEC: para não perder a cota

Lorena tinha, ao início de 2006, 37 anos, era uruguaia e chegara a seu bairro há mais de 16 anos. Era alta e corpulenta, costumava-se vestir-se com jeans e camisas justas. Estava casada com Toni, que trabalhava como porteiro de uma escola, emprego que conseguiu através de um dirigente da organização. Tinha 4 filhos e cuidava de 2 sobrinhos que seu irmão abandonou. Viviam no bairro Santo Antonio, bem perto de onde se iniciou a tomada do Ingenio e a meros 100 metros da casa de Luís. De sua vida me disse que para ela sua prioridade sempre fora os filhos e seu marido, mas que no ano de 1994 perdeu um filho que esperava e caiu em forte depressão.

Pouco tempo depois, para sentir-se melhor, começou a participar das *comunidades*, ou seja, das Comunidades Eclesiais de Base em uma capela bem próxima a sua casa que funcionava em um galpão quando aquela área era *toda mato*. Ali se reuniam para ler a Bíblia e ainda que ela *não cresse muito em Deus* participava porque ali *faziam tarefas sociais* (organizavam a doação de roupas para a comunidade). As reuniões eram coordenadas pela mulher e pela cunhada de Luís mas, segundo Lorena, *sempre se levavam a melhor roupa para elas que vinha da Caritas... depois se montou a rede de bairros eu estou antes de ser da rede de bairros... e fiquei trabalhando com Camilo e com Gilda e Maria* mas assegurou que *se abriu porque queria crescer*.

As Comunidades de Base eram espaços de socialização onde as pessoas que participavam delas eram incentivadas a identificar problemas, emitir opiniões e a falar em público. O que lhes conferia capital simbólico (prestígio) entre os moradores. Das

doze comunidades que funcionavam nas localidades próximas ao Ingenio, sete se incorporaram à “Rede de Bairros” em 1995 y participaram de mobilizações junto ao Ministério de Desenvolvimento Social para demandar alimentos²⁴. A comunidade da qual participava Lorena foi uma das que se integrou “à rede” e ali ficou sob a responsabilidade de Camilo, um dirigente que se seguia a Julio na hierarquia e que todos os meses demarcava o volume de mercadorias que recebia cada bairro. Por outro lado, afirmou que “se abriu, porque queria crescer”, ou seja, pretendia ascender no interior da organização, o que exigia que adquirisse e controlasse um maior volume de recursos (alimentos, primeiro; e depois planos) disputando-os com seus companheiros. Posteriormente, em 1998 a “Rede de Bairros” se converteu em uma organização de escala nacional sob o nome de “Federación de Tierra y Vivienda” (FTV) integrada à Central de Trabajadores Argentinos (CTA) que passou a ser presidida por Luís D’Elía e seguindo-o na hierarquia, por Julio. Assim, a FTV passou a ser a organização de desocupados dessa linha sindical.

Lorena recorreu a esses termos para destacar o tempo que passou como membro ativa do movimento, ao comentar que estava aí desde “antes de ser rede de bairros”. Em seguida mencionou ao Programa Traballar com o primeiro plano que recebeu como beneficiária e que a obrigou a participar de tarefas comunitárias na creche do Ingenio e que demoro um tempo *até que saiu*, ou seja, até que começou a cobrar. Estes planos foram dos primeiros que a organização recebeu depois dos piquetes e cortes de estradas de até 18 dias de duração entre 1999 e 2001²⁵. Me assegurou também que *depois começaram a aparecer aos poucos, um pouco aqui, outro ali, até que consegui anotar 70 pessoas depois eles os passaram ao Chefes e começaram a cair... e que a nova cota (de planos) ela as tinha por Gênero*.

Os planos foram repassados à organização posteriormente aos cortes de estrada e os referentes, como Lorena, os viram aparecer “aos pouquinhos”, ou seja, pouco a pouco e em um número determinado para cada um. Nossa interlocutora recebeu 70 naquela oportunidade, e supõe que esse é um número alto devido ao fato de outros membros terem recebido apenas 10 naquele período. Posteriormente “eles”, ou seja, as autoridades do Ministério do Trabalho, “os passaram aos chefes”. Isto é, vincularam os

²⁴ Para análises reveladoras de tais Comunidades, ver Manzano (2007) e Mallimacci y Villa (2004).

²⁵ O Programa Traballar era um subsídio cujo valor variava entre 150 e 300 pesos para desenvolver projetos comunitários. Foi criado em 1995, teve três versões e foi financiado com um empréstimo do Banco Mundial. Se estendeu até 2002, quando seus beneficiários foram transferidos ao recém-criado Plano Chefes de Lar.

beneficiários ao orçamento do novo plano Chefes de Lar, criado no começo de 2002. Ao que se seguiu a implementação de controles que resultaram em inúmeras “baixas”, ou seja, a perda do benefício por parte de um grande número de titulares. Esta situação significou para nossa protagonista uma redução importante no número de pessoas que dependiam dela e que os novos planos chefes de lar lhe foram concedidos pela Secretaria de Gênero da FTV, a cargo de Alejandra, mulher de D’Elía; e a quem Lorena conhecia desde que se iniciou nas Comunidades de Base.

Naquela época, no começo de 2006, Lorena tinha sob sua responsabilidade apenas 17 beneficiários entre os planos Chefes e PEC. Todos eles *trabalhavam no refeitório comunitário*. Um serviço de lanches para as crianças do bairro que consistia em servir mate cozido e tortas fritas que funcionava três vezes por semana no refeitório de sua casa. Assegurava que vários de seus beneficiários *gostariam de dar baixa mas que não podia fazê-lo com todas e que as que trabalhavam riam das que não trabalhavam*. Lorena, por seu lado, teria distribuído uma cota de mercadorias para 70 pessoas e também teria sob sua responsabilidade uma cooperativa de habitações do bairro do Km 48 que consistia na construção de 4 casas por parte de um grupo de homens que ela inscreveu nos planos e que se financiava com um subsídio do governo nacional. Me assegurou também, orgulhosa, que *no piquete do sagrado coração* havia integrado os grupos de seguranças que estavam a cargo de Julio.

O piquete do Sagrado Coração foi organizado em 1998, um dos primeiros que surgiram em La Matanza. Nessa oportunidade a intenção dos membros da FTV era fechar a estrada nacional número 3 mas quando os manifestantes chegaram ao ponto nevrálgico onde pretendiam instalar suas tendas e bandeiras se depararam com um grande contingente de policiais. Por essa razão, não pararam e seguiram caminho até a Igreja do Sagrado Coração, localizada a vários quilômetros dali, onde permaneceram vários dias protegendo-se da Infantaria que buscava reprimi-los. A ocupação da Igreja se estendeu por 14 dias e foi concluída com uma marcha ao Ministério do Trabalho para reivindicar planos sociais que não lhes foram concedidos. Lorena se identificou como parte da segurança daquele “primeiro corte”. Dessa forma, não apenas reafirmava seu extenso período como membro da organização como também seus antecedentes nas tarefas de segurança. Uma atividade que supõe um certo risco, protegendo os manifestantes de infiltrados e da repressão policial.

Como veremos, atravessar situações de risco e de sofrimento durante os piquetes conferia legitimidade às pessoas. Em várias oportunidades escutei a Camilo e outros

dirigentes dizendo *eu respeito mais ao companheiro que passou frio e calor no corte da estrada que aquele que diz Luiz disse... o Julio disse*. Essas duas expressões assinalavam modos diferenciados de receber bens ou favores. A primeira provinha de quem recebia um plano ou mercadoria depois de permanecer na estrada durante mobilizações e piquetes. A segunda se referia a pessoas que obtinham favores ou bens através de acordos pessoais com os dirigentes do topo da hierarquia. Camilo ponderou o primeiro modo e desqualificou o segundo. Algo similar acontecia no contexto de ocupações de terra da mata pernambucana onde permanecer no acampamento e viver e ensinar uma lógica de sofrimento provinha a cada um uma densidade simbólica que legitimava sua pretensão à terra. Um procedimento que o processo jurídico de expropriação não conseguia, isoladamente, conferir. (de L'Estoile e Sigaud, 2006:61).

De modo análogo, entre os piqueteiros da FTV participar de mobilizações e piquetes conferia a legitimidade necessária para obter planos. Se os acordos pessoais também podiam conceder benefícios, eles não ofereciam a mesma densidade simbólica que a lógica do sofrimento concedia nos piquetes. Provavelmente Lorena, amparada nessa crença, apelou para sua participação em situações de risco para justificar sua ascensão no interior da FTV. No entanto, todos esses antecedentes não eram suficientes aos olhos de Leo e Carola, que em diversas oportunidades referiram-se a ela como *a mais nova*. Isto é, tinha menos tempo que elas como membro da organização. Outros referentes se surpreendiam pelo volume de recursos que controlava e em várias oportunidades os escutei dizer *Lorena é incrível a quantidade que ele agarrou*. Como veremos mais à frente, a esses recursos, nossa protagonista acrescentaria um a mais, talvez o mais valorizado entre os membros da organização: um emprego na Subsecretaria a cargo de Luís D'Elía, provocando a ira de muitos de seus companheiros.

Uma manhã, pouco mais de um mês depois de chegar ao Ingenio, enquanto participava de uma roda de mate e estava sentada junto a Lorena, vi que conferia a lista de seus beneficiários junto com Carola. Após comprovar “suas baixas” disse em voz alta e preocupada *todos estes vão querer se matar o vão me matar... mas se eles soubessem que nós os referentes das organizações não podemos tirá-los, e que quem o faz é o ministério... que os tira*. Com essa afirmação, Lorena demonstrava não apenas conhecer as regras do Plano Chefes de Lar (a impossibilidade de dar baixas e de substituir os beneficiários que perdiam o benefício) como também o modo como os titulares representavam o poder das pessoas que, como ela, os inscreviam. Assim, seu comentário nos permite verificar que o termo “referente” funcionava como uma

categoria de auto-descrição entre os que distribuíam planos e alimentos nos bairros.

Aquela manhã de fevereiro o número de pessoas que ingressava na sala não parava de crescer. E se fizeram presentes outros referentes de diferentes pontos de La Matanza que se sentavam junto a Carola para controlar sua lista. Assim o fez Ernesto, um referente do Bairro 15 de Abril localizado em frente a Santa Rita, onde assegurou estar rodeado *de todos os punteros de Balestrini*, quem perguntou a Carla por três de seus beneficiários. Como vemos, este personagem utilizou o termo *puntero* para designar rivais como Rubén, ou seja, aqueles que exerciam a mesma atividade mas respondiam ao Intendente disputando junto a ele recursos e pessoas. Ainda quando um dos dirigentes da organização integrou a mesma lista eleitoral que o nosso protagonista do capítulo anterior, como candidato a deputado provincial. Como vemos, era uma categoria à qual se apelava para designar ou melhor desqualificar um oponente mas não era evocada para assinalar a própria atividade de quem a enunciava.

Ernesto se sentou junto a Carola e ela depois de comparar a lista elaborada pelo município e a que foi feita na FTV lhe respondeu a respeito de seu pedido: *o primeiro não tem filhos, o segundo não é nosso e o terceiro aparece como autônomo*. Ao que o referente lhe respondeu...*o primeiro sem filhos... mas se são filhos dela...*E Carola insistiu... *Sim... mas o marido... Não, o marido está com os filhos da primeira mulher*, acrescentou Ernesto. *Sim, está bem*, continuou Carola, *mas na certidão de nascimento da criança consta o nome dos dois e eles verificaram no nome de quem estavam os filhos se o marido dela está cobrando a alguém baixam-no porque agora eles cruzam tudo*.

O rosto do referente foi se resignando diante da detalhada explicação de Carola e simplesmente acrescentou, *assim que agora se dá a fazer as coisas bem lá no Ministério*. Do segundo caso, Ernesto não fez nenhum comentário devido ao fato de se tratar de uma pessoa que a organização não reconhecia como própria, ou seja, não havia sido inscrita por um referente da FTV e provavelmente era alguém que havia se inscrito com alguma pessoa do município ou de outra organização e havia pedido a Ernesto a busca da informação a respeito de sua situação e lugares ou datas de pagamento. Com o terceiro caso, nosso referente foi mais veemente *o último como autônomo te digo não pode ser... se nunca teve emprego registrado... carregador no mercado central carrega e descarrega verduras*. *Pode ser*, disse Carola, *mas se alguma vez teve trabalhou com carteira assinada mesmo que já não tenha mais... para o Ministério ele não é desempregado*. Para Beatriz, outra referente de um assentamento vizinho ao Ingenio,

essa situação lhe trouxe algumas lembranças e então ela comentou em voz alta ... *se lembram de quando íamos à estrada e não tínhamos nada... que planos tínhamos naquela época?* pergunto e Ernesto lhe respondeu *Trabalhar isso sim era um plano quando fazia a reivindicação vinha tudo explica e te pagavam retroativo...* E outra referente acrescentou *se nós fomos os primeiros... e no município surgiram os planos para nós depois de estar 18 dias sofrendo de frio na estrada... com as crianças descalças.* Por fim, uma outra comentou *se os coletes amarelos foi por nós por nossa luta social sim e à parte eles (os doadores do município) somente se lembram da gente para votar.*

Como vemos, para os membros de esta organização a obtenção dos planos estava vinculado à sua participação nos piquetes onde deviam suportar frio, calor e ameaças de repressão. A referência aos “18 dias” era uma menção obrigatória ao piquete de maior duração que ocorreu em La Matanza em maio de 2001 sob a liderança da FTV. Esse piquete me foi descrito por Julio como “histórico” porque foi onde obtiveram sua maior conquista: um número importante (que não me foi especificado) de planos *Trabalhar* que a FTV passou a administrar. A participação nessas mobilizações e, como vimos no início do capítulo, nas *ocupações de terra* suportando todo tipo de inclemência temporal e de enfrentamentos com forças de segurança, eram aspectos ponderados pelos dirigentes e se vinculavam ao termo “luta”. No universo das organizações camponesas dos estados brasileiros de Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, Commerford (1999) havia destacado as diferenças semânticas desta categoria central na narrativa de conflitos entre camponeses e grandes proprietários. O termo se referia tanto a noções vinculadas ao sofrimento como também se vinculava ao trabalho e toda obrigação que as pessoas deviam enfrentar como também podia funcionar como afirmação do valor da pessoa (1999: 29).

Entre os piqueteiros da FTV, a luta assumia um sentido épico que dizia respeito às categorias de sofrimento e sacrifício (passar frio, levar os filhos descalços, comer alimentos preparados em panelas improvisadas sobre o asfalto). Como veremos, a participação nos piquetes assegurando o fluxo permanente de manifestantes e a antiguidade na organização eram critérios que eram valorados na hora de destinar planos aos referentes. Contudo, como veremos, em numerosas oportunidades eram critérios que se chocavam com acordos pessoais entre dirigentes e referentes, no momento de distribuir os recursos.

Ao mesmo tempo, os testemunhos citados mais acima assinalam não só que os membros desta organização piqueteira se reconheciam como “os primeiros”, como aqueles que iniciaram essa modalidade de protesta na periferia como também complementam que com a mobilização de seus manifestantes se beneficiaram autoridades do município, governado pelo partido peronista. Como vemos, os referentes da FTV, da mesma forma que os militantes que acompanhavam Rubén, nosso agente municipal em Santa Rita, não faziam menções aos partidos ou as faziam muito raramente; era mais freqüente que identificassem aqueles que com eles disputassem os recursos por sua posição na administração estatal: “o município”.

A lembrança do Plano Trabalhar foi evocada a partir da roupa que portavam os beneficiários: “os coletes amarelos”. Uma alusão para se referir a esse plano como já o fizera Fernanda no capítulo anterior. A outra menção a esse subsídio era também positiva, Ernesto o mencionou como um subsídio que pagava aos beneficiários suas demandas de maneira retroativa. Esse comentário despertou o ódio de Leo que disse *se aqui tenho uma das minhas* (era beneficiária do Plano Chefes) *cujo filho mais velho cumpriu 18 anos e tem mais filhos e lhe deram a baixa eu a pus aqui nos reclamamos... mas até voltem a colocá-la todos esses meses... são meses perdidos... no final de contas com o Chefes nunca se sabe.*

Outro dos referentes ingressou dizendo *tem dois dos meus que passaram ao município... Uhhh, se queixou Leo, que problemas vamos ter quando ocorrer mobilização.* Ao que Ernesto acrescentou, *sim antes podíamos mobilizar as pessoas agora que elas estão caindo que vamos fazer...* E Leo sentenciou, *aguda se eles caem eles se vão também.*

Como vemos, para os membros da FTV o número de planos guardava relação direta com o número de manifestantes para piquetes e outros atos políticos. Contudo, como destaca Manzano (2007:204) estavam os que deviam concorrer para receber um plano e aqueles concorriam para tornar-se titulares em um futuro próximo engrossando as “listas de espera” dos referentes. Estas listas onde estavam os nomes dos que pretendiam voltar a beneficiar-se de um plano lhe permite, à autora, introduzir um ponto central dos circuitos de distribuição dos recursos: o modo através do qual os postulantes representam o papel dos doadores. Para Manzano (2007) na construção desses laços nos quais os moradores pedem aos referentes para ser incluídos nas listas de espera com o compromisso de participar dos piquetes, “de borra a centralidade do Estado na construção destas relações e se personalizam os vínculos através das figuras de líderes,

de dirigentes e referentes em termos de agradecimento ou reclamação. De outra perspectiva, as organizações de desocupados eram desalojadas do lugar de mediação na implementação de essas políticas e dentro dessa trama relacional terminam constituindo-se em um agente direto de gestão” (2007: 209). Em outras palavras, Quirós (2006) se referiu a um processo similar para circuitos de distribuição de planos de outra organização piqueteira de Florencio Varela. Para esta última autora (2006:122), “o movimento é vivido (pelos contemplados) como um oferente direto. Enquanto tanto a figura do Estado ou em termos nativos – o governo – parece esfumar-se”. Durante o transcurso de todo o meu trabalho de campo me deparei com a mesma idéia inclusive também entre aqueles que se inscreviam com os agentes municipais. Retomarei a esse ponto nos capítulos subseqüentes.

Retornemos agora ao dia em que conversava com Lorena. Aquela manhã a circulação de pessoas era intensa e cerca de meio-dia apareceu Javier, outro dirigente próximo a Delia que circulava por ali com menor freqüência que Camilo e Julio. Depois de saudar a todos e de conhecer o clima da sala ligou seu telefone celular e circulando pela sala dizia a um interlocutor telefônico *ei... há muitíssimos chefes que estão caindo você sabe o que se pode fazer?* E continuava... *se passarmos ao PEC... mas e reclamações não se pode fazer?* Pouco depois Lorena fez outro comentário revelador ao passar *se estão caindo muitos de nossos planos e Luis vai ter uma reunião com Solá* (governador da província de Buenos Aires) *para discutir isso*. No capítulo 4 voltarei a esse ponto.

Eram várias as coisas que aprendi naquela manhã na sala do Ingenio. Em primeiro lugar que “os planos” para esta organização piqueteira, ao contrário do que vimos no capítulo anterior, não eram cedidos em operativos massivos e tampouco como um favor de um doador. Eram, sim, o resultado de sua “luta” nos piquetes. Assim, para quem recebia planos da FTV a obtenção de um plano parece estar ligada à participação nos cortes de estrada, suportando adversidades.

A literatura sobre organizações piqueteiras se empenhou em destacar o piquete como uma nova modalidade de protesto²⁶ mas poucos destacaram as condições sociais que o tornaram possível. Nesse sentido Manzano (2007:71) destacou que o piquete como modalidade de protesto se estendeu entre diversas organizações de desocupados por uma conjunção de processos se expressaram de maneira particular no Município de

²⁶Auyero (2002), Schuster (2001), Svampa e Pereyra (2003) e Lobato e Suriano (2003).

La Matanza. Para a autora, o aumento dos níveis de ocupação desde o ano de 2000, a resposta estatal se concentrando em planos transitórios, o engrossamento das listas de pessoas que aspiravam a planos sociais a partir de vínculos com referentes da FTV e as “baixas” que realizava o governo de La Alianza por aquela época; contribuíram para criar as condições para que o corte de estrada ou o piquete fora o modo apropriado que encontraram as organizações de desocupados de reclamar perante o Estado planos e alimentos. No argumento da autora (2007: 150) se reconhece uma correlação direta entre o aumento do número de planos obtidos nos piquetes e a consolidação de uma trama organizativa que fortalecia e consolidava as organizações de desocupados. Na mesma linha, Calvo (2006: 106-108) destaca que os planos de emprego são um componente central da relação Estado-Organização e que este tipo de recurso tem a peculiaridade de deixar um “saldo organizativo” maior ao que supõe obter materiais como colchões, cestas de alimentos e matérias de construção. A explicação da segunda autora destaca que o tipo de bem, o plano, requer certo tipo de organização como a de indicar os beneficiários a projetos comunitários. Estes eram elaborados por dirigentes cujas trajetórias se ligavam aos processos de ocupação de terras de meados da década de 80, ou seja, sujeitos com experiência em obter e distribuir recursos públicos e a manter contatos com funcionários estatais. Por essa razão, os planos ao ser administrados por pessoas que contavam com certo capital simbólico (Bourdieu 1993) ligado à militância territorial se constituíram em recursos que terminaram por favorecer e consolidar amplamente as organizações de desocupados, como a FTV. O que permite formular como premissa: que era através da concessão de planos sociais que o Estado Nacional criava as condições para que as organizações de desocupados proliferassem.

Devo acrescentar que embora as organizações de desocupados que funcionavam em diversos pontos de La Matanza respondessem a linhas e precedências ideológicas diversas, todas administravam planos sociais o que as tornava dependentes do governo. Segundo a classificação dos meios de comunicação e da literatura sobre movimentos sociais os havia “duros” e “brandos” ou também “conciliadores”, “heterônomos” o “políticos”. Em particular, a FTV e seu presidente Luís D’Elía por haver aceitado um cargo de Secretário de Estado no governo de Kirchner era denominada “Piqueteiros K” e muito provavelmente por essa razão, era a organização que controlava o maior volume de recursos em nível nacional. Como veremos em capítulos subseqüentes, a FTV não apenas provia manifestantes mas também pessoas capacitadas para tarefas de segurança em mobilizações e atos políticos encabeçados por Nestor Kirchner. Contudo, devemos

lembrar também que como os planos eram subsídios do Ministério do Trabalho cujo pagamento era feito direto a pessoas, os beneficiários podiam “passar-se”, ou seja, mudar de doador e de adscrição. “Caem e também se vão” foi a expressão que Leo usou para dar conta desse procedimento. Por essa razão, a perda de beneficiários se tornava um motivo de grande preocupação para os referentes e dirigentes da FTV; o que afetava diretamente sua capacidade de mobilizar manifestantes quando o governo os solicitava.

Em segundo lugar, os planos de emprego não eram simplesmente subsídios sem classificação. Muito pelo contrário, havia os “retroativos” e mais benefícios como também “imprescindíveis” (com o Chefes nunca se sabe) o que me fazia presumir que essas alterações das normas impactavam diretamente a vida de essas pessoas. Um ponto que a literatura sobre movimentos piqueteiros não aborda em detalhes. No geral, ainda que haja exceções, os recursos que as organizações controlam são apenas mencionados em função do piquete ou da mobilização onde eles foram obtidos mas não se dão maiores detalhes do modo como são representados pelas pessoas que os distribuem e por aquelas que os recebem²⁷. Por último, vimos que os referentes dessa organização se diferenciavam do município “que se lembram da gente só para voltar”. Com essa expressão manifestavam ter um calendário próprio que não se reduzia aos tempos eleitorais.

Pouco mais de um mês depois daquele dia de controles, durante o mês de março de 2006 e próximo ao início das aulas, Carola pendurou um cartaz onde se detalhava os motivos das baixas do plano Chefes executadas pelo Ministério e em que casos se podiam realizar reclamações. A legenda do cartaz era a seguinte: “Planos Chefes dados de baixa pelo Ministério: 1) Não ter filhos legais, 2) Cônjuge não desocupado, 3) Cônjuge recebendo o mesmo plano, 4) Obra Social, 5) Tem trabalho estável. Reclamações: aqueles com filhos legais e que não tenham trabalho estável”. O primeiro comentário daquele cartaz foi o de Beatriz e Gabriela que quando o viram disseram *e agora as baixas... É que quando saiu o Chefes dissemos que fazemos com os jovens e os velhinhos que não tem filhos menores* foi o comentário de Gabriela. Ao que Beatriz continuou *e mas você não anotou com os sobrinhos e os netos?* Si, respondeu-lhe Gabriela... *bom, essas são as que estão caindo agora*. E logo depois as duas se foram da

²⁷ Como exceções devo destacar o trabalho de Manzano (2007), que analisa pormenorizadamente a legislação dos planos em um capítulo específico de sua etnografia e o de Queirós (2006) que destaca o modo como as pessoas, ligadas a uma organização piqueteira de Florencio Varela, representam os planos que classificam como “com requisito” ou “sem requisito familiar”, segundo a exigência de filhos menores dos postulantes como condição para receber o benefício.

sala. Aquele dia vencia o prazo para entregar as listas com os beneficiários do Chefes que eram “passados” (inscritos) ao PEC. Por essa razão, o movimento de pessoas era incessante aquele dia e alguns comportamentos dos referentes desagradaram a Carola. Gilda, uma referente que havia trabalhado com Lorena na rede de bairros, aproximou sua lista de Carola e se sentou a tomar mate na roda que há pouco havia sido formada. Carola tomou a lista e começou a controlá-la, e depois um tanto enfurecida deu meia volta e gritou: *que fazes você roubando gente do Ingenio...* Fiquei surpreendida com o comentário, mas a raiva de Carola deixava evidente que os beneficiários se tornavam objeto de disputa entre os referentes, e que os períodos de inscrição, renovação ou reclamação eram os momentos em que deveriam redefinir-se o número de pessoas com que contava cada um. De maneira que o *passar-se*, o mudar de um doador era um procedimento que ocorria em todas as direções: entre a FTV e o município e vice-versa, entre referentes da FTV e entre a FTV e outras organizações piqueteiras. Um procedimento que Carola parecia reconhecer como repetido.

Por tratar-se de uma data chave, o vencimento de um prazo, aquele dia se fizeram presentes desde cedo Camilo e Javier e mais tarde Julio. *Ahhh aí vem o chefe* comentou Leo antes de que eles entrassem. Como em outras oportunidades, Julio era interceptado na porta por outras pessoas que o abordavam para fazer-lhe algum pedido. Mas aquele dia era importante e não lhes deu demasiada atenção lhes disse simplesmente *estou com pressa deixemos para a semana que vem é melhor*. Finalmente entrou, disse bom-dia a todos, se aproximou da roda e saudou um a um até que se sentou em um canto junto a Camilo e Javier. Em determinado momento olhou na direção da área dos computadores, onde se sentavam Carola e Leo, em torno dos quais se formava a roda de chimarrão. Naquela oportunidade, Carola havia saído da sala e se dirigiu a Leo quando imperativamente lhe disse *Leo, venha um momento por favor*. Leo saltou de sua cadeira e foi na sua direção. Rapidamente voltou atrás da lista que desde um tempo estavam elaborando com a ajuda dos referentes. Nesse momento, o mate está nas mãos de Lorena e quando Leo voltou indicou em voz baixa *leva isso Julio* entregando-lhe um mate recém servido. Os três permaneceram um tempo conversando até que se levantaram. Júlio devolveu a lista até que finalmente se despediu de Camilo e Javier. Quando Carola regressou controlou novamente as listas correspondentes aos beneficiários do Plano Chefes e do PEC que deviam entregar na sede da CTA, no centro da cidade de Buenos Aires. Aquele dia, fiz a viagem de regresso junto com Carola e Leo que me ofereceram uma carona no carro até a estação Constitución. Só que me faltava

conhecer um dado e na intimidade da viagem de regresso me atrevi e lhes perguntei qual era em definitivo a diferença entre o Chefes e o PEC se o valor era o mesmo. Ao que me responderam, quase em uníssono *que o Chefes não podemos dar altas e baixas, por outro lado o PEC só dura três meses e depois de esse tempo o que não participa (das mobilizações) pode ser sacado e outra pessoa ser colocada em seu lugar... com o Chefes não se pode só o ministério... pode.*

O programa Chefes de Lar era um subsídio cuja duração coincidia com a “declaração de emergência laboral” que o governo renovava anualmente mediante decreto presidencial desde fins de 2002 e continuava fazendo até o fim de 2007. Outro aspecto que se destacava era que “as baixas” impediam que os excluídos do benefício fossem substituídos por novos titulares. Por essa razão, as baixas não eram solicitadas, e sim executadas desde o Ministério do Trabalho a partir de rigorosos controles. Este último ponto era o que marcava a diferença com relação ao PEC que devia ser renovado a cada três meses. Ao finalizar esse período os referentes dessa organização tinham o poder de “dar baixas”, de substitui uns beneficiários por outros.

Tendo chegado a esse ponto de compreensão das diferenças sutis que o Ministério do Trabalho impõe aos subsídios para desempregados podemos perguntar: como representavam essa situação os beneficiários de ambos planos que estavam obrigados às mesmas tarefas comunitárias pelo subsídio recebido? As evidências para responder a essa pergunta serão apresentadas no capítulo 5.

Conclusões

Neste capítulo apresentei Julio, dirigente do topo da hierarquia da organização e o mundo dos referentes barriais, que exerciam em seus bairros a distribuição dos recursos públicos que a FTV recebia do Estado. Como vimos, a obtenção dos planos estava ligada à participação em mobilizações e piquetes onde os manifestantes ficavam expostos a inclemências que chamavam de “luta” ou “luta social” e cujo padecimento era ponderado. Os referentes conheciam com detalhes as normas dos planos e o modo que os contemplados os representavam. Contudo, são vários os pontos que diferenciam “os piqueteiros” dos “do município”. Em primeiro lugar, o grande número de mulheres que exercia essa tarefa. Recordemos que próximo a Ruben as mulheres eram uma minoria encabeçada por sua mulher, Nina.

Em segundo lugar, vimos que esta organização realizava um controle minucioso dos planos que perdia, e tentava recuperá-los inscrevendo as pessoas em outros de

menor duração. Uma diferença que podemos explicar pela modalidade de obtenção, o piquete, que o ligava à luta e ao padecimento físico. Por essa razão, a perda que se traduzia em redução do número de seus membros e conseqüentemente no de manifestantes para os atos e mobilizações que organizava o governo. Assim, a FTV conseguia traçar outro calendário cujas atividades comunitárias, como mostrarei no capítulo 5, não se ajustava ao esquema eleitoral, mas que demarcava um tempo próprio e que referiam como “luta social”.

Como também vimos no capítulo anterior, estavam os que conseguiam ascender a cargos eletivos na lista da Aliança em 2000 e em 2005 na Frente para a Vitória, a mesma que levava como candidato Rubén, agente municipal de Santa Rita. Julio era um de eles e amparava sua trajetória em laços de dependência e confiança que mantinha com Luís D’Elia há 20 anos. Novamente a lealdade era um valor altamente considerado no interior dessa organização piqueteira e compensado com cargos eletivos e também, como veremos, permanentes. Entre os referentes, destaquei Lorena, que, como mostrarei adiante, será uma das poucas que obterá um emprego estável na Subsecretaria a cargo do líder máximo da organização.

Pretendi destacar, também, a diferença contextual entre os termos *puntero* e “referente”. Como já fora assinalado por Malinowski (2000), os termos ou declarações nativas se tornam inteligíveis quando se interpretam a partir do contexto de situação que os anima. Isto supõe inscrever os enunciados em um marco onde possa ser identificado quem se expressa, ante quem e para referir-se a que pessoa. Recordemos que o termo *puntero* foi pronunciado por Ernesto para referir-se àqueles que exerciam sua mesma atividade mas que respondiam ao Intendente do Município, ou seja, era um qualificativo referido a um rival com quem se disputavam recursos e pessoas. Por outro lado, Rubem a quem cabia essa denominação designava sua atividade como “política” ou “trabalho na política”. De forma que, *puntero* não era um termo auto-referencial, mas de acusação. Como destaquei no capítulo anterior, o termo se refere a pessoas do partido peronista que contam votos no padrão eleitoral e o caráter desqualificador do termo destaca apenas o aspecto negativo do circuito de distribuição dos doadores peronistas: o do interesse pelo voto. Por seu lado, o termo referente tem mais de um significado e todos eles mantêm um certo grau de abstração. Segundo a Real Academia Espanhola, um referente demarca uma relação a algo como um tema ou problema específico. Outra acepção é a que supõe a noção de modelo, no sentido de designar a uma figura que se torna digna de imitar ou seguir. Esta parece ser a acepção que mais se aproxima do

significado que os membros da FTV atribuem ao termo quando se referiam “a nós, os referentes não podemos dar baixas”. Assim, se constituía em uma categoria de identificação cujo sentido destacava aspectos altamente positivos de quem distribuía os recursos. Um aspecto inverso ao que remetia a noção anterior que somente enfatizava o afã e o interesse pelos votos dos que distribuía os mesmos recursos que os membros da FTV. Por seu lado, o termo referente com que estes últimos são denominados designa pessoas que com um certo protagonismo podiam aglutinar outros em torno de si mesmos.

Por seu lado, *punteros* e “referentes” era uma linguagem que compartilhava aqueles que distribuía os recursos e com eles se disputava o controle de pessoas. Assim, os *punteros* contavam votos e os “referentes” por outro lado não perseguiram afã ou interesse partidário, tornando-se sim pessoas passíveis de serem imitadas e seguidas por vizinhos, coabitantes e pessoas próximas. De maneira que se tratava de uma diferença que contribuía a reforçar a idéia de uma temporalidade própria que não se restringia ao tempo dos comícios, e que supunha a explicitação de outras questões ligadas ao ensinamento de valores. Entre os quais se destaca a “luta” que tinha cenários próprios para desenvolver-se: a *tomada* primeiro e o piquete depois. Era ali onde a “luta” se expressava e encontrava sua oposição na “política” que longe de se sustentar pelo sacrifício e padecimento físico só perseguia o interesse por candidaturas e votos.

No entanto, entre os membros desta organização circulavam os mesmos bens que entre os militantes do peronismo: planos sociais, cargos eletivos e empregos estáveis em diversas repartições estatais. Por sua vez, se diferenciavam de outras organizações por serem “os primeiros” a organizar cortes de estradas no centro do município de La Matanza. Restaria ainda saber como essas diferenças eram representadas pelos moradores dos diferentes bairros onde conviviam referentes da FTV com agentes municipais e membros de outras organizações de desocupados. O que me obrigará a introduzir o ponto de vista dos contemplados e a destacar as especificidades dos respectivos calendários. Antes convido o leitor a conhecer a distribuição de outro recurso que controlavam os mesmos doadores das organizações piqueteiras e do município: os alimentos que se entregavam mensalmente do mesmo modo que o pagamento dos planos. Como o leitor já está familiarizado com os personagens e os bairros dedicarei um único capítulo à análise da distribuição de alimentos em ambos os bairros: Santa Rita e Ingenio.

Julio e um grupo de referentes na Sala do Ingenio

Capítulo 3. A chegada da mercadoria a Santa Rita e El Ingenio

O terceiro capítulo incluirá a distribuição de alimentos nos bairros de Santa Rita e El Ingenio. Estará, portanto, dividido em duas partes. Na primeira delas, apresentarei o modo em que Rubén e seu entorno efetuavam a distribuição do recurso. A cena principal corresponde a uma das manhãs da entrega, na capela do bairro Santa Rita, durante a qual um grande número de vizinhos era informado que se encontrava excluído do benefício.

A segunda seção corresponde a como a mercadoria era alocada entre os referentes da FTV e quem a entregava, nas suas moradias, aos vizinhos. O material etnográfico, nesta oportunidade, corresponde novamente a cenas desenvolvidas na sala de El Ingenio e também no depósito onde eram guardados os produtos. Acrescentarei, ainda, o depoimento de Gabriela, uma referente cuja situação contrastava com o processo de ascensão na organização experimentado por Lorena -apresentada no capítulo anterior.

A apresentação conjunta de ambos os bairros nos permitirá conhecer, de maneira mais próxima, como os vizinhos de Santa Rita e El Ingenio representavam o papel dos doadores (agentes municipais e referentes de uma organização piqueteira) e as reações que surgiam quando lhes informavam da perda da mercadoria. Um ponto que, como veremos, diferenciava-se notoriamente do que acontecia com a perda dos planos e sobre o qual estabecerei pontos de contato e dispersão.

Começaram as exclusões, mas não a deles. As reações perante a perda da mercadoria em Santa Rita

Durante as duas últimas semanas do mês era o período em que chegava a Santa Rita o transporte com a mercadoria. O veículo era de cor verde militar e pertencia ao exército. Dirigido por um motorista e com apoio de dois seguranças, sua presença alterava por completo a vida do bairro. *...Chegou o caminhão...* gritavam alguns exaltados, outros advertiam familiares e amigos: *...Fala pra mãe que prepare a cartela...* e também estavam aqueles para os quais a chegada da mercadoria modificava suas prioridades *...Tinha que ir no médico, mas vou amanhã; prefiro pegar a mercadoria.*

Quando o caminhão chegava, por volta das 10 horas, ele estacionava na *tira* que conduzia à capela do bairro, onde a primeira etapa da entrega acontecia. Era nesse espaço onde as pessoas se dirigiam para identificar-se como beneficiárias. Isto é, deviam entregar os documentos à assistente social do município. Ela era ajudada por duas mulheres jovens –de ao redor de 20 anos-, junto de outra mulher de aproximadamente 50 anos, vizinha de Santa Rita. Uma vez que elas conferiam que o nome estivesse na lista de titulares, as assistentes carimbavam uma cartela cor azul-celeste em que constavam as datas das entregas. O passo seguinte acontecia fora, no caminhão estacionado sobre Almafuerite, a rua principal, onde era entregue a sacola respectiva. A entrega finalizava por volta das 14 horas, quando era entregue a totalidade das sacolas e o caminhão se retirava do bairro.

Passaram-se algo mais de dois meses até que tive o valor de pedir a Rubén para permanecer na capela nos dias em que a mercadoria era distribuída. Até esse momento, apenas uma vez tinha acompanhado Nina para retirar os alimentos da filha. Foi um lapso breve, e isso me impediu observar o processo completo da entrega. De modo que era necessário que insistisse em pedir a Rubén uma nova oportunidade para permanecer na capela e observar o processo completo em que acontecia a circulação incessante de vizinhos que assistiam para se identificar como beneficiários. Não me resultava fácil fazer esse pedido porque, nesses dias, Rubén se encontrava particularmente nervoso. Quando o caminhão chegava, ele costumava se ausentar do bairro por muitas horas, afirmando estar cansado de ser acusado de *dar a mercadoria por um voto* e também porque *quando um ficava zangado, o resto fazia o mesmo*.

Como observamos no capítulo 1, Rubén sabia que era percebido pelos vizinhos como doador direto da mercadoria. Isso foi-me expresso da seguinte maneira: *...Acreditam que sou eu quem dá e quem tira (a mercadoria), mas como é casa por casa e eles se mudam... tiraram de alguns, e de outros tiraram porque abriram comércios de tamanho maior...* Por esse motivo, como veremos a seguir, nos dias da distribuição dos alimentos a capela parecia se constituir em um espaço oposto ao clube, ou seja, onde se expressavam aqueles que não tinham um bom relacionamento com o protagonista. Assim, o atrevimento com o pedido e a aceitação de Rubén para que eu permanecesse e observasse esse cenário eram sinais de maior confiança entre nós.

As mulheres encarregadas do controle chegavam bem cedo, por volta das 8 horas, e ficavam esperando a chegada do veículo. O caminhão provinha de um depósito da localidade de San Justo –sede administrativa do município- onde os alimentos (que

incluíam oito produtos: arroz, erva mate, açúcar, óleo, lentilhas, uma lata de carne ou peixe, um pote de doce e um pacote de farinha de trigo) eram colocados em sacolas por um grupo de pessoas que o município recrutava entre os beneficiários dos planos. O fornecimento da mercadoria correspondia ao Ministério do Desenvolvimento Social da Nação e à Província de Buenos Aires, órgãos que tinham se comprometido a entregar um determinado volume de alimentos ao Comitê de Crise -denominado assim por ter sido organizado depois da denominada “crise de 2001”.

O Comitê era presidido pelo prefeito Balestrini e *estava integrado por todos os agrupamentos políticos*. Isto é, agentes municipais e dirigentes das duas organizações de desempregados mais importantes do município: a Federação de Terra e Moradia (FTV) e a Corrente Classista e Combativa (CCC), como vimos no capítulo 1, na seção de El Molino. A função do Comitê era distribuir a mercadoria em 14 bairros, aqueles com *necessidades mais urgentes*, como Santa Rita. Não disponho de dados a respeito de quais eram os outros bairros que o mesmo caminhão abastecia com alimentos, à exceção de, como veremos, o 15 de Abril, fornecido de igual forma e pelas mesmas pessoas.

Uma evidência permite-me presumir que para que os bairros fossem abastecidos pelo município deviam contar com uma pessoa que estivesse vinculada ao governo municipal ou à estrutura do Partido Peronista. Assim, em Santa Rita era Rubén quem exercia esse papel. Certa vez, uma vizinha que tinha se mudado a uma área próxima onde ocupava alguns terrenos comentou-me que *...Quando eu fui embora eu perdi minha sacola...* em relação à mercadoria. Perguntei-lhe então se no novo endereço também entregavam mercadoria e ela respondeu *...Não, porque aí não tem quem faça inscrição...*

De modo que os agentes que distribuía delimitam sua ação através de fronteiras territoriais que costumavam coincidir com bairros ou áreas um pouco mais amplas. Esses limites podiam tornar-se espaços em disputa entre agentes de diferente adscrição: “peronistas” ou “piqueteiros”. Lembremos que, como mostrei no capítulo 1, quando Rubén me levou a El Ingenio sentiu um certo perigo e pediu ao motorista do veículo em que viajávamos que se retirasse do local. Parecia suspeitar que estava violentando uma fronteira física: ter ingressado em um bairro cujos líderes não pertenciam a seu partido, mas a uma organização de desempregados, que também controlava recursos próprios e com quem se disputava o controle de pessoas. Nesse jogo de disputas territoriais eram abertos novos espaços, como aqueles que configuravam os agrupamentos mais recentes que, em seus inícios, podiam permanecer sem um agente

que controlasse a distribuição como parecia ser o novo assentamento onde esta vizinha de Santa Rita tinha se mudado há pouco tempo. De modo que a concorrência e o controle dos espaços onde era aplicada a distribuição eram traços que caracterizavam os doadores.

Em Santa Rita quem inscrevia os vizinhos para se tornarem beneficiários da mercadoria eram as assistentes sociais do município. Aqueles que qualificavam para tal benefício recebiam mensalmente os mesmos produtos, exceto em uma quantidade menor de lares em que as crianças eram visitadas por médicos que, depois de medi-las e pesá-las, as identificava como “desnutridas”. Nesses casos, uma dupla ração de leite em pó era fornecida às famílias. Contudo, aquela semelhança e continuidade na entrega dos alimentos reconhecia algumas mudanças. ...*Quando as eleições estão por perto eles dão pra você um pouco mais...* disse-me uma vizinha quando perguntei se o número de produtos nas sacolas era o mesmo todo mês.

Em uma fria manhã do mês de julho de 2005 em que Rubén me autorizou a que pudesse observar o que acontecia na capela, ele indicou para o Tucu que me levasse até o local e me apresentasse Zulema, a encarregada e assistente social do município. Zulema era uma mulher de quarenta e poucos anos que usava um avental branco sobre as roupas habituais, com um par de óculos grandes. Aquele dia, o Tucu e eu iniciamos o caminho do clube até a capela. No percurso passou velozmente, de nosso lado, um táxi em que viajavam Rubén e Nina, como se fugissem do local. Nesse momento lembrei que tinha deixado a mochila no clube e perguntei ao Tucu se era necessário procurá-la. Exaltado, ele me disse: ...*Vai já pegar ela que eu te espero*. Quando voltei ao local da rua Almafuerde onde ele me esperava, continuamos o caminho para a capela e foi nesse último trecho de nosso percurso onde ele me relatou o episódio a seguir. Certa vez em que Rubén alugou o clube para uma festa de 15 anos, os convidados deixaram, como presente para o Tucu, porções de bolo e outros alimentos, mas nunca conseguiu experimentá-los, pois, antes, outros o fizeram por ele. Segundo o relator, dias depois da festa Rubén emprestou as mesmas instalações a outros vizinhos para que velassem um parente falecido, e foram eles quem levaram o bolo, além de ferramentas que o Tucu cuidava com zelo.

O Tucu me referiu aquele acontecimento com ironia, dizendo ...*Ainda bem que era um velório e que estavam todos tristes... imagina o que eles são capazes de fazer quando estão contentes*. Esse comentário fez com que eu desse uma gargalhada e, à continuação, ele me advertiu: ...*Não deixa nunca nada no clube porque aí some tudo*.

Por último, ingressamos na *tira* que conduz à capela e antes de chegarmos me assinalou uma das casas, indicando-me que pertencia à filha mais velha de Rubén, que morava aí com sua família.

Uma vez no local, podiam ser divisadas claramente duas filas de pessoas devido a que o atendimento era organizado em dois grupos, controlados por mulheres mais novas. Elas solicitavam aos vizinhos os documentos, para identificá-los nas listas ordenadas alfabeticamente como beneficiários autorizados a retirar a mercadoria. Acompanhei o Tucu a fazer fila e depois de conferir que se encontrava entre os vizinhos que deviam receber sua ração, dirigimo-nos até o caminhão para que lhe entregassem a sacola. No local já tinha se reunido um grupo de pessoas que aguardavam ser atendidas, e uma mulher exaltada, aos gritos, dizia *...Já começaram as exclusões, mas não deles...* e outra afirmava com os olhos arregalados *...Pois é... pois é... eu não estou*. Nesse contexto, o Tucu sentiu-se obrigado a dar uma explicação, mas para fazê-lo apelou ao humor e disse de maneira criativa: *...Eu não ponho a mão na minha mercadoria, eu dou para um velinho que mora sozinho e não tem nada*. Os vizinhos lhe respondiam *...Vai te catar, Tucu...* em sinal de que sabiam que esse comentário era uma forma de tentar dissimular que ele possuía a maior proteção de Rubén e que, por essa razão, dificilmente seria excluído do benefício. Resultava claro que os comentários do Tucu, que para mim eram engraçados ou divertidos, aos ouvidos de muitos dos vizinhos de Santa Rita resultavam agressivos, além de muito molestos. Uma vez que o Tucu obteve sua mercadoria, voltamos à capela onde me apresentou Zulema -conforme a indicação de Rubén. Simplesmente disse em relação a mim *...Ela está com Rubén e quer dar uma olhada*. A essa altura o tumulto de pessoas era cada vez maior e Zulema indicava que entrassem de a uma pessoa por vez e não todas juntas e repetia, preocupada *...Tem muita pessoa que saiu do sistema*. As pessoas ingressavam com os documentos e uma cartela de cor azul-celeste na qual eram consignadas as datas das entregas.

Aquela manhã eram muitas as pessoas que eram notificadas que tinham sido excluídas do benefício após o último levantamento de informação realizado há pouco mais de dois meses. Na maioria dos casos, tratava-se de pessoas que recebiam os alimentos há pouco mais de 3 anos, quando o município iniciou a distribuição, depois de “os saqueios de 2001”. Por esse motivo, o clima de tensão se acrescentava. Para controlar a situação, Zulema advertia um pouco exaltada *...Aqueles que não estiverem, deixem a cartela e a gente vê o que fazer quando acabarmos*. Os excluídos eram mais

ou menos 80 pessoas, um número importante já que, das 550 famílias que habitavam em Santa Rita, 300 eram as que recebiam a mercadoria antes do último levantamento.

Enquanto Zulema atendia cada uma das pessoas, ela me explicava como era o procedimento pelo qual as pessoas resultavam beneficiárias da mercadoria. Como já tinham antecipado Rubén e Nina, os vizinhos eram submetidos a um questionário socioeconômico que realizavam as assistentes sociais do município e cuja finalidade principal consistia em identificar os moradores da casa. A mercadoria era adjudicada por moradia e, segundo Zulema, em Santa Rita tinha muitos *sem-vergonha que se mudavam de casa* e pretendiam continuar recebendo a mercadoria alocada à moradia anterior. No entanto, acrescentou que finalmente terminavam sabendo disso porque *o pessoal mesmo dedura os outros*, ou seja, na hora de retirar as mercadorias as pessoas publicamente denunciavam quem retirava por uma casa onde já não residia.

As outras perguntas do questionário estavam relacionadas ao equipamento das casas. Isto é, controlava-se a existência de eletrodomésticos, de azulejos e lajotas nas paredes da cozinha e do banheiro e tipos de piso, portas e janelas. Zulema ofereceu me dar uma amostra *in situ* e disse *...Vem cá, vou te mostrar as casas desta tira pra você ver...* e continuava *...Aqui, como as pessoas não pagam nada* (ela se referia aos serviços como água e luz elétrica) *tem casas que estão muito bem.*

Sáímos a caminhar pelo corredor da capela e ela me mostrou uma casa cuja porta estava improvisada com placas de ferro e disse *...Vem cá, olha... e esta outra, dá uma olhada...* assinalando a casa do lado, que tinha a entrada revestida com tijolos à vista. Ela disse *...Olha como está bem esta aqui, eu já visitei e por dentro está muito equipada.* Era a moradia que o Tucu me tinha assinalado como pertencente à filha de Rubén e Nina. No ínterim do percurso eram numerosas as pessoas que se aproximavam de Zulema e diziam *...Ahhh minha mãe foi embora e não deixou a cartela...* e ela respondia *...isso é por ser má filha.* Mas, finalmente, oferecia uma solução: *...Volta quando eu terminar e vemos o que a gente faz.*

Depois deste pequeno percurso, voltamos à capela onde estavam as numerosas pessoas que aguardavam saber os motivos pelos quais tinham sido excluídas do benefício. Entre elas, estava Eugenia, a quem conhecemos no capítulo 1. Era a mãe do jovem assassinado que Rubén me apresentou durante meus primeiros dias em Santa Rita e, naquela manhã, ela se encontrava particularmente consternada. Ao me ver com Zulema se aproximou do final da fila para cumprimentar *...Oi, Laura, como vai?* Provavelmente ela fez isso porque ao estar eu junto da encarregada da entrega, percebia

que minha proximidade com a responsável poderia lhe garantir certa proteção e evitar, assim, a perda do recurso. Poucos minutos depois, perto do meio-dia, apareceu pela capela um vizinho ao qual chamavam pelo apelido de *loco Chávez*. A presença deste homem contribuiu para acrescentar ainda mais o clima de tensão e abatimento que afetava os presentes naquela longa e tensa manhã.

Loco Chávez era um antigo vizinho de Santa Rita. Morava no local há mais de 25 anos. Tinha 6 filhos, um dos quais estava preso e outro, conforme asseguravam os moradores, *andava com uma arma de cá pra lá*. Era o dono do maior mercadinho que possuía o bairro. Para tanto, tinha colocado em condições duas casas, para que funcionassem para a venda de alimentos e bebidas. A primeira era o espaço de atendimento ao público e a segunda funcionava como depósito, e estava equipado com duas grandes estantes para os alimentos secos e duas geladeiras industriais para os laticínios e produtos resfriados. Fazia poucos anos que o *Loco* -como o chamavam sinteticamente- tinha se mudado com a segunda mulher à Ciudad Evita, uma localidade vizinha. No entanto, ele afirmava que ficava dormindo em *Santa* para não ser roubado durante a noite.

Seu diferencial, como dono de mercadinho, era que tinha idealizado um sistema particular de fiado: ele recebia dez centavos a mais por cada um dos produtos que os vizinhos retiravam; e, por sua vez, quando algum produto tivesse aumentado de preço durante o intervalo entre a entrega do produto e o dia de pagamento, o Loco Chávez recebia em função do novo valor. Permitia, a alguns moradores, endividar-se por um período mais extenso que em outros locais. Eles, pelo contrário, embora mantivessem os preços dos produtos, negavam-se a fiar novamente a vizinhos endividados que ultrapassavam o mês sem pagar. A referência que os comerciantes usavam para pressionar os vizinhos com o pagamento de suas dívidas eram as datas de pagamento dos planos. Como veremos, os planos eram pagos a partir da segunda semana de cada mês e segundo o número de documento dos beneficiários. Nesses dias, muitos dos comerciantes sabiam quem eram as pessoas que recebiam dinheiro e o Loco Chávez não era uma exceção. Pelo contrário, quando da minha visita no seu mercadinho, ele me mostrou um caderno com os clientes endividados e me demonstrou conhecer muito de perto a situação de cada um. *...Esta família aqui... são bons fregueses... vendem comida pra fora (vendem alimentos preparados) e lá.. tem três que recebem planos...* foi essa uma das muitas referências que ele deu da situação de seus devedores.

Por sua vez, a maioria dos vizinhos de Santa Rita identificava esta personagem como um verdadeiro *larápio* que abusava da necessidade das pessoas. No entanto, tinha participado das primeiras reuniões de “política” de um grupo de vizinhos convocadas por Rubén e Gabriel e pude perceber que, quando eles se encontravam, eram feitos comentários e piadas. Isso parecia denotar um relacionamento de mútua confiança entre eles. Com esses dados, torna-se muito mais fácil compreender porquê a presença do Loco Chávez perturbou ainda mais os vizinhos que estavam na capela. Inclusive um vizinho que esperava ser atendido acrescentou ...*Você não sabe a negociata que esse cara tem e ainda é da prefeitura*. Provavelmente ele teria sido nomeado por Rubén em alguma repartição.

Contudo, o mais chocante para os vizinhos foi que Loco Chávez ingressou de maneira provocadora, dizendo ...*Por que é que eu não posso vir aqui perguntar pela mercadoria da minha filha, se eu moro no bairro?* Mas diante do clima de tensão ocasionado por sua presença, virou-se e foi embora pouco depois de fazer o comentário. As mulheres que atendiam ficaram surpresas quando o viram ingressar e uma delas, que era sua ex-mulher, gritou ...*Você nem pergunte pelos teus netos*, que nesse momento eram 10 crianças. Observei Eugenia completamente atônita pela cena que acabava de acontecer enquanto esperava ser informada da causa de sua exclusão. Também reconheci na fila à mãe de Fernanda, a “piqueteira”.

Aproximadamente às 13 horas chegou à capela outra mulher que também vestia um avental branco. Quando chegou, Zulema disse algo aliviada ...*Até que enfim, chegou a chefe*, quem trazia uma nova lista entre seus papéis. As pessoas se congregaram em volta da recém-chegada e rapidamente foram para trás, para a área mais próxima do altar da capela, de onde começou a dar rápidas explicações aos vizinhos excluídos do benefício após o novo levantamento socioeconômico. Um pouco alterada, esta assistente a quem Zulema reconheceu como *sua chefe*, em um tono imperativo começou a dizer ...*O que acontece aqui é que muita gente não recebeu ou mandou embora o recenseador e é por isso que não está*. E, enquanto conferia os nomes, repetia a frase ...*Nessa casa não tinha ninguém quando o recenseador passou*. Eugenia, que se encontrava entre as pessoas que esperavam uma explicação, foi informada que a mercadoria era uma por casa e, dado que o filho tinha construído um pequeno cômodo para hospedar nele sua nova família, não lhe correspondia receber uma nova razão.

Como observamos, para aceder à mercadoria era fundamental, em primeiro lugar, residir em Santa Rita. Um ponto que o Loco Chávez assinalou quando entrou à

capela -“*por que é que eu não posso vir se eu moro no bairro?*”. Contudo, essa era uma condição necessária, mas não suficiente porque, por sua vez, tinha que receber o servidor do censo para que avaliasse o equipamento da casa. Estava claro, para o resto dos vizinhos presentes, que Chávez -proprietário de um mercadinho- não reunia o perfil para se tornar um beneficiário da mercadoria. Uma característica que Rubén assinalou como causal da supressão do benefício, quando fez referência a que “eles tiraram muitas pessoas com lojas grandes”. O interessante da expressão é que, simultaneamente, permite reconhecer que nosso doador principal não tinha controle absoluto sobre a supressão do recurso aos vizinhos, denotado com a expressão “eles tiraram”. Assim, ele colocava-se fora da decisão de exclusão.

Entretanto, o Loco Chávez assegurou que se encontrava no local para perguntar pela mercadoria de sua filha, como Eugenia e a mãe de Fernanda. Vamos nos deter nestes dois exemplos. Fernanda, como já vimos, tinha assumido a condição de “piqueteira” porque era através de uma organização de desempregados que recebia o plano Chefes; e com essa identificação se posicionava fora do circuito de Rubén. De modo que muito provavelmente sua casa tenha sido considerada no censo pela assistente social, porém a presença da mãe como substituta era um mecanismo utilizado para obter um recurso -do município- sem ser vista pelas pessoas próximas de Rubén. Assim, Fernanda podia obter recursos através dos dois circuitos de distribuição mais importantes que existiam em La Matanza: “o município” e “os piqueteiros”. Uma prática que, como veremos mais adiante, irritava um pouco as pessoas que exerciam a distribuição. Algo diferente era a situação de Eugenia, quem mantinha um bom relacionamento com Rubén, com quem se sentia agradecida porque lhe tinha emprestado o clube para velar seu filho, assassinado a queima-roupa. Entretanto, para a assistente social o novo quarto de outro de seus filhos não representava uma nova moradia que pudesse torná-la adjudicatária da mercadoria.

A capela, portanto, nos dias de entrega da mercadoria era o cenário onde circulavam não só aqueles que estavam sob a proteção de Rubén, mas também daqueles que dependiam das assistentes do município; e inclusive daqueles que estavam afastados do nosso protagonista. No dia seguinte, no clube só se falava do acontecido na capela. Rubén apresentou-se bem cedo e ele mesmo se ocupava de dizer a todos aqueles que entravam ...*Vamos passar lá pelas 17 horas para o socioeconômico, porque passam e muitos não estão... que foram levar o filho no clube ou que estão dormindo...*

Nessa mesma tarde, foi nosso amigo em pessoa quem passou pelas casas para preencher o questionário e acompanhado de Gastón, um dos rapazes das pichações. Eles circulavam pelas *tiras*, escolhendo as casas que visitavam e pareciam assumir a tarefa com o maior zelo, sem deixar que ninguém se aproximasse. Permaneci aquela tarde com Nina, ajudando nos afazeres domésticos e bebendo chimarrão com Beatriz, a irmã. Ao acabar a tarde e quando decidi voltar para a Capital, andei com Beatriz em direção à rua Almafuerte. Aí interceptamos Rubén, quem um pouco agitado e com papéis e questionários sob o braço esquerdo perguntou-lhe *...Teu filho de que casa tira a mercadoria?* Beatriz respondeu *...Bom, agora ele está morando com os sogros* e Rubén disse *...Bom, mas nessa casa já recebem. Olha, eu vou colocar que ele mora com você e se perguntarem você diz que ele não está, que saiu, que vem mais tarde, mas agora retira com o endereço da tua casa.* E Beatriz respondeu *...Tudo bem, tudo bem.*

Poucas semanas depois daquele episódio, durante os dias prévios à abertura do refeitório popular, cujo funcionamento tratarei no capítulo 5, foi Nina quem apelou a um mecanismo similar ao de seu marido. Como veremos, convocar as mulheres do grupo de trabalhos manuais para uma nova atividade depois de longos quatro meses de permanecerem inativas, não era uma tarefa fácil. Por esse motivo, Nina durante uma das reuniões preparatórias, enquanto dava indicações, oferecia benefícios. Ela dizia *...Quem tiver mais de 7 filhos vai poder pedir pensão* e seguidamente perguntava *...Para quem mais não entregaram a mercadoria?... O seu eu já passei...* comentou a uma mulher do fundo. Quando a reunião acabou, muito timidamente uma mulher se aproximou de Nina para avisar que ela não tinha recebido a sacola. E ofereceu outros detalhes, dizendo que ela morava no 15 de Abril, o assentamento situado frente a Santa Rita, e que depois de separar-se do marido, mudou-se com os filhos a uma zona próxima da via férrea. Nina pediu o endereço e ela respondeu *...Nãoooo, aí é sem endereço... moro perto, quase sobre os trilhos* e Nina a amparou dizendo *...Você não tem que se preocupar, eu boto você com um endereço daqui, de Santa Rita, e você vem retirar aqui.* Quando saímos da reunião, Nina fez, preocupada, um comentário revelador: *...O que acontece é que a Zulema não conhece os bairros e deixou muitas casas fora do censo.*

Como observamos, o critério da residência através de um domicílio fixo tornava-se imprescindível para ter acesso à mercadoria que o município distribuía nos bairros com *necessidades mais urgentes*. Contudo, como advertiam a assistente social e Rubén, cumprir esse requisito não era uma tarefa fácil para os vizinhos *que se passavam de casa em casa*. Temos dois exemplos bem diferentes. O sobrinho de Rubén e Nina, quem

depois de ficar noivo foi morar na casa da namorada junto aos sogros. Ou, também, o caso da mulher que Nina convocou para a abertura do refeitório popular, quem depois de separar-se, estabeleceu-se junto com os filhos em um precário barraco perto dos trilhos do trem. Quer para se unir ou para se separar, as pessoas eram obrigadas a mudar de endereço e assim correr o risco de perder a mercadoria. Ou, mesmo sem se mudar, ao construir um novo quarto para hospedar uma nova família -como ocorreu com o filho de Eugenia-, o novo cômodo não era visto pela assistente social como uma nova moradia à qual outorgar uma nova sacola de alimentos. De modo que os recursos oferecidos pareciam desenhados a partir de um padrão de família ao qual os vizinhos de Santa Rita não pareciam se ajustar. Por essa razão, tanto a assistente social como Rubén e Nina encarregavam-se de corrigir os problemas que os critérios impessoais exigidos aos candidatos geravam em seus co-habitantes. O que, por sua vez, supunha favorecer alguns e não outros. Lembremos que quando Zulema me mostrou algumas das moradias da *tira* da capela, muitas pessoas se aproximavam dizendo não ter a cartela, isto é, não estar em regra, e ela lhes oferecia uma solução. Foi o caso de Rubén, que modificou o domicílio de seu sobrinho recém-casado para que a mercadoria lhe fosse restituída. E também Nina, que amparava as mulheres que trabalhavam com ela no refeitório popular e se oferecia para restituir o benefício às pessoas que tinham ficado sem ele.

Vale também antecipar outra evidência que registrei dois meses depois do episódio na capela, mais precisamente em setembro de 2005, durante o funcionamento do refeitório popular. Certo dia em que eu me encontrava com um grupo de mulheres, ajudando para descascar batatas para preparar o purê das crianças, uma delas -residente do 15 de Abril-, advertiu ao resto das presentes que se retirava por um momento para ir buscar a mercadoria. O procedimento era o mesmo que em Santa Rita e eram também Zulema e as mulheres que conversaram comigo aquela manhã do mês de julho quem estavam encarregadas da entrega. Esta vizinha demorou mais do que o previsto e quando voltou disse, um pouco alterada *...Demorei um monte porque a Zulema não queria me dar... e a um grupo ela nos fez aguardar até o final... aí, quando foram embora... aí, ela deu*. Um pouco desconcertada, perguntei *...Por que se ela disse não, finalmente acabou lhes entregando a mercadoria?* E a vizinha respondeu *...Pra ninguém dar porrada nela*.

Como vemos, as reações pela perda da mercadoria eram mais virulentas que as que aconteciam com a perda dos planos. Elas podiam derivar em golpes e socos, inclusive entre mulheres. Lembremos que -como antecipei no capítulo 1- o plano era um

subsídio de 150 pesos que os beneficiários recebiam todos os meses e cujo pagamento era feito diretamente aos beneficiários através do circuito bancário, mediante caixas eletrônicos. Para a maioria dos vizinhos de Santa Rita -cujos empregos anteriores à chegada massiva dos planos em 2001 eram a venda ambulante, os “bicos” na construção ou o serviço doméstico- a inscrição em um subsídio do Ministério do Trabalho representou um fato relevante: dispor de uma quantidade fixa de dinheiro todos os meses. A outra cara da moeda estava representada no fato de que pairava sempre a ameaça de “perder o plano” ou que lhes “tirassem” o benefício²⁸.

É conveniente adiantar que as pessoas se notificavam da perda do benefício quando iam ao caixa eletrônico e viam na tela que o saldo estava em zero ou mediante algum aviso “fora do sistema” ou “indeferido”. Quando isso acontecia, costumavam referir com angústia *nõo estou para receber* e a partir desse momento consultavam Rubén ou Nina, ou se dirigiam à San Justo, onde estavam localizados os escritórios de Ação Social para serem informados da causa de “sua exclusão”.

No entanto, era na solidão do caixa eletrônico onde se percebiam como excluídos do benefício -o que experimentavam como a perda de um emprego. Não quero significar com isso que o dinheiro do plano não fosse valorizado pelas pessoas. Pelo contrário, lembremos Josefina -quem referia que o dinheiro do plano “durava um minuto na mão” porque era destinado ao pagamento dos alimentos que retirava do mercadinho. Isso era possível porque o Ministério do Trabalho estabelecera um rigoroso cronograma de pagamentos que era iniciado nos dias 21 e ia até o dia 30 de cada mês. Os beneficiários conheciam o dia aproximado em que recebiam o dinheiro em função do último número de seu documento de identidade. Assim, aqueles que possuíam documento que terminasse em 0 recebiam no dia 21, e assim por diante até alcançar o número 9 que eram os últimos em obter o dinheiro já para finais do mês. Era em função dessa previsão que Josefina podia fazer suas contas, contrair dívidas e pagá-las. Lembremos também que esta vizinha fez referência, por sua vez, a que era faxineira três vezes por semana em uma casa de família. Não disponho de mais dados dessa atividade, mas provavelmente se tratasse de um emprego não registrado e com certeza os dias em que ela não podia estar presente não recebesse pagamento nenhum. De modo que os 150 pesos do plano eram a única receita monetária que Josefina tinha assegurada todos os meses.

²⁸ Analisarei este ponto detidamente no capítulo 5.

É importante assinalar que diversos autores chamaram a atenção para a dimensão qualitativa do dinheiro em diversos contextos empíricos (Neiburg, 2007 e Zelizer, 1994). Isto é, puseram em destaque os modos em que o dinheiro é classificado em função da procedência e destino. Em particular, Zelizer (1994) apontou que as associações de caridade do século XIX nos Estados Unidos pretendiam “regular” ou controlar a economia dos pobres, dando prioridade à ajuda em alimentos e vestimenta mais do que em dinheiro. Devido a que o destino que os grupos empobrecidos davam ao dinheiro era -aos olhos dos “trabalhadores da caridade”- “irracional”, por esse motivo deviam ser treinados e educados no uso do recurso. Algo dessa visão parece ter entrado em jogo quando a inícios de 2002 o governo de Duhalde fixou a quantidade de 150 pesos para os beneficiários do Programa Chefes de Lar. Tratava-se de uma quantidade irrisória para os titulares, já que asseguravam que o dinheiro “durava um minuto na mão” e que sempre era destinado ao pagamento de dívidas contraídas durante o decurso do mês anterior. Como se do órgão de desenho se houvesse tentado, deliberadamente, que os beneficiários tivessem acesso apenas a um montante pequeno que os obrigasse a manter-se ativos na busca permanente de outros empregos ou ocupações para se assegurar, assim, a reprodução do grupo familiar.

Mesmo para Rubén, aqueles que só dispunham do ingresso do plano eram “os que estavam mais fodidos”. Contudo, os beneficiários reconheciam no plano pelo menos um valor, a certeza de dispor dessa quantia em uma data determinada do mês porque dessa maneira podiam fazer algumas previsões. Nesse contexto, a perda do plano embora fosse vivida com tristeza, desassossego e raiva era finalmente assumida como se se tratasse da demissão de um emprego²⁹.

Pelo contrário, como vimos ao início deste capítulo, a perda da mercadoria ocorria em um contexto diametralmente diferente: na capela do bairro, na presença de todos os vizinhos. Em primeiro lugar, “a mercadoria” era conformada por um conjunto de oito produtos alimentícios. Isto é, um recurso cuja finalidade era o consumo direto para satisfação de uma necessidade biológica: a alimentação do grupo familiar. Ao mesmo tempo, era freqüente escutar nas conversações das mulheres outras referências à diversa ponderação dos alimentos que compunham “a mercadoria”. Em inúmeras oportunidades escutei as mulheres, aliviadas, dizer *até que enfim a mercadoria chegou*,

²⁹ Cabe esclarecer que perante a perda do Plano Chefes de Lar existia a possibilidade de fazer reclamações junto ao Ministério do Trabalho e depois, conforme o caso, o recurso podia ser restituído. Contudo, o pagamento não era restabelecido de maneira retroativa.

agora tenho óleo e açúcar pra cozinhar. Pareciam ser estes dois últimos produtos os mais valorizados pelas donas de casa de Santa Rita. Porém, é importante assinalar que, embora nem todos os produtos fossem apreciados da mesma maneira, a perda era vivida com angústia, desassossego e raiva; e resultava muito difícil de se transformar em uma situação que pudesse ser aceita pelos danificados. Como se perceber sua exclusão dos alimentos, à vista de todos os vizinhos, mexesse com um sentimento muito mais íntimo que, em alguns casos, cegava-os e impedia a comunicação verbal, desatando cenas de fúria e agressão. Essas reações pareciam expressar uma dupla angústia: a perda dos alimentos –um recurso básico- e a humilhação que provocava que a notificação fosse pública. Pois, ao mesmo tempo em que perdiam um recurso material, as pessoas (a maioria delas com numerosos filhos para sustentar) pareciam sentir como se alguém lhes houvesse deliberadamente soltado a mão, condenando-os ao desamparo e ao abandono.

A mercadoria era um bem destinado a satisfazer as necessidades alimentares do grupo familiar e, como sabemos, os vizinhos de Santa Rita deviam fazer denodados esforços para assegurar a alimentação dos filhos. Por esse motivo, a escassez de alimentos era um assunto recorrente nas conversações dos vizinhos ...*Não tenho o que cozinhar pros meus filhos, não sei o que fazer...* ou ...*Visto eles ou lhes dou de comer e,* ainda, como mostrarei no capítulo 5, durante a abertura do refeitório popular, as mulheres que cozinham comentavam frequentemente ...*Aqui em Santa Rita, pra muita criança essa comida é a única do dia.* Estou interessada em frisar que, se bem as expressões ressaltavam a falta de alimentos, muito raramente faziam uso do termo “fome” para descrever essa conjuntura. A “fome” parece mais conotar uma situação de carência absoluta de recursos e de falta de inserção em redes que permitiriam fornecê-los. Uma situação que não parece ser a experimentada pelos vizinhos do bairro, abastecidos pela mercadoria do município, o plano Vida e, a meados do ano, pela abertura de um refeitório popular.

Destaco este ponto em particular porque, como já foi assinalado por Sigaud (1995), análises como as de Scheper-Hughes (1992) apoiaram-se na “penúria” e a “fome” como categorias de explicação do comportamento de mulheres “pobres” em relação ao cuidado de seus filhos recém-nascidos, na região de Pernambuco -nordeste do Brasil. O problema central dessa abordagem reside, segundo Sigaud (1995: 170), em que as condutas são explicadas em função “da fome”, como se entre a experiência

biológica da fome e os comportamentos não existisse a mediação do social. Este último ponto é o que pretendo pôr em destaque aqui.

Como observamos, embora os vizinhos de Santa Rita explicitassem abertamente em suas conversações a carência de alimentos para dar de comer aos filhos, resolviam essa falta inserindo-se em redes de relações para se abastecer dos recursos. Recursos, esses, que eram distribuídos através de agentes estatais de diversa hierarquia: federal, estadual e municipal. De todo esse complexo entremeado que vinculava agentes de diversa hierarquia do Estado, os moradores só entravam em contato com Rubén, último elo dessa corrente em grande escala. Era ele ou a assistente social do município quem chamava à porta dos vizinhos para pedir informação e conceder a mercadoria; e a exclusão era comunicada da mesma maneira. Contudo, era Rubén a quem os vizinhos outorgavam a capacidade absoluta de conceder e vedar um recurso. Nosso protagonista sabia muito bem disso, como quando expressou “acreditam que sou eu quem dá e quem tira” “mas como é casa por casa, a muitos eles tiraram”.

Lembremos que as pessoas tinham acesso ao benefício depois de serem recenseadas pelas assistentes sociais do município, cujos diplomas acadêmicos as habilitavam para avaliar as “necessidades” das moradias e alocar a mercadoria. Por sua vez, como Nina assinalou, não se tratava de residentes de Santa Rita e, por esse motivo, desconheciam a totalidade dos corredores e *tiras* que conformavam o bairro. Por outra parte, podemos acrescentar que também desconheciam o tipo de vínculos que cada morador mantinha com nosso protagonista e doador principal. Essa situação contribuía a criar um cenário que podia não favorecer pessoas que estivessem inimizadas ou por fora do circuito de distribuição. Era o caso de Fernanda, “a piqueteira”. Ao mesmo tempo, podiam ver-se prejudicadas pessoas próximas de Rubén -como seu sobrinho ou como Eugenia. Também não esqueçamos que no percurso que Zulema ofereceu fazer para que eu avaliasse as moradias próximas à capela, ela apontou para uma, a qual identificou “que estava bem”, e que por esse motivo não lhe correspondia a entrega de alimentos e que correspondia, sim, nada menos que à filha mais velha dos dadores principais.

Levemos em consideração, por sua vez, que a exclusão dos alimentos a aproximadamente 80 vizinhos, três meses antes das eleições, podia afetar Rubén bastante, morador de Santa Rita, agente principal da distribuição de recursos no bairro e candidato a vereador pelo partido governista. Para evitar uma consequência desfavorável, nossa personagem central viu-se obrigado a atuar de imediato visitando diversas moradias, afim de restituir a mercadoria a muitos dos excluídos.

Rubén não tinha o controle absoluto sobre a adjudicação dos alimentos. Esse controle estava em mãos das assistentes e ele só intervinha em circunstâncias extremas: a perda do recurso em tempos eleitorais. Contudo, os vizinhos não tinham como estabelecer essa precisão. Para eles, Rubén era quem visitava casa por casa, oferecendo diversos recursos. Por essa razão, ele era doador e fiscal direto da mercadoria -um ponto no qual também se diferenciava em relação ao que acontecia com os planos de emprego.

Já antecipei que a exclusão dos subsídios em dinheiro ocorria em um âmbito quase oposto e menos exposto que o da capela, dado que se tratava de uma notificação eletrônica através do circuito bancário. Essa comunicação despersonalizada que ocorria fora do bairro e quase em solidão contribuía a semear a dúvida entre os vizinhos acerca do poder de Rubén sobre o controle da exclusão dos beneficiários dos planos. Lembremos a mulher do capítulo 1, que no dia da renovação ingressou ao clube preocupada mostrando o resumo do saldo bancário e a mulher que a observava lhe comentou “isso é porque você foi tirada do plano”, sem poder dar mais precisões de como esse procedimento tinha sido possível.

Pelo contrário, com a mercadoria as referências eram algo mais detalhadas: “já começaram as exclusões, mas não a deles”. Ou seja, o comentário reconhecia que nas exclusões era visualizado o critério pelo qual se negava o recurso a alguns e não a outros. “Eles” fazia referência a Rubén e seu entorno, a tal ponto que o Tucu se viu obrigado a explicar sua presença como beneficiário, autorizado a receber os alimentos. O argumento do Tucu -“eu não mexo na mercadoria, dou para um velhinho que não tem nada”- apelava a um valor, a generosidade, porque muito provavelmente com essa expressão tentava justificar, aos olhos de numerosos vizinhos (chefes de lar com filhos que tinham perdido o benefício), que ele mesmo (um homem de idade, separado e sem filhos para tomar conta) se encontrava entre os autorizados a retirar uma sacola. Pelo contrário, com os planos a expressão foi mais imprecisa -“eles tiraram você”-, uma referência que não reconhece procedência nem critério da supressão.

Em resumo, a capela parecia constituir-se em um cenário oposto ao do clube, onde circulavam as pessoas que não compunham o grupo de vizinhos que dependia de Rubén. Assim, os moradores que transitavam por ambos os espaços - o clube e a capela- o faziam seguindo um recurso específico em cada âmbito: planos no primeiro e mercadoria no segundo. Como observamos, nosso doador não tinha controle pleno para a alocação dos alimentos. Por esse motivo, a capela tornou-se um cenário revelador do

conjunto de pessoas que não dependiam dele e que inclusive o enfrentavam. Contudo, apesar das diferenças dos recursos e seus modos de representação, há um dado significativo pelo recorrente de sua aparição. E era aquele vinculado ao verdadeiro inferno que significava para os moradores cumprir com os requisitos burocráticos para a adjudicação dos bens. Em especial, aquele que os obrigava a manter uma residência fixa. Por essa razão, para ter acesso e manter um recurso os vizinhos precisavam de proteção.

A cena, inclusive, tornou-se esclarecedora para mim das condições que faziam possível meu trabalho em Santa Rita. Cheguei acompanhada pelo Tucu, quem me apresentou às mulheres que coordenavam a tarefa como alguém que *estava com Rubén e que queria dar uma olhada*. Com essa simples referência fiquei habilitada para permanecer nesse lugar aquela tensa manhã. Uma vez que o Tucu me apresentou e foi embora, eu permaneci sentada em um dos degraus da capela junto das jovens que ajudavam Zulema no controle das lista. As duas estiveram olhando para mim atônitas durante minha permanência até que uma delas finalmente arriscou a me perguntar com tom afirmativo *...Você não é daqui não, né?* Respondi que não e relatei o motivo da minha presença e em que consistia meu trabalho. Ficaram surpresas com minha resposta e se interessaram em saber mais; a seguir, uma delas perguntou *...De onde você tirou coragem para entrar em Santa Rita?...uma das piores villas da região*. Ambas viviam no 15 de Abril, desde que seus pais, sendo elas muito pequenas, *invadiram os terrenos* em abril de 1986; e acrescentaram que cada vez que vão a Santa Rita *...Tremem, pensando que vão ser assaltadas*.

A cena da capela transcorreu durante o mês de julho, quando já fazia dois intensos meses que eu ia diariamente ao bairro, desenvolvendo minhas tarefas à vontade e com conforto. Até esse momento não tinha enfrentado situações que me fizessem sentir temor ou insegurança como a manifestada por essas duas jovens nativas e conhecedoras do lugar. De maneira que o comentário de ambas foi revelador de quão grande era a ajuda e a proteção que Rubén me proferia não só a mim, mas também a meu trabalho.

Alocar alimentos a bairros carentes não era um procedimento que ocorria do mesmo modo entre agentes do município e organizações piqueteiras. Em realidade, era o contrário: mesmo quando a provisão correspondia aos mesmos órgãos do governo, os locais e modos de entrega podiam variar sobremaneira. Para conhecer, a distribuição de

alimentos por membros da FTV novamente na sala de atendimento médico do assentamento El Ingenio, convido o leitor a passar à seguinte seção.

Ela guarda pra ela a mercadoria. As reações perante as discontinuidades na entrega dos alimentos

Em El Ingenio -sede oficial da FTV- a mercadoria de alimentos era fornecida, ao igual que em Santa Rita, pelo Ministério do Desenvolvimento Social da Nação e pelo de Ação Social da Província de Buenos Aires. Porém, com a peculiaridade de que a organização pagava 2 pesos por cada 100 quilogramas de mercadoria recebida. A mesma não era fornecida já empacotada por um caminhão do exército, mas por quatro caminhões civis que descarregavam os produtos todos os meses no depósito localizado na frente da sala de atendimento médico. Nesse lugar, os alimentos eram armazenados durante dias até serem alocados a 140 bairros de La Matanza, a outros municípios do Grande Buenos Aires e também do interior do país, onde a organização tinha adeptos. Os prazos de entrega e os volumes acordados não eram sempre respeitados pelas autoridades ministeriais. Essa situação obrigava os dirigentes a fazer um novo cálculo de alocação todos os meses, o que eles denotavam com a expressão *fazer porcentagens*.

Como já antecipei, cada referente tinha determinada uma *cota* para planos e outra para mercadoria. Mas as discontinuidades na provisão desta última impediam que o volume de alimentos fosse fixo. Assim, o referente que tinha determinada uma *cota de 20 para a mercadoria* não recebia 20 unidades de cada produto. De acordo com o volume de alimentos recebidos podiam entregar-lhe 20 pacotes de erva mate, mas apenas 5 de óleo, de açúcar 10 unidades e de macarrão 15. Um procedimento que tinha sob sua responsabilidade Camilo, quem era o seguinte de Julio na hierarquia dos dirigentes e que habilitava os referentes a utilizar critérios próprios de alocação para seus beneficiários.

Os dirigentes costumavam afirmar que a prioridade para a entrega da mercadoria pertencia a La Matanza *por ser a ponta-de-lança do movimento*. Mas os referentes asseguravam que nem sempre era assim, porque muitas vezes viam que um caminhão era descarregado quase cheio de latas de pêssego em calda e alguns poucos o recebiam quando iam retirar suas cotas. Acontecia que, nessa oportunidade, a prioridade era concedida ao Grande Buenos Aires e por esse motivo Camilo *recebia todos os xingamentos*.

Os alimentos eram descarregados por um grupo de jovens que realizavam a atividade na presença de todos os vizinhos e transeuntes durante muitas horas -que se estendiam entre 6 e 8 para cada carregamento. Essa situação, de contato direto com a mercadoria, era duplamente difícil para eles. Por um lado, deviam aceitar ser convocados a qualquer momento para essa tarefa, inclusive durante a noite e a madrugada. Pelo outro, ficavam expostos a comentários maliciosos ou de acusação por parte dos vizinhos e referentes. Quando isso ocorria, era Luis D'Elía próprio quem dava ordens aos dirigentes, dizendo que a algum deles *não queria vê-lo mais por ai*. Certa vez, o danificado foi um jovem cujo pai era dono de um mercadinho. Ele foi obrigado a abandonar o depósito porque era suspeito de *tirar mercadoria pra vender*.

O depósito era um barracão onde anteriormente funcionava uma capela, da qual só permanecia o desenho de uma cruz na porta de entrada e que podia ver-se claramente da janela da sala de atendimento médico. Nem todos os referentes podiam ingressar nele, a exceção do momento em que lhes correspondia *retirar sua cota*. Eram uns poucos os que tinham acesso ao local para ver quais eram os produtos que iam chegando, até que o quarto caminhão fosse descarregado. Aqueles que dispunham desse privilegio eram os que mantinham maior proximidade com os dirigentes -despertando, conseqüentemente, certo receio entre aqueles que se viam impedidos de fazê-lo.

Inclusive eu própria ingressei na capela de El Ingenio apenas uma vez. Foi no primeiro dia que cheguei ao bairro, em janeiro de 2006, e acompanhada por Claudio, um dos dirigentes que dependiam de Julio. Lembro que meu acompanhante, antes de que ingressássemos me advertiu *...Não é função da organização distribuir mercadoria... faz parte das circunstâncias do momento*. Seguidamente, entramos ao depósito que estava lotado de pilhas de alimentos que chegavam quase até o teto. Era possível vislumbrar de um lado enormes pilhas de pacotes que continham arroz, outras pilhas que continham lentilhas, outras de farinha de trigo, entre tantos outros produtos; e o cheiro era particularmente forte. Com certeza, tratava-se de um espaço que permanecia fechado durante muitas horas.

Fiquei surpresa porque aquele cenário era novo para mim e muito diferente ao de Santa Rita e, por esse motivo, olhei para todos os lados. Claudio apresentou-me a Hugo, a pessoa encarregada do depósito, quem estava rodeado de um grupo de jovens que estavam jogando baralho enquanto esperavam que chegasse um novo caminhão de alimentos. Minha curiosidade despertou em Hugo a obrigação de me dar uma explicação *...Olha que nós distribuimos o ano todo e não somente quando tem*

eleições... disse em alusão à distribuição dos dirigentes do partido peronista encarregados do governo do município. Um comentário que revelava a necessidade dos dirigentes e referentes da FTV de se diferenciar de seus concorrentes -“os peronistas”- na distribuição dos recursos.

Por outra parte, que a descarga fosse realizada na presença de todos contribuía a criar um clima de ansiedade e expectativa entre os vizinhos e referentes. Nesses dias, os dirigentes costumavam ir à capela e à sala de atendimento médico porque, embora Camilo estivesse encarregado das “porcentagens”, todos os dirigentes faziam alocações pessoais a vizinhos, referentes e conhecidos. Em uma ocasião, Julio comentou ...*Este mês tive que dar mil quilos de mercadoria ao Mario* uma expressão que denotava que por diversos compromissos ele teve que outorgar esse volume a um referente e supunha que, com essa decisão, prejudicava outros.

Em particular, os vizinhos de El Ingenio e San Antonio que mantinham laços pessoais com Luis ou com Julio não aguardavam até que a entregue fosse realizada por seu referente. Costumavam, antes, pedir a eles mesmos. Inclusive os mais próximos iam a suas casas para pedir um determinado volume de alimentos. Entre os referentes eram freqüentes os comentários que assinalavam os mais *espertos* como aqueles que *tiravam* (mercadoria) *de vários lados*. Em especial, aqueles que pediam a Luis e depois enviavam a mulher, para que ela pedisse a Julio, argumentando estar separados. Por esse motivo, asseguravam que tinha que ir buscar rápido *as sacolas, caso contrário, você fica sem nada*.

Todas essas informações circulavam na sala de atendimento médico e ali era possível observar quem ingressava ao depósito e o volume de alimentos que retirava, pois o acordo a respeito da *cota* era concretizado entre cada um dos referentes com algum dos dirigentes. ...*Sai, vai... deixa eu ver...* ...*Olha tudo o que ela leva, meu ...* ...*Mas se ela entrou depois do que eu...* Essas eram algumas das expressões que os referentes comentavam para assinalar que, como já antecipei no capítulo anterior, o tempo que os membros levavam na organização era um critério mais declarado que cumprido na hora de alocar recursos. E que, ao mesmo tempo, o volume dos recursos recebidos era uma forma de estabelecer hierarquias entre eles. Quem ingressava à capela trazia as notícias à sala de atendimento médico ...*Vocês não imaginam... tem arroz, farinha de trigo... ervilhas, um monte...* ...*Mas eles não quiseram me dar... a bagunça que foi pra eles me darem uma lata de tomate, quase falaram que eu chamasse Julio...*

Julio, por sua posição de segundo na organização, impunha seus próprios critérios e prioridades de alocação de alimentos. Lembro que no primeiro dia, quando com Claudio e o encarregado do depósito voltamos à sala de atendimento médico, dirigindo-se a Hugo e entregando-lhe uma sacola de plástico, Julio disse *...Bota aqui tudo o que tiver a mais ou o que tiver no depósito, que é para o Juan que tem o filho preso e vai visitá-lo.*

Esse critério era respeitado pelas mulheres da sala de atendimento médico e também, como veremos, pelos referentes nos bairros. Em várias oportunidades, vizinhas perguntavam a Carola pela mercadoria e ela respondia *...Estão fazendo as porcentagens... ainda não estamos entregando...* e uma vizinha explicava *...O que acontece é que a minha mãe viaja amanhã pra visitar meu irmão que está preso no presídio de Bahia Blanca* (interior da província de Buenos Aires). E perante esse comentário, Carola dizia *...Ahhh, é?...* e lhe outorgava uma autorização, mediante um pequeno papel amarelo que ela assinava, para que fosse até o depósito e aí lhe entregassem alguns dos produtos que estivessem mais à mão. Por sua vez, os referentes viam -naqueles que retiravam a mercadoria antes que ela fosse alocada aos bairros- os que *fudiam* (afetavam) a porcentagem. Ou seja, essas intromissões antecipadas acabavam por reduzir o volume de alimentos que os referentes distribuíam nos bairros.

De modo que a Federação Terra e Moradia administrava os recursos, aplicando prazos e critérios próprios que se diferenciavam, notoriamente, daqueles que caracterizavam os agentes municipais como Rubén. Um deles era o cronograma próprio, que não se ajustava aos tempos eleitorais; o outro era que a organização não se apoiava em “critérios socioeconômicos”, como a residência e o equipamento das moradias, mas em circunstâncias ou dificuldades que enfrentavam os moradores, como a de possuir um parente na prisão.

Como já antecipei, a atribuição desigual dos produtos que eram entregues mensalmente habilitava os referentes a introduzir critérios próprios de alocação -o que costumava produzir problemas entre seus beneficiários, bem como afiançava ainda mais a noção do doador direto, como vimos em Santa Rita. Por outra parte, o deslocamento da mercadoria para as próprias casas expunha-os duplamente perante seus vizinhos. Em primeiro lugar, porque suas moradias eram frequentemente visitadas -por vizinhos que não faziam parte dos grupos habituais de trabalho nas tarefas comunitárias-, para lhes pedir o que restava da mercadoria ou algum favor relativo à renovação dos planos. Simultaneamente, aqueles que eram *sua gente* em função dos critérios que aplicavam

para a alocação dos alimentos, em várias oportunidades acusavam-nos ou os colocavam sob suspeita de *guardar, esconder* ou *roubar a mercadoria do governo*.

Gabriela foi uma das primeiras referentes que aceitou conversar comigo, na intimidade da casa, para relatar como era que eles enfrentavam essas situações. Do grupo de pessoas que iam diariamente à sala de atendimento médico, ela era uma das que o fazia com menor frequência. Só para saber *o que é que acontecia*, em particular para saber quando chegava a mercadoria -da qual ela recebia uma cota para 10 pessoas. Fazia vários meses que tinha fechado o serviço de merenda que funcionava em sua casa e dos 34 planos que alcançou a ter, *ficaram desativados 26*; inclusive ela também tinha perdido o seu. Essa situação obrigou-a a *sair a trabalhar*. Primeiro foi em uma empresa de carros de aluguel e posteriormente através da venda ambulante de pregadores para roupa, bandeids e lençóis em bairros próximos da sua casa. Ela me garantiu que pelo momento *...Não estava fazendo nada*, só chamava *...sua gente quando tinha mobilização*. Em seu relato lembrava com alegria o período dos bloqueios de estrada *...Puxa!...Eu sim que fui a piquetes ... nessa época eu vivia na estrada...*, revelou.

Gabriela era uma mulher de 40 anos quando a conheci, a inícios de 2006. Era mãe de quatro filhos e já tinha uma neta. Nesse então, fazia pouco que ela estava separada do marido e vivia sozinha com a filha mais nova, de apenas 3 anos. Tinha se incorporado à organização em 1998, através de uma mulher que a inscreveu no plano Traballar e morava em um bairro de conjuntos habitacionais precários localizado em Ciudad Evita, a poucos quarteirões de El Ingenio. Ele afirmou que o problema mais urgente que enfrentavam os vizinhos era o consumo de drogas e que ela tinha chegado a contar que de cada oito moradias do bairro uma era *transa*, ou seja, dedicava-se à comercialização de alguma droga. Entre elas se achavam a maconha, a cocaína e também a pasta-base que, conforme sua opinião, era a que mais contribuía para os adolescentes *se perderem*, porque os condenava a uma dependência química extrema. Por causa da pasta-base, eles acabavam fazendo todo tipo de *desastres* -como roubar ou trocar produtos de suas casas como forma de pagamento para o consumo.

As primeiras tarefas de Gabriela como membro da FTV consistiram na realização de calçadas do bairro vizinho ao seu, o assentamento 25 de Enero. No grupo de pessoas que realizava essa tarefa começaram a ter problemas, dos quais ela preferiu não falar, mas ela me assegurou que para resolvê-los decidiu montar um novo grupo que formou depois de falar com o dirigente que lhe entregou a cota de 10 planos Traballar. Com essa nova responsabilidade, iniciou tarefas de sinalização em seu bairro. Ou seja,

tarefas que consistiam na colocação de cartazes que permitiam identificar as moradias por ruas, setores e corredores. Posteriormente, em 2002 abriu um serviço de merenda com o financiamento do Programa FOPAR e foi nesse momento que alcançou a cota de 34 planos do recém criado Chefes de Lar e PEC. O FOPAR foi uma via de financiamento de refeitórios e serviços de merenda que foi implementado depois da denominada “crise de 2001” no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social da Nação. O financiamento significou para Gabriela a incorporação de uma cozinha industrial, além de alimentos secos, mais leite e outros laticínios durante um lapso que impunha o Ministério e que não superava os 10 meses.

Nossa interlocutora organizou o serviço da seguinte maneira: as mulheres iam todos os dias de manhã para amassar pães e pizzas e à tarde eram os homens quem estavam encarregados de servir e atender aproximadamente 100 crianças que merendavam na sala da casa. Segundo afirmou, depois que o subsídio *foi cortado* ela tentou manter o serviço saindo a *filas*, pedir carne moída em frigoríficos para fazer *empanadas* ou vegetais nas quitandas próximas da casa. Até que ela teve que reduzir os dias de funcionamento do serviço e, finalmente, muito cansada de correr atrás das provisões, fechou. Essa decisão baseou-se em que Gabriela não concordava com *...tirar grana de quem recebe 150 pesos*. Isto é, não estava de acordo com aqueles que pediam a seus beneficiários parte do dinheiro do plano para arcar despesas extras do copo de leite, como era feito por numerosos referentes.

Daquele período, ela lembrou como o episódio mais doloroso um problema que se suscitou em torno da forma em que ela distribuía as 10 cotas de mercadoria, que retirava mensalmente da capela de El Ingenio. Como esse volume não lhe permitia entregar alimentos para mais das 30 pessoas que a ajudavam no serviço de merenda, Gabriela retirava mensalmente a mercadoria do depósito, mas fazia a entrega *a sua gente* a cada dois meses. Assim, podia *juntar* mais produtos e preparar *vultos* (pacotes com alimentos) para todos aqueles que *trabalhavam* com ela. Em uma oportunidade, as demoras nas entregas por parte da organização foram prolongadas por mais de dois meses e seu comportamento despertou a ira de uma das pessoas que trabalhavam com ela. Essa situação obrigou o marido de Gabriela a defendê-la. Ela contou aquele episódio com as seguintes palavras *...Uma vez eles ficaram devendo a mercadoria dois meses... eles (a organização) ... dois ou 3 meses e um cara acreditou que eu retirava, escondia ou estava roubando e veio bêbado e disse ehhh você, a mercadoria... E eu digo sim eu peguei ela faz dois meses ... mas estou esperando para eles me darem mais*

mercadoria porque se eu dou a você, a ela eu não dou, e a ele também não e isso não é justo. E eu estava com o pai dela (seu ex-marido e pai da filha) e ele disse: e quem é você?... e eles começaram a brigar de porrada lá fora... Mas era eles quem deviam pra gente... depois eles nos entregaram a mercadoria ... dá pra entender, o cara fez a maior bagunça.

Mesmo quando a distribuição dos alimentos ocorria em espaços mais íntimos, como eram as moradias dos referentes, as reações diante das discontinuidades ou negativa da entrega dos alimentos provocava reações similares às que tinham os vizinhos de Santa Rita. Como vimos na seção anterior, aqueles moradores recebiam a notícia na capela, um espaço público, de boca da assistente social e aos olhos de todos. Pelo contrário, a distribuição dos referentes da FTV era levada a termo nas suas próprias casas e segundo os critérios que eles consideravam mais propícios. Para Gabriela era mais “justo” entregar de maneira mais descontínua a mercadoria porque assim era possível “montar *vultos*” que alcançassem para todas as pessoas que colaboravam no serviço de merenda.

Contudo, para implementar esse critério era condição necessária armazenar os produtos em sua casa e perante a vista de todos os vizinhos. Tal situação a expunha a ser qualificada como mesquinha. Ou ainda mais, como alguém que “esconde”, que rouba a mercadoria cuja única finalidade era a distribuição entre os vizinhos; produzindo novamente cenas de ira e agressão física. Mas à diferença do que vimos em Santa Rita, onde quem acusava Rubén eram aqueles que não conformavam seu entorno, o que mais perturbava Gabriela era ter vivido a situação contrária. Isto é, o fato de ser acusada por *sua mesma gente*, por um rapaz que colaborava com ela nas tarefas comunitárias.

Ao mesmo tempo, como antecipei, as moradias dos referentes eram frequentemente visitadas ou assediadas, ao igual que os dirigentes, por vizinhos que pediam mercadoria ou algum favor em relação à renovação dos planos. Tratava-se de vizinhos que não faziam parte de suas equipes de trabalho nas tarefas comunitárias, mas de pessoas que sabiam de seu vínculo com a organização e do controle de recursos que exerciam. No relato de Gabriela, tinha dois exemplos dessas situações que ela assinalou com orgulho. O primeiro deles foi relatado assim: *...Veio uma vizinha de lá trás pra me dizer que o pai dos nenês foi pra cadeia... e eu sei que ela tem quatro crianças... eu sabia que tinha sido preso... que ela sozinha não podia ... que por favor quando viesse a mercadoria que se ficasse alguma coisa que eu desse pra ela ...ela me disse.*

Para ajudar essa mulher que passava por essa circunstância -à qual os dirigentes da organização eram particularmente sensíveis-, nossa protagonista avisou a um de seus colaboradores, que assiduamente obtinha “bicos” na construção, que esse mês daria sua mercadoria a essa vizinha. De modo que Gabriela não entregava a mercadoria todos os meses às mesmas pessoas, mas podia suspender a entrega de um para adjudicá-la a outro. Ela afirmou que podia implementar essa modalidade de alocação porque *conhecia seus vizinhos*. O conhecimento que Gabriela referia ter de seus vizinhos, como a obtenção de um novo emprego e as necessidades próprias de seus co-habitantes, era o resultado de relações interpessoais forjadas em longos períodos. Um tipo de conhecimento muito similar ao que Nina expressava e que vimos no primeiro capítulo, quando ela destacou que os beneficiários eram “seus vizinhos de toda a vida”. Se um vizinho era aquele que habita o mesmo bairro e com quem se compartilham padecimentos e necessidades, podemos dizer que se tratava de uma redistribuição que era feita entre iguais. Isso hierarquizava os doadores. Era a atribuição de um certo prestígio conferido pelo próprio exercício dos recursos. Contudo, a manipulação desses bens os expunha a fortes acusações e agressões por parte de seus beneficiários, das quais podiam se preservar, já que sabiam que essas reações resultavam de serem eles percebidos como doadores diretos.

O segundo exemplo que Gabriela me ofereceu acerca do tipo de relação que seus co-habitantes mantinham com ela foi em relação à renovação dos planos. Certo dia, uma mulher a visitou. Ela não tinha se inscrito com ela no plano e não tinha recebido no último mês. No entanto, foi para pedir se Gabriela podia ajudá-la para que *não ficasse desativado*, ou seja, para que não perdesse o benefício. Para Gabriela, que numerosos vizinhos lhe solicitassem favores relativos a trâmites burocráticos dos recursos representava uma prova de seu valor e eficiência. *...Você sabe por que é que eles vêm aqui?* – perguntou-me aquele meio-dia que conversamos na sua casa- *...porque sabem que eu sim sei resolver os problemas*. Provavelmente fosse esse o motivo pelo qual as visitas permanentes na sua casa não constituíam para ela um incômodo, mas sim uma afirmação do prestígio que tinha adquirido entre seus vizinhos. É importante enfatizar novamente que não havia em seu depoimento referências a agressões ou insultos por parte dos afetados, senão que as reações adversas provinham da modalidade descontínua com que entregava a mercadoria a seus beneficiários. Como em Santa Rita, perder o plano resultava ser uma situação tolerável ou possível de ser assumida, mas não acontecia o mesmo com os alimentos.

Por outra parte, ao igual que muitos referentes, Gabriela atravessava um momento de refluxo como membro da organização. Lembremos que das 34 pessoas que tinha inscritas nos planos, em uma oportunidade *foram desativadas* 26 e que inclusive ela mesma perdeu seu plano. Uma situação que contrastava notoriamente com a de Lorena, quem no momento mais álgido dos piquetes recebeu uma cota de 70 planos que era repetido para a mercadoria; e que posteriormente, como veremos, foi beneficiada com um emprego estável na Subsecretaria de Terras, quando Luís D'Elía foi nomeado Secretário de Estado.

No capítulo 5 tratarei em detalhe a modalidade em que esta ascendente referente administrava os recursos que controlava. Mas cabe antecipar que ela se diferencia do depoimento de nossa interlocutora anterior, em dois aspectos. Em primeiro lugar, Lorena parecia conhecer muito bem a situação à qual ela se expunha se deixava passar vários dias a mercadoria em sua casa, já que em relação a esse ponto manifestou-me, em uma das muitas oportunidades em que conversamos, que *...Eu no mesmo dia que vou buscar a mercadoria, a distribuo... nem doída deixo uma noite a mercadoria dentro da minha casa.*

Simultaneamente, Lorena introduz em seu relato um ponto que Gabriela não tinha mencionado, relativo ao pagamento do frete da mercadoria e à *porcentagem* dos alimentos que retiravam. Lorena, por sua vez, não dispunha do financiamento do FOPAR. A mesma organização lhe entregava alguns produtos necessários como farinha de trigo, açúcar e erva mate. Para outros produtos, como leite e ovos, mais as despesas do botijão de gás, as beneficiárias faziam *uma vaquinha*. Isto é, depois de receber o dinheiro do plano, deviam entregar dois pesos todos os meses a uma responsável que cuidava de que todas entregassem sua parte. Esse dinheiro incluía as despesas do frete e o pagamento da porcentagem da mercadoria. Lembremos que a organização pagava dois pesos por cada 100 quilogramas de mercadoria recebida. Pelo volume de alimentos que Lorena retirava, devia pagar entre 8 e 10 pesos todos os meses, situação com a qual não lhe resultava fácil lidar. No entanto, parecia ser uma situação comum para vários referentes e que os preocupava de modo tal que repassaram tais inquietações aos dirigentes. Uma manhã, a meados do mês de fevereiro de 2006, quando os referentes estavam prestes a retirar seus *vultos* da capela para levá-los a seus bairros, um pequeno grupo que permanecia na sala tinha se reunido em torno de Camilo, o dirigente responsável das porcentagens. Uma das mulheres que fazia parte desse grupo disse-lhe abertamente que estava cansada de que *sua gente* a acusasse de que ela *vendia a*

mercadoria do governo toda vez que pedia o dinheiro do frete e da porcentagem. Depois, foi um referente masculino quem acrescentou que ele era acusado de *delinqüente*. Camilo ficou constrangido ao perceber minha presença e virou as costas, ao mesmo tempo em que começou a falar em voz baixa, mas eu alcancei a escutar que respondeu *...Ninguém pode te chamar de delinqüente por isso*. O último que ouvi daquela cena foi a intervenção de Beatriz, quem comentou a Camilo *...O que acontece é que você está aqui* (na sala onde os recursos da organização eram registrados) *e isso tudo você não vê...* Era uma alusão a que os dirigentes, ao concentrar-se em atividades de busca de recursos e contatos com autoridades governamentais, estavam afastados dos problemas e vicissitudes pelas quais atravessavam os vizinhos nos bairros. Um conhecimento em que os referentes pareciam expertos.

Como podemos observar, o contato direto com os alimentos que supunha a preparação de *vultos* expunha os referentes, ao igual que os jovens que descarregavam os produtos, a severas acusações. A situação dos referentes, por sua vez, via-se um pouco mais complicada porque deviam deslocar os alimentos para suas casas na presença de todos, preparar eles próprios os pacotes que entregavam para *sua gente* e lidar com as despesas do frete e da porcentagem. A exigência do pagamento dessas despesas aos beneficiários fazia com que eles percebessem que o circuito legítimo de alocação da mercadoria, a distribuição, tinha sido desvirtuado para a comercialização. Para os referentes tratava-se de um problema que os inquietava e que repassavam aos dirigentes. Contudo, pela sua posição de controle de recursos em grande escala e de tratamento direto com autoridades do governo nacional e estadual, os dirigentes pareciam desconhecer os problemas cotidianos que enfrentavam os referentes. Era no pedido e alocação de recursos, ajuda e proteção que se sustentava a relação entre essas duas peças chaves da organização.

Conclusões

Neste capítulo apresentei de maneira conjunta as distribuições de alimentos em Santa Rita e El Ingenio. Pretendi assinalar que embora as provisões correspondessem aos mesmos órgãos oficiais, a alocação nos bairros por parte de agentes municipais e de referentes piqueteiros era diferente. Contudo, o ponto em comum de ambos os circuitos era que as mercadorias estavam ligadas a marcas temporais ou a recortes sociais do tempo. Para os agentes municipais como Rubén, a marca dessa temporalidade

correspondia ao cronograma eleitoral e estava ligada a uma acusação: “dar a mercadoria por um voto”. Isto é, exigir pelos recursos cedidos desinteressadamente como dons, uma retribuição: o voto. Por sua vez, os beneficiários faziam referência ao período eleitoral como aquele em que aumentava notoriamente a quantidade de recursos: “quando vem as eleições, eles dão a você mais um pouco”. Isso leva-nos a pensar que, pelo menos os vizinhos de Santa Rita, percebiam as atividades eleitorais e políticas como apenas um momento inscrito em um contexto mais amplo. Não me atreveria a afirmar, como demonstrou Palmeira (2003) e Palmeira e Heredia (1995) para as populações rurais do nordeste e sul do Brasil, que a política representa uma atividade não permanente e externa, cuja identificação faz visível através das eleições. As eleições se interpõem ao cronograma das plantações, a colheita, as festas e a quaresma; regulam a vida cotidiana dessas populações. Entre os moradores de Santa Rita, a idéia de “política” parece ser o contrário. Isto é, por se tratar de uma população pobre e em grande medida desempregada, da periferia urbana, e cuja reprodução dependia de recursos que o Estado fornecia através de agentes que como Rubén se postulavam como candidatos em chapas partidárias, a “política” parecia ser uma atividade permanente e interna. Só que os períodos eleitorais eram percebidos de maneiras um tanto antagônicas. Em primeiro lugar, como o período que coincidia com o maior volume de recursos e, ao mesmo tempo, como a etapa na qual eram explicitados os compromissos a que estavam obrigados os beneficiários –ponto, este, que analisarei no próximo capítulo.

Por sua vez, os membros da FTV traçavam outra temporalidade. Para esta organização, a distribuição era “todo o ano e não só quando tinha eleições” ou também “não era a pretensão última da organização mas parte do ‘enquanto isso’”. Expressões que destacavam que o voto não se constituía como o bem último do circuito de distribuição da organização. Mesmo quando tanto Julio como Luis D’Elía assumiram bancas nas chapas do peronismo em 1999 e, posteriormente, quando nas eleições legislativas de 2005 outro dirigente fez o mesmo na chapa da governista Frente para a Vitória, a mesma que incluía Rubén.

Ao mesmo tempo, essas referências eram apontadas ao redor da distribuição de alimentos, mas não eram tão escutadas nem de maneira tão enfática em relação aos planos de emprego. Provavelmente porque a assistência através de alimentos seja a forma mais estendida de assistência à população classificada como “pobre” segundo os sistemas de medição dos Estados modernos (Zelizer, 1994). Na Argentina, por sua vez, o antecedente mais próximo temporalmente de assistência à população em situação de

pobreza através de sacolas de alimentos foi o do Programa PAN (Plano Alimentar Nacional), criado em 1984 com a abertura democrática sob o governo de Raúl Alfonsín. O programa continuou funcionando até 1989, embora fosse mudando de nome e as modalidades de entrega aos beneficiários. Entretanto, interessa-me destacar que a modalidade de entrega em sacola empacotada, como vimos em Santa Rita, reconhece algumas semelhanças com aquele “primeiro programa alimentar” de alcance nacional.

Os planos de emprego a desempregados, por sua vez, como sistemas de pagamento direto a pessoas através do circuito bancário, eram de aparição mais recente. O Traballar, o primeiro deles, foi criado em 1996 no âmbito do Ministério do Trabalho. Até que finalmente, em 2002, foi absorvido pelo Chefes de Lar. Contudo, o dado etnográfico mais relevante resultava de que ambos (planos e mercadorias) eram os recursos assistenciais mais estendidos e que os beneficiários os representavam de maneira diferencial. Por sua vez, a literatura sobre “clientelismo”, Auyero (2001), e sobre movimentos piqueteiros, Svampa e Pereyra (2003); Isman (2004) e Oviedo (2004), aborda os recursos sem estabelecer maiores distinções. Estes autores limitam-se a enumerá-los como “butins” em mãos de *punteros* ou a assinalar as mobilizações onde foram obtidos.

Assim, para o caso da perda do plano, a exclusão era vivida de maneira similar à de uma demissão de um emprego. Pelo contrário, no caso dos alimentos, por se tratar de bens básicos destinados a satisfazer a necessidade biológica de alimentação, sua perda não era assumida da mesma forma. Longe disso, quem era impedido de conseguir os alimentos reagia de maneira mais enérgica, como atingido no mais íntimo, de modo tal que os danificados chegavam até a fazer acusações verbais em todas as direções e a utilizar a agressão física. Porém, o tipo e a procedência da acusação que recaía sobre quem exercia a distribuição variavam.

Em Santa Rita, Rubén era acusado pelas pessoas que não faziam parte do seu entorno ou a quem ele não dava proteção -“começaram as exclusões, mas não a deles”, foi a acusação de uma vizinha. Uma referência que provinha de alguém que estava por fora de seu círculo de protegidos. Pelo contrário, os referentes da FTV manifestavam viver a situação oposta. Era sua “própria gente” quem os acusava de “vender” ou “roubar” a mercadoria do governo.

Provavelmente, a aplicação de critérios “socioeconômicos” para a alocação dos alimentos e o fato dos produtos entregues estarem cuidadosamente empacotados e fechados não permitiam a Rubén grandes manobras. Apenas cuidar de que às pessoas

próximas ao seu entorno não lhes fosse retirado o benefício pelas assistentes sociais.

Dessa maneira, resultava que aqueles que estavam fora de seu circuito o acusavam de proteger uns e desconhecer outros. Ao contrário, a FTV, por ser uma organização que pagava ao governo a mercadoria recebida, administrava a distribuição segundo critérios próprios que não se ajustavam aos dados de residência e equipamento das moradias. Eles se apoiavam em critérios que davam prioridade a circunstâncias particulares dos vizinhos como, por exemplo, um parente preso na cadeia. Os referentes eram a peça chave desse circuito a quem os dirigentes concediam uma cota e lhes davam certa liberdade para distribuí-los. Estas pessoas, pelo fato de armazenar os alimentos em suas casas e manipular manualmente os produtos para a preparação dos *vultos* que entregavam a seus beneficiários, ficavam expostas a acusações das pessoas que conformavam seu círculo mais próximo. Circunstâncias que eram alheias a Rubén, quem não tinha nenhum contato com a mercadoria e, ainda mais, para evitar qualquer mal-entendido ausentava-se do bairro toda vez que o caminhão chegava. Também não devemos desconhecer que, em ambos os circuitos, a entrega de alimentos acontecia em capelas - âmbitos religiosos-, uma característica que também os diferenciava dos planos cuja administração era organizada em centros de saúde e clubes sociais nos bairros. Assim, os alimentos entravam em outra esfera classificatória. Não devemos esquecer que os beneficiários que acumulavam recursos tornavam-se, também, suscetíveis de acusações -estavam os “sem-vergonha” e os “espertos”. Assim, a distribuição de alimentos abria fortes acusações morais a respeito do comportamento de quem não só estava em posição de *dar* mas também de *receber*.

Para finalizar, podemos concluir que dados sociológicos omitidos pela literatura sobre clientelismo e movimentos sociais como formas (empacotar ou não empacotar a mercadoria), locais (espaços mais públicos -como a capela- ou privados -como as moradias dos referentes) e períodos (anuais ou segundo tempos eleitorais) de entrega dos recursos contribuía a outorgar maior ou menor autonomia aos distribuidores na alocação dos recursos, o que os deixava expostos a acusações diversas. Contudo, eram numerosos os pontos em comum que podiam ser reconhecidos nos doadores de ambos os circuitos. Em primeiro lugar, conheciam as necessidades pelas quais atravessavam seus vizinhos. Ao mesmo tempo, sabiam que eram percebidos como doadores diretos dos recursos e não como simples “mediadores” -como os refere a literatura. Este ponto torna-se central, pois permitia tanto aos agentes municipais como aos referentes piqueteiros preservar sua própria integridade, como era feito por Rubén ao se ausentar

do bairro quando o caminhão chegava e também Gabriela, quando seu marido teve que defendê-la. Por último, esse conhecimento permitia aos distribuidores saber como deviam abordar seus beneficiários para obter retorno por parte deles. Este será o tema dos dois próximos capítulos.

Duas fotografias do caminhão da mercadoria em Santa Rita.

Capítulo 4. Dois calendários, tipos diversos de mobilizações e um passado em comum: a Juventude Peronista

Neste quarto capítulo, detenho-me na análise do calendário e tipo de mobilizações a que convocavam os agentes municipais como Rubén e os membros da FTV. As cenas etnográficas apresentadas correspondem a um ato partidário durante a campanha eleitoral de 2005 e à seqüência de mobilizações a que convocava a organização piqueteira, que incluiu a toma de posse de Luís D'Elía como Subsecretário do governo de Néstor Kirchner. Mais que privilegiar a análise dos atos e mobilizações em termos de performances cênicas, meu propósito aqui é destacar como elas se inscreviam no mundo de relações dos vizinhos de Santa Rita e El Ingenio. Por sua vez, ao assumir D'Elía como funcionário de um governo peronista, veremos como também este dirigente piqueteiro -ao igual que nosso protagonista do município e candidato pelo partido do governo- recuperava referências do peronismo dos anos '70 para legitimar sua posição atual.

Convocação e assistência a um ato político

Como antecipei no capítulo anterior, no dia seguinte do acontecido na capela de Santa Rita, Rubén chegou ao clube cedo, preocupado com a exclusão do benefício da mercadoria que havia afetado numerosos vizinhos. Porém, nosso protagonista também tinha outro assunto importante que atender: avisar os vizinhos que ingressavam para assinar a assistência às atividades dos planos que deviam assistir ao ato de Néstor Kirchner em uma localidade próxima, marcado para a sexta-feira seguinte. Isto é, dois dias posteriores ao da convocação. Contudo, Rubén não participava diretamente do anúncio; permanecia no fundo do clube consertando sua caminhonete e cuidando que o Tucu comunicasse a nova notícia para cada um dos ingressantes -como desentendendo-se da situação.

...Venha na sexta, às 10, que tem ato. Vão ver o Kirchner... no aeroclube de Laferrere... -eram essas as palavras que enunciavam a novidade como uma obrigação, que repetia incessantemente o colaborador principal de Rubén a todos os que chegavam ao clube, para comprometê-los com sua assistência. Ou também, quando um grupo de pessoas congregava-se para firmar, advertia de maneira conjunta: *...Na sexta têm que vir ... para o ato.* E em outras ocasiões encontrava intermediários *...e você, avise a sua*

contraprestação, as quais não deviam ser menores a 4 horas diárias nem superiores a 6. Mas o documento não fazia nenhuma referência à assistência a atos políticos. Pelo contrário, a convocação dos beneficiários a essas atividades parecia ser uma obrigação que se constituía como parte desse acordo implícito.

Por outra parte, o *plano dos três meses* era a denominação que os moradores utilizavam para se referir ao Plano Famílias, pela peculiaridade da frequência do pagamento. O valor deste benefício decorria do número de filhos de cada titular, quem estava isento de cumprir tarefas comunitárias. Sua única obrigação consistia em demonstrar, mediante documentos, que os filhos assistiam à escola e que cumpriam o plano nacional de vacinas.

Ao mesmo tempo, durante o ano 2005 o governo iniciou um processo pelo qual numerosos beneficiários do *Chefes* eram alocados ao *Famílias*, argumentando que com esse procedimento aumentaria o ingresso dos lares que tivessem mais filhos. Porém, o que me interessa destacar é que aos olhos de Nina não correspondiam as mesmas obrigações aos beneficiários de cada um dos planos. O *Chefes* era um plano cujo pagamento era mensal e, como já vimos, permitia que os beneficiários fizessem previsões e planejassem despesas. Provavelmente por esse motivo, eram sempre convocados para atos e mobilizações e, como veremos mais adiante, para assistir a votar. Pelo contrário, pela diferida frequência do seu pagamento, o plano *Famílias* impedia a seus titulares fazer as mesmas previsões. Durante a abertura do refeitório comunitário escutei dizer a uma das vizinhas que recebiam esse plano *...Eles pensam o quê? Que meus filhos comem a cada três meses?* De modo que fazer contas e planificar despesas era uma tarefa quase impossível para os beneficiários do plano *Famílias*. Além disso, a normativa assinalava expressamente que esses beneficiários não deviam cumprir tarefas comunitárias, mas simplesmente assistir a reuniões de capacitação e demonstrar a permanência dos filhos no sistema escolar. Nina parecia muito consciente disso e, por esse motivo, deu à pergunta do Tucu uma resposta evasiva e não deu evidências de que a assistência fosse uma obrigação -“se querem ir, podem ir”. Bem diferente da modalidade mais imperativa com que era formulada a convocação a quem recebia o plano *Chefes* -“na sexta-feira... tem que vir”.

Contudo, entre os piqueteiros todas as pessoas que recebiam um plano – qualquer que fosse o valor, sua duração ou frequência de pagamento- deviam participar das mobilizações. No próximo capítulo voltarei sobre esse ponto.

Voltemos agora à cena do Clube junto ao Tucu. Dois dias depois do dia da convocação -um sexta-feira de fim de julho de 2005- era o dia do ato. Essa manhã já desde bem cedo podiam ver-se na porta dois ônibus da linha 96 (principal linha de transporte do município) especialmente preparados, com um motorista cada, para levar os manifestantes até o lugar do evento. Pilu, um dos *garotos das pichações*, foi o responsável de ir buscá-los às 6 da manhã ao Terminal dessa linha, onde os *emprestaram*. Ao redor dos veículos tinha se reunido um grupo de pessoas que permanecia de pé. Rubén passou velozmente em uma moto que dirigia *o negro* Gómez, talvez para conferir a convocação em bairros vizinhos, e voltou pouco depois. Perante esse cenário, decidi ingressar ao clube para ver se encontrava algum conhecido.

Porém, antes de entrar divisei Mónica, uma das vizinhas que Rubén tinha me apresentado naquele dia de chuva que relatei no primeiro capítulo. Havia transcorrido pouco mais de um mês desde a vez em que a visitei em sua casa, e o dia do ato passava pela porta do clube porque voltava de retirar sua ração de leite do Plano Vida da casa da *manzanera* que habitualmente a entregava. Já havia dado à luz seu décimo filho e me contou que devia tomar diversos cuidados em relação a sua saúde porque era hipertensa. Enquanto conversávamos, Mónica olhava os ônibus e as pessoas que se tinham reunido junto a eles e me perguntou *...Você também vai pro piquete?* Fiquei surpresa com a pergunta desta vizinha. Se havia alguém que não tinha relação com piquetes ou piqueteiros ou, pior, incomodava-se ao falar neles, era Rubén: seu próprio doador. Aquele em quem reconhecia bondade e compreensão: “Rubén não é desses que se um dia você não pode ir, fala que vai te deixar sem plano”, foi o comentário que me fez de nosso protagonista. Por esse motivo, senti-me obrigada a dar-lhe uma explicação e comentei que *...Não é um piquete, mas um ato onde o orador principal será o Presidente Kirchner*.

Ahhh..., me respondeu sem que minha explicação a comovesse demais e, à continuação, acrescentou *...Eu não vou mais desde que uma vez a gente levou porrada da grossa no Congresso... Meu marido é que vai com eles... Além disso, eu estou com licença- maternidade com o plano*³⁰. Mónica se despediu de mim e atravessou a rua para ingressar à *tira* que a levava a sua casa, localizada a uns poucos metros da rua Almafuerite, pois devia preparar o café da manhã aos filhos. E eu me dispôs a ingressar ao clube. No fundo já havia um grupo de mulheres que conversavam, enquanto

³⁰ A legislação do Plano Chefes de Lar previa licença-maternidade. Resolução 312-02 do Ministério do Trabalho.

aguardavam que o Tucu lhes convidasse um chimarrão. Diante da minha presença, Tucu viu-se obrigado a me apresentar e explicar às presentes quem era e em que consistia meu trabalho.

Uma delas, Mari, afirmou: *...É, já faz um tempo que vejo você ... há vários dias que você vem...* Respondi que não eram dias, mas meses. Elas eram quem diariamente assinavam o presente no clube e se retiravam poucos minutos depois. Por esse motivo, não todas me identificavam ou sabiam a que se devia minha presença em Santa Rita. Pouco depois chegou Nina, cumprimentou todos e olhou um pouco horrorizada a sujeira que se tinha juntado em uma das bancadas em que o Tucu preparava habitualmente o chimarrão, e comentou *...Ayyyy Tucu... que sujeira... tenho que vir eu...*

À continuação, numerosas mulheres se aproximaram a Nina para lhe explicar porque não poderiam assistir; algumas falavam para ela em voz alta e outras preferiam chamá-la a um canto para justificar sua ausência. Ela respondia como sempre, com calma *...Não se preocupa, querida... segunda você vem e assina*. Enquanto isso, iam se somando mais e mais assistentes e era o Tucu quem informava a forma em que controlariam os presentes ao ato *...Hoje vão assinar acima do ônibus, porque se não, fazem como outras vezes... assinam antes e não vão*. A preocupação por justificar a ausência nos atos era um sinal de quanto o circuito de distribuição se amparava na crença do poder dos distribuidores de tirar os recursos.

Essa manhã apresentou-se no clube Sandra, uma mulher que algumas vezes tínhamos visto com Nina, na rua, voltando do clube Nueva Tierra; e Nina me apresentou Sandra como sua *comadre e a futura encarregada do refeitório* -ponto que tratarei no próximo capítulo. Por volta das 10:30 horas eram já muitas as pessoas que se haviam reunido no clube. Ao grupo anterior de mulheres que tinham permanecido na área do fundo onde o Tucu preparava o chimarrão, acrescentou-se outro conformado por homens que permaneciam na parte da frente, contado piadas. Pilu, que circulava por ali, foi interceptado por um menino que lhe perguntou *...Meu pai manda perguntar se ele tem que vir...* e a resposta foi concisa *...Fala pro papai que sim, que ele tem que vir*. Por outra parte, Sandra, a nova assistente que estava servindo chimarrão, dirigiu-se a Nina e lhe disse *...Teu marido manda falar que já estamos indo*.

A seguir, Mari e outras das assistentes que estavam apostadas no fundo afirmaram que elas viajarão em outro ônibus, o que estava destinado às mulheres *...porque os caras ficam bêbados e abusam...* Ou seja, bebem em excesso e avançam sobre elas independentemente do que elas querem. Os ônibus eram dois e eu segui a

Nina e o grupo de mulheres, entre as quais se encontrava Rosa, uma das garotas que a ajudava com as tarefas do plano Famílias. Rubén incorporou-se ao nosso veículo, mas em diversas paradas que fizemos alternava a viagem com o ônibus que transportava os homens. Demoramos um pouco em sair de Santa Rita porque Nina aguardava Belén, a filha que ficava ao cuidado da casa durante sua ausência, para lhe dar as últimas indicações. Quando tudo ficou pronto, iniciamos o trajeto até o aeroclube. Contei umas 15 pessoas no ônibus de mulheres e outro tanto no dos homens.

O veículo em que viajávamos levava uma identificação colada no pára-brisas com a seguinte inscrição: “Lealdade - Nueva Tierra”, o agrupamento a que pertencia Rubén e o bairro mais extenso onde exercia sua ação. Se bem nosso protagonista residia no bairro Santa Rita, este não era mais que um pequeno complexo de moradias de mais de 40 anos de antiguidade que não tinha identificação alguma no cadastro de imóveis do município.

Ao redor das 11 horas iniciamos nossa viagem. Rubén era quem dava as indicações do itinerário ao motorista, e também lhe indicava os pontos onde devia deter-se. Um deles foi no bairro Nueva Tierra, perto do clube onde acompanhei Nina para o pagamento do Plano Famílias. Ali, Rubén desceu do ônibus e permaneceu um tempo parado em uma esquina, de onde olhava e controlava os outros ônibus que levavam o mesmo cartaz de identificação, isto é, aqueles que pertenciam a seu mesmo agrupamento. Como vimos, o rádio de operações de nosso protagonista principal era vasto e não coincidia com um bairro, mas com uma área extensa que aglutinava diversos bairros como Nueva Tierra, 15 de Abril, Puerta del Sol e, é claro, Santa Rita - onde ele residia desde criança. Nessa extensa área funcionavam 25 unidades básicas que dependiam de Rubén e que respondiam a seu agrupamento. As “unidades básicas” são os locais de atividades que funcionam como a base territorial de ação do partido peronista. Costumam ter autoridades e transformar-se em centros onde são realizadas as atividades partidárias, em particular o controle dos cadastros eleitorais, junto a outras atividades como projeção de filmes e oficinas de capacitação. Têm a particularidade de funcionar durante os tempos eleitorais e desaparecer depois, ou se transformam em locais vazios deixando apenas como vestígio os cartazes indicadores com alguma referência ao partido. Em Santa Rita, o local em que funcionava a unidade básica “Lealtad” tinha sido emprestado por Rubén a um amigo que não tinha onde morar; entretanto, como veremos, será esse o cenário destacado nas semanas prévias às eleições legislativas de outubro de 2005.

Lembremos que, como vimos no capítulo 1, os agrupamentos eram os grupos de referência dos militantes que se aglutinavam em torno de um líder e que tinham a peculiaridade de conformar-se em oposição a outro, embora possam unir-se para enfrentar um terceiro (Rosato, 2003: 65 e Soprano Manzo, 2003: 64). Provavelmente por essa razão, Rubén costumava dizer que os agrupamentos eram um *mal necessário* porque na disputa por candidatos e cargos eletivos, conforme a conjuntura podiam - apesar de suas diferenças e disputas- precisar uns de outros. Como já foi assinalado, esses grupos de referência que na vida cotidiana se expressam em múltiplas redes de relações personalizadas, que estabelecem os indivíduos nos âmbitos de trabalho e vizinhais, como no universo de Santa Rita e Nueva Tierra, os atos partidários têm a peculiaridade de objetivar, de tornar visíveis no espaço esses alinhamentos de líderes, candidatos e militantes (Soprano Manzo, 2003:102-103). O dia do ato era, portanto, de vital importância para Rubén porque era a oportunidade em que ele colocava à prova o capital com que contava para as próximas eleições, nada menos que diante dos olhos de seus pares e superiores.

Uma vez que Rubén controlou os ônibus e Nina voltou de fazer uma breve ligação telefônica para avisar Belén que tirasse uma travessa do forno, seguimos caminho ao aeroclube. No último trecho do trajeto, era Sandra quem perguntava a nosso protagonista os detalhes do lugar: *...Ô Rubén, onde vamos é fechado?...* consultou a nova assistente, e ele respondeu *...É, é... tranquilo*. Já no local, podia-se observar o ingresso incessante de numerosos ônibus que chegavam das áreas mais recônditas do município. Antes de que descêssemos, e para que ninguém se perdesse, Nina nos advertiu como identificar nosso veículo: *...Lembrem que o nosso é o ônibus 33*.

Uma vez que abandonamos o ônibus começamos a caminhar tomando cuidado de que os novos veículos que ingressavam ao lugar não nos atropelassem. Devíamos percorrer um trajeto de ao redor de 200 metros até chegar ao prédio onde o ato seria realizado. Durante essa caminhada, Rubén não parava de cumprimentar pessoas e de conversar com um e com outro. O grupo de mulheres começou a se desagregar e eu segui Nina, que também cumprimentava todas as pessoas que via *...Oi, como vai?...* repetia uma e outra vez. Depois de atravessar um grande tumulto, chegamos ao prédio onde seria realizado o ato. Tratava-se de um pequeno estádio com arquibancadas onde já estavam apostadas numerosas pessoas e um grande palco em que um grupo de jovens tocava incessantemente uns grandes tambores. Aos lados do palco tinham sido instaladas duas telas gigantes destinadas a captar de perto os candidatos e oradores que

estavam por chegar. Rubén circulava com desembaraço pelo lugar, dando indicações aos jovens dos tambores e secundado pelo *negro* Gómez, Gastón e Pilu.

Nesse tumulto, em uma das arquibancadas avistei Luis D'Elía, presidente da FTV, mas não reconheci a bandeira de identificação de sua organização. A seguir, parei para olhar os rostos um pouco desconcertados das mulheres de Santa Rita. Algumas delas estavam junto aos filhos e olhavam atônitas tudo o que ocorria ao seu redor. Poucos minutos depois, nas telas localizadas ao lado do palco acompanhamos a chegada do helicóptero presidencial. Os oradores foram, em primeiro lugar, Balestrini, prefeito de La Matanza e chefe de Rubén, seguidos pelo governador da província de Buenos Aires Felipe Solá e, por último, o Presidente da República Néstor Kirchner. É interessante destacar que meu foco não são aqui os candidatos nem a análise da encenação do ato. Pelo contrário, meu interesse está dirigido ao modo em que os assistentes, vizinhos de Santa Rita e outros bairros vizinhos, experimentavam a convocação a esse evento.

Depois de que visualizamos a chegada do helicóptero e que os candidatos fossem ovacionados ao chegar -mais pelo som dos tambores e uma chuva de pequenos papéis brancos do que pela ação dos assistentes-, Mari se aproximou de mim. Aquela cena carnavalesca pareceu fazê-la lembrar algo ou lhe despertar uma idéia que me manifestou como uma pergunta: *...Você não tem um papel?...* consultou-me. Tirei de minha mochila meu caderno de anotações e quando ia arrancar uma folha para lhe entregar, ela me advertiu *...Não, não, não rasga não; me dá que eu escrevo aí...* e acrescentou: *...Quero escrever uma carta ao Presidente.* Mari me pediu que eu o fizesse, mas entendi que era ela quem devia fazê-lo e me ofereci a ajudá-la na redação. A carta desta vizinha era um pedido ao Presidente Kirchner para que a ajudasse a custear as despesas de uma operação de olhos pois ela afirmava “não ter os meios para fazê-lo”. Uma vez que a carta esteve pronta, Mari arrancou a folha de meu caderno e junto de Susana, outra vizinha que a acompanhava, empreendeu o caminho até o palco para entregar a carta ao destinatário. E eu as segui. Caminhamos para a frente, pedindo licenças e desculpas insistentemente porque o tumulto era tal que apenas podíamos avançar empurrando os outros assistentes. Uma mulher indicou para Mari: *...Aí...tem uma senhora que está juntando as cartas para o presidente.* Mari não parecia muito convencida, mas era impossível continuar avançando e finalmente entregou sua carta a uma mulher que levava uma cesta com outros bilhetes com pedidos para Néstor Kirchner. Voltamos, à continuação, ao ponto onde estavam Nina, Sandra e as outras

vizinhas de Santa Rita e pouco depois os oradores se despediram dando por encerrado o ato. Nesse momento, fazendo um convite a todas, Nina nos disse: *...Vamos cumprimentar o Presidente?* Saímos a uma pequena pista por onde passariam velozmente, em uma caminhonete, o presidente Kirchner e a mulher Cristina, candidata a senadora, para dirigir-se ao helicóptero que os retornava à Casa de Governo. As mulheres se aproximaram para cumprimentá-la e tomá-la das mãos. Uma vez que os candidatos abandonaram o lugar, Nina nos disse *...Bom, já é hora de ir voltando pros ônibus.* Iniciamos o caminho de regresso e no trajeto nossa guia gritou exaltada *...Esperem, vou cumprimentar meu compadre.* Nina referia-se a Gabriel, Secretário do município, quem circulava a um lado junto com outros homens enquanto falava pelo seu telefone celular. Essa foi a segunda e última vez que vi Gabriel no transcurso de meu trabalho de campo. Haviam passado algo mais de quatro meses desde que o visitei em seu escritório para lhe pedir conhecer “os bairros de La Matanza”. Desde que eu tinha chegado a Santa Rita sua figura somente se fazia visível, pelo menos para mim, através das comunicações e movimentos de Rubén.

Uma vez que chegamos ao ônibus, Nina conferiu que estávamos todas as mulheres e Rubén fez o mesmo com o dos homens. Finalmente, ele subiu a nosso veículo e permaneceu nele durante toda a viagem de regresso a Santa Rita. Ao sair do aeroclube, Rubén avistou o carro que levava Alberto Balestrini, seu chefe político, e lhe pediu, aos gritos, tirando a metade do corpo para fora da janela: *...Alberto... um abraço pras meninas aqui...* E o candidato atendeu o pedido. Rubén despediu-se do chefe e finalmente se incorporou e se sentou sozinho, em uma poltrona da metade do ônibus. A seguir, as mulheres, uma a uma, começaram a aproximar-se para conversar com ele. A primeira delas foi Sandra, a futura encarregada do refeitório, que mal se sentou increpou Rubén e lhe disse *...O agrupamento Justicia, ô ...levou um monte de municipais...* Rubén assentiu com um movimento de cabeça e continuaram conversando, mas não se escutava exatamente o que falavam. Finalmente, Sandra mudou de lugar e foi Mari quem se dirigiu a nosso protagonista principal. Rubén assentiu com a cabeça, como esperando atendê-la amavelmente e ela arremeteu com um pedido *...Rubén... preciso mudar meu pai do nicho em que está no cemitério.* E nosso amigo respondeu *...Tudo bem, depois você me dá direito todos os dados.*

Assim, uma trás outra foram tomando coragem para aproximar-se do doador principal de seu bairro, com quem tinham muito poucas oportunidades de conversar. A assistência ao ato parecia abrir-lhes essa grande possibilidade. Quem queria fazer um

pedido se aproximava de Rubén, invocava seu nome e ele assentia com a cabeça. Com esse gesto, ficava aberto o diálogo: era a hora de pedir. Enquanto isso, o resto das assistentes perguntava a Nina se deviam assinar. *Sim, devem... Um papel... quem tem?...* foi a resposta. Susana -a vizinha que acompanhava Mari- me assinalou com o dedo indicador e disse em voz alta: *...Ela tem caderno*. Tirei uma folha e a entreguei a Nina, que a colocou em circulação. As presentes perguntavam se deviam incluir o número de seu documento na lista e, enquanto isso, a folha passava por todas até que chegou a mim. Rosa, uma das presentes que desempenharia um papel destacado durante a abertura do refeitório comunitário, antes de entregar-me o papel perguntou-me: *...E você é do plano?* Respondi que não e a lista, finalmente, foi entregue a Nina.

Ainda restava o último trecho do trajeto. Rubén comunicava-se por telefone celular e dizia a seu interlocutor *...Já saímos à estrada....* Durante esse último trecho da viagem, Nina -que não se desprendia da folha dos presentes- esteve conversando longo tempo com uma velhinha. Por fim, chegamos a Santa Rita e descemos na porta do clube. As vizinhas se aproximavam para despedir-se de Rubén e Nina advertiu à mulher com quem conversava no ônibus que essa oportunidade não devia deixá-la passar: *...Pedi? pede... Vai, pede agora*. As pessoas começaram a se dispersar sozinhas ou em pequenos grupos para retornar a seus lares e eu também me despedi de meus anfitriões. Do clube me dirigi ao ponto do ônibus Nº. 96 que me trazia de volta à cidade de Buenos Aires. Enquanto esperava o transporte divisei Josefina, uma das primeiras vizinhas que Rubén tinha me apresentado, que tinha dez filhos e era das poucas que integrava o grupo de limpeza. Ela vinha caminhando um pouco agitada e ao me ver começou a correr. Quando chegou perto de mim, cumprimentou-me e me perguntou, um tanto ansiosa, se eu tinha ido ao ato e quantas pessoas tinham assistido. Respondi que tinha contado umas 15 pessoas no ônibus das mulheres e uma quantidade similar no de homens. E ela, então, observou: *..Isso não é nada, com todo esse pessoal que Seu Rubén tem anotado...* e, à continuação, acrescentou preocupada: *...Será que Seu Rubén vai zangar comigo porque eu não fui?...* E continuou explicando-me *...O que acontece é que hoje entregavam pílula anticoncepcional numa sala de atendimento médico que tem lá, longe... eu já tenho dez e não quero mais... E de manhã fui fazer faxina na escola... e tudo não podia... vou falar com Seu Rubén,* finalizou Josefina.

Na segunda-feira seguinte, Nina apresentou-se no clube bem cedo para anunciar ela mesma as novidades para as beneficiárias dos planos. A cada uma das mulheres que chegavam ela falava: *...Quarta-feira devem vir 9:30 que vamos começar com o*

refeitório e vamos ver o que cada uma vai fazer. Sandra a acompanhava enquanto servia chimarrão e conversava sobre a nova tarefa que empreenderiam juntas. Retomarei esta cena no próximo capítulo. Convido agora o leitor a passar para a seguinte seção, onde apresentarei o calendário que regia as mobilizações dos membros da FTV.

O calendário da FTV

Depois de pouco mais de um mês de minha permanência entre os membros da FTV, em 22 de fevereiro de 2006 Luís D'Elía -presidente dessa organização- tomou posse como Secretário de Terra e Hábitat Social no governo de Néstor Kirchner. Os jornais nacionais publicaram a notícia de maneira pejorativa, com a manchete “O piqueteiro D'Elía agora é funcionário”³¹. Ao mesmo tempo, de seus antecedentes eram destacados apenas os referidos à organização de *piquetes* e à ocupação de uma delegacia em 2004. A mídia televisiva foi também hostil à sua nomeação como funcionário de Estado, frisando que se tratava de uma “muito polêmica nomeação”. Contudo, na manhã daquele dia 22 na sala de atendimento médico de El Ingenio reinava um clima tranqüilo. Como era costume, Leo e Carola estavam desde bem cedo sentadas em torno dos computadores, bebendo chimarrão. Pouco tempo depois, chegou um referente de Nueva Tierra e perguntou diretamente *...Vocês estão indo à posse do Luís?* e Carola respondeu *...Ainda ninguém falou nada pra gente...* Por volta das 11 horas apareceu Camilo, o primeiro dirigente em chegar à sala naquela manhã particular, quem não se desprendia de seu celular. Falava com Julio e relatava que só haveria 150 lugares e que Imprensa tinha pedido 20. De modo que explicava ao seu interlocutor que *...Não vai dar para entrar todos.* Devagar, chegavam os referentes e, entre eles, Lorena, Beatriz e outros que habitualmente vinham. O comentário constante era que, se chegassem a faltar vagas, Julio daria prioridade aos referentes de La Matanza porque, asseguravam, *...Nós fomos os primeiros* (em organizar piquetes). À continuação, Camilo se dirigiu ao grupo que tinha se reunido e comentou *...Na Rádio Mitre* (uma emissora de grande audiência) *estão criticando a gente... liguem sem dizer que são da FTV, mas como ouvintes, para apoiar.* O comentário destacava que nessa emissora a nomeação de D'Elía era apresentada com profundas críticas e questionamentos e este dirigente pedia aos membros da organização que ligassem como ouvintes do programa para defender o líder.

³¹Jornal La Nación, 22/02/2006

Eu ofereci meu telefone celular e o referente de Nueva Tierra foi quem aceitou se comunicar. Ele expressou o apoio com as seguintes palavras: *Luis D'Elía é um líder excepcional que sempre ajudou as pessoas da Matanza.*

Pouco depois do meio-dia, quando a sala já estava lotada de pessoas, Julio fez sua aparição. Depois de cumprimentar e ajudar um vizinho a resolver o pedido de uma ambulância para levar um parente doente ao hospital, pediu em voz alta ser escutado: *...Podemos fazer uma reunião, companheiros...* Suas palavras explicitaram o que os referentes já presumiam *...Não tem vaga para todos... mas acho que temos que ir nós, que fomos ponta-de-lança do movimento...* Todos os presentes concordaram com as palavras do alto dirigente, quem finalizou *...de Moreno, de Ezeiza* (outros municípios da periferia) *vão só os referentes, porque Luís também convidou Bonasso e Depetris* (dois deputados federais). Uma das mulheres da organização preparou uma lista com as pessoas que assistiriam, na qual fui incluída como convidada. Todas elas comentaram que roupa vestiriam para a cerimônia e Lorena perguntou-me se era melhor vestir sapatos ou tênis.

O ato de posse do presidente da FTV como Subsecretário de Estado foi realizado no Ministério da Economia da Nação. A assistência foi nutrida e de El Ingenio e outros bairros de La Matanza estavam os referentes que se encontravam na sala de atendimento médico a cada dia. Percebi que todos eles vestiam suas melhores roupas e as mulheres luziam calças, elegantes blusas e sapatos de salto alto, figurino que combinavam com uma maquiagem de destaque em olhos e lábios. Alguns tiravam fotos de seu líder, utilizando seus telefones celulares, e depois do juramento começaram a saltar e a proferir cânticos, que parafraseavam aqueles utilizados pela Juventude Peronista durante a década de '70 *...E você vê, e você vê, é a gloriosa FTV!*

A preocupação de Lorena em relação aos sapatos foi um comentário repetido entre os presentes. Inclusive, também Julio mostrava orgulhoso um brilhante par de sapatos quase novos, e pedia *...Não vão pisar, que eles são os únicos que tenho.* A obrigação de ataviar-se com um calçado diferente do utilizado a diário representava certa mobilidade que era vivida com uma mistura de alegria e desassossego. Nas palavras de Julio percebia certa dor, como se o uso de um novo calçado fosse a prova de uma promoção sem precedentes. Aquela que põe em primeiro plano o trânsito por altas repartições públicas onde novas regras devem ser aprendidas. Ao ouvi-lo, soube o que significava para ele e para o resto de seus companheiros morar em bairros de ruas de terra. Para eles, os sapatos e as roupas, por serem portadoras de pó ou lama, tinham um

significado especial. As roupas sociais, mais do que vestes ou objetos de elegância e distinção, representavam marcas visíveis com as quais eram identificados como moradores de áreas mais pobres, em que estavam ausentes benefícios próprios das grandes urbes -como o asfalto. Por isso, vestir um calçado brilhante era sinal de orgulho e vivido como uma vitória: evitar o estigma e a desqualificação.

Quando a cerimônia finalizou, Julio, Camilo, Leo, Carola e Lorena congregaram-se em torno de Luís para tirar fotos com ele. A velada acabou com uma pequena reunião e brinde na intimidade da casa do novo Secretário de Terras. Uma semana depois da nomeação, nas paredes da sala de atendimento médico podia ler-se em um cartaz a seguinte legenda: “Amanhã 2 de março (2006). Mobilização ao Congresso. Abertura de Sessões Ordinárias. Fala o Presidente Kirchner”. Na véspera dessa mobilização, tinha se reunido um grupo de mulheres que assistiam de maneira esporádica à sala e, enquanto bebiam chimarrão, uma delas apontou para o cartaz e comentou *...Ahhh, então vai ter mobilização...e com essa referência lembrou... Ô, pessoal! Ninguém disse nada pra mim da posse do Luis... senti uma raiva danada quando vi ele na televisão.* A resposta da referente que transcreveu os nomes dos convocados no dia da cerimônia foi *...Mas você estava na lista.* No entanto, ela continuou *...Aqui tem muita gente que você não vê nunca e que só aparece quando... (e apontou com o dedo indicador para a capela onde era armazenada a mercadoria) ...E digo mais: ontem vi uma pessoa retirando mercadoria que está faz 2 anos e retira pra 70 (pessoas) e eu que estou faz mais de 6 (anos) retiro pra 40 (pessoas)...* Carola, quem escutava a conversa enquanto controlava as listas no computador, respondeu com um comentário irônico *...Bom, então vocês vão embora (da organização) e voltem...*

A cerimônia de posse de Luís D’Elía como Secretário do governo federal não era vivida como uma mobilização a mais. Pelo contrário, era um evento no qual não havia espaço físico “para todos”. Isso obrigou os dirigentes a estabelecer critérios para selecionar assistentes. Por esse motivo, os convocados e incluídos o viviam como um reconhecimento, como um gesto que os prestigiava. O argumento de Julio foi o mesmo que o utilizado para a alocação de recursos: “os de La Matanza” por ser “ponta-de-lança” do movimento. Isto é, tratava-se de um reconhecimento para aqueles que participavam desde os inícios da organização. Entretanto, o depoimento desta referente revelava, como exposto no capítulo 2, que o argumento da “antiguidade” era declarado, mas nem sempre cumprido. Minha presença na cerimônia pode ser um exemplo. A interlocutora expressou ter 6 anos de antiguidade na organização e reclamava não ter

sido informada da cerimônia. Pela minha parte, fazia apenas dois meses que tinha entrado em contato com a FTV e fui incluída como convidada. Provavelmente porque minha presença entre eles tinha como propósito a elaboração de um texto monográfico para ser apresentado em uma universidade do Brasil. Uma situação vivida como um compromisso em relação a mim e que expressavam homenageando-me com tal alta distinção.

Nessa linha devemos interpretar o comentário irônico de Carola: “*Bom, então vocês vão embora e voltam...*”. Novos laços e novas pessoas, que entravam em contato com a organização, obrigavam os dirigentes a excluir alguns membros mais antigos de certos eventos para poder cumprir novos compromissos e obrigações. A chegada de novos membros ou aderentes forçava os dirigentes a adotar decisões que colocavam em risco um valor repetidamente declarado por todos: a antiguidade na organização. O critério de antiguidade nas organizações de desempregados é um tópico tratado por alguns autores. Calvo (2006:22) diferencia entre “antigos” e “novos” militantes em função de um critério temporal que impõe a própria autora. Os incorporados à organização com anterioridade a 2001 conformariam o primeiro grupo e com posterioridade a essa data o segundo. Em outra linha, Ferraudi Curto (2006: 155) recupera definições nativas da antiguidade. Para esta segunda autora, tais definições destacam temporalidade e se apóiam em valores como a “luta” e o “respeito”, constituindo uma fonte de prestígio.

Porém, o argumento da referente que reclamava não ter sido convidada à posse de D’Elía recuperava outro ponto crítico que refletia o descumprimento de outro valor declarado pelos membros da organização: o número de manifestantes que cada referente convocava a *piquetes* e mobilizações também não implicava garantia de maior volume de recursos ou inclusão em atos ou cerimônias que denotassem reconhecimento e prestígio. Suas palavras foram “*tem gente (referentes) que não aparece nunca, à exceção de quando...*” (tem mercadoria disponível).

“Não aparecer” era uma referência a não se apresentar na sala de atendimento médico de El Ingenio. Mas, por ser ela o âmbito onde circulava informação de vital importância para a vida da organização -como a renovação de planos e datas de mobilizações- o comentário tinha como implícito o não cumprimento de obrigações a que estavam comprometidos os referentes. Em particular, no que diz respeito à convocação às mobilizações, porque a referente destacava que tinha quem só aparecia para retirar a mercadoria -outra responsabilidade dos referentes. De modo que as

obrigações dos referentes não eram vividas do mesmo modo. Aquelas relativas aos recursos, e mais precisamente em relação à mercadoria, pareciam ser uma necessidade imperiosa dos referentes para cumprir com seus vizinhos. Lembremos o depoimento de Gabriela no capítulo anterior. Ela modificava todos os meses a alocação da mercadoria em função das dificuldades de seus beneficiários e conhecidos. Essa situação impedia que postergasse a retirada de seus *vultos* e parecia estar sempre atenta aos produtos disponíveis que havia na capela. Não esqueçamos que o dia que ela me convidou a sua casa pediu a um dos rapazes que cuidavam do depósito se podiam lhe dar dois quilos de farinha para ajudar na festa do primeiro aniversário do filho de uma vizinha. De maneira tal que, através da mercadoria, os referentes mantinham os laços com seus co-habitantes, a quem convocavam para as mobilizações. Contudo, este último ponto resultava mais dificultoso para os referentes e nem sempre era cumprido. Provavelmente porque os vizinhos, em função de seus compromissos, viam-se impedidos de fazê-lo. Cabe aqui destacar o exemplo de Josefina, vizinha de Santa Rita, cujos compromissos de tarefas comunitárias e a necessidade de assistir a um centro de saúde impediram sua assistência ao ato político. Mesmo sendo sua intenção assistir.

Todavia, tinha outro argumento que as pessoas manifestavam como impedimento para assistir às mobilizações: o temor à repressão. Lembremos Mónica, outra vizinha de Santa Rita, que assegurava que não assistia “*desde que uma vez a gente levou porrada da grossa no Congresso*”. As pessoas que dependiam de membros da FTV expressavam a mesma preocupação. Nesse sentido, escutei os referentes mais de uma vez comentar que entre as dificuldades de mobilizar as pessoas *estavam aqueles que não vão porque tinham medo e os que não assistiam porque diziam que tinham medo*. Ou seja, o argumento que alguns expressavam como temor era utilizado por outros como desculpa para não assistir.

Ao dia seguinte da cena em que a interlocutora expressara seu mal-estar por não ter sido convidada, deu-se a mobilização até o Congresso da Nação para a abertura das sessões ordinárias. Tratava-se de uma cerimônia na qual Alberto Balestrini, duas vezes prefeito de La Matanza, assumia como presidente da Câmara dos Deputados.

Os ônibus saíram de El Ingenio às 10 horas e permaneceram fora do prédio do Congresso da Nação estacionados sobre a avenida Rivadavia. O único que ingressou ao recinto como convidado foi o próprio Luís D’Elía. Segundo Leo, quem acompanhava diariamente Carola na sala, essa decisão era para protegê-los *porque se eles brigam, como é que depois a gente sai*.

Os presentes tiveram que andar vários quarteirões até localizar os ônibus que os levariam de volta a El Ingenio. E, como era de hábito, eles eram só referentes. A exceção de uma vizinha, Patricia, que freqüentemente assistia à sala de atendimento médico e permanecia muito tempo conversando com um e com outro. Ao parecer, esta vizinha tinha um filho preso e, segundo me comentou uma vez que conversamos, Julio a tinha autorizado a retirar quatro vezes por mês a mercadoria. Em uma oportunidade, foi retirá-la e uma das encarregadas não lhe quis entregar os alimentos porque assegurava que *já lhe tinha dado*. Ela respondeu que tinha autorização de Julio e advertiu que avisaria o dirigente da negativa. A encarregada respondeu *ah vai, diz pra ele...* Para poder fazê-lo, participou da mobilização no Congresso com o propósito de comentar a Julio o acontecido, mas assegurou *...Ontem eu fui à mobilização... e não pude pegar o Julio...* isto é, não encontrou a oportunidade para se aproximar a ele e lhe comentar o problema.

Pouco depois do comentário de Patrícia, uma das mulheres que habitualmente assistia à sala disse *...Amanhã tem outra mobilização...* e colocou o anúncio no quadro de avisos. Era em apoio a Aníbal Ibarra, o suspenso Chefe de Governo da cidade de Buenos Aires³². No dia seguinte, os ônibus chegaram à sala por volta das 14 horas. Os referentes começaram a chegar sozinhos ou em pequenos grupos e Lorena trouxe um pão-de-ló que ela mesma tinha preparado. O grupo era conformado por Leo e Carola e as referentes habituais da sala, além *dos garotos da batucada*, um grupo de jovens de 20 anos que estavam encarregados de diversas tarefas -como a descarga de mercadoria, de materiais de construção e do acompanhamento dos tambores durante as mobilizações. Nesse dia todos estavam sob o comando de Roberto, um referente que morava em El Ingenio e sobre quem pesava uma acusação que também se aplicava a outros: a de ter apontado nos planos toda sua família. Essa personagem estava encarregada, entre outras responsabilidades, da *roda de ligações*, isto é, de comunicar a todos os referentes os dias em que tinha mobilização; e, em particular, da convocação aos plenários, as grandes reuniões que organizava Luís D'Elía e que aconteciam no ginásio de El Ingenio.

³² Em dezembro de 2004, durante a apresentação de uma banda de rock em uma danceteria chamada “República de Cromañón”, localizada na cidade de Buenos Aires, um incêndio provocou a morte de quase 200 espectadores. A maior parte deles, jovens menores de 20 anos. “A tragédia de Cromañón” como ficou conhecido o sinistro, derivou na suspensão e impeachment do prefeito portenho, Aníbal Ibarra. A mobilização tinha como propósito demonstrar o respaldo de diversas organizações ao funcionário, embora posteriormente tenha sido destituído de seu cargo.

Na tarde da mobilização em que de El Ingenio nos dirigíamos ao centro da cidade de Buenos Aires, Roberto era quem dava as indicações aos motoristas sobre as ruas onde devíamos descer. No trajeto, uma das referentes sentou-se a conversar com nosso guia. Não escutava exatamente as palavras, mas faziam referência a outro membro da organização que tinha perguntado se se tratava de uma mobilização só para referentes ou se tinha que trazer gente. Ambos ironizaram quase ao unísono, dizendo *...Que pergunta... se ele nunca traz ninguém...*

No ínterim, *os garotos da batucada* começaram a manipular os tambores e mediante cânticos elogiavam os atributos das mulheres da organização. No ônibus reinava um clima festivo que se assemelhava às viagens de finalização de estudos no 2o. grau. Uma vez que descemos da estrada e chegamos à avenida 9 de Julio, Roberto indicou o local onde o ônibus devia nos deixar. Da avenida 9 de Julio caminhamos uns quarteirões até a interseção com a Avenida de Mayo. Nesse lugar era incessante o avanço de colunas com integrantes de diversos agrupamentos, partidos políticos e entidades humanitárias. Lorena, Leo e Carola sentaram-se na calçada e o resto das mulheres fizeram o mesmo. Mirta, outra das referentes, começou a preparar o chimarrão e Lorena tirou o pão-de-ló e convidou seus companheiros. Roberto, ao ver a cena do chimarrão e o doce ironizou, dizendo *...Eu achava que a gente vinha apoiar Ibarra, né?*

A avenida começou a lotar de manifestantes e sobre a avenida 9 de Julio se juntavam os numerosos ônibus que traziam os manifestantes de diferentes pontos da cidade e da periferia. Em determinado momento, Leo e o resto das mulheres de El Ingenio começaram a avançar sobre a Avenida de Mayo e, de repente, vimos vir, andando em nossa direção, Luís D'Elía -quem cumprimentou uma por uma as mulheres da FTV. Depois de cumprimentar todos, inclusive a mim, D'Elía ficou conversando com Lorena. Nesse momento, Leo avisou todas as mulheres *...Vamos andar, elas já nos viram*. Foi ele quem determinou o rumo, afastando-nos do epicentro da mobilização que se dirigia à Praça de Mayo.

Vale aqui uma pequena digressão: a Praça de Mayo está localizada na frente da Casa Rosada e foi o cenário em que uma multidão de manifestantes, no dia 17 de outubro de 1945, chegada de áreas periféricas, reuniu-se para exigir a presença do Coronel Juan D. Perón, Secretário de Trabalho e Previdência e Vice-presidente da Nação, quem tinha sido preso. O líder pronunciou um discurso pela noite desse dia, da sacada da Casa Rosada. Essa mobilização marcou o nascimento do peronismo e

transformou a Praça de Mayo no teatro principal das mobilizações políticas³³. Voltarei mais tarde sobre este ponto.

Retomemos a caminhada junto a Leo, em direção ao sul. Depois de percorrer poucos quarteirões, Lorena aproximou-se para me comentar que Luís tinha lhe *oferecido ir com ele à Secretaria*. Dei meus parabéns pela notícia, mas percebi que ela estava preocupada e disse, a seguir *...Mas, eu não tenho estudo, não tenho nada... vou falar com Julio...* acrescentou. Continuamos caminhando em direção a nosso grupo de companheiras, que tinham decidido comprar uma pizza e sentar-se a comê-la em uma das pequenas praças situadas sobre a avenida 9 de Julio, rodeadas dos numerosos ônibus. Permanecemos por longo tempo, observando os ônibus, tirando fotografias de outros manifestantes masculinos e conversando da fuga da mobilização. Surpreendeu-me bastante que Lorena não compartilhasse com suas companheiras da organização a importante novidade do oferecimento de seu novo trabalho -e que sim o fizesse comigo, alguém de fora e a quem apenas conhecia.

Pouco depois daquela jornada, Lorena deixou de assistir à sala de atendimento médico com a mesma frequência, até que deixou de fazê-lo por completo. Inclusive, sendo que era freqüente que ela assistisse a todas as mobilizações acompanhando o grupo de Carola, Leo e as outras referentes que diariamente iam à sala, para minha surpresa, não assistiu à mobilização em repúdio do 30º aniversário do golpe militar, em que um grupo de referentes cumpriria tarefas de segurança no ato convocado pelas Mães da Praça de Maio, uma reconhecida entidade humanitária³⁴. Na véspera desse ato, Leo fez comentários reveladores. Pediu aos referentes que fizessem uma lista e disse *...Vejam só, pessoal... façam uma lista e depois que os referentes não digam 'Roberto não avisou'...* À continuação, uma das mulheres começou a apontar em um papel os nomes dos referentes junto do número de telefone celular e, entre parêntese, o número de beneficiário que tinha cada um (25) ou (35), conforme o caso. Leo ironizava,

³³ Para uma análise minuciosa do mito de origem do peronismo, das transformações do ritual de 17 de outubro durante os governos peronistas e especificamente do modo em que as ruas e, em particular, a Praça de Mayo transformaram-se no cenário e objeto da luta política, ver Neiburg (1992 e 1995) e Plotkin (1995 e 2007).

³⁴ “Mães da Praça de Maio” é o nome de uma das primeiras entidades humanitárias, constituída na Argentina a inícios da ditadura militar em 1977. É conformada por um grupo de mães cujos filhos foram “detentos-desaparecidos” pelas forças militares. Tais mulheres, cansadas de peregrinar por dependências públicas, para reclamar pela “aparição” de seus filhos, passaram a se reunir na Praça de Mayo, centro político do país. Posteriormente, com a abertura democrática, às atividades de denúncia e de defesa dos Direitos Humanos acrescentaram a organização de passeatas e mobilizações, entre as quais destaca a chamada “de la resistencia” -que acontece a cada fim de ano- e as de repúdio ao golpe militar acontecido em 24 de março de 1976.

perguntando aos presentes ...*Você quantos beneficiários tem não trabalhando, mas recebendo...* O comentário era revelador de quão dificultoso era para os referentes convocar as pessoas para as mobilizações. Durante o ato de repúdio aos 30 anos do golpe militar permaneci junto a um grupo de referentes nas grades que separavam o palco do público. Desse ponto observávamos as diversas bandas musicais que se apresentavam e cuidávamos que nenhum manifestante passasse as grades. E essa localização permitia-nos observar, por sua vez, a chegada dos dirigentes da FTV -que foram os últimos a entrar na praça. Uma das mulheres, ao ver a totalidade de dirigentes da FTV comentou ...*Tem muito cacique pra pouco índio...* Essas palavras expressavam algo que observei reiteradamente durante as mobilizações em que acompanhei os membros da FTV: quem assistia aos atos eram só os referentes e dirigentes. Os beneficiários, vizinhos ou pessoas que recebiam recursos através da organização, compareciam em muito raras ocasiões, sendo o mais freqüente que estivessem ausentes. Por esse motivo, a pergunta de Leo “*quanta gente você tem não trabalhando, mas recebendo?*” é reveladora da complexa relação que os referentes mantinham com seus beneficiários. Durante os longos 4 meses que assisti à sala de atendimento médico foram escassas as vezes em que esses doadores, peças chave da organização, chamaram seus contemplados de “beneficiários”. O mais comum era que se referissem a eles como “seus vizinhos” ou “sua gente”. Cabe lembrar aqui o depoimento de Nina que apresentei no capítulo 1, para quem ambos os termos (“beneficiário” e “vizinho”) representavam uma chocante oposição. O mesmo impacto parecia conter a pergunta de Leo. Isto é, não todas as pessoas que os referentes inscreviam nos planos conseguiram fazer cumprir a obrigação da assistência às mobilizações políticas e, por diversas razões que tentarei explicar no próximo capítulo, nem sempre podiam sancioná-los. A dificuldade de comprometer os beneficiários dos recursos da organização para a assistência às mobilizações preocupava a cúpula dos dirigentes. E o próprio Luís D’Elía o explicitou, depois de pouco mais de um mês, durante um plenário da organização onde também anunciou a promoção de Lorena.

Os plenários eram reuniões onde eram convocados os referentes de toda a periferia de Buenos Aires. Para assegurar a assistência de todos, o habitual era que fosse marcada aos sábados de manhã no ginásio de El Ingenio. Sob o telhado de zinco, o ginásio contava com uma quadra de futebol de salão rodeada por amplas arquibancadas, para que o público assistisse confortavelmente. Chegada ao local, cumprimentei as poucas pessoas que reconhecia. A primeira delas foi Beatriz, quem muito afável me

recebeu, fez eu entrar e me apresentou a outros referentes. Aos poucos, o local começou a lotar de referentes de toda a periferia de Buenos Aires. As mulheres da sala de atendimento médico ingressaram todas juntas e sentaram-se à parte, a um lado das arquibancadas. Lorena chegou pouco depois. Sua aparência era algo diferente: estava com o cabelo mais curto e vestia roupas novas, um pouco diferentes das habituais. Cumprimentou-me, sem me dar maior atenção, e sentou-se à parte do grupo da *sala*, optando por ficar junto a um grupo de referentes mulheres que provinham dos bairros mais afastados de El Ingenio. Devagar, foram chegando os dirigentes. O primeiro a entrar foi Javier, quem junto a um referente enunciava os municípios que estavam presentes no Plenário: Tres de Febrero, Merlo, Tigre, José C. Paz, Avellaneda, até que um grupo de referentes de El Ingenio gritou exaltado ...*E Matanza*... um sinal de que obviavam mencionar o distrito que era sede da organização. Os últimos dirigentes em chegar foram Luís D'Elía e Julio, quem permaneceram no centro da quadra. Luís olhava para a arquibancada e cumprimentava aqueles que reconhecia, ou pedia que se posicionassem novamente, fazendo lugar a quem chegava um pouco mais tarde da hora estabelecida, ou se aproximava de outros para cumprimentá-los com um beijo. Parecia manter laços pessoais e de vários anos com muitos deles. Antes de que Luís começasse sua alocação, Julio permaneceu a seu lado falando por telefone celular e por momentos passava o aparelho para seu chefe. Por outra parte, as mulheres que permaneciam nas arquibancadas apontavam os municípios presentes e parte do discurso do presidente da organização. Tratava-se do primeiro plenário desde que Luís D'Elía assumira como Subsecretário e queria ele próprio dar a notícia a seus militantes.

O presidente Kirchner, mediante o decreto 158 de 2006³⁵, criou a Subsecretaria de Terras e Hábitat Social no âmbito do Ministério de Planejamento Social da Nação. A essa Subsecretaria eram transferidas áreas que até o momento tinham pertencido a outras repartições e que incluíam bens patrimoniais e quadros técnicos. Entre as áreas transferidas era incluído um banco de terras, cujo controle habilitava o subsecretário a executar leis de expropriação. O orçamento destinado ao órgão era de aproximadamente 285 milhões de pesos, e entre suas funções destacavam-se a formulação de políticas de terras, que facilitassem o fornecimento de terrenos para executar programas de moradia e equipamento social; e a promoção da regularização dos títulos de propriedade em assentamentos irregulares.

³⁵ Diário Oficial 30.846 publicado em 15-02-2006.

Com a criação da Subsecretaria, Néstor Kirchner não só concedia poder de decisão e um importante orçamento a nosso personagem, mas também reconhecia a trajetória de D'Elía como líder na conformação e regularização de assentamentos urbanos. Tão valorizada dádiva não podia mais que criar importantes compromissos e lealdades com o presidente da Nação. O primeiro deles foi um pedido explícito de Kirchner: que desse reposta às declarações do presidente da CTA (a Confederação de Trabalhadores a que pertencia a FTV), quem tinha criticado duramente o governo. Pouco depois, D'Elía mencionou outro dos compromissos que tinha adquirido com o presidente: a convocação de um número importante de manifestantes para o ato de dia 25 de maio (data em que se comemora a constituição do primeiro governo pátrio) na Praça de Mayo. Para tanto, deu algumas indicações: *...Companheiros, tem alguns agrupamentos...que põe uma grande bandeira e acontece que por trás são 4 universitários e parecem 48. Nós vamos à praça e o companheiro que tem a bandeira assim... (assinalando que mantém a bandeira enrolada) e mexendo as mãos, tem que dizer, mas companheiro abre a bandeira... e além do mais quando faço o gesto pensam que estou espantando moscas...* Continuou seu relato afirmando que receberia recursos para a mobilização *...Esperemos cheguem no 24 à noite...* foi seu comentário, e destacou que a FTV tinha assegurado o lado esquerdo da Praça, *...O lado que historicamente era da Juventude Peronista...* sentenciou. Apesar de que não indicou de que recursos se tratava, muito provavelmente seriam em relação com o pagamento do aluguel dos ônibus para o deslocamento dos manifestantes. E continuou *...Façamos um bom ato companheiros... nós somos os que mais levamos... Balestrini não leva tanta gente...*

O compromisso de D'Elía de fornecer manifestantes para a celebração do ato de 25 de mayo que teria o Presidente Kirchner como líder tinha uma recompensa privilegiada: a concessão do lugar que “historicamente era da JP”. Tratava-se de um gesto que enaltecia nosso protagonista, dado que com ele parecia sentir que lhe eram transferidos os valores daquela juventude peronista e de “esquerda” à qual o próprio Kirchner tinha pertencido. Por esse motivo, foi enfático ao assinalar a importância de desdobrar corretamente as bandeiras com a sigla da FTV e como os manifestantes deviam se situar para aparentar que constituíam uma nutrida assistência. Depois, D'Elía deu mais indicações, desta vez em relação à convocação de manifestantes, destacando *...Não procurem só o do plano ou o da mercadoria, visem à consciência... porque o companheiro que tem consciência oferece a vida,* assegurou e continuou *...Contem o dia 25 de maio, que foi a origem da nossa nacionalidade...* insistiu.

As palavras do líder piqueteiro continham referências à história do movimento peronista, embora faltassem algumas precisões. Lembremos que, como foi exposto no capítulo 1, a partir do episódio de Ezeiza, desde o retorno definitivo de Perón à Argentina acontecido em 20 de junho de 1973³⁶, dois setores antagônicos disputavam-se o papel de protagonista no interior do movimento: a juventude e os sindicatos. E que naquele trágico acontecimento as disputas de ambos os grupos objetivaram-se em golpes, forcejos e disparos por ocupar as posições mais próximas da sacada de onde falaria o emblemático líder recentemente chegado ao país. Perón assumiu a presidência por terceira vez no dia 12 de outubro, pouco menos de um mês depois do assassinato de José I. Rucci, sindicalista metalúrgico, encarregado da operação de retorno. Embora nenhum grupo tenha reivindicado a autoria do atentado, no interior do movimento todos presumiam que a autoria intelectual e material da morte de Rucci correspondia a Montoneros, uma agrupação armada que se reconhecia como parte da juventude peronista.

Meses depois daqueles turbulentos episódios, mais precisamente no dia 1 de maio de 1974, por primeira vez desde seu retorno e nada menos que da emblemática sacada da Casa de Governo, Perón dirigia-se a seu “povo”. Pelo contexto em que o ato acontecia, os organizadores e a mídia destacavam que naquele dia não só era celebrado o “Dia do Trabalhador” mas também o da “Unidade Nacional”³⁷.

Ao igual que no ato de Ezeiza, a operação de segurança começou na véspera com um grupo de sindicalistas encarregados da organização junto às forças policiais, que situaram postos de controle e vigilância em diversos pontos da cidade e vias de acesso à capital do país. Um dos jornais da época e de maior tiragem do país³⁸ descreve os manifestantes como “grupos juvenis” que chegavam de diversos pontos do interior à cidade de Buenos Aires para assistir ao ato em que falaria o Presidente da Nação e líder do movimento. Por esse motivo, todos os acessos à capital eram fortemente custodiados,

³⁶ No calendário das celebrações nacionais da Argentina, dia 20 de junho corresponde ao Dia da Bandeira. A escolha dessa data para o retorno do emblemático líder não resulta ser um dado ao acaso. Pelo contrário, a análise de Neiburg (1995: 235 e 239) acerca do mito de origem do peronismo permite presumir que essa decisão decorria de uma tentativa constante -por parte dos dirigentes e intelectuais justicialistas- de colocar em relação os acontecimentos do peronismo, um movimento de base “popular”, com datas e comemorações nacionais. Segundo o autor, as categorias “povo” e “nação” constituem um verdadeiro campo de luta entre os encarregados de produzir representações autorizadas sobre as sociedades nacionais.

³⁷ Embora o 1º de Maio seja uma celebração internacional em que os “mártires de Chicago” (1886) são homenageados, os organizadores deram-lhe um conteúdo local ao declará-lo, também, o “Dia da Unidade Nacional”. Uma expressão que fazia referência a uma situação de profundo enfrentamento entre duas forças no interior do movimento.

³⁸ Sustento-me aqui na crônica do jornal Clarín de 2-05-74, pp. 22 e 23.

embora a matéria fizesse referência ao que ocorria no acesso norte, de onde provinham a maioria dos manifestantes. Segundo a crônica, uma coluna de mais de 300 ônibus e caminhões trazendo mais de 1500 passageiros reuniu-se no local, e destes, ao redor de 100 “jovens” formaram uma barreira frente às forças policiais e entoaram cantos favoráveis a “Montoneros”. A cena, segundo o relato jornalístico, ocorreu “a poucos metros de distância de uma formação de combate, um mini-tanque, 40 motocicletas da Brigada Anti-guerrilha e 4 carros de assalto e, como resultado de pedidos de ordem e negociações, permitiu-se que a ala avançasse fortemente custodiada. Depois de atravessar diversas avenidas e ruas do centro da cidade, os contingentes se aproximaram aos locais de concentração. A crônica sublinha que nesses locais já próximos à Praça de Mayo novos e severos controles policiais demoraram o avanço dos manifestantes, nesta oportunidade para impedir que levassem outros emblemas que não fossem bandeiras argentinas ou cartazes de identificação dos agrupamentos sindicais. O cronista continua sua descrição assinalando que “colunas de grupos juvenis militantes da JP e Montoneros avançaram em fechadas filas e, cercados por cordões, desbordaram as forças policiais”. A resenha enumera em detalhe os refrões que entoavam os manifestantes: “Montoneros, caralho!”, “O que acontece General é que está cheio de *gorilas* [anti-peronistas] o governo popular” e “Perón, o povo pede, queremos a cabeça de Villar e Margaride”. A seguir, é descrito como se produz o ingresso das colunas juvenis à Praça de Mayo: “houve incidentes quando grupos que já estavam situados (na praça) foram deslocados pela chegada das colunas juvenis”. E, continua, “houve cenas de pugilato e troca de golpes com paus, hastes de bandeiras, pedras e lajotas. Finalmente os manifestantes conseguiram ocupar o local e chegaram até a Pirâmide de Mayo”, localizada no centro da praça. Por último, é oferecida informação mais detalhada acerca de como ocorreu o posicionamento dos jovens militantes na Praça de Mayo: “A avenida Rivadavia e grande parte da metade adjacente do passeio estavam ocupados pela ‘tendência’. A ‘tendência’ era a denominação que recebiam os setores de esquerda do peronismo, enquanto ‘o resto’, segundo a crônica, dividia-se entre os afiliados a organizações sindicais.

Rivadavia é uma das avenidas que delimita a Praça de Mayo. Os grandes contingentes de manifestantes que convergem nela fazem isso a partir da Avenida de Mayo ou das Diagonais Norte e Sul. Adotando essa orientação, a avenida Rivadavia fica localizada à esquerda. E continua: “depois dos incidentes, os setores da tendência que tinham ingressado com bandeiras nacionais ou cartazes com as siglas dos sindicatos

foram transformando eles em emblemas de Montoneros, Agrupação Evita, JUP e Movimento Villero Peronista. Assim foi feito através do recorte ou da remoção de algumas letras e a rápida costura de outras ou simplesmente pintando com aerossol as siglas em bandeiras sem inscrição prévia”.

Note-se que a crônica jornalística descreve jovens aguerridos que chegavam das regiões mais remotas do interior do país, que ousavam desafiar e burlar por completo os estritos controles policiais quando lhes impediam carregar as bandeiras identificadoras de suas organizações. Tal burla às forças de segurança pode ser conferida pela inclusão de uma fotografia da Praça, que deixa ver uma grande bandeira, situada do lado direito do leitor e esquerdo dos manifestantes, com a legenda “Montoneros”. Pouco depois desse incidente, a crônica destaca a atmosfera vivida com a chegada –de helicóptero- do General Perón, cuja presença foi aclamada por uma “ovação unânime” enquanto era iniciado um espetáculo artístico durante o qual não cessaram os refrões que identificavam os dois setores em que estava dividida a assistência. Pouco depois, a resenha destaca que o General Perón iniciou sua alocução em um clima de profunda tensão. Do discurso, interessa-me ressaltar apenas alguns fragmentos. O primeiro deles corresponde ao início da alocução: “Companheiros, hoje faz vinte e um anos que nesta mesma sacada, e em um dia luminoso como o de hoje, falei por última vez aos trabalhadores argentinos. Foi nesse momento que lhes recomendei que ajustassem suas organizações, porque vinham tempos difíceis... Não me enganei nem na apreciação dos dias que vinham, nem na qualidade da organização sindical, que através de vinte anos ... apesar desses estúpidos que assobiam...” E continua: “Dizia que através desses vinte e um anos, as organizações sindicais tem se mantido sem se comover e hoje resulta que alguns imberbes pretendem ter mais mérito que aqueles que durante vinte anos lutaram”. Em um dos últimos trechos, Perón periodiza o acontecido com seu movimento da seguinte maneira: “Companheiros, nós nos reunimos nove anos nesta mesma praça, e nesta mesma praça estivemos todos de acordo na luta que realizamos pelas reivindicações do povo argentino. Agora resulta que, depois de vinte anos, tem alguns que ainda não estão conformes com tudo o que fizemos...”.

Depois, conforme o relato jornalístico, “à medida que o Presidente avançava com seu discurso começou a desconcentração dos militantes, que se retiraram da Praça pela Diagonal Norte”. Para surpresa do leitor, a resenha não assinalava o número total de pessoas que se encontravam na Praça, só mencionava que aproximadamente por

volta das 15 horas e pouco antes da chegada do General “a Praça estava praticamente desbordada, embora fosse possível se deslocar entre os grupos sem problema algum”.

A crônica retratava jovens altamente combativos que chegavam de diversos locais do país e que desafiavam as forças de segurança munidas de carros de assalto e mini-tanques para gritar o nome de seu agrupamento “Montoneros”. Como já mencionei, essa organização defendia a “luta armada” e controlava recursos próprios. De modo que é muito provável que o deslocamento desses manifestantes do interior do país fossem despesas arcadas pela mesma agrupação. Por outra parte, os cânticos que a crônica reproduz revelam que esses jovens se atreviam a questionar Perón - nada menos que o Presidente da Nação e líder indiscutido do movimento- e aqueles que o acompanhavam como membros do governo. Isto é, ministros e secretários. A expressão “gorila” entre os “peronistas” era a categoria referida para designar os adversários políticos. Ao mesmo tempo, identificavam e pediam “a cabeça” de “Villar e Margaride” que se desempenhavam como Chefe da Polícia Federal e da Superintendência de Segurança.

Como se tudo isso fosse pouco, a crônica descreve com detalhe o modo em que os manifestantes ocultaram e posteriormente desdobraram as bandeiras de seu agrupamento, desafiando por completo os controles policiais. Simultaneamente, eles se enfrentaram com as organizações sindicais que já estavam posicionadas na Praça até chegar à Pirâmide de Mayo e se situar à esquerda, do lado da avenida Rivadavia. Em suma, todas as características que se enumeravam dos manifestantes cabem dentro do que comumente é definido como “jovens com consciência social”. A maioria deles eram estudantes universitários ou dirigentes dos próprios bairros cujo ingresso à organização tinha por finalidade a militância e o trabalho de base em bairros, fábricas e universidades. Respondiam a uma rigorosa hierarquia de dirigentes, alguns dos quais procediam de setores da classe média alta. Por outra parte, como observamos, não contavam com o amparo do líder do movimento -quem se referiu a eles como “estúpidos” e “imberbes”³⁹. Dessa maneira, o próprio líder frisava uma característica negativa da juventude: a falta de experiência, que ele confrontava com aqueles que a possuíam, os que “lutaram mais de vinte anos”, isto é, os sindicalistas.

D’Elía em sua alocução perante os membros da FTV recuperava algo mais de três décadas posteriores daqueles episódios, sublinhando aspectos positivos do modo de

³⁹ Segundo a Real Academia Espanhola, “imberbe” é um adjetivo para referir-se aos jovens que ainda não desenvolveram barba no rosto.

agir daquela juventude: a localização, “o lado esquerdo” da Praça, a necessidade de desdobrar bem as bandeiras e a de despertar a “consciência” dos convocados. Claro que se tratava de uma evocação que operava em outro contexto. Como vimos e veremos novamente no próximo capítulo, e à diferença daqueles “jovens”, o motivo mais comum pelo qual as pessoas se aproximavam à organização piqueteira era para obter um recurso do Estado: subsídios de desemprego e alimentos. Para essas pessoas -nem sempre jovens-, a assistência a mobilizações políticas era uma novidade em suas vidas cuja aparição coincidiu com a alocação dos recursos. Por esse motivo, as mobilizações políticas mais do que a expressão de um ato de consciência política representavam a possibilidade de pedir um novo favor a quem os tinha convocado. Era através da concessão dos recursos que os beneficiados da FTV entravam em contato com as mobilizações e todos os elementos que eram utilizados nelas, como as bandeiras identificadoras da organização. Nesse sentido, as palavras de D’Elía -“não procurem o do plano ou o da mercadoria ... apelem à consciência”- parecem mais uma expressão de desejo que a realidade que viviam referentes e vizinhos, cujos laços se consolidavam através da distribuição dos recursos do Estado. E embora também soubesse plenamente como os convocados se sentiam estando presentes nos atos, satirizou o manifestante que mantinha a bandeira enrolada em uma mobilização e ao qual, com gestos incessantes, teve que lhe advertir para que a desdobrasse. Para marcar a diferença, mencionou outros agrupamentos que, embora minoritários, sabem como aparentar constituir uma nutrida coluna, identificando seus integrantes como “universitários”. Os estudantes universitários não só procedem, em grande medida, de setores médios intelectualizados, mas também a sociabilidade de que participam nas universidades inclui a formulação de divisas políticas e a mobilização em prol delas. Desse modo, conformavam ou adquiriam hábitos em que passeatas, mobilizações, bandeiras e divisas compunham o repertório cotidiano de suas atividades; isto é, tratava-se de pessoas que procediam de um mundo social muito diferente dos membros da FTV, cujos integrantes eram, em sua maioria, pessoas desempregadas e minimamente alfabetizadas.

Nessa mesma linha devemos estabelecer outra das diferenças entre aquela “juventude” evocada positivamente com os manifestantes convocados pela FTV: o modo em que representavam o modo de agir da polícia. Lembremos o comentário de Mónica, vizinha de Santa Rita, e dos referentes da FTV. Todos eles tinham temor da repressão policial durante os atos e as mobilizações. Muito pelo contrário, os “jovens” retratados pela crônica jornalística de 1974 eram manifestantes aguerridos, capazes de

gritar o lema identificador de sua organização a policiais rodeados de uma formação de combate, mini-tanques de guerra, carros de assalto e 40 motos de Brigada Anti-Guerrilha. Por último, não devemos esquecer que Montoneros, pelo fato de possuir recursos próprios, mobilizava-se de maneira independente do governo. Isso permitia-lhe transladar manifestantes do interior do país, enfrentar-se com os setores mais “antigos” do movimento e até decidir o momento da desconcentração da Praça quando se sentiram desqualificados. Pelo contrário, a FTV assistia ao ato de 25 de maio com recursos que o Presidente Kirchner concedia a Luís D’Elía. Sem esses recursos, para a organização seria muito difícil poder assumir as despesas. Por isso a preocupação de D’Elía - “Esperemos que os recursos cheguem no 24 à noite”.

Luís D’Elía nasceu em 1957 em um “lar peronista” e, segundo sua mãe em declarações à mídia⁴⁰, o pai foi funcionário do sindicato Luz e Força e “muito peronista”. Na entrevista, Dona Ofélia -o nome da mãe- afirmou que “nossa primeira casa nós a fizemos com o Plano Eva Perón” e, do filho, destacou que “aos 18 anos já estudava o magistério e que ele dizia que queria trabalhar nos direitos humanos”. Ela própria sempre lhe advertia: “faça política, mas não vá virar Montonero”. E a essa advertência, assegurava que o filho respondia: “Mãe, não dá pra eu estar com essa gente”. Mas, Dona Ofelia afirmava que “nessa época vivíamos em um bairro de classe média baixa que estava rodeado de sítios de gente com dinheiro, e tinha montoneros. Vendemos essa casa e compramos ... para sair de lá”. Luís D’Elía iniciou sua militância no Patronato Don Bosco, aonde era levado pelo pai para que “não estivesse na rua” e foi nesse lugar onde conheceu a mulher, com quem teve cinco filhos.

Em 1974 ele tinha apenas 17 anos. De modo que poderia ter sido um desses jovens manifestantes que burlaram a polícia e desafiaram o emblemático Perón. Porém, como ele assegurava à mãe, “não dava para estar com essa gente”. Isto é, não se sentia parte do mundo social do qual provinham os militantes Montoneros, reconhecidos pela mãe como “gente de dinheiro”. Aliás, mesmo tendo crescido em um “lar peronista”, não adotava essa denominação. Em diversas oportunidades e reportagens jornalísticas costumava definir-se como “militante católico” ou como “professor de escola” ou que assumia a “teologia da libertação”. Contudo, naquele sábado no ginásio de El Ingenio quando ele se dirigia a “sua gente” evocava com orgulho a “Juventude” do movimento. De modo que as referências positivas à história do peronismo não eram patrimônio

⁴⁰ Jornal Perfil, 8-06-08

exclusivo de quem se identificava com essa denominação, mas se tratava de um vocabulário que compartilhavam também líderes ligados às organizações de desempregados vinculados ao governo de Néstor Kirchner.

Antes de finalizar a exposição, D'Elía anunciou as últimas novidades com uma prévia advertência: *...Com certeza, até aqui vocês não me escutaram, mas isso sei que vai interessar vocês...* Todos fizeram silêncio e o dirigente principal disse *...Sabem que o governo provincial (da província de Buenos Aires) tirou 10 mil planos dos trotskos (refere-se ao Pólo Operário, uma organização piqueteira ligada ao Partido Operário de extração trotskista) e que a companheira Lorena, pela sua dedicação, foi nomeada nesse lugar para administrá-los...*

Os últimos anúncios foram em relação a algumas mudanças na cúpula da organização, devido a que pelo cargo de Subsecretário de Estado estava impedido de permanecer como Presidente da FTV, cargo que passava a ocupar Julio e, como vice-presidente, o dirigente que assumiu como deputado provincial pela Frente para a Vitória. Acrescentou também que *a companheira Alejandra*, sua mulher, passaria a ocupar a área de Políticas Sociais deixando vaga a secretaria de gênero, onde tinha se desempenhado até esse momento.

Depois dessas novidades, que significavam importantes mudanças na vida da organização, olhei os rostos completamente surpresos das mulheres da sala, que permaneceram falando mal de Lorena. Asseguravam que ela não fazia reuniões e que não avisava sobre a disponibilidade de dinheiro para receber no banco. Uma delas afirmou *...Como ela não diz que esse dinheiro está pra receber... o que é que eu vou dar de comer pros meninos?...*

Ao parecer, Lorena tinha ficado encarregada de avisar o pagamento do Programa Promotores que alguns referentes recebiam do Ministério de Desenvolvimento Social em troca de fornecer informação dos bairros, em relação à existência de centros de saúde, creches, comitês de vizinhos e outro tipo de serviços comunitários. Como o dinheiro não estava disponível com uma frequência fixa, dependiam de que alguma autoridade lhes avisasse. Quem conhecia essa informação era Lorena, porque tinha uma relação de proximidade com a mulher e a cunhada de Luís D'Elía, quem se desempenhavam nesse programa. Lembremos que, como assinalei no capítulo 2, Lorena entrou em contato em 1994 com as comunidades de base que estas mulheres dirigiam. Alejandra, como coordenadora da área de Gênero da organização que também controlava planos e mercadoria, tinha referentes a seu cargo que eram identificados

como o “grupo de gênero”. Lembro em uma oportunidade escutar conversar Lorena com outra referente e dizer *é por Gênero que eu tenho minha cota*. Ou seja, a alocação de seus planos resultava mais do acordo com Alejandra, do que com Julio. Por outra parte, a mulher de D’Elía estava afastada profundamente de Julio e os seguidores de cada um reproduziam essa inimizade. Entretanto, alguns poucos tinham a habilidade de transitar pelos dois grupos, como podemos observar. Lorena era um deles. Na segunda seção do próximo capítulo voltarei sobre ela.

Conclusões

Neste capítulo tentei mostrar os dois calendários que regiam as mobilizações de “peronistas” e “piqueteiros”, concedendo maior atenção ao modo em que estas mobilizações se exprimiam na vida dos moradores e menos centralidade às performances eleitorais. Estas últimas já foram analisadas em detalhe nas pesquisas de Palmeira e Heredia (1995), em outros contextos empíricos, como as áreas rurais do nordeste e sul do Brasil. E recuperados por Soprano Manzo (2003) para a análise de universos similares da Argentina como a província de Misiones –principal produtora de fumo e erva mate para chimarrão do país-. O autor outorga prioridade em sua etnografia à análise de atos políticos e caravanas onde aparecem como protagonistas candidatos e oradores, enquanto os assistentes a esses eventos perdem centralidade. Eles são descritos como “homens, mulheres e crianças humildemente vestidos” (2003:148) e classificados como a “clientela” de um determinado dirigente ou candidato (2003:112).

Como vimos, Rubén não se referia aos vizinhos com essa denominação e as pessoas que compunham seu entorno. Eles convocavam os titulares de um tipo especial de benefício: aqueles que recebiam o plano Chefes de Lar, os quais eram chamados para assistir a um típico ato de proselitismo de campanha com candidatos como oradores. Por outra parte, os membros da FTV -como mencionou o próprio D’Elía- incluíam entre seus convocados pessoas que recebiam mercadorias (“não procurem só o do plano ou o da mercadoria”) e para assistir a mobilizações que nem sempre coincidiam com típicos atos partidários. Tratava-se de mobilizações de propósitos diversos como o apoio a um funcionário prestes a ser destituído ou uma comemoração para lembrar o ato de repúdio aos 30 anos do golpe militar ou atos de posse de cargos de Secretário no governo federal, atos cuja frequência era mais contínua. Contudo, em dois dos eventos as convocações de “peronistas” e “piqueteiros” pareciam coincidir: o ato no aeroclube de Laferrere e na cerimônia de abertura de sessões parlamentares, às quais, muito

provavelmente, teve de assistir Rubén para presenciar a posse de Alberto Balestrini - seu chefe político- como presidente da Câmara dos Deputados. Ou seja, o calendário de mobilizações dos doadores, embora tivesse pontos coincidentes, era de maior frequência para aqueles que dependiam da FTV. Ou, como eles costumavam dizer de suas atividades, suas mobilizações também não coincidiam com os tempos eleitorais. Uma definição que lhes permitia diferenciar-se dos oponentes vinculados ao município e candidatos pelo partido oficial.

Ao mesmo tempo, como antecipo do que mostrarei no próximo capítulo, vimos que a diferenciação entre tipos de atos e modalidades de protesto –um item que a literatura sobre movimentos sociais e organizações piqueteiras⁴¹ destacou reiteradamente- não resultava relevante para os beneficiários. Lembremos Mónica, quem dependia de um doador peronista e suspeitava que os ônibus estacionados na porta do clube onde ela assinava regularmente sua assistência eram para deslocar pessoas a um “piquete”. E, ainda mais, não se comover muito quando assinalei que se tratava de um ato partidário e não de um bloqueio de estrada. Era outro o interesse ou a preocupação que mexia com os convocados quando assistiam aos atos.

Não esqueçamos que os distribuidores, em particular Rubén, não mantinham tratamento direto com as pessoas que dependiam dele. Em realidade, ele os evitava quando no clube se aproximavam a conversar por diversos motivos. Entretanto, o dia do ato ele estava mais do que disposto a conversar com cada um deles. Isso nos permite presumir que a mobilização ou ato se inscrevia no circuito de distribuição de planos sociais e também de alimentos, como o momento em que as três obrigações morais destacadas por Mauss eram fechadas (2003): dar, receber, retribuir. A presença dos beneficiários nos atos e mobilizações políticas era uma das retribuições que os doadores esperavam e, por essa razão, a quem cumpria com ela abria-se a possibilidade de voltar a pedir um favor ou bem; e assim manter vivo o laço com seus doadores. Mari pode ser um bom exemplo de quem conhecia plenamente essa possibilidade e não a desprezou em nenhum momento. Não só pediu a Rubén mudar seu pai do túmulo em que se encontrava no cemitério, mas até ousou fazer um pedido por escrito ao orador principal do ato: o Presidente Néstor Kirchner. O mesmo podemos dizer de Patrícia, quem

⁴¹ Faço referência aqui a Svampa e Pereyra (2003: 25) que estabelecem o “piquete” como um “novo formato de protesto, a Lobato e Suriano (2003: 144) que assinalam que a finais dos ’90 “emergiram outros repertórios de confrontação vinculados ao fenômeno do desemprego [...] *os bloqueios de estrada e o movimento piqueteiro*” (itálico no original); e Auyero (2002: 206) quem expõe “bloqueios de estrada e ataque a prédios públicos como modalidades importantes dentro de um repertório emergente”.

assistiu à abertura de sessões para resolver com Julio, segundo da FTV, o problema da alocação da mercadoria para seu filho preso. Todavia, existia um grande obstáculo que todos (doadores e donatários) deviam driblar: a possibilidade de se enfrentar à repressão policial ou de enfrentamentos com outros grupos. Esse temor encontrava-se presente não só em simples vizinhos como Mônica, mas -como veremos depois- também em Sandra, militante peronista e por esse motivo mais habituada a enfrentar situações de risco durante as mobilizações. O mesmo podemos dizer dos referentes da FTV. Não esqueçamos o comentário de Leo acerca de que na cerimônia de abertura de sessões parlamentares permaneceram fora do palácio porque “se eles brigarem... depois como é que nós saímos”. Ao mesmo tempo, os referentes eram grandes conhecedores dos modos em que os beneficiários percebiam seu lugar no circuito de redistribuição e como a participação nas mobilizações se inscrevia na vida dos vizinhos. Fato que em relação à convocação permitia lhes afirmar que “estavam aqueles que não vão porque têm medo e também os que não vão porque dizem que têm medo”.

Por sua vez, outra questão central deste capítulo foi a de comprovar que o peronismo, por se tratar de um movimento “federal” que ocupa um papel central na vida política do país desde seus inícios em 1945, constituía-se em uma linguagem que compartilhavam não só doadores e candidatos que assumiam essa denominação, mas também líderes piqueteiros vinculados ao governo de Kirchner. Em particular, as referências correspondiam à convulsionada década de '70 e mais precisamente a episódios ligados ao retorno definitivo de Perón à Argentina, quando o máximo líder se deparou com uma nova geração de dirigentes e militantes que, surgida durante seu extenso exílio, reconheciam-se como parte de seu movimento. Tais referências não eram casuais. Pelo contrário, já que coincidiam com a adolescência e juventude dos protagonistas da Tese. Lembremos a referência de Rubén citada no capítulo 1: “eu estive em Ezeiza”; e a de D'Elía: “temos o lado esquerdo da Praça que historicamente era o da Juventude Peronista”. “Ezeiza” e “Juventude Peronista” eram categorias que remetiam não só a um momento da vida política argentina, mas também a dois protagonistas. Era no viço de seus 15 e 17 anos que essas pessoas adquiriram essa linguagem constituída como um *habitus*, no sentido de Bourdieu (1993:164). Isto é, como um sistema de percepção e classificação que dava lugar a práticas e representações do mundo social em que esses protagonistas interagiam três décadas mais tarde; isto é, o fenômeno do peronismo ofereceu a essas personagens um repertório de possibilidades para legitimar sua posição presente (como candidato a vereador ou

como Secretário de Governo) e também para recuperar os anos de sua juventude, um momento da vida que é guardado com muito zelo. Em decorrência desse duplo artifício, o peronismo transformava-se em um sistema de percepção que os líderes peronistas compartilhavam com os dirigentes piqueteiros.

Por outra parte, recuperamos aqui outro elemento recorrente que envolve a já apresentada idéia de temporalidade e que também corresponde a aspectos compartilhados entre líderes de ambos os circuitos: o tempo no movimento (‘peronista’ ou ‘piqueteiro’). Nesse sentido, Ferraudi Curto (2006: 155) assinalava que no interior de uma organização piqueteira do sul da periferia da Grande Buenos Aires, as definições nativas de antiguidade se vinculavam a valores como a “luta” e “respeito”; tornando-se ambos em fonte de prestígio.

Recuperando essa análise, podemos perceber que a antiguidade operava de maneira similar entre peronistas e líderes da FTV. Lembremos Irene que, como apresentei no capítulo 1, pertencia a uma agrupação do partido oficial e assegurava que sua nomeação como trabalhadora estável do município “ela merecia porque fazia 10 anos que militava com eles”. O mesmo podemos dizer das referências de quem pertenciam à FTV “uma pessoa que está faz 2 anos e retira para 70 (pessoas) e eu que estou faz mais de 6 (anos) retiro para 40 (pessoas)”. Foi Carola quem com ironia, ao dizer “vão embora e voltem”, destacava que era preciso algo mais do que uma simples permanência temporal. Sem esquecer de Lorena, quem estava há muito tempo na organização (desde 1994) e, mesmo sendo assinalada por Leo como “a mais nova”, foi a primeira em obter um emprego estável -cuja justificação não foi esgrimida em função do tempo mas de “sua dedicação”. Ou seja, a antiguidade não era definida por uma simples seqüência cronológica de anos transcorridos desde o ingresso até o momento presente, mas incluía também formas de comportamento. Em outras palavras, incorporavam-se na classificação os modos em que as pessoas definiam seus laços no interior do movimento: quando se desconheciam ou reproduziam desafetos entre dirigentes, abria-se ou fechava-se a possibilidade de acumular recursos de fontes diversas. A expressão de Lorena -“eu a minha cota a tenho por gênero”- assinalava que o número de planos que geria tinha sido recebido através de Alejandra. Ao mesmo tempo que tinha alocado um volume de mercadoria que acordou com Julio e um novo emprego estável que conseguiu através do próprio D’Elía. Em suma, as referências nativas incluía uma dimensão qualitativa da temporalidade e se tornavam em princípio organizador da distribuição de recursos. Contudo, essa definição que reproduzem

“peronistas” e “piqueteiros” registra antecedentes de peso, razão pela qual a considero reveladora de um processo histórico que na Argentina iniciou-se em 1945 e cujos vestígios são reconhecidos até os dias de hoje. Lembremos que o próprio Juan Perón, da sacada da Casa Rosada em 1974, assinalava que “durante nove anos nos reunimos nesta mesma Praça (...) e todos estivemos de acordo na luta que realizamos pelas reivindicações do povo argentino”.

Os “nove anos” são uma referência clara ao período em que ele exerceu duas vezes a presidência da Nação -entre 1946 e 1955. As “reuniões” assinaladas “nesta mesma praça” correspondem às celebrações de 17 de outubro que se sucederam nesse mesmo período e onde era reafirmado o laço direto do líder com os trabalhadores⁴². As “lutas” acordadas correspondem a uma deliberada política industrial, que o próprio Perón impulsionou nesses anos, acompanhada de salários altos para os trabalhadores e o reconhecimento de direitos sociais como o pagamento de décimo terceiro e férias - favorecendo a representação sindical.

Por último, a referência a “os vinte anos” corresponde ao período de seu exílio - compreendido entre 1955 e 1973. Uma época à qual “os peronistas” chamaram “a resistência” por se tratar de um ciclo em que os governos militares e civis se revezavam no poder e em que as batalhas eleitorais eram livradas com o peronismo proscrito, isto é, impossibilitado de apresentar seus candidatos, ao mesmo tempo que alguns sindicalistas eram perseguidos e encarcerados.

As referências temporais assinaladas em 1974 pelo líder indiscutido do movimento (“nove” e “vinte” anos) estavam acompanhadas de expressões como “luta” e “mérito”. Três décadas mais tarde as mesmas referências eram recuperadas não só por seus seguidores mas também pelas organizações de desempregados e com a mesma finalidade, fazendo delas uma espécie de hábito classificatório para a promoção. Contudo, havia outro elemento para destacar. Podemos dizer que as organizações piqueteiras ou de desempregados são de alguma maneira “filhas” de profundas transformações no mundo do trabalho ocorridas a meados da década de '90 durante os governos de outro peronista, Carlos Saúl Menem (1989-1999). Sua política econômica deu impulso à abertura do mercado, encarou uma profunda transformação do Estado e favoreceu uma política “flexível” em relação à contratação de mão-de-obra que

⁴² Nesse interregno de 1945-1955 é colocada a análise de Plotkin (1995) a respeito das mudanças de ritual na comemoração de 17 de outubro. O autor destaca as condições sociais que fizeram possível a transformação do que primeiro foi um protesto em uma celebração, com conotações carnavalescas, para finalmente passar a constituir a comemoração de uma data pátria.

desconhecia direitos estabelecidos durante a década de '40, desatando um aumento considerável do desemprego que em 1995 atingiu 18,6 %. A resposta que encontrou para isso foi a criação do Plano Traballar, o primeiro programa de emprego que, como vimos, levou as organizações piqueteiras de La Matanza a bloquear estradas para demandar uma “cota” própria. Desse modo, mesmo quando parecia tratar-se de um processo que recuava no que diz respeito aos direitos sociais que o peronismo tinha promovido e defendido com firmeza, permaneciam os “planos”, as mobilizações e as bandeiras como o cenário onde demandá-los através da “luta” e do “mérito”. Elementos aos quais podemos acrescentar o apelativo de “companheiros” que os membros da FTV reproduziam e que também correspondia ao termo de referência entre peronistas e iniciados nas interpelações públicas de Perón com seu povo (De Ipola:1995). Eram abrangentes e diversos os vestígios que o movimento peronista tinha deixado como um legado que as novas organizações de desempregados recuperavam.

Agora só resta saber até que ponto essas diferenças (calendário e tipo de ato ou de protesto) e semelhanças (valores como a luta e o mérito) afetavam a vida dos beneficiários dos recursos que provinham de ambos os doadores. Convido o leitor a passar ao último capítulo, onde me detenho na análise do refeitório comunitário de Rubén e Nina e no serviço de merenda que funcionava na casa de Lorena, e no qual vou expor em detalhe o ponto de vista dos beneficiários.

Um cartaz indicador na Sala de Atendimento Médico de El Ingenio.

Um grupo de referentes durante uma mobilização

Capítulo 5. O refeitório de Rubén e o copo de leite de Lorena

O último capítulo está orientado a apresentar o funcionamento de dois serviços de alimentação para crianças: um refeitório comunitário em Santa Rita que administrava Nina junto a um grupo de pessoas de confiança e um copo de leite que funcionava na casa de Lorena três vezes por semana. O primeiro dos serviços instalava-se como um bem para atrair eleitores à chapa da Frente para a Vitória, que propunha Rubén como candidato a vereador e contava com financiamento da Secretaria de Ação Social de La Matanza. Dele participavam mulheres que recebiam o mesmo plano. Pelo contrário, o copo de leite tinha 4 anos de existência e Lorena, a responsável, recebia da FTV de maneira descontínua produtos para seu funcionamento -entre eles, farinha, açúcar e erva mate. Enquanto as mulheres participavam das atividades, recebiam planos com diferentes vigências. Por esse motivo, neste capítulo dou prioridade às preocupações das beneficiárias -de ambos os circuitos-, como beneficiárias de um recurso do Estado ou em termos nativos “do governo”, o modo como as hierarquias eram estabelecidas entre elas e o grau de compromisso que mantinham com seus doadores em função do plano que recebiam.

I. O refeitório de Rubén

Pouco mais de um mês depois do ato político que teve Néstor Kirchner como orador e a dois meses das eleições, precisamente em agosto de 2005, foi aberto o refeitório comunitário nas instalações do Clube Santa Rita. Nina apelou a todos os meios possíveis para reunir as pessoas *que trabalhavam com ela*. Ela própria avisava as pessoas com as quais se encontrava no bairro ou a comunicação era feita através de um familiar, ou de maneira mais oficial através do Tucu, quem dizia às mulheres que compunham o grupo de trabalhos manuais que chegavam ao clube: *...Têm que vir, disse a Dona, sexta às 10 h... a uma reunião porque já começam com o refeitório aqui no clube*. Não era este o primeiro refeitório comunitário que a Secretaria de Ação Social do município financiava na área de Santa Rita. Dois anos antes, em um local que funcionava do lado do clube, foi aberto outro serviço de almoço para crianças. No entanto, foi fechado pela Prefeitura com o argumento de que nele a comida *era guardada e vendida*. Esse antecedente preocupava Nina bastante e obrigou-a a dar uma série de precisões não só a respeito dos alimentos mas também sobre o controle dos crianças inscritas. A tais questões, que fizeram surgir fortes disputas, acrescentaram-se outros aspectos e conflitos sobre os quais gravitaria a vida daquele refeitório

comunitário: a atribuição das tarefas e papéis de mando entre as convocadas, todas elas beneficiárias do mesmo plano Chefas e Chefes de Lar de 150 pesos mensais.

Naquela sexta, dia da reunião, o frio de agosto sentia-se intensamente. Ela foi convocada no local e depois ocupou a cozinha, onde o Tucu preparava habitualmente o chimarrão, e ainda faltavam colocar as torneiras, a instalação para o botijão de gás e os azulejos nas paredes. Nesse cenário ainda inacabado, Nina ocupava o centro de uma roda de mulheres que ia aumentando à medida que passavam os minutos. Uma das últimas em chegar foi Sandra, comadre de um irmão de Rubén, quem se posicionou do lado de Nina. Algumas delas estavam sentadas nos poucos bancos e cadeiras que existiam no local, contudo a maioria ouvia de pé as indicações da protagonista. Ela lhes informava que usariam aventais e coifas na cabeça e também lhes oferecia alguns benefícios: *...Quem tiver mais de sete filhos, vai poder pedir pensão.*

Referia-se à pensão “Mãe de 7 filhos” que o Estado federal concedia às mulheres com esse número ou mais de crianças a cargo e que ela mesma recebia. Tratava-se de um bem que podia ser adquirido a qualquer época do ano. Entretanto, o oferecimento de Nina no período prévio ao das eleições respondia à necessidade de atrair as convocadas para a organização do refeitório. Não se tratava de uma tarefa fácil. Lembremos que o grupo de trabalhos manuais estava paralisado fazia alguns meses e recomeçar com novas atividades demandou de Nina o exercício adicional de tirá-las da inércia em que tinham caído durante longos meses de inatividade. O oferecimento da pensão maternal era proposto como um mecanismo que Nina interpunha para destravar a força esmagadora daquele período de inação. Diante do comentário da protagonista, começaram as ironias de algumas. Uma delas sorriu e respondeu: *...Eu tenho duas, faltam cinco...* e outra acrescentou *...Eu não tentaria, não.* Sandra também fazia comentários e advertências *...Garotas, aquelas que estiverem na cozinha vão ter que tomar conta do preparo dos vegetais... outras vão cuidar da limpeza.*

Nina continuava com vontade de cativar as vizinhas e se oferecia para solucionar seus problemas. Olhou para uma delas e disse *...Eu já repassei o teu...* e depois perguntou ao conjunto *...A quem mais não lhe foi entregue a mercadoria?...* Tudo acontecia enquanto um caderno circulava de mão em mão, onde cada uma devia deixar registrada a presença na reunião. Uma das mulheres da roda, Julia, postulou-se para cozinhar porque sabia fazê-lo e Nina aceitou. Outra assegurou que conhecia um refeitório em Mataderos, um bairro da zona oeste da cidade de Buenos Aires, pois nele *trabalhava* sua mãe e ela às vezes ia ajudá-la e afirmou que também podia colaborar na

cozinha. Nina respondeu ...*Pode, se já têm experiência, pode.* Julia se atreveu um pouco mais do que o resto das mulheres e acrescentou ...*Nina, eu acho melhor abrir o refeitório à noite porque eu sei muito bem que aqui em Santa Rita tem muita criança que vai dormir sem comer.* Nina respondeu ...*Sei não, vamos ter que levar em conta o que é que os da Ação Social falam.*

O equipamento e a mercadoria do refeitório eram arcados pela Secretaria de Ação Social de La Matanza e Rubén era o responsável de sua administração através de um contrato de comodato com o Município. Isto é, ele cedia as instalações do clube para o funcionamento do refeitório e assegurava um número de pessoas encarregadas de atendê-lo entre as beneficiárias do Plano Chefes de Lar que ele próprio tinha inscrito a inícios de 2002. Em troca disso, a Secretaria assumia as despesas de instalação de uma cozinha e um freezer de uso comercial e de alimentos. Estes consistiam na entrega semanal de dez quilos de carne, 6 quilos de frango, 10 quilos de produtos secos como arroz, macarrão, lentilhas e farinha de milho; e 15 quilos de vegetais e legumes, latas de tomate e temperos como óleo, sal, queijo ralado e pimentão, mais a entrega diária de 4 quilos de pão. A Secretaria também impunha um cardápio dia por dia e advertia através de cartazes colocados por Nina nas paredes do clube que: “para ingressar os aspirantes deviam solicitar à delegação municipal de sua localidade uma cota para o refeitório mais próximo do seu domicílio e mediante um relatório socioeconômico se terá acesso à cota, apresentando o documento do beneficiário e do responsável adulto” e outro que enunciava “só é autorizada a entrega de lanches em caso de extrema necessidade, doença com atestado médico, deficientes e dificuldades de deslocamento de adultos idosos”. De modo que a organização das tarefas de *contrapartida* obrigava os delegados municipais a se assegurarem uma fonte importante de recursos que permitisse financiar essas atividades⁴³ e se submeterem ao cumprimento de determinadas regras.

Naquela sexta, depois de finalizada a reunião, fui embora com Nina e Sandra para acompanhá-las porque deviam começar com as tarefas de inscrição das crianças. A Secretaria de Ação Social já tinha lhes concedido uma cota para 140 crianças. Contudo,

⁴³ Esta obrigação estava explicitada em um decreto do órgão executor do Programa, o qual expressava: “Os órgãos executores deverão garantir a provisão dos insumos necessários para a realização das atividades propostas nos projetos, distribuir as tarefas dos beneficiários alocados, controlar a presença com um registro adequado a tal finalidade, assegurar as condições de higiene e segurança do local onde sejam realizadas as tarefas, contratar um seguro de responsabilidade civil que dê cobertura sobre riscos aos beneficiários e oferecer a informação requerida durante as visitas de supervisão. Em caso nenhum podem requerer dos beneficiários aportes em dinheiro nem compensações nem contrapartidas que não sejam aquelas originadas no espírito e texto do decreto 565/2002”. Artigo 16, Decreto 312/2002 do Ministério do Trabalho

Nina assinalou que esse número não era suficiente quando disse, de passagem, *...Aqui com duas tiras já lotei o refeitório...* Ela referia-se a que com a inscrição das crianças que residiam em apenas duas *tiras* ou corredores das mais de 40 que conformavam Santa Rita a cota do refeitório estaria desbordada. Como observamos, Nina podia quantificar de modo muito preciso a desigualdade entre o volume dos recursos recebidos e o número de crianças a serem beneficiadas. Isto é, não só era consciente de que o volume de alimentos cedidos pelo município não era suficiente para assistir a totalidade das crianças do bairro mas, ao mesmo tempo, podia assinalar com detalhe qual era o alcance deles no universo de Santa Rita.

As duas se separaram logo depois, quando entramos a Santa Rita, e eu acompanhei minha anfitriã. Começamos a caminhar no interior do bairro “atrás” como costuma chamar as casas mais afastadas da rua pela qual passam os dois ônibus que chegam ao bairro. Nina começou a percorrer várias *tiras* e finalmente parou em uma casa onde uma mulher jovem estava parada na porta e perguntou: *...Você quer inscrever as crianças para o refeitório?...* *...Quero* respondeu a mulher jovem, mas logo após acrescentou *...Só que eles não têm documentos.* Também acrescentou que se tratava dos filhos da irmã que estava presa e que não tinha como registrá-los no cartório. Nina disse que podia inscrevê-los ela como seus filhos. No entanto, a mulher esclareceu que só tinha 20 anos e ainda não podia fazê-lo. *...Bem,* respondeu Nina, *...não se preocupe, não. Eu boto na lista do refeitório que têm a identidade em tramitação.* Contudo, tinha mais outro problema: *...Que tira é essa aqui?* perguntou Nina. *...Não sei* -respondeu a jovem-, *faz muito pouco que estou aqui.* Nina disse que sabia que era uma vizinha nova e acrescentou *...Bom, eu boto que é a tira 30 e a casa 41 e segunda você já pode levar eles.* Ela agradeceu e nós fomos continuar com a tarefa. Entramos em uma casa, Nina bateu palmas para advertir aos moradores sua presença e saiu uma mulher. Depois que lhe contou acerca da abertura do refeitório, a mulher respondeu que seus filhos estavam *grandes*, isto é, adolescentes, e com certeza não iriam por *vergonha*. Depois empreendemos o caminho para o fundo e fomos à casa de Josefina.

Uma vez no local, Nina bateu palmas e saiu Josefina para nos atender e nos deixar entrar. Nenhuma das duas mencionou o ato de Kirchner ocorrido há mais de um mês e ao qual Josefina não tinha ido. Nina limitou-se a pedir os documentos dos filhos para anotá-los no refeitório e Josefina respondeu um pouco preocupada *...Não tenho nada... Só o meu... Perdi dos 10 (filhos) quando fui fazer um trâmite na Capital...* *Bom* -disse Nina-, *sei não... deixa eu ver se você não pode fazer por meio de Ação*

Social, que eles ajudem pelo menos com as identidades das crianças mais novas, não pode ter eles não sem documentos... Agora eu boto que eles estão em tramitação. Josefina agradeceu Nina e nós fomos embora.

Ao sair, passamos pela porta da casa contígua, onde morava Fernanda, “a piqueteira”, com seus dois filhos. Mas Nina não parou e seguiu em frente até a casa de outra vizinha situada mais perto da rua principal. Chamou minha atenção que Nina não inscrevesse o filho de Fernanda, que era deficiente. Ainda mais quando um momento antes do percurso Nina colara um cartaz no clube que indicava que os deficientes estavam autorizados a retirar um lanche para levar em casa. Uma modalidade que parecia formulada como um privilégio (“só é autorizada a entrega de lanches a deficientes e idosos”), isto é, como uma singularidade concedida a alguns poucos. De modo que a falta de convocação a Fernanda era sinal de um desentendimento ou inimizade não só de Rubén, mas também de Nina para com ela. Ao extremo de não ser convocada para receber um recurso, mesmo cumprindo com os requisitos que a normativa da Secretaria de Ação Social do município impunha aos vizinhos para poderem se candidatar.

Depois da primeira roda de inscrições, voltamos à casa de Nina onde nos reencontramos com Sandra, quem tinha inscrito um grupo de vizinhos. A inscrição daquela primeira manhã atingiu 80 das 140 cotas inicialmente cedidas pela Secretaria de Ação Social. Da sua casa Nina ligou para Carlos, *o rapaz da FM* do bairro para que informasse sobre a inscrição ao refeitório no Clube Santa Rita ou mesmo na sua própria casa. Mais tarde chegou Rubén e depois de perguntar como tinha sido a inscrição, Nina comentou a proposta de Julia: *...Algumas dizem que é melhor abrir ele à noite pela criança que não janta.* Rubén pensou um segundo, como se uma imagem estivesse passando pela sua cabeça, e sem dar explicações respondeu: *..Não, em Santa Rita refeitório à noite, não...*

Na segunda seguinte à reunião em que Nina deu as primeiras diretrizes às mulheres, Sandra e Rosa começaram a dar forma ao refeitório. Começaram a colar na parede principal um cartaz com a palavra “bem-vindos”. Sandra alcançava cada uma das letras que ela própria tinha desenhado na véspera e as entregava a Rosa, que subida a uma escada, as colava e desenhava o contorno com um lápis. Do lado de uma das paredes estavam já prontas enormes sacolas de cebolas, batatas e abóboras. Comecei a ajudá-las com as letras e, logo depois, Nina, que ia e vinha de sua casa localizada a 100

metros do refeitório para controlar seus filhos, cumprimentou-nos e ficou na parte da frente, preparando um grande cartaz que depois colou na parede perto da entrada.

O cartaz consistia em uma relação de nomes de mulheres distribuídos em colunas que assinalavam os cinco dias úteis da semana. Eram consideradas 8 mulheres por dia e, ao todo, eram 40. Foi Julia a primeira que me avisou, vários dias depois, quem eram essas mulheres, ao comentar: *...Essa lista está incompleta porque Rubén tem todo o bairro inscrito no plano*. As ausências respondiam a diversos motivos. Uma delas era a Gurí, irmã do *negro* Gómez, quem gozava de alguns privilégios como o fato de estar excetuada de assistir para registrar sua presença e de participar das atividades comunitárias. Outra das eximidas era Mônica, quem estava de licença por doença e embora os filhos estivessem inscritos para almoçar. Ao igual que Josefina, quem não formava parte do grupo de trabalhos manuais e, por esse motivo, não foi convocada para participar, mas seus filhos sim, para assistir ao refeitório como beneficiários.

Enquanto Nina pendurava o cartaz, iam chegando algumas das mulheres que ficavam de pé umas ao lado das outras, sem falar. Quando se juntaram mais ou menos seis, Nina foi a primeira em se arregaçar as mangas e começar a tirar a casca das cebolas e indicou, à continuação, que elas começassem a descascar cebolas. Eram aproximadamente quatro sacolas para descascar e Nina disse que sobrariam, que eram muitas cebolas, mas foi Rubén quem tomou a decisão: *...Então que levem elas...*

Sandra e Rosa continuaram com as letras e depois foram limpar a cozinha. Eu fui detrás delas. Uma vez no local, Sandra aproveitou para assinalar qual seria seu papel: *...Eu não vou descascar nada, vou controlar que trabalhem bem e que atendam bem as crianças, que não façam tudo nas coxas...* e disse à Rosa *...Você também não tem que descascar e picar, mas cuidar da lista e do atendimento das mesas*. A cena antecipava um problema central e recorrente do refeitório comunitário: a divisão das tarefas e o estabelecimento de hierarquias entre as participantes.

Sandra tinha 40 e poucos anos. Ela me assegurou que era *militante*⁴⁴ peronista desde fazia cinco anos. Foi um vizinho, *antigo peronista*, quem a convocou para organizar uma *Unidade Básica* em Puerta del Sol, o bairro onde ambos moravam, quem

⁴⁴ Um militante na estrutura do Partido Peronista é aquele encarregado de convencer os eleitores que os candidatos de sua ala são *os melhores de todas as chapas apresentadas*. Por esse motivo, um dos trabalhos mais importantes de um militante é a *visita casa por casa*. Mas nem todo militante visita “qualquer” casa: vai àquelas onde ele é conhecido, nas quais ele tem uma relação pessoal ou política prévia com algum integrante da família, isto é, cada *militante visita sua gente* (Rosato: 2003: 75; em destaque no original). No entanto, suas tarefas variavam nos tempos não estritamente de eleições e podiam incluir a organização de tarefas comunitárias, sendo as mulheres as encarregadas dos trabalhos de assistência e controle, e os homens de tarefas de alvenaria, encanamento e carpintaria.

viu nela alguém que *sabia como lidar com as pessoas* e não teve dúvidas. Pouco tempo depois de iniciar as atividades, adquiriram outro local para montar uma sociedade de fomento e desenvolver reuniões, festivais e diversas atividades sociais. Contudo, o local foi usurpado por outro vizinho, gerando uma forte tensão e disputa que acabou quando um tiro entrou no corpo do marido de Sandra. Depois disso, Sandra abandonou o bairro e a *política* para se estabelecer no assentamento 25 de Enero. Rubén e Nina conheciam Sandra há mais de 20 anos, pois ela era comadre de um dos irmãos de Rubén e costumavam ver-se em festas e em reuniões familiares. Quando ocorreu aquele incidente, Rubén os visitou e assistiu durante a internação e, ao pouco tempo, convenceu Sandra para que retornasse à *política* a trabalhar com ele nos escritórios do Plano Chefes de Lar, para o controle do pagamento aos beneficiários.

Sandra tinha iniciado a escola média, mas tinha desistido quando casou. Ela tinha intenções de terminá-la agora que os filhos eram grandes. Acrescentava a esse capital uma vasta experiência: tinha organizado “roperitos”⁴⁵ e tinha se ocupado das tarefas administrativas dos planos e de outros programas da província de Buenos Aires. Tais atividades lhe foram remuneradas com pagamentos adicionais e bônus do Município. Entretanto, para esta nova convocação Rubén ofereceu a ela como pagamento o valor equivalente a dois planos. Um deles proveio do *Chefes* a nome dela e o outro era do mesmo plano, mas ela o recebia através do nome da mãe. Por todas essas razões, foi uma ótima candidata para que Nina delegasse nela sua autoridade quando o refeitório foi aberto, já que novas tarefas com o Plano Famílias lhe impediam permanecer durante toda a jornada. Sandra afirmou também que há tempo ela pedia a Rubén o ingresso a uma vaga no Município, *...Mas estável, temporário eu não aceito...* revelou-me.

Rosa era quem seguia Sandra em responsabilidades. Rosa era uma jovem que não chegava aos 30 anos e fazia tempo que *trabalhava* com Nina. Ela ajudava nas tarefas do Plano Famílias e era uma pessoa de confiança. Com a abertura do refeitório, Nina renovava a confiança nela dando-lhe o papel de responsável da lista, do atendimento das mesas onde almoçavam as crianças e o registro e o controle da mercadoria que semanalmente a Secretaria de Ação Social entregava ao refeitório e que ela anotava cuidadosamente no mesmo caderno onde dados dos menores eram

⁴⁵ “Roperito” era o nome utilizado para referir-se à distribuição de roupa e calçado usados que faziam grupos de mulheres titulares de planos. Para uma etnografia dessa distribuição, ver Zapata, 2006.

registrados. Além disso, os filhos de Rosa e Nina jogavam futebol no mesmo clube e passavam juntos os fins de semana.

Por sua vez, Julia tinha 28 anos e morava em Santa Rita desde criança. De sua vida costumava dizer que *tinha se criado na rua* e que *nunca tinha ido à escola*. Por esse motivo, não sabia ler nem escrever -embora dissesse, orgulhosa, que ...*Contar ela sabia sim e muito bem*. Estava casada com López e tinha 3 filhos. Revelou-me que o marido nunca a deixara trabalhar, mas *quando chegaram os planos* o próprio Rubén perguntou com que sobrenome os filhos estavam registrados para lhes oferecer a inscrição, dela e de López, em dois planos. Tratava-se de uma modalidade que driblava um impedimento da normativa que só autorizava um dos cônjuges a receber o benefício. Por esse motivo, um mecanismo ao qual os candidatos apelavam era o de “dividir-se os encargos” (de família) e se apresentar ambos como possíveis beneficiários. Assim, Julia tornou-se beneficiária do *Chefes* e seu marido do *Famílias*. As tarefas no grupo de trabalhos manuais se constituíram para ela no primeiro trabalho fora do lar. Pouco tempo depois, López obteve um emprego com carteira como motorista de caminhão e todos afirmavam ...*Olha que eles vão ficar sabendo...* em referência a que seu marido perderia seu benefício quando as autoridades ministeriais detectassem que trabalhava mediante “os cruzamentos” e Julia respondia ...*Mas, por enquanto, aproveitamos...* Não era comum que Rubén oferecesse a todos essa possibilidade que o obrigava a alterar dados no formulário de inscrição como o domicílio. De modo que o oferecimento a Julia podia ser interpretado como uma expressão de estima e gratidão. Nossa cozinheira estava feliz com a abertura do refeitório. Por primeira vez, as tarefas do plano permitiam-lhe realizar a atividade que mais a apaixonava e se esquecer dos trabalhos manuais que a obrigavam a costurar, uma tarefa que detestava. A paixão pela cozinha ela a adquirira de observar Dona Elsa, a mãe -uma mulher recentemente falecida e muito conhecida e querida em Santa Rita, a cujo funeral assistiu *todo o bairro*, incluídos Rubén, Nina e *o negro* Gómez. Julia tinha 6 irmãos. María, a mais velha, também ia ao refeitório como ajudante, embora à diferença do resto das mulheres, ela era uma das poucas que recebia o plano dos *três meses*. Durante 2005 o governo alocou numerosos beneficiários do plano *Chefes de Lar no Famílias* -cujo pagamento era efetivado a cada 3 meses, por isso a denominação com a qual os moradores o identificavam- com o propósito de aumentar as receitas dos lares com mais filhos. Esses beneficiários estavam excetuados de realizar tarefas comunitárias. María era uma delas e a ida ao refeitório não representava para ela uma obrigação. Ela fazia

isso diariamente e, por sua vez, colaborava com panelas e duas frigideiras elétricas que levava de sua casa para facilitar a tarefa na cozinha.

De modo que Sandra, Rosa e Julia, pelas responsabilidades que assumiram deviam assistir todos os dias ao refeitório. Na cozinha, outras duas mulheres, que chegavam às nove horas, colaboravam nas tarefas prévias à cocção dos alimentos -como lavar e trocar verduras e legumes. Para o atendimento das mesas e a limpeza das panelas e o salão foram alocadas seis mulheres que assistiam uma vez por semana às 11 horas.

O primeiro dia de funcionamento do refeitório Nina deu a Sandra indicações precisas a respeito da lista das crianças inscritas, e disse *...Se vier criança nova, tudo bem... vocês anotam ela, mas que traga a identidade e com a identidade da mãe... Se houver outros da lista original que não vem, aí vocês podem ingressar ... Mas nós precisamos saber quem vem e não queremos que venham dia sim, dia não ou que venham só quando houver bife à milanesa ou quando lhes der na telha...*

As indicações de Nina previam o que dias posteriores à abertura iria acontecer. Isto é, ela presumia que o rumor da inauguração produziria uma reação em cadeia não só em Santa Rita, mas também nos bairros vizinhos como 15 de Abril e Nueva Tierra , o que seria traduzido em novas crianças como comensais. Por esse motivo, indicava a Sandra como proceder com a inscrição. Para Nina, era fundamental identificar quem eram os presentes e como as “crianças novas” não provinham de uma convocação pessoal e sim a partir do boca a boca entre os vizinhos. Era decisivo identificá-los com o documento da mãe. Ao mesmo tempo, nossa protagonista pretendia combater quem ia ao salão procurando satisfazer um interesse pessoal. Tal questão foi assinalada com as expressões “ir quando lhes der na telha” ou “só quando tem bife à milanesa”.

Os bifés à milanesa correspondem a um prato preparado a base de carne frita previamente temperada com sal e pimenta e passada em ovo batido e farinha de rosca. Para acompanhar, costuma-se purê de batata e tem a peculiaridade de ser uma comida muito apreciada pelas crianças. Com esse comentário, Nina manifestava o mal-estar pelas crianças cuja assistência ao refeitório desvirtuava o sentido próprio da distribuição. Isto é, nossa protagonista propunha evitar a presença daqueles cuja assistência inscrevia-se mais na satisfação de um gosto pessoal do que na concessão de um recurso que antecedia a uma disputa eleitoral.

Sandra cumpriu com essas indicações à risca. No primeiro dia serviu como cardápio um salpicão de frango, cenoura, batata e ovo que as crianças comeram no meio do controle de assistência que Sandra exercia do centro do salão. Desse lugar, fazia a

chamada e as crianças respondiam *...Presente...* ou *...Não vem, ele está doente...* ou *...Ele já vem, está tomando banho* ou também respondia uma mãe *...Não, esse aí é o meu mais novinho e eu não trouxe...* Rosa ajudava Sandra na tarefa e passava mesa por mesa inscrevendo as crianças que não tinham sido mencionadas por Sandra. Aquele primeiro dia foi notória a ausência de Rubén durante toda a manhã. Ele surgiu ao finalizar a jornada, quando as mulheres se encontravam tirando as mesas e dedicadas às tarefas de limpeza. Cumprimentou todas e perguntou a Sandra *...E... então... quantos vieram?... Deixa eu ver a lista...*

Durante os dias seguintes, Sandra situou-se na porta e dedicou-se especialmente a controlar e ordenar a lista das crianças que assistiam. Até esse momento tinham sido conformadas duas listas. A “original” que correspondia à elaborada por Nina e Sandra durante a convocação pessoal delas em sua visita casa por casa e a “nova” integrada pelas crianças que chegaram por vontade própria durante os dias que se seguiram à abertura. No terceiro dia de funcionamento, Sandra incorporou as crianças “novas” em umas folhas avulsas e assinalou para Rosa que a lista original tinha ficado em Ação Social. Por esse motivo, esse dia não rejeitariam nenhuma criança porque provavelmente elas não se encontrassem nas folhas novas. Talvez estivessem na lista “original” que tinham deixado na Secretaria do Município. Esse dia Sandra permaneceu na porta do refeitório junto a Beatriz, a irmã de Nina, quem esse dia tinha ido ajudá-las. Apesar de que Sandra tinha comentado que não rejeitariam nenhum assistente, Beatriz informou a um grupo de crianças que não encontrara na lista que esse dia não poderiam ficar para almoçar, até não saber quantas crianças dos primeiros inscritos deixariam de assistir. Por momentos o ingresso de crianças era difícil de controlar. Em especial dos mais novos, porque muitos deles não conheciam seu sobrenome e precisavam de um irmão ou familiar que os reconhecesse, além do fato de que algumas aproveitavam o tumulto para ingressar sem ser registrados. Era freqüente que ao abrir o portão algumas crianças já estivessem na porta com seus pratos e talheres. Algumas delas levavam-nos em uma sacola plástica. Uma vez aberto o portão, era incessante o deslocamento de crianças que entravam ao salão e voltavam a sair repetidas vezes argumentado *...Esqueci a colher...* ou *...Vou procurar minha irmãzinha que está tomando banho...* Resultava-me surpreendente que crianças de apenas 4 anos ou menos atravessassem sozinhas a rua Almafuerde, por onde passavam carros a muito alta velocidade.

Durante os dias seguintes, Sandra assumiu o controle da lista com todo cuidado e inclusive advertiu Julia, a cozinheira, acerca da presença de seus sobrinhos *...Me diz,*

os filhos da tua irmã comeram aqui?... Sandra repreendeu Julia, quem respondeu ...Comeram. E Sandra advertiu ...Mas eles têm que se anotar... porque precisamos que apareçam... Julia respondeu que a irmã tinha lhe explicado que os filhos estavam sem identidade porque o marido tinha queimado parte da casa uma noite em que brigaram fortemente. Sandra escutou o relato e sem responder continuou com sua tarefa. A seguir, sentou-se em uma das mesas e continuou com o controle da lista. Em certo momento, ergueu os olhos e perguntou a Rosa se ela não conhecia alguma pessoa do refeitório de 15 de Abril, que pertencesse à FTV, porque Nina queria controlar as duas listas para saber *se iam as mesmas pessoas*. Este ponto inquietava bastante Nina e procurava combatê-lo de todas as formas: perseguir a quem pretendia acumular recursos de fontes diversas.

Julia, por sua vez, era muito cuidadosa com o preparo da comida e graças a sua dedicação tinha conseguido que aumentasse o rumor de que no refeitório *cozinham gostoso e com muita carne*. Era a responsável de preparar o variado cardápio, o qual incluía frango assado com batatas, macarrão com molho e os valorizados bifês à milanesa com purê. Para tanto, controlava várias coisas ao mesmo tempo. Ela conferia que as mulheres tivessem as mãos limpas e que cortassem as verduras com cuidado. Caso contrário, indicava como fazê-lo, cuidava do uso dos temperos e também controlava minuciosamente as quantidades de arroz, de óleo e de macarrão utilizadas, porque muitas vezes Ação Social demorava a entrega da mercadoria e era preciso *esticar um pouco* para dar o almoço a mais de 100 crianças. Era comum, inclusive, ver os filhos de Julia circular pela cozinha nos dias em que não iam à escola, desafiando um cartaz que o proibia.

Pelas manhãs reinava no local um clima festivo. Alguma das mulheres preparava o chimarrão enquanto escutavam música e conversavam dos problemas cotidianos. Em particular, como era exercida a criação dos filhos. Este era o tema mais abordado. Como evitar que as crianças *andassem na rua* era a maior preocupação dessas mulheres. Algumas delas afirmavam orgulhosas *...Eu não deixo meus filhos andar na rua...* ou qualquer uma delas, para incomodar outra, costumava lhe dizer *...Vi tua filha lá pelo 15 (de Abril), bem no fundo...* e a interlocutora responder *...Você tá enganada, não era minha filha, não... nenhum dos meus filhos anda na rua, eu tenho eles sempre dentro depois das 6 horas da tarde*. De modo que o comportamento das crianças parecia tornar-se uma forma de avaliar o comportamento dos pais. Os problemas com o marido ou os inconvenientes com o pagamento do plano também eram outros assuntos tratados

naquelas conversações matinais pelas pessoas que se reuniam na cozinha desde cedo. O clima animado contrastava com o do salão onde se localizavam as mulheres que iam às 11 horas para atender as mesas e limpar. À medida que iam chegando, pediam a Sandra para assinar o caderno de assistência e sentavam-se a um lado sem conversar. Inclusive as mulheres da cozinha raras vezes as cumprimentavam e não lhes ofereciam chimarrão.

As disputas entre os dois grupos não demoraram. Ao finalizar a jornada eram duas ou três as que deviam lavar as panelas fora e com água fria. Pela tarefa atribuída, este grupo sentia-se desqualificado pelas mulheres da cozinha. Certo dia foi uma das filhas de Julia quem trouxe a novidade de que as “mulheres de fora” disseram ...*Pois é, para lavar estamos as mulas...* Todas elas estavam sempre de rosto amarrado e caladas. Nesse contexto, Sandra foi a encarregada de neutralizar os conflitos entre os dois grupos, informando a todas as participantes que trouxessem uma marmita para *levar* a suas casas uma ração do *que ficava* ao fim da jornada.

Pouco menos de um mês depois da abertura do serviço, um meio-dia em que Nina passou em suas visitas habituais pelo clube, deu indicações precisas às pessoas presentes. Durante os escassos minutos em que nossa protagonista permanecia no refeitório o clima mudava completamente. Algumas das mulheres a cumprimentavam e se dirigiam a ela como *Dona Nina*. Aquelas que conversavam, calavam e as que estavam sentadas ficavam de pé. Naquele meio-dia, as advertências foram muito precisas quando ela disse a um grupo de mulheres reunidas na cozinha ...*Vocês não podem levar a comida...* e continuava ...*Tô vendo aí uma mãe comendo... este é um refeitório para criança e avós... por enquanto ... a cota disseram que era para 140, mas só temos para 92 ... de modo que entrem até a criança 92 e depois têm que parar de entrar.* E repetia ...*Não podem levar a comida, caso contrário, Ação Social fecha o refeitório.*

Sandra estava nervosa e parecia não concordar com nenhuma das indicações de Nina, e permaneceu toda a manhã ofuscada. Pela tarde, ao finalizar a jornada, Nina voltou e Sandra aproveitou o momento, em que ficavam muito poucas pessoas no salão, para arremeter com sua resposta, expressa de maneira intimidadora: ...*Não vão fechar o refeitório... e Rubén, ele bem sabe brigar.* E Nina acrescentou ...*Mas você já sabe como é que eles são aqui em Santa... e o que é que vão dizer...* Sandra respondeu aborrecida pelo comentário ...*Ah é... pelo que vão dizer... e então... o que é que fazemos com a comida que resta?... jogamos para os cachorros?*

Percebi que o clima se tornava tenso entre elas e Sandra continuava em atitude de desafiar Nina quando me ofereceu um pouco de pão que tinha ficado na cesta onde habitualmente era depositado ...*Leva, Laura, desse jeito você tem pão para a noite...* foram as palavras de Sandra. Meu lugar era o de observador e, por esse motivo, estava por fora da disputa pela distribuição da comida ao finalizar a jornada. De modo que Sandra, ao me oferecer “pão para a noite”, estava desafiando Nina em seu papel de responsável máxima do refeitório.

Essa cena revelava que as preocupações e critérios das protagonistas para administrar o refeitório eram muito diferentes. Começamos pelas inquietações de Nina. O primeiro ponto que ela assinalou quase como um desvelo foi o que “iriam dizer” (os vizinhos). Em algum sentido, tratava-se de preocupações que evidenciavam temores pela perda de reputação e nos quais se evidenciavam formas de controle social. A etnografia de Fasano (2006) mostra interessantes e sutis arestas de como esses mecanismos se tornam visíveis nos boatos ou “fofocas” que circulam entre vizinhos de um bairro periférico da cidade de Paraná. A autora assinala que embora a fofoca seja uma prática presente em contextos empíricos diversos, nas comunidades residentes de bairros carentes, longe de ser um tema menor, torna-se um assunto sério cuja importância obedece a complexos processos ligados à sobrevivência que sua prática é capaz de produzir na vida social (2006:141). Fasano explica como opera a efetividade simbólica da fofoca, destacando que ela tem a função de transformar questões *que não são ditas abertamente* em questões de moralidade pública (2006:146) [em itálico no original]. De modo similar, no caso de Nina, os comentários que os vizinhos fariam ao ver mulheres do refeitório levar travessas com comida para suas casas não seriam menores, pois poderiam afetar a reputação dela e do seu marido, candidato a vereador nas próximas eleições.

Para Sandra, tal situação era menos comprometedora. Ela não residia em Santa Rita e como encarregada do serviço de almoço estava mais preocupada com neutralizar os conflitos entre as convocadas que nas fofocas dos vizinhos, das quais ela -por residir em 25 de Enero- não participava. A primeira reação que provocou a discussão entre Nina e Sandra foi a de Julia, quem disse que se não pudesse *levar comida* não iria mais cozinhar, pois sobre ela recaiam não só a *responsabilidade* de cozinhar *todos os dias* para quase cem crianças mas também o *risco* de se cortar ou se queimar ao manipular constantemente grandes panelas com água e óleo fervendo. Por esse motivo, argumentava que ela não *levava* mas *ganhava* a comida dos filhos, ao igual que sua

irmã que *não é do Plano Chefes* mas do *plano dos três meses* e não estava obrigada a estar aí. Nessa discussão, Sandra entendeu que suas decisões não eram respeitadas e abandonou as tarefas no refeitório. Por outra parte, era muito difícil para Nina impedir que se levassem a comida que restava, e não teve outra saída que aceitá-lo. Em especial, porque foi Julia a primeira em manifestar sua discórdia e seria muito difícil encontrar uma nova cozinheira que fosse tão dedicada como ela. Por esse motivo, Nina teve que aceitar como condição, para manter o funcionamento do refeitório, aquilo que tanto pretendia evitar. De modo que a saída de Sandra obrigou Nina a aceitar que as participantes se *levassem* a comida que restava no final da jornada e nomeou Rosa como nova encarregada do refeitório. Ao mesmo tempo, pediu que reservassem sempre uma ração para os “garotos das pichações” que ela mesma esquentaria e serviria quando chegassem de volta, já bem tarde à noite.

Rosa experimentou essa mudança como uma promoção que expressava dando ordens e exercendo fortes controles sobre cada uma das mulheres que participavam da organização do refeitório. Em várias oportunidades escutava-se dizer às mulheres da limpeza, em referência a Rosa *...Essa que não venha querer me mandar, ganhando os mesmos 150 do plano do que eu...*, argumento ao qual ela costumava responder *...Então que venham elas todos os dias e não uma vez só por semana*. A mais afetada pela mudança foi Julia, quem assegurava que Rosa *mexericava tudo a Nina*. Isto é, contava tudo o que acontecia durante sua ausência, em especial a forma em que ela distribuía a comida entre as assistentes. O comentário de Julia sustentava-se no costume de que por volta das 13:30 horas, quando já a totalidade das crianças tinha ido embora, fossem distribuídas as tarefas de limpeza do salão e das panelas; ela própria começava a separar aquilo que cada uma levaria. Nesses momentos o clima ficava bastante tenso. Julia, sem dizer palavra, começava a separar em uma travessa sua ração, que era maior do que a do resto das assistentes. Depois vinha a ração de María, sua irmã. Também Rosa, calada e com cara de zangada, observava como eram as porções de alimentos que Julia separava. Os comentários eram sub-reptícios *...Epa! quanto você tá levando...* Rosa dizia e María também acrescentava e falava para Julia *...A Rosa fez uma cara... ao ver o queijo que eu pus ...* e argumentava *...O que é que ela fica olhando, se ela (Rosa) leva pão pra ela, pra mãe e até pra sogra também leva...* Depois desses comentários, uma vez que Julia preparava e carregava a travessa para voltar à casa, ela parecia preocupada com o gesto sério e arredio, razão pela qual tentava atravessar rápido a rua Almafuerite e chegar em casa, tentando não ser vista pelos vizinhos, o que resultava inevitável. Era

freqüente que alguma vizinha fizesse algum comentário ...*Nossa! Olhem pra Julia... tudo o que ela tá levando...* E ela não respondia, tentava chegar o antes possível a sua casa. Igual situação vivia Maria, quem atravessava a rua com a cabeça baixa toda vez que voltava a sua casa do refeitório. Ou também alguma vez tinha visto que disfarçava a comida entre as travessas e panelas que ela levava da casa para facilitar as tarefas na cozinha. Com essas atitudes e gestos, Julia e María revelavam sua preocupação diante dos possíveis comentários que a disposição dos alimentos podia desencadear entre os vizinhos. Eram numerosas as oportunidades em que Julia mencionava estar cansada de que *tudo o bairro dissesse que ela levava comida* quando o que ela fazia era cozinhar diariamente para os filhos de todos eles. Como vemos, as pessoas eram muito sensíveis aos mecanismos de controle social, o que é indicativo do tipo de laços que as uniam. O temor dos comentários está vinculado às implicações das relações que articulavam a iguais.

Outro dos problemas recorrentes correspondia ao enfrentamento entre “as do salão” e “as da cozinha”. Em particular, as primeiras ficavam aborrecidas porque Julia e as outras mulheres que participavam da cozinha se negavam a limpar os utensílios que utilizavam para a cocção dos alimentos, pois asseguravam que elas só *iam ajudar* Julia que era a cozinheira. Isto é, para elas sua tarefa só correspondia em descascar e picar os alimentos que Julia indicava e as facas, tábuas e pratos que utilizavam deviam ser lavados, enxugados e guardados pelas mulheres que se ocupavam do salão e de lavar com baldes o chão. Essa situação fazia com que as encarregadas da limpeza dissessem que *as da cozinha não queriam fazer nada*. Um conflito que parecia não ter solução e para o qual Nina, para neutralizá-lo, convocava ambos os grupos a reuniões onde pedia que expusessem os problemas. A convocação às reuniões não fazia mais do que provocar certo aborrecimento para essas mulheres, pois as obrigava a permanecer depois do horário habitual ou assistir um dia que não lhes correspondia, e ainda mais para ouvir mais uma vez os problemas que enfrentavam diariamente nas tarefas organizacionais. Certo dia Alicia, uma das mulheres que não pôde comparecer a uma das reuniões que Nina convocava e que mantinha uma relação de amizade com Julia, apresentou-se mais tarde para saber que era o que tinha sido discutido. Julia explicou o que tinha acontecido ...*As do salão falam que nós, as da cozinha, não queremos fazer nada...* e Alicia lhes respondeu ...*Ahhh é? Eu não sei por que tanta queixa... se aqui é uma vez por semana... olha, eu quando estava com os piqueteiros era pior... tive que ir ao piquete com minha filha com catapora...*

Alicia tinha 32 anos e 4 filhos, e estava por se tornar avó pela primeira vez. Morava em Santa Rita fazia poucos anos, quando saiu de Puerta del Sol junto ao marido. Nesse local foi vizinha de Sandra e assegurava que foi graças a ela que finalmente *puderam levar a comida*. Em 1998 *sem trabalho fixo* ela se aproximou para pedir a ajuda de Susana, sua prima, quem *trabalhava com os piqueteiros*. Susana lhe indicou os documentos e *papéis* que tinha que apresentar *para que estivesse no plano*, mas também lhe advertiu *...Mas olha que também você tem que ir aos piquetes...* Naquela oportunidade Alicia foi inscrita no plano da província de Buenos Aires, pelo qual recebia a quantia de 120 pesos mensais. Suas atividades foram diversas. Ela esteve em *roperitos* comunitários, refeitórios e serviços de merenda e também em numerosos piquetes. No entanto, o problema de Alicia com “os piqueteiros” iniciara-se quando pediu a seu referente que também inscrevessem seu marido no plano. O marido de Alicia era servente em uma padaria, razão pela qual estava impedido de participar das atividades comunitárias. Por esse motivo, ela se comprometeu a cumprir por ele as 4 horas nas tarefas comunitárias, horas que acrescentava às outras que correspondiam a ela. Assim, Alicia passou a *trabalhar 8 horas diárias para os piqueteiros*, mas o plano de seu marido *não saía...* Cansada de cumprir com o acordado sem obter resposta, inquiriu seu referente: *...O que é que acontece com meu marido? Por que é que o plano dele não aparece?... Porque... eu digo, porque quando vocês querem, aparece... Eu digo o que é que tem que ser feito aqui?... Tirar a calcinha por um plano?...Então ele pegou e me disse: não é assim, não, me disse. ... Não, me disse... mas você sempre é a mesma, me diz, você sempre se queixando, mas tudo bem...O plano do meu marido não saiu nunca...E me disse ‘não porque uma vez teu marido trabalhou em Cliba (uma empresa de coleta de resíduos). E o ANSES ainda não o excluiu’. Como se ele estivesse ainda ativo...Então eu peguei e disse vai... vai se vocês sabem, porque vocês sabem todos os papéis como são. Sempre vai depender de vocês, vocês vão decidir quem entra e quem não... Aí já começou a nos destratar, voltamos aqui porque como não saía disse que não trabalhássemos mais lá. Disse ‘voltem ao refeitório’. Bem. O que é que aconteceu, e as 8 horas que eu trabalhei? Minhas 4 horas mais as 4 horas do meu marido?... Então, é claro, eu fiquei zangada. No mês seguinte ... o que é que aconteceu?Não recebi. E fui fazer bagunça... E então não é que era porque eu sou Alicia Mirta González e veio (refere-se ao nome impresso no documento para receber o dinheiro) um nome só ...Mirta González... e faltava o outro e eles disseram que era isso... que faltava um nome... que fosse a Pampa (um dos locais habilitados pelo*

Município para consultas por problemas administrativos no recebimento do plano). *É claro, aí é onde o computador... eles procuram você para... vamos dizer... onde vêm... nos dá o governo, aí eles procuram você, ver se você estava, se estava teu ... cheque ou não. E não fui a Pampa e nunca mais recebi. Estamos nesse mês e não recebi... Bem, já minha prima também já tinha se passado com Rubén... Bom, em 2002 ou 2003, não me lembro... quando já os piqueteiros tinham nos repassado ao Chefes (o plano Chefes de Lar), eu vim e disse 'olha, Rubén, eu não apareço na lista pra receber. Porque aconteceu isso e isso e isso...'. Então... Seu Rubén me disse 'traz os papéis porque ninguém pode tirar o plano de você', me disse Seu Rubén... Mas o senhor veja... veja que eles tiveram acesso para me tirar e não receber... Bom... depois ele levou minhas fotocópias ao ANSES... tudo isso e... ele voltou a me colocar no Chefes.*

O relato de Alicia torna-se esclarecedor dos modos em que os beneficiários representavam o papel dos doadores (“piqueteiros” e “peronistas”) em relação às possibilidades de exclusão do benefício. A discussão entre essa vizinha e seu referente revela que, para ela, o impedimento da incorporação de seu marido como titular de um plano não era devido aos problemas de registro em ANSES como um antigo trabalhador na coleta de resíduos, mas à intervenção maliciosa dos dirigentes da organização. No entanto, quando pede ajuda a Rubén, ele próprio esclarece “ninguém pode tirar o plano de você” e ela insistiu “veja que eles tiveram acesso para me tirar e não receber”. Era recorrente, entre os beneficiários, perceber os doadores como dadores diretos dos recursos e não como mediadores entre os recursos e seus “clientes” (Auyero, 2001). Ao mesmo tempo, o relato de Alicia permite reconhecer quais eram as preocupações dos vizinhos pelos recursos distribuídos. Como vemos, nossa interlocutora relatou que ela antes “trabalhava” ou “estava com os piqueteiros” e se “passou com Rubén”. Isto é, no depoimento de Alicia não tinha nenhuma referência à filiação política dos doadores, mas simplesmente “dos piqueteiros” sem menção a uma organização específica de desempregados que diferenciou de “Rubén”, sem referência ao vínculo que o unia com o partido peronista do qual era candidato a vereador. Para Alicia o que contava eram os compromissos diversos que a amarravam aos distribuidores: com “os piqueteiros” teve que participar dos bloqueios de estrada, inclusive com a filha doente, e trabalhar diariamente durante 8 horas em tarefas comunitárias. À diferença das obrigações que impunha “Rubén”, quem simplesmente exigia comparecer uma vez por semana para cumprir com as tarefas de funcionamento do refeitório. A seguir, esclareceu-me que *a vida toda preferia estar com Rubén, pois tanto ele como Nina eram gente boa.* O que me

explicitou da seguinte maneira: *...Porque... se eu vou... levo... olha eu digo 'tenho minha menina doente' ela te compreende, porque é mãe igual que nós... ela de repente diz pra você 'me traz um atestado' mas não porque ela exige ... Em compensação lá (refere-se aos piqueteiros), quando eu disse que tinha minha menina com catapora me disse 'e eu com isso?' ... me disse 'eu aqui preciso das pessoas'. Então o que você vai fazer? Se eles tiram de mim os 120 pesos que eu tinha... Mas eu não percebia que eles estavam usando a gente, você entende, né?* Para Alicia, o que contava além das obrigações, que ela quantificava nas horas dedicadas às tarefas comunitárias e às mobilizações que assistia, era o tratamento que sobre ela exerciam os doadores. Com Nina, ela recebia “compreensão”, à diferença dos piqueteiros que “não se importavam com o fato de ela ter a filha doente”. Novamente os aspectos imateriais (cuidado, amparo e proteção) eram considerados pelos beneficiários na hora de avaliar a relação com os distribuidores e inclusive se tornavam aspectos decisivos para desfazer laços e mudar de doador.

Poucos dias depois daquela reunião e quinze dias antes das eleições, quando os cartazes com o rosto de Rubén já enfeitavam todas as ruas das imediações de Santa Rita, Nina passou pelo refeitório como fazia habitualmente. Desta vez, com um formulário que tinha o carimbo da “Frente para a Vitória” e o nome da chapa dos candidatos do governo que incluía Rubén como candidato a vereador. Aquela manhã estavam reunidas Julia e as mulheres que colaboravam com ela na cozinha, além de Rosa e Sandra que chegou de surpresa depois de sua saída. Nina mostrou o formulário e lhes perguntou se já tinham feito o *rastreamento*. Só uma respondeu que sim e disse que *...O negro Gómez, junto a Dona Sandra, tinham passado pela sua casa*. Então interrogou o resto, perguntando a cada uma a identidade, endereço e por último, a pergunta mais transcendente para ela, quando com seriedade e certa pressão interrogava *...Você vai votar em quem?* Nesse cenário foi Julia quem explicitou com sua resposta o interesse que Nina perseguia com o interrogatório, quando respondeu sem rodeios *...E aqui ... a quem é que a gente tem que votar ... a Cristina, não é?*

As palavras de Julia tranqüilizaram Nina, quem respondeu *...É...Sim...A Cristina*. Depois continuou com seu relato *...Sempre éramos da chapa da Chiche, a número 2, agora somos da chapa 501...* e advertiu *...Depois eu digo a vocês onde têm que votar...* e acrescentou *...Vocês sabem que Alejandro agora está com Chiche ... então eu rasguei todos os cartazes que vi aqui perto da 47 (referia-se à escola Nº 47, vide mapa) e continuava ...Esse...em vez de se meter em política para ajudar as pessoas, construiu-se aquela casa.*

Alejandro era um irmão de Rubén. Durante minha permanência em Santa Rita escutei falar dele em numerosas oportunidades e diversos vizinhos. Inclusive uma das primeiras manhãs em que ia ao clube e ficava junto ao Tucu, entre chimarrão e chimarrão, ele me disse ...*Estando por aqui você vai ficar sabendo de muita coisa... Antes quem mandava no clube era o Alejandro, um irmão de Rubén... Unha com carne costumavam ser, mas ele foi embora daqui, de Santa... porque deixaram de se falar por causa da política.* Em outra oportunidade, já mais próxima da semana das eleições, uma manhã em que Rubén conversava com o Loco Chávez no clube, escutava que nossa personagem central dizia, referindo-se ao irmão ...*Esse é um mercenário político... Hoje ele está com um e amanhã com outro.*

Todas as características que eram destacadas *do Alejandro* não faziam mais do que diferenciá-lo notoriamente de Rubén. *O Alejandro* tinha abandonado Santa Rita e através da *política* tinha conseguido financiar *aquela casa*. À diferença de nosso protagonista, quem não só continuava residindo em Santa Rita, mas também na mesma moradia que conseguiu comprar quando casou com Nina, ao mesmo tempo que *a política* tinha sido uma atividade mediante a qual tinha conseguido ajudar seus vizinhos, quem faziam referência a ele e a mulher como “gente boa”. Isto é, como pessoas generosas e compreensivas que consideravam os problemas cotidianos de seus beneficiários quando eles se viam impedidos de cumprir com suas obrigações. Ao mesmo tempo, Rubén diferenciava-se do irmão, um *mercenário político que hoje estava com um e amanhã com outro*, desde que se iniciou em *política* porque tinha sempre acompanhado Balestrini, seu chefe político. De modo que se bem *a política*, como em outros contextos etnográficos, era entendida como as eleições (Palmeira 2003 e Palmeira e Heredia 1995) e a busca do voto, existiam modos diferenciados de exercê-la. Modos que se revelavam através de pôr em jogo valores antagônicos como a lealdade e a traição.

Voltemos agora à cena em que Nina perguntava às mulheres da cozinha por quem votariam nas próximas eleições. Minutos depois, Rubén deu uma olhada e após cumprimentar todas as mulheres presentes aproximou-se para me perguntar a quem eu votaria. Senti uma certa pressão em sua pergunta e tive a obrigação de responder que à “Frente para a Vitória”. Minutos depois apareceu Sandra, cumprimentou Nina e Rubén e foi um pouco distante com o resto das mulheres -que se surpreenderam ao vê-la chegar e disseram quase ao unísono ...*Oi... Como vai?* Sandra aproximou-se de Nina e se dispôs a conversar com ela. Ela comentava que das mais de 500 casas que

compunham Santa Rita já tinham feito o *rastreamento* em 371 e perguntava ...*Bastante bem... não é?* Também dizia que o problema era que em algumas moradias não coincidiam o nome do eleitor que eles tinham identificado com registros da eleição passada. Nina dizia que ia tudo muito bem e que continuasse com a tarefa, porque depois a chamariam para entregar umas cartas do Plano Famílias, onde os vizinhos eram notificados das novidades do Plano. Eu escutava elas conversarem muito entretidas. Tudo dava a entender que a paz entre elas tinha se restabelecido.

Quando Nina foi embora para sua casa, em um momento aproximei-me de Sandra e me atrevi a perguntar-lhe por que tinha abandonado o refeitório. Ela foi um pouco reticente em sua resposta ...*Porque o refeitório absorve muito você... Além disso, eu não gostei de algumas coisas... Que não deixassem entrar criança que não estava anotada ... Que as mulheres que ajudavam não pudessem levar comida ... Não era um projeto meu, eu gosto de que, sendo colocada como encarregada, o meu critério fique.... Por sorte... voltei à política que é o meu forte.*

A presença de Sandra naquele dia devia-se também a que coincidia com o último ato de campanha da candidata Cristina, que aconteceria no Mercado Central, situado na localidade de Tapiales, nos arredores do aeroporto de Ezeiza, no município de La Matanza. Na manhã seguinte, antes de que Nina estivesse presente no refeitório, os comentários acerca de quem tinham assistido estavam na ordem do dia. María foi quem fez a lista das assistentes e comentou com ironia que Paula, uma delas, subiu ao ônibus e disse *'aguardem, volto já'* e não voltou mais. Algumas riram e outras aproveitaram para assinalar que a tentativa por evitar ir tinha tido melhor final: ...*Eu fui às 18 horas na casa da Nina... às 18 horas... como ela tinha falado e a Belén me disse que já os ônibus tinham ido embora... 'Ótimo' disse eu, 'a gente volta'... acho que Nina se enganou com o horário e não foi por culpa minha...* Comentava como tendo se salvado de um inferno. Pela tarde, por volta das 14 horas, quando as crianças já tinham se retirado e as mulheres se dispunham para iniciar as tarefas de limpeza, Nina chegou ao refeitório. Nesse momento Paula se encontrava lavando o chão e Nina, ao reconhecê-la, chamou-a especialmente e lhe disse em um tom imperativo: ...*Paula... deixa isso e vem cá limpar a cozinha...* (referia-se ao fogão onde os alimentos eram cozinhados). Paula obedeceu e inclusive cortou a mão enquanto cumpria a ordem. A limpeza de fornalhas e azulejos da cozinha eram sempre motivo de conflito e sempre alguma com boa vontade passava um pano sem maiores cuidados para deixá-los mais ou menos limpos. Por esse motivo, a ordem de Nina a Paula no contexto da distribuição de tarefas do refeitório era

percebida como uma punição pelo gesto de desconhecimento a sua autoridade que tinha manifestado no dia anterior, ao pretender se fazer passar por presente e não ter ido ao ato.

Como observamos, a vida do refeitório era agitada e constantemente produziam-se novidades. Poucos dias depois, os problemas relativos à lista de crianças inscritas repetiram-se e isso derivou em um novo afastamento. Desta vez, o de Julia. Depois da saída de Sandra, e por indicação de Nina, era Rosa quem todos os dias instalava-se na porta e controlava que todas as crianças que ingressavam figurassem na lista. Ela perguntava um por um o sobrenome e registrava a assistência no caderno. Esta tarefa não era muito simples porque, por momentos, eram várias as crianças que se amontoavam na entrada, sendo que muitas delas eram muito novas para conhecer seu sobrenome e outras aproveitavam o tumulto e passavam rápido para evitar serem controladas. Os mais desafortunados eram aqueles a quem o ingresso era interditado, dizendo-lhes que era necessário que a mãe fosse falar com Nina, com a identidade, para que ela os anotasse. Certo dia, enquanto Rosa controlava o ingresso na porta, ela impediu que uma criança permanecesse no refeitório por não encontrá-la na lista. Pouco tempo depois apareceu a mesma criança junto à mãe, quem foi reclamar pedindo ao filho que identificasse a pessoa que não lhe tinha permitido o ingresso. A mãe perguntou se tinha sido *a da porta* ou *as da cozinha*. López, o marido de Julia, quem de vez em quando costumava passar pelo refeitório para avisar que se ausentaria da casa por um momento, viu a cena. Ao perceber que sua mulher podia ver-se envolvida em uma nova acusação, jurou que não a deixaria ir mais. Para López já era suficiente suportar os comentários dos vizinhos pela retirada de comida, de modo que uma nova imputação o obrigaria a ter que *defender ela*.

No dia seguinte, Julia não se apresentou ao refeitório no horário habitual. Ela foi mais tarde para dizer a Nina que o López queria falar com ela. Quando Julia chegou, o clima ficou particularmente tenso e todas as mulheres presentes olhavam para ela atônitas, sem pronunciar palavra. Ela assinalou a Rosa como a culpável pelo que tinha acontecido ...*É, o menininho apontou para essa aqui... quando a mãe perguntou*, disse, responsabilizando Rosa pelos fatos, dado que a criança a tinha identificado como a pessoa que lhe impedira o ingresso. Rosa, completamente vermelha, defendeu-se dizendo que só tinha lhe indicado que perguntasse para Nina por que razão não aparecia na lista se ele tinha sido inscrito oportunamente. Segundo parece, argumentou Nina, essa criança fazia várias semanas que não ia ao refeitório e, por esse motivo, ele tinha

sido *apagado* para dar a *cota* a outra criança. Tudo acabou com a indicação de Nina de que, a partir desse momento, deixassem passar aquelas crianças que não estivessem na lista, inscrevendo-as à parte. Esse dia notei Nina particularmente cansada e abatida e, antes de fechar o refeitório, enquanto ajudava as mulheres a lavar o chão do clube, fez de passagem um comentário que intranqüilizou a quem escutava ...*Se isso continuar assim, vou falar com Rubén para fechar o refeitório.* Para nossa protagonista, a situação parecia tornar-se incontornável. Ao mesmo tempo, Nina continuava com as tarefas do Plano Família, acrescentando depois os controles dos eleitores nos cadastros eleitorais. Todas essas atividades, além das tarefas domésticas mais as fofocas que tanto a preocupavam, não faziam mais do que esgotá-la e causar-lhe certo aborrecimento se, finalmente, ela fazia tudo isso para *ajudar* os outros -como ela identificava sua própria atividade.

Nos dias sucessivos, Julia deixou de ir e foi Silvina, quem até esse momento desempenhava-se como ajudante principal, quem assumiu a responsabilidade da cozinha. Nina se negou a falar com López, pois argumentava que era Julia quem devia falar com ela para resolver o problema. A saída de Julia despertou no resto do grupo receios e queixas. Elas objetavam que ela *dizia* que cozinhava sozinha, que ninguém ajudava e que enviou a várias da cozinha às tarefas de lavagem das panelas. María continuou indo para ajudar, mas Silvina pediu a Nina que não o fizesse mais, porque *mexericava tudo*. Fabiana, a última em se incorporar ao refeitório, foi nomeada ajudante de Silvina. Contudo, tinham agora a expressa recomendação de não deixar ingressar ninguém na cozinha, especialmente María, quem só podia permanecer junto aos filhos no salão -negando, assim, que levasse a ração que era distribuída com a comida que *restava*, que tantos conflitos tinha produzido.

A saída de Julia despertou no conjunto das mulheres a inquietação por saber o que acontecia com o plano dela e o de López. Uma das manhãs posteriores ao afastamento de Julia e estando ausente Nina, uma das mulheres da cozinha se perguntava ...*E agora... com o plano da Julia e o do López...O que é que vai acontecer?... Eles vão tirar eles?...* Outra respondeu ...*Não ... eles (Nina e Rubén) não podem... isto vem do governo e mesmo assim tem um número... Minha cunhada disse que podemos denunciar...* Uma mulher que escutou esta última intervenção, depois de permanecer um tanto pensativa assinalou ...*Mmmmm, não sei se eles não podem... Eu acho que sim, que eles podem... se é aqui no clube ...ao Tucu... que a gente traz os documentos...*

Esses dias foram mais do que preocupantes para Julia e também para María, sua irmã. Eles coincidiram com o tempo em que Nina, além de cuidar do refeitório e das tarefas do Plano Famílias, estava dedicada ao controle dos cadastros eleitorais. Por esse motivo, aos cenários habituais de suas atividades era acrescentado agora o da Unidade Básica (Vide mapa). Certo dia em que as mulheres da cozinha pediram-me que fosse *na frente* -como se referiam à localização da Unidade Básica- para perguntar a Nina se deviam servir nesse dia pudim como sobremesa para as crianças, quando passei perto da casa de Julia, ela me chamou da janela. Adverti-lhe que passava na volta, porque devia ir à Unidade Básica, e percebi que estava preocupada e sem coragem para por um pé fora da casa, como se o incidente com aquela criança a houvesse confinado à prisão. Quando passei na volta, não a encontrei e continuei para o clube. Minutos depois apareceu María na cozinha. As mulheres da cozinha cumprimentaram-na sem dar maior atenção e ela parecia afetada. A seguir, foi até sua casa e trouxe as frigideiras elétricas e em determinado momento, quando María e eu ficamos sozinhas na cozinha, ela me disse *...Essas aqui brigam... lembra o que vai acontecer com o refeitório depois das eleições...*

Como já mencionei, depois da saída de Julia, Nina nomeou Silvina como a encarregada da cozinha e confirmou Rosa em seu posto de controle da lista. Na sexta-feira antes das eleições, Nina chamou a uma reunião a todas as mulheres do refeitório, da qual também participou Sandra. Naquela oportunidade as mulheres aproveitaram para expressar suas críticas a Julia. Elas diziam que Julia se queixava porque ninguém ajudava e que mandava algumas a limpar as panelas e porque cozinhava com os filhos e sobrinhos ao redor, que metiam mão na comida... E disseram que María continuava indo e que levava e trazia (informação) a Julia. Nina foi contundente em suas afirmações e reiterou que a encarregada da cozinha agora era Silvina, que pela manhã fossem só duas para ajudá-la e que o resto devia comparecer às 11 horas. Para evitar problemas, disse que passassem chave na cozinha e colocassem um cartaz que advertisse sobre a proibição do ingresso de crianças à cozinha. Silvina comentou sobre a presença de María na cozinha e contou que um dia que tinha bifes à milanesa e ela os estava fritando em sua frigideira elétrica, cortou a luz e a descobriram levando 4 milanesas em um recipiente, enquanto evitava ser vista. Nina acrescentou que só permitissem sua permanência na mesa e que, desde esse momento, tinha proibido entrar na cozinha. Depois, em um quadro, colocou cada uma das mulheres em um dia e distribuiu todas em um dia por semana, à exceção de Silvina e suas colaboradoras.

Destacou também que outra das mulheres do salão tinha um filho muito doente e que ela mesma lhe indicara que não se reintegrasse às tarefas antes de resolver o problema do filho. Acrescentou também que podiam *levar* a comida e que, se iam trabalhar, um prato de comida não era negado a ninguém e que, se chegavam crianças novas, as deixassem entrar e as inscrevessem. A seguir, entregou a todas a cédula da “Frente para a Vitória”, inclusive também a mim e, por último, mencionou uma frase que tinha escutado de modo constante na mídia durante os tempos eleitorais ...*Peguem tudo o que eles derem, mas no quarto escuro vocês já sabem o que têm que fazer...*

As palavras de Nina referiam-se a que outros doadores podiam tentá-las com recursos para comprometê-las com o voto. Presumivelmente referia-se a Alejandro, a quem muitas delas conheciam, quem operava em uma área próxima e apoiava a chapa opositora, que tinha Chiche Duhalde como primeira candidata a Senadora. Mas essa expressão tão gasta, em boca de Nina assumia um novo sentido, que se expressava como a tentativa de infundir certa moralidade nas suas beneficiárias.

É importante aqui lembrar Emile Durkheim (2000: 60) para quem “a moral se apresenta como um sistema de regras de conduta. Mas o que é que diferencia as regras morais das outras?”, pergunta-se o autor. E responde que “elas estão investidas de uma autoridade especial, em razão da qual são obedecidas porque ordenam” (...) “Encontramos, assim, (...) a noção de dever” (...) “A obrigação constitui, pois, um dos primeiros caracteres da regra moral”. No entanto, para Durkheim “a noção do dever não esgota a noção do moral. “É impossível -continua o autor- que realizemos um ato apenas porque não é ordenado e fazendo abstração de seu conteúdo. Para que possamos tornar-nos em seu agente, é preciso que interesse, em certa medida, a nossa sensibilidade, que se nos apresente sob algum aspecto como *desejável*. A obrigação ou o dever não expressa pois, senão um dos aspectos, e um aspecto abstrato da moral. Uma certa “desejabilidade” é outro caráter não menos essencial que o primeiro” [em itálico e aspas no original]. A sensibilidade durkheimniana como parte constitutiva das obrigações morais pode ajudar-nos a compreender o sentido que assumiam as palavras de Nina naquele cenário.

Lembremos que a cena transcorria nas instalações do clube onde funcionava o refeitório comunitário que tantos conflitos tinha produzido na sexta prévia ao domingo das eleições. Nesse contexto, o comentário “peguem tudo o que eles derem, mas no quarto escuro vocês já sabem o que têm que fazer”, que acompanhava com a distribuição da cédula com os candidatos da “Frente para a Vitória” parecia ser um

gesto que se inscrevia como um ensinamento, como uma tentativa por despertar nelas a sensibilidade assinalada por Durkheim. Isto é, que nossa protagonista parecia sugerir àquelas mulheres que outros doadores tentariam também cativá-las com recursos em troca do voto por candidatos de chapas opositoras, mas o comentário apelava a que pudessem estabelecer diferenças entre eles e reconhecer os outros aspectos que se interpunham entre os recursos e o voto. Refiro-me a diferenças entre os doadores mais do que entre os candidatos; e em especial, mais do que à filiação partidária dos primeiros, ao tipo de relação e forma de tratamento que mantinham com elas. Em suma, o voto -como os contextos empíricos analisados por Palmeira (2003)-, mais do que representar a eleição de candidatos ou representantes, estabelecia-se como o compromisso pessoal com os distribuidores de recursos que, como Rubén, depois de uma década de trabalho na *política* tinha se tornado candidato a vereador. Eu me atrevera a dizer também que o comentário de Nina era uma tentativa por persuadi-las a reconhecer a forma de tratamento e a generosidade e compreensão que tanto ela como Rubén tinham demonstrado não apenas durante o funcionamento do refeitório, mas desde inícios de 2002, quando surgiram os planos de modo massivo -planos que se interpuseram entre elas, muitas das quais se conheciam *de toda a vida*.

Aquela sexta, depois que a reunião finalizou e as mulheres se despediram até o domingo, permaneci junto a Nina, Sandra e Belén. Saímos as três e entre todas empurramos e fechamos o barulhento portão. Aquele som tão característico possuía um novo sentido para mim: indicava-me que o ciclo de minha permanência em Santa Rita estava acabando.

Passemos agora a conhecer outro dos serviços de alimentos para crianças que tinha em bairros de La Matanza. Desta vez, um copo de leite que funcionava na casa de Lorena, referente da FTV.

O copo de leite de Lorena

Foi por intermediação e ajuda de Julio que cheguei à casa de Lorena em agosto de 2006 para observar o copo de leite que funcionava ali. A casa desta referente compunha-se de duas construções sem acabar, ainda cercadas por um alambrado que as protegia do exterior. A primeira delas correspondia à área onde se encontravam o quarto de Lorena e Toni, um banheiro, e a habitação que ocupavam as 6 crianças da casa. Ambos os quartos estavam separados por um amplo corredor onde se situava uma geladeira em funcionamento. A segunda construção correspondia a um salão que

possuía uma cortina de correr que comunicava com o exterior. No seu interior continha várias cadeiras velhas, uma tábua sobre dois cavaletes que funcionava como mesa, uma geladeira sem funcionar que fazia de armário para comida, além de uma cozinha ligada a um pequeno botijão. Esse cenário coincidia com a sala onde Lorena jantava junto à família todas as noites e onde três vezes por semana (segundas, quartas e sextas) funcionava pela tarde o copo de leite para as crianças do bairro.

Quando comecei a ir, nossa protagonista passou a desempenhar-se como funcionária administrativa na Secretaria de Terras e Hábitat Social, momento que coincidia com a toma de posse de Luís D'Elía como titular dessa repartição. Finalmente, a nomeação na Província de Buenos Aires, como fosse anunciada no plenário, tinha ficado sem efeito, o que constituía para ela um momento de promoção que vivia com alegria. Ela afirmava que quando recebesse seu primeiro salário *colocaria a louça em toda a casa*. Isto é, ela se ocuparia de pôr lajotas e azulejos no chão e nas paredes da cozinha e do banheiro.

Naquele momento, eram 12 as mulheres que *trabalhavam* no copo de leite e que recebiam dois planos diferentes: *Chefes* e PEC. Todas elas tinham se inscrito com Lorena em períodos diversos e também estavam inscritos 5 homens, mas que *não trabalhavam*. Eles só eram chamados para fazer algum conserto quando a cozinha ou a cortina do local quebravam.

O copo de leite que Lorena organizava tinha 4 anos de funcionamento e essa advertência foi referida por Toni um dia em que permaneci na casa quando o conjunto de mulheres já tinha se retirado: *...Olha que... a FTV não trabalha como o Município que só carrega pessoas nos ônibus, nós trabalhamos de outro jeito nos bairros... Este copo de leite faz mais de 4 anos que funciona....* Lorena olhou atônita porque a participação dela na organização lhe trazia, às vezes, problemas com seu marido, porque ela se via obrigada a ausentar-se da casa e a descuidar as tarefas domésticas. De modo que o comentário de Toni parecia uma forma de explicar, a mim, uma pessoa alheia ao movimento, como ao seu ver a FTV se diferenciava dos agentes municipais que administravam os mesmos recursos e organizavam o mesmo tipo de atividades comunitárias. A seguir, Lorena deu mais detalhes que continuavam com a linha argumental do marido: *...É... quando eu chamo elas a uma mobilização explico para o que é ... e não subo elas como se fosse gado...*

Para a organização da merenda, Lorena recebia da FTV os produtos básicos, entre eles farinha de trigo, açúcar e erva mate. O serviço era realizado pelas mulheres

que recebiam os planos do movimento e que estavam divididas em dois grupos. Um deles ia pela manhã para as tarefas de limpeza, entre as que se destacava María, quem tinha a responsabilidade de juntar o *dinheiro do poço*. Isto é, era a encarregada de pedir a cada uma das participantes 2 pesos mensais depois de receberem o plano para arcar com as despesas dos produtos que não funcionava a FTV, como o botijão, a gordura e o deslocamento da mercadoria da capela de El Ingenio. Pela tarde iam as mulheres que atendiam as crianças. Elas tinham tarefas diversas. Esse segundo grupo estava conformado por mulheres de idade diversa: Juana, Ángela e Nelly tinham aproximadamente 60 e poucos anos, à diferença de Gimena, Mónica, Claudia, Patricia e Liliana que tinham entre 25 e 35 anos.

Das últimas, Gimena destacava-se por ser quem ajudava Lorena em tarefas de inscrição e renovação de planos das vizinhas e do deslocamento da mercadoria. Essa tarefa outorgava-lhe uma dupla posição. Por um lado, conhecia em detalhe a normativa dos planos e costumava avisar as outras pessoas das novidades. Simultaneamente, por essa proximidade com Lorena, era convocada pelas companheiras para ser quem comunicasse a nossa protagonista de algumas novidades. Perante um problema que elas não podiam resolver, era freqüente escutá-las dizer *...Tem que falar pra Gimena que ela diga a Lorena...*

Entre as mulheres mais velhas destacava-se Juana, quem se ocupava de amassar cuidadosamente a massa das *tortas fritas* para as crianças, a qual levava já pronta da casa, enquanto Ángela e Nelly ocupavam-se de fritá-las e preparar o chá mate. Entre as mais jovens encontrava-se Mónica, filha de Nelly, quem ajudava a atender as crianças, e também Patricia e Claudia. Sobre as duas últimas recaiam os comentários de ser *as preguiçosas* ou *as mais espertas* porque *não iam nunca* ou *apareciam quando já tudo estava acabado*.

Os novos compromissos de trabalho de Lorena impediam-lhe estar presente durante o funcionamento do copo de leite e só comparecia quando podia ausentar-se de seu novo emprego. Quando isso acontecia, depois de cumprimentar o grupo e de controlar quem estava presente, perguntava pelas ausentes de modo inquisitório. A cena era a seguinte: enquanto as mulheres colocavam os copos na mesa, Juana terminava de amassar e Nelly fritava na cozinha, Lorena olhava o grupo e dizia *...E a Negra?...* (Claudia). E as mulheres presentes respondiam nervosas *...Veio na quarta... veio na quarta....* Isto é, às vezes, tentavam encobri-la dando alguma resposta. E Lorena

continuava com o intuito de controlá-las ...*Vocês sabem alguma coisa da Patrícia, que faz muito tempo que não vejo...* Um silêncio profundo surgia.

No primeiro dia que eu passei entre elas apresentou-se um problema que foi constante durante o período em que eu permaneci. Enquanto Ángela, em pé do lado da cozinha, cuidava da fritura uma delas disse em voz alta, revisando uma velha prateleira onde eram guardados alguns dos produtos utilizados para servir a merenda às crianças ...*Vocês sabem de uma coisa? Não tem mais açúcar...* Ángela terminou com o que estava fazendo e foi à outra área da casa de Lorena, à procura de açúcar. Eu a acompanhei. Recebeu-nos o filho mais velho de Lorena, quem veio do quarto em que estava deitado, assistindo a televisão e tomando conta de um pequeno primo que estava descalço e com o rosto sujo. Ángela explicou-lhe que não tínhamos açúcar para adoçar o chá mate e ele rapidamente respondeu ...*Não tem mais açúcar...* Ángela, então, perguntou-lhe ...*E agora o que é que a gente faz?*... O filho de Lorena parecia resignado e não deu nenhuma resposta. Mas aos poucos minutos chegou até a área em que se encontravam as crianças com um pacote de açúcar recém comprado, sem nos dizer como tinha sido obtido.

Durante os dias seguintes a situação se agravou. Uma tarde em que as mulheres estavam dedicadas às tarefas habituais, apareceu no local Jéssica -a filha de Lorena-, para tirar um utensílio de uma das prateleiras e Gimena diretamente a interpelou: ...*Jessi... fala pra tua Mãe que não tem açúcar... que gordura já não resta e não sabemos o que é que a gente vai fazer na quarta...* Jéssica respondeu com um tom de voz firme ...*Minha Mãe já foi embora... mas ainda não deram a ela a mercadoria do copo de leite...* Gimena escutou, mas não parecia muito convencida pela explicação e o clima continuou tenso. As preocupações continuaram quando Juana, antes de se retirar disse ...*Falem pra Lorena que na quarta eu não venho porque vou no médico, marquei uma consulta com ele.* Gimena olhou para ela completamente abalada e disse ...*Como que a senhora não vem? E quem amassa pra quarta? ...Ahhh sei lá,* disse Juana, *eu marquei consulta e se mudar quem sabe quando eles vão dar de novo...* E se retirou sem prestar atenção para a tempestade que deixou após seu comentário. Quando as crianças foram embora, Gimena avisou aos filhos de Lorena que nós também íamos. Mónica, por sua vez, comentou que ela devia o dinheiro do poço e que iria levá-lo a María. E Gimena acrescentou: ...*Diz também que não tem açúcar e que na quarta não tem ninguém pra amassar.* As duas se despediram e eu acompanhei Mónica a pagar sua dívida. Da casa de Lorena empreendemos o caminho até a casa de María. Para tanto,

atravessamos dois longos quarteirões e um campinho de futebol. Mónica se deteve em uma moradia ampla com grades e com lajotas e azulejos no chão e nas paredes da entrada e rapidamente bateu palmas. Aos poucos minutos, uma mulher de aproximadamente 50 anos saiu para nos atender: era María.

Mónica cumprimentou-a: *...Oi, Maria, como vai?...* Eu me apresentei e María respondeu *...Ahh é, Lorena me disse que ia vir uma pessoa...* E Mónica rapidamente lhe explicou o motivo de sua presença *...Eu vim trazer os dois pesos do poço...* María respondeu um pouco zangada *...Ahhhh, não... dá pra Lorena... porque ela não quer que entreguem assim tão atrasado quando já estão por receber o outro mês...de modo que pra mim não dá, não...*

Mónica continuou comentando todas as novidades que tinham se produzido naquela tarde e continuava acrescentando informação, mas sem comover muito Maria *...Mas não tem açúcar... e também não tem quem amasse para a quarta...* *Ahhh, sei lá...* continuava Maria. *...Eu vou levar a gordura porque no poço só tem 4 pesos... Além disso, ontem Lorena veio buscar os últimos 70 pesos que tinha de uma rifa que fizemos para Páscoa... Mas Lorena queria isso para pagar os ônibus pelo dia das crianças e ainda faltou.* E María continuou *...E tua Mãe?* perguntou a Mónica *...Ela não pode amassar?* *...Não sei...* respondeu Mónica *...Não acredito que possa, assim para a quarta...*

María continuava falando com detalhes *...Porque eu sugeri pra Lorena pedir a cada criança 50 centavos ou um peso para arcar o que faltava, mas Lorena me respondeu que não, que ela ia se ocupar... de modo que bem...Porque além disso o dinheiro do poço é usado para trazer a mercadoria de El Ingenio e além disso está a mercadoria do copo de leite, que antes quando estava Camilo podia se retirar antes, mas agora não... E agora não sei o que é que a gente vai fazer... Vai, diz pra Gimena que diga à Lorena pra ver quem é que amassa e o que fazem com o açúcar... Gordura vai ter, eu vou levar porque eu caminho e eles me conhecem e por 2 pesos eles me dão 6 kg de gordura, mas pra Lorena, que não a conhecem, só dão 4 kg...* E continuava *...Sempre dizemos que tinha que manter o copo de leite, o da Gilda fechou... Por lá tinha um refeitório... Não me lembro de quem era... Fechou... aqui tinha um monte de serviços de merenda e todos eles fecharam... temos que manter o nosso... De modo que, sei lá, vão falar com Gimena ou com a filha de Lorena, sei lá...*

Assim, Mónica e eu nos despedimos de María e retomamos novamente o caminho em direção à casa de Gimena, que se localizava no mesmo quarteirão e a

metros da casa de Lorena. No trajeto, Mónica aproveitou para me comentar ...*Você tá vendo...Todas elas lavam as mãos... De modo que agora ela, do poço, não pode se ocupar... E os dois pesos ela nem quis pegar... quando tem gente como Ángela que durante 6 meses ficou devendo dinheiro do poço, mas é claro... isso você não pode falar...*

E Mónica continuava com sua catarse ...*Além do mais, María quando tem movimento (mobilização) não vai nunca ... mas você sabe o que é nunca? Nunca... E tem mais, os dois recebem, ela e o marido, e para completar os dois são Chefes (plano Chefes de Lar).*

Aquela cena era reveladora de numerosas situações que envolviam o funcionamento e a organização do copo de leite. Em primeiro lugar, tornava-se explícita a falta de abastecimento da mercadoria por parte da organização. Simultaneamente, a modalidade como Lorena resolvia os problemas desgostava María e, como veremos, também o resto das mulheres que participavam do copo de leite. Segundo María, Lorena usava o dinheiro para pagar ônibus para um evento do dia das crianças e deixava sem fornecer os produtos necessários para o funcionamento do copo de leite, como o açúcar. Outra questão era que Lorena “não caminhava”, isto é, não se ocupava de conferir preços e ainda mais carecia de pessoas conhecidas que pudessem lhe fazer descontos e assim contribuir a um maior aproveitamento do escasso dinheiro disponível. Contudo, o que me interessa pôr em destaque do depoimento de Mónica era que revelava que algumas das participantes pareciam ter certa proteção da qual ela carecia. Era o caso de Ángela, quem ficou devendo o dinheiro do poço durante 6 meses, e da própria María que estava excetuada de ir às mobilizações. Ao mesmo tempo, outro ponto central que esclarecia o comentário de Mónica era a diferença entre os planos que cada uma recebia.

A primeira pessoa a quem ousei lhe fazer a pergunta pelo tipo de plano de que era titular foi Juana, e a resposta que ela me ofereceu foi a seguinte: ...*Esse... como é que é... Chefes...* disse com um gesto de estranhamento no rosto. Gimena, que olhava a cena do lado da sala, corrigiu Juana: ...*Juana, a senhora vai receber no banco, portanto é PEC... ...É...* continuou Juana ...*É a Gimena quem me avisa quando tenho que ir receber.* Juana era da província de Formosa e apesar de estar há mais de 30 anos em Buenos Aires ainda conservava uma melodia marcada pelo sotaque guarani. Como observamos, para ela as diferenças entre os planos e seus nomes respectivos não estavam muito delimitadas. A resposta de Ángela, embora fosse também ambígua,

continha mais precisões que as de Juana. Ángela me referiu, a respeito de seu plano *...Não sei de qual plano eu sou... Esse que recebem todos... Sei lá, eu venho para que eles não me excluam... porque dizem que ela pode... fazer nos excluir do plano.*

Ángela morava em San Antonio há mais de 30 anos. Tinha ajudado a filha a tomar um terreno em El Ingenio, quando duas décadas atrás aconteceu a ocupação, e costumava dizer que a Luís (D'Elía) *...Ela o levava no coração porque conhecia ele de muito jovem e sempre ajudava às pessoas.* Conhecia Lorena há vários anos, entretanto, fazia apenas 5 que ela tinha sido inscrita por ela no plano.

Pelo contrário, as mulheres mais jovens conheciam em detalhe as diferenças entre os planos. Gimena, em primeiro lugar, por ser quem ajudou Lorena nas tarefas de inscrição e renovação dos planos conhecia à perfeição suas normas, prazos e mecanismos de exclusão. Por esse motivo, quando a indaguei ela me deu uma resposta muito precisa *...Eu tinha o Chefes, mas aparecia sempre pela Obra Social de meus filhos... porque meu marido trabalha na construção e está com carteira assinada ... por isso, Lorena me passou ao PEC que é sem encargos de família... e que renovam a cada três meses, mas é Lorena quem se ocupa...*

Também Mônica e Claudia identificavam cada um dos planos pelo nome e características próprias. A primeira delas, como já antecipei quando apresentei a cena junto à Maria, assegurou-me que ela era *...Chefes e o PEC não era seguro que recebessem com um papel no banco, em compensação, o Chefes se ninguém mexer com ele no Ministério, ninguém mexe mesmo.* Por sua vez, a mãe me disse que era *...Chefes, mas que estava inscrita com uma sobrinha que tinha o mesmo sobrenome.*

Contudo, quem não só conhecia as diferenças entre o Chefes e o PEC, mas até ironizava com elas, era Claudia. Claudia tinha 25 anos, era casada e morava no Km. 35 do Município de La Matanza, uma área inóspita e a quase uma hora de viagem da casa de Lorena. Residia nesse lugar desde que casara, embora tivesse nascido em San Antonio, e me assegurou que *estava com Lorena* fazia cerca de 7 anos e que *...Por aquela época um monte anotavam... e era por cota... se eles não anotavam, perdiam... se eram eles mesmos que ofereciam* (planos). Acostumava a se vestir com jeans colados e o resto das mulheres costumava elogiar sua corpulenta e contorneada figura. Afirmava que não queria ter filhos porque desse modo perderia sua silhueta, no entanto, dizia que como seu marido *insistia tanto em ter filhos*, ela tomava anticoncepcionais às escondidas. Em várias oportunidades chegava ao copo de leite em um carro moderno que o marido dirigia. Ele costumava também passar a buscá-la muitas vezes,

arrancando com o veículo a alta velocidade. Essas cenas e comentários resultavam um tanto chocantes para o resto das mulheres. Em especial para as mais velhas, quem a olhavam com receio. Numa ocasião, Juana me comentou -enquanto Claudia entrava ao local, contorneando sua figura de modo displicente- *...Como é preguiçosa essa menina... não gosta de fazer nada...*

Com essa informação disponível, presumi que ela recebia o plano que não exigia “carga familiar” e, portanto, formulei a pergunta de modo afirmativo *...Você é PEC?...* Ela respondeu irritada *...Mmm... Nãoooooo, eu sou Chefes... O PEC no corta ni pincha (expressão equivalente à ‘nem cheira nem fede’)...* Porém, insisti *...Não era que você não tinha filhos? ...Ahhh, sei lá... eu trouxe os papéis à coordenadora... disse aborrecida enquanto ria e continuava me contando ...Mas agora não é como antes, que tinha piquete a toda hora... e eu tenho bem ganho meu plano porque quando eu saí para receber foi justo quando nós fomos caminhando até a Praça de Mayo.* Claudia, como tantas outras pessoas, para se inscrever no plano teve que alterar a documentação para se tornar beneficiária do *Chefes*. Ela adjudicava seu plano ao cumprimento e assistência a piquetes e a mobilizações que exigiam um árduo esforço físico, como ir caminhando de La Matanza à Praça de Mayo, no centro da cidade de Buenos Aires.

Foi eloquente a expressão utilizada por Claudia para diferenciar os dois planos. “Cortar” e “pinchar” são os nomes em espanhol para os dois movimentos necessários para esmiuçar um alimento e poder comê-lo, mas quando essa expressão é aplicada a um objeto ou pessoa assinala que se trata de algo ou de alguém sem valor ou hierarquia. Claudia aplicou essa expressão ao PEC.

Embora fosse o PEC um subsídio de 150 pesos - igual que o *Chefes*-, por ter uma duração de apenas três meses era, aos olhos destas mulheres, um plano de menor hierarquia. Lembremos que o *Chefes* era um benefício que se estendia enquanto estivesse em vigor a declaração oficial da “Emergência de trabalho”, que era renovada a cada ano por decreto presidencial e que as exclusões não eram solicitadas porque os titulares não podiam ser substituídos por novos titulares. Assim, quando aconteciam “as exclusões” era por causa dos controles que eram realizados pelas autoridades do Ministério do Trabalho e a ANSES. Uma situação que Mónica mencionou: *“o Chefes, se ninguém mexer com ele no Ministério, ninguém mexe mesmo.”* Essa diferença de vigência de cada um dos planos inquietava por demais estas mulheres. Claudia era quem habitualmente puxava o assunto para conversar. Quando chegava, costumava dizer a Gimena que por onde ela morava *...os PEC somem que é uma beleza...* e também

costumava comentar que ajudava vizinhos dela, assessorando-os a respeito do *...que deviam fazer quando eles estavam por ser desativados*. Isto é, indicava o número do Ministério do Trabalho ao qual deviam ligar quando corriam o risco de perder o benefício.

Certo dia, Claudia chegou quando todas as crianças já estavam servidas. Ela entrou pela porta do local depois de vários dias de ausência e cumprimentou todas com uma ironia *...Oi garotas... eu sou a nova, recém neste mês comecei a receber...* O resto das mulheres presentes pareceu não gostar muito do comentário, entretanto Gimena respondeu *...Você melhor se cuida, se continuar desse jeito... você sabe como vai acabar?...* A jovem amparava sua conduta tanto no conhecimento que ela tinha das normas dos planos como também por sua presença em piquetes e mobilizações; acrescentando como “mérito” os 7 anos que fazia que *estava com Lorena*. Nem todas elas possuíam esses antecedentes e antiguidade. Também não tinha sido Lorena a primeira pessoa que as tinha inscrito em um plano. Juana, por exemplo, antes de *estar com Lorena tinha estado com uma paraguaia*, segundo ela me relatou uma vez que aceitou conversar comigo na intimidade de sua casa. Juana não lembrava quando tinha se inscrito em um plano pela primeira vez, mas sim com quem o tinha feito: *uma paraguaia que tinha um refeitório na volta do Luís (D’Elía) e que me fazia cozinhar todos os dias com fogo... não deixava eu usar o botijão e pedia pra mim cinco pesos de meu plano todos os meses... e fazia eu ir aos piquetes...*

No local que Juana tinha localizado esse refeitório eu tinha visto um cartaz de identificação de outra organização piqueteira e para ter certeza que fosse o mesmo local perguntei a Juana se “a paraguaia” também “era de Luís, como Lorena” e como lembrando uma imagem impressa ou escrita ela me disse *...Não... era do Polo Obrero...* O ‘Polo Obrero’ (Pólo Operário) era a “ala piqueteira” do Partido Obrero, um partido político com maior presença nas universidades que nos bairros periféricos e de extração trotskista⁴⁶. Mas Juana parecia desconhecer por completo essas posições ou muito provavelmente não fossem relevantes para ela. A questão que parecia apreciável era que “a paraguaia” lhe exigia 5 pesos e que, como depois contou *...Me pediu aos berros o dinheiro e isso não pode ser... e aí mesmo larguei tudo... e fui e contei pra filha e ela disse ‘se não quiser ir mais, não vai mais, Mãe’...* E então...continuava Juana com seu relato *...aí mesmo fui ver Lorena, que eu sabia que também trabalhava e tinha*

⁴⁶ Para conhecer a origem do Polo Obrero, os piquetes que organizou e os recursos obtidos neles pode ser consultado Oviedo (2004); e para uma história do Partido Obrero pode consultar-se Coggiola (1986).

peessoas... Lorena, pela sua parte, desconhecia ou não lembrava aquele episódio de Juana.

Certo dia em que a dona de casa se encontrava presente, Liliana -uma das mais caladas das jovens- comentou a Lorena que *esse dia tinha em San Justo (sede administrativa do Município) um piquete do Polo Obrero...* Juana, então, comentou *...Com certeza que é daqui, da paraguaia...* E Lorena respondeu completamente surpresa *...Como Juana?... E a senhora como sabe?...* E ela respondeu *...Porque eu antes estava com eles...*

...Comooooooooo?... exclamou Lorena totalmente abalada. *...É* -continuou Juana-, *eu antes estava com eles... É esse refeitório... que está na volta do Luis...* continuava Juana. E Lorena acrescentou, dirigindo-se a mim *...Mas Juana já faz mais de três anos que está conosco.* O refeitório tinha um cartaz de identificação na porta com o nome da organização e eu acrescentei que o tinha visto. Lorena assinalou *...Mas aí dentro não tem nada...* E a resposta de Juana foi imediata e de modo enérgico *...Como não tem nada?... se dentro da casa da paraguaia está cheio de mercadoria...*

O comentário de Juana foi como colocar o dedo em uma ferida aberta. Eram recorrentes as queixas das mulheres que dependiam de Lorena pela falta de entrega da mercadoria que costumavam receber todos os meses. Em várias oportunidades Mónica tinha manifestado sua preocupação porque *fazia mais de 2 meses que eles deviam a mercadoria...* Portanto, a resposta de Juana fez com que as outras mulheres perguntassem ao unísono *...E pra nós, quando vão dar?...* E Lorena respondeu, retirando-se para outra área da casa *...Lá na capela não tem nada... só arroz e óleo...* *...Bom, então -disse Juana- vamos comer arroz que nem os chineses...*

Durante os dias seguintes depois dessa cena, os comentários em relação à mercadoria continuaram e se tornavam permanentes e acalorados em ausência de Lorena. Foi Ángela, talvez pela proximidade com Luis D'Elía, quem trouxe informação da provisão de alimentos *...Já chegaram à capela dois caminhões de mercadoria... Digam pra Lorena... pra ir ou mandar alguém buscar...* E Ángela continuava *...No outro dia, um vizinho me falava como é que eles não tinham dado pra mim mercadoria, se eu venho do copo de leite...* Juana também acrescentou uma informação similar *...Pois é, a mulher que vai receber comigo ao Banco me disse que já deram pra ela e ela trabalha lá no refeitório da escola de El Ingenio...*

Na seguinte ocasião em que Lorena esteve presente, algumas fizeram comentários, em particular Ángela, quem disse *...Lorena, já chegou a mercadoria...*

...Chegou -respondeu Lorena-, mas não vou pra não dar o braço a torcer... Ontem tinha mobilização a La Plata e eles avisaram dez minutos antes...

...Hehe...Tomara que eles avisem sempre assim -respondeu Gimena-, dez minutos antes... desse modo a gente fica liberada... E Lorena continuava ...Eu disse a eles... mas, faz quanto tempo que não me dão açúcar, farinha e erva-mate para o copo de leite... Aqui eu nunca tive financiamento de FOPAR e sempre mantivemos o copo de leite...

Depois, a conversa mudou de rumo e Lorena se retirou. Gimena fez um comentário sobre uma fábrica de bolachas em que *...Eles contratam sem carteira e aí deixam você ir receber o plano... Todo mundo recebe plano nessa fábrica...* revelou ao resto das mulheres que a escutavam. Mónica continuou na mesma linha, mencionando que iria ver uma escola para se inscrever como auxiliar e Claudia, que estava calada, acrescentou *...É como Toni, mas esse aí eles fizeram entrar... Camilo (dirigente da FTV) fez ele entrar... e com certeza ele ainda recebe o plano.* Pouco depois chegou Liliana e perguntou em voz baixa *...Já deu a mercadoria?...* E foi Juana quem respondeu, com tom de raiva *...Não...não foi buscar...* Antes de que nos retirássemos, Juana avisou que ela amassaria como sempre para o próximo encontro, porque dias anteriores era Nelly quem tinha preparado pão caseiro. Nesse encontro, fui a primeira em chegar e vi que já tinha uma massa preparada na geladeira sem funcionar que era usada como armário. Fiquei surpresa porque tinha entendido que seria Juana quem levasse a massa de sua casa, como tantas outras vezes. Tirei a massa da geladeira e fui à porta, de onde vi que chegava Nelly junto à sua filha, Mónica. Entraram e disseram *...Que esquisito... Quem terá amassado?* Buscamos rolos de macarrão e não tinha e Nelly disse *...Vão pedir a Gimena, que está na casa da Yoli.* Fomos Mónica e eu até a casa dessa vizinha, que morava na frente da casa de Lorena e onde duas vezes por semana Gimena cuidava de seu pequeno filho, quando ela devia se ausentar porque estudava enfermagem. Nesse curto trajeto, Mónica me contou que Yoli também *era do copo de leite*, mas que tiraram do plano quando contrataram seu marido com carteira assinada na empresa construtora. Quando chegamos, Mónica bateu as palmas e saiu Gimena a nos atender. Mónica perguntou se ela não teria rolo de macarrão para emprestar-nos e Gimena disse que não, que Yoli *...Tinha, mas que não sei onde está.* Ela entrou para buscar e nos trouxe um, e rapidamente nos propôs a seguinte idéia: *...Pra que duas possam amassar, façam outro com uma garrafa, lavem bem ela e pronto... ...Ahh, ótimo...* eu disse, e quando nos preparamos para atravessar a rua e voltar

Gimena lembrou algo ...*Xiii, eu estava esquecendo... faz um minutinho Lorena ligou ... e disse que amanhã tem mobilização sem exceção... é na capi (a capital, isto é, a cidade de Buenos Aires), vamos às 2 horas da tarde, mas voltamos cedo, lá pelas 4 e meia...* Mónica pôs cara de aborrecimento e Gimena respondeu ...*Ahh, não sei não, eu não tenho nada a ver com isso...* e continuava ...*Ela disse que diga a você, a tua mãe, a Juana e a González (uma mulher do grupo da manhã)...* e Gimena me perguntou ...*Você não pode acompanhar ela pra avisar?... Posso...* respondi sem duvidar. E por último, completou: ...*Na sexta, em compensação, não tem copo de leite.*

Voltamos à casa de Lorena com um rolo de macarrão e mal entramos Mónica disse à mãe ...*Tem mobilização amanhã... O Queeê?...* respondeu Nelly completamente irritada. Aos poucos minutos chegou Ángela e teve a mesma reação. Mónica acrescentou que era *a favor do aborto* e Ángela disse ...*Ahhh, chega! Eu já tive 6... já estou velha pra essas coisas...* E Mónica continuava ...*Dizem que vamos às 2 horas e voltamos às 4 e meia.* Porém, Ángela comentou: ...*E você acredita? Se daqui até a capital às vezes demoramos duas horas...* E Nelly, enquanto amassava com a garrafa, dizia ...*Agora com certeza que eles dizem que pra quem não for na mobilização eles não dão mercadoria...* E Ángela continuava ...*Olha, já quase três meses que eles nos devem porque não vão buscar...* Em ausência de Lorena, Ángela desabafou à vontade com seus comentários ...*Não é possível... Dois caminhões novos chegaram com tomate, óleo e açúcar...* dizia, enquanto ficava de olhos arregalados. Em determinado momento passou Jéssica, a filha de Lorena, e Ángela falou direta e claramente ...*E a mercadoria, quando é que tua mãe vai pegar?...* E Jéssica respondeu ...*Camilo ainda não tem a porcentagem pronta...* Essa foi sua resposta e rapidamente foi embora. Ángela disse já irritada ...*Eu não quero nem saber de porcentagens, se Gilda tem assim (enquanto assinalava marcas na parede que denotavam um grande volume de alimentos) de mercadoria dentro de casa e nós temos que vir fritar tortas fritas pra que eles dêem mercadoria...que eles não me encham mais...*

A seguir, as crianças foram avisadas que na sexta não haveria copo de leite e Nelly foi devolver o rolo de macarrão a Gimena, na casa de Yoli. Quando voltou, trouxe a notícia: ...*Gimena diz que ela vai sim à mobilização, porque é PEC e tem medo que eles a tirem...* Pouco depois fechamos a cortina e fomos embora. Eu acompanhei Mónica para avisar da mobilização as pessoas que Lorena tinha indicado. Nosso primeiro passo foi a casa de Juana, mas não a encontramos e continuamos até a casa da González, que morava a 4 quarteirões da casa de Juana. A moradia desta vizinha era uma casa ainda

em construção, com várias madeiras que faziam de suporte. Mal chegamos, saiu uma menina de 10 anos e Mónica pediu que chamasse sua mãe. Rapidamente saiu uma mulher de 40 anos, à qual Mónica espetou *...Eu vim te avisar que amanhã tem mobilização...* e ela respondeu *...Ahh... eu não posso ... eu vou falar com Lorena, mas à noite.*

Na sexta, por indicação de Lorena, as mulheres estiveram dispensadas da assistência ao copo de leite e na seguinte segunda-feira choveu torrencialmente. Cheguei à casa de Lorena e, antes de entrar, Jéssica me deteve na porta *...Hoje não tem copo de leite... Quando chove desse jeito, as crianças não vêm...* Perguntei o que aconteceria na quarta, e ela respondeu-me que *...Se não chover desse jeito, tem...* Na quarta, quando voltei, fui recebida pelo filho de Lorena que estava com seu primo mais novo, e disse novamente *...Não, não tem copo de leite... nem as da manhã vieram... e não amassaram...* E continuava *...Talvez na sexta eles dêem (a mercadoria) ... mas ela não sabe (Lorena) se eles vão dar...* Quando saí, passei pela casa de Gimena, que nesse momento saía com suas filhas para levá-las a sua aula de inglês e, mal me viu, ela disse: *...Não tem copo de leite... Lorena não tinha como te avisar...* e foi embora com pressa, sem me dar mais atenção. Fui até a casa de Juana, quem era a mais afável ao conversar comigo. Atendeu-me sua neta, quem rapidamente me fez entrar e me levou até a cozinha, onde estava a avó. Ela me ofereceu um refrigerante e quando me convidou para sentar à mesa eu lhe perguntei abertamente *...O que acontece, Juana, com o copo de leite?...* E ela me respondeu *...Fui segunda e Lorena me disse, chorando, que não tinha mais (copo de leite para as crianças) e ela me dizia 'não agüento mais'... coitada, eu entendo ela... Parece que não, eles não dão mercadoria... Não sei o que acontece que eles não dão pra ela... é esquisito se a mercadoria é pro copo de leite... E agora, o que vai acontecer com a gente?... Vão nos tirar o plano... Porque o plano eles dão pra nós fazer alguma coisa...*

Eu perguntei pela mobilização e ela respondeu *...Fomos muito poucas... Ángela, Gimena e eu...* Gimena tinha-lhe avisado à noite por telefone e lhe comentei que tínhamos passado com Mónica pela casa para avisar e que não a tínhamos encontrado. Parecia que minha pergunta tivesse orientado a reflexão *...Também isso...Quando Lorena nos chamou... são bem poucas as que vamos à mobilização... Isso não sei se tem a ver porque de outras ...levam muita gente...No nosso ônibus não tinha muita gente... eu digo que a política ... é inveja também... porque os outros querem mandar mais do que ela...* Pouco depois da conversa, despedi-me de Juana e ela me acompanhou até a

porta. Quando ia embora, ela disse, com tristeza ...*Sinto muita pena que o copo de leite acabe... Pelas crianças que precisam e além do mais porque três vezes por semana... eu saía de casa e ficava lá com as garotas, bebendo chimarrão e me distraindo um pouco...*

Da casa de Juana continuei até um local da Lotérica que estava na esquina da casa de Lorena e onde Ángela costumava passar as tardes tricotando, porque era amiga das pessoas que trabalhavam nesse lugar. Cheguei e ali estava Ángela. Entrei para cumprimentá-la e antes que eu dissesse alguma coisa foi ela quem se antecipou ...*Não tem mais copo de leite... já não acontece mais nada... encontrei Toni esta manhã e ele disse que estavam cheios de pôr dinheiro do bolso deles para a farinha, o açúcar...mas eu digo que alguma coisa está acontecendo ... porque ela (Lorena) ... antes estava he he! ha há! lá com os caras da mercadoria...e agora o que acontece? porque ela não traz nem pra ela...nem pro copo de leite... nem pra nós...além do mais, tá pertinho (a capela de El Ingenio onde a mercadoria é armazenada)... então alguma coisa tá acontecendo...o que é que está acontecendo não sei...porque ela não trabalha... não está com o governo...Porque quando você vai lá, na capela de El Ingenio...pra pedir... eles, antes, dizem 'não', que primeiro é pros refeitórios...pro copo de leite... E ela não tem copo de leite por acaso? Então, como é que é? O que é que acontece? E Ángela continuava com seu relato ...*Além do mais, você viu as outras ... essa Patricia... que vão e aí ficam, olhando as unhas... enquanto as outras fritamos...e elas falando de besteira... Além disso, eu várias vezes falo da mercadoria na frente da Lorena e as outras fecham o cu...Eu, às vezes, antes... levava eu a farinha... o fermento... e as outras diziam pra mim 'você é trouxa', isso é o governo que tem que dar... mas eu tinha pena das crianças que precisam... você viu essas tortas fritas sem açúcar, pura farinha e água e mesmo assim eles comem elas... isso é porque precisam... Ángela parecia irrefreável em seu relato e seguia oferecendo-me sua opinião sobre o copo de leite ...*Além do mais, você viu como ela tem tudo feito uma sujeira... porque se aqui vier uma de Ação Social, como devia ser, com certeza fecha o copo de leite... E tem mais, ela faz você ir às mobilizações... essa do aborto era com o pessoal sentado na rua... eu sou uma mulher de idade... pra isso... eu estou é pra cuidar da casa e dos netos... e não pra bajular eles que estão com o governo...já tô velha para mobilização... sentada... sei lá eu...***

As cenas anteriores coincidiram com o período em que Luis D'Elía desempenhava-se como Subsecretário de Terras, isto é, com um período em que a

organização mantinha laços de maior proximidade com o governo de Néstor Kirchner. Tal proximidade era visível para estas mulheres pelas recorrentes aparições de *Luis* na mídia e ainda mais pelos caminhões de mercadoria que eram descarregados na capela de El Ingenio à vista de todos. Por esse motivo, a escassez que afetava o copo de leite de Lorena era um indício de que “alguma coisa estava acontecendo”. Mais precisamente era um sinal que revelava os conflitos pelos quais Lorena atravessava no interior da organização. O relato de Ángela é bastante eloqüente, já que enumerava argumentos formulados de diversos pontos de vista e todos conduziam à mesma conclusão. Em primeiro lugar, assinalou as prioridades que estabelecia o movimento na hora de distribuir a mercadoria entre seus referentes: por exemplo, proteger a quem mantinham serviços de merenda. O segundo aspecto assinalado foi a proximidade da casa de Lorena com a capela. Desse modo, indicava que a escassez não podia explicar-se por dificuldades na distância para o deslocamento dos alimentos. E, por último, ela argumentou que não apenas faltavam os produtos para o serviço às crianças, mas também a própria Lorena deixava ela mesma de abastecer-se de alimentos para sua família: “não traz nem pra ela” foi a expressão utilizada.

Lorena, pela sua parte, argumentava que não ia retirar a mercadoria “pra não dar o braço a torcer”. Uma expressão que evocava as “quedas-de-braço” onde duas pessoas, com as mãos direitas sujeitas mutuamente e colocados os cotovelos sobre uma superfície rígida, decidem comprovar quem deles tem mais força. Isto é, quem deles é capaz de derrubar o braço do oponente até atingir a mesa. Desse modo, não dar o braço a torcer era, literalmente, quem se mantinha firme e também -por extrapolação- aquele que sustenta uma determinada postura ou ponto de vista. Ao utilizar essa expressão para argumentar por quê não retirava a mercadoria o que Lorena revelava, em primeiro lugar, era que sua decisão encontrava-se em um contexto de longas disputas com alguns de seus companheiros de movimento. E continuou argumentando “e ainda eles me chamam para uma mobilização”, isto é, mesmo quando estavam em falta com ela por não lhe entregar a mercadoria do copo de leite, eles pediam que cumprisse com a obrigação de reunir pessoas para uma mobilização. Um pedido que desconhecia o desentendimento que Lorena tinha com eles. Por esse motivo, sua resposta foi que não assistia por não receber os produtos que costumavam lhe entregar para manter o copo de leite que oferecia em sua casa. Desse modo, ela ficava novamente inabilitada para retirar os alimentos, porque se ela fizesse isso “dava o braço a torcer”. Ou seja, revelava-se diante de seus colegas como prejudicada e sem proteção por parte de alguns

dirigentes -o que poderia explicar-se por disputas e receios que entre muitos deles causava sua meteórica carreira no interior do movimento.

Essa situação era evidente não só para Ángela, vinculada ao presidente da organização, mas também para Juana, quem estava mais às margens dessas relações. No entanto, foi ela quem adjudicou a falta da mercadoria à “política” e a “outros que queriam mandar mais do que ela”. O que resulta chamativo era que Juana tinha sempre recebido seus planos de organizações piqueteiras -o Polo Obrero primeiro e a FTV, depois. E ainda assim apresentava os problemas que provocava a distribuição de recursos como se decorressem da “política”. De modo que tudo faz presumir que aquela distinção tão pregoada pelos dirigentes das organizações de desempregados entre “política” e “luta social” resultara invisível para os beneficiários. A questão que lhes resultava evidente era que eles recebiam um recurso do “governo” que os amarrava aos integrantes do movimento, quem tinham o poder de “desativá-los”, isto é, de excluí-los do benefício se não cumpriam com as obrigações de assistir às tarefas comunitárias e às mobilizações. Assim, estas últimas, como já antecipei no capítulo anterior, eram apresentadas como uma obrigação pelos recursos recebidos (do governo) e como uma novidade em suas vidas que viviam com tédio e aborrecimento. Em suma, todos os doadores – sem considerar a adscrição política- distribuían os mesmos recursos, planos e mercadorias, e impunham obrigações semelhantes: presença em atos políticos, piquetes ou mobilizações. As diferenças das marcas temporais enunciadas pelos dirigentes “distribuir não só quando tem eleições” ou aquelas ligadas ao tipo de convocação aos atos “eu lhes explico para que é e não as subo (ao ônibus) como gado” eram sutis demais como para serem percebidas pelos vizinhos, cujos desvelos eram vários: reunir a documentação, inscrever-se com um doador, receber a notícia do pagamento, iniciar atividades comunitárias, assistir a mobilizações... as quais implicavam ausentar-se por muitas horas do lar e descuidar filhos e netos, acrescentando a permanente incerteza de serem excluídos ou, em termos nativos, o temor de que os “tirem do plano”. Para eles, apesar da diversidade de organizações, agentes e movimentos, as obrigações pelos recursos recebidos eram muito similares. Por esse motivo, a pertença do doador não parecia ser uma preocupação central para estas vizinhas. O exemplo de Juana é o mais vívido. De uma organização de extração trotskista passou a outra, ligada ao governo de Néstor Kirchner, não por diferenças ideológicas, mas pelos problemas originados no refeitório onde realizava as tarefas comunitárias: estava impedida de usar um botijão e obrigada a cozinhar com fogo. Era

exigida, de mal modo, a entregar o dinheiro mensal como parte do “poço em comum”. Em seu relato os nomes das organizações apareciam como conseqüências a minhas perguntas. Pois para ela a primeira referência era uma marca pessoal do doador: “a paraguaia” ou “Lorena que também trabalhava”. Aos olhos dos beneficiários, os doadores também não eram mencionados como “referentes” -como eles gostavam de ser chamados. Para os vizinhos, eles simplesmente “tinham gente” e desse modo eram percebidos. Longe de suas preocupações estavam as diferenças pregoadas pelos dirigentes entre “política” e “luta” ou entre “referentes” e “*punteros*”. Aquilo que parecia inquietá-los eram as características ou tecnicismos próprios dos recursos. Uma situação que tornava-se visível com os planos. Em especial, o modo em que funcionavam as exclusões e se o tipo de emprego que eles procuravam fazia com que eles perdessem o benefício. Essas preocupações as aproximavam das expressas pelos técnicos do Ministério do Trabalho quando avaliavam o funcionamento do Plano Chefes de Lar.

Em relação com esse subsídio, o Ministério do Trabalho efetuava dois tipos de controles. Um deles, como já vimos neste e outros capítulos precedentes, correspondia aos “cruzamentos informáticos” para detectar beneficiários que não cumprissem com algum requisito. Em particular, detectavam titulares ou cônjuges que obtinham emprego registrado e perdiam sua condição de desempregado. Outro dos controles consistia em avaliações mais esporádicas que se apoiavam na aplicação de um questionário a um grupo de 3657 beneficiários selecionados da periferia da Grande Buenos Aires, de Córdoba, de Formosa, de Santa Fe e do interior da província de Buenos Aires (Roca, Schachtel, Berho e Langieri, 2005). O questionário apoiava-se em diversas perguntas que incluíam o tipo de atividade comunitária realizada, que no vocabulário técnico era denominado “contrapartida”, a carga horária, o grau de conformidade. O segundo trecho do questionário incluía perguntas pelos percursos no trabalho dos beneficiários. As perguntas eram orientadas para saber se os titulares faziam “bicos” ou se dedicavam ao cultivo e a venda de produtos e também pela busca de empregos e as redes eventuais pelas quais eles eram obtidos. Ao mesmo tempo, o curioso do questionário é que foi aplicado a uma amostra de beneficiários do Plano Chefes de Lar que incluía os beneficiários do PEC. Para os técnicos encarregados da avaliação, o PEC era um programa “residual” que apenas contava com 200 mil beneficiários e na elaboração da amostra não foram discriminados os beneficiários de um e outro plano, porque argumentavam que o pagamento do subsídio –em junho de 2004, momento de

realização da enquête- era realizado nos mesmos locais de pagamento e com o mesmo tipo de recibo. Isto é, que a distinção de ambos os planos pelas formas de pagamento, mediante caixa eletrônico no caso do *Chefes* ou mediante recibo no balcão do banco foi implementada com posterioridade à realização da avaliação. Uma diferença notória aos olhos dos beneficiários que concedia a quem recebiam o dinheiro por caixa eletrônico maior “segurança”, provavelmente amparados na idéia de que o circuito eletrônico era sinal de certo automatismo que provinha do controle exclusivo do Ministério sobre o benefício. Bem diferente acontecia com o PEC, cujo recibo (ver anexo), ao ser entregue por um funcionário do banco, só dava exemplos de incerteza para seus titulares -que o percebiam como “inseguro”.

Do mesmo modo, como havia pontos de contato entre as preocupações dos técnicos e dos beneficiários, também existiam notórias diferenças de percepção. Uma delas e de notoriedade era que para “avaliar” quantos dos beneficiários obtinham emprego registrado, ser do *Chefes* ou do PEC era indiferente. Os dois planos possuíam o mesmo financiamento e o dinheiro tinha como origem a mesma verba. Nesse contexto, a diferença entre as vigências dos planos não era relevante. Os titulares de ambos os benefícios eram pessoas desempregadas que recebiam um subsídio pelo mesmo valor de 150 pesos e em troca das mesmas tarefas. Pelo contrário, para os beneficiários a diferença na vigência dos planos -que abria a possibilidade da substituição dos titulares- constituía uma diferença substancial. Ao ponto de lhes permitir driblar as obrigações centrais, como a assistência às tarefas comunitárias e a participação em mobilizações, atos políticos e piquetes que a maioria das vezes interferiam nos compromissos familiares e domésticos.

Conclusões

Neste último capítulo me propus mostrar o funcionamento de dois serviços de alimentos para crianças que funcionavam com os recursos dos circuitos do Município e das organizações de desempregados. A literatura que aborda o estudo de políticas alimentares e o funcionamentos de refeitórios costuma explicá-lo em termos de “estratégias de sobrevivência” dos pobres urbanos (Hintze, 1989) ou, também, como parte de “estratégias de consumo” (Aguirre, 2006). Existem outros estudos, cujo interesse está em incluir a perspectiva dos beneficiários e que focalizam sua explicação nos “usos políticos” daqueles que os administram e controlam (Lumi, Golbert e Tenti Fanfani, 1992).

Meu interesse aqui foi continuar uma via interpretativa que permita compreender e explicar como era tecida a rede de relações entre aqueles que administravam o refeitório e o copo de leite e as convocadas para colocá-los em funcionamento. Como observamos, o refeitório de Rubén funcionou durante um período breve que antecedia às eleições legislativas de outubro de 2005, com um financiamento do Município administrado cuidadosamente. Nina, pela sua parte, controlava estritamente a incorporação de novas crianças verificando que outros deixassem de ir para admiti-los. Talvez esse controle derivasse em que a maioria das vezes *sobrasse comida* ao final da jornada. Por sua vez, as convocadas -todas elas titulares do mesmo benefício de 150 pesos mensais- realizavam tarefas diversas que as obrigavam a ter uma dedicação diferencial. Estavam aquelas que freqüentavam o local todos os dias e aquelas que só iam uma vez por semana, e outras cuja responsabilidade era simplesmente atender o salão -à diferença de quem tinha como responsabilidade cozinhar e manipular grandes panelas com alimentos. Nesse contexto foi imperioso o estabelecimento de equivalências entre as participantes. E para tanto, nada melhor que os recursos que restavam, isto é, a comida elaborada durante os meio-dias. O termo “fome” não foi referido por essas mulheres, as quais se disputavam e delatavam entre si, como consequência da modalidade de distribuição, e cujas preocupações eram aquilo que os vizinhos “falavam”. Com isso, não pretendo assinalar que a carência de alimentos não fosse uma preocupação para elas; pelo contrário, a abertura do refeitório e o ingresso massivo das crianças nos dias seguintes -que fez necessário ajustar os controles da lista- são uma boa prova disso. Contudo, interessa-me reiterar que o termo “fome” ou “penúria”, entendida como “alimentação insuficiente”, apresenta sérias dificuldades para compreender e explicar condutas sociais no modo em que Scheper-Hughes (1992) aplica esse conceito ao comportamento das mulheres brasileiras com os filhos. Sigaud (1995) manifestou que essa explicação tende a procurar as causas da conduta materna na fome, uma necessidade biológica, como se entre ela e os comportamentos não existisse a mediação do social. No refeitório de Rubén, as disputas entre Julia e Rosa não eram referidas com esse termo, mas como a forma de compensar dedicações desiguais. No entanto, o traçado dessas equivalências permitia que muitas das mulheres saíssem do refeitório com grandes travessas de alimentos e fossem acusadas de “levar” a comida. Nesse contexto, “levar” e “guardar” eram termos que se tornavam sinônimos de roubo ou apropriação, o que afetava diretamente a reputação de quem exercia essa prática. Todas essas evidências eram as que se interpunham entre a carência e obtenção

de alimentos por parte dos vizinhos de Santa Rita e eram indicativas da moralidade própria desse mundo e dos mecanismos de controle social presentes. Nesse sentido, como demonstrou Frederic (2004) entre “políticos” e “vizinhos” do sul da periferia de Buenos Aires, é quando se introduz na prática dos “políticos” que a moralidade posta em jogo torna-se inteligível. Algo similar podemos dizer da redistribuição. É quando nos adentramos nos critérios com que operavam doadores e donatários que a moral que regia o universo de Santa Rita e El Ingenio revelava-se.

Por outra parte, na categoria “estratégias” é relevante a noção de cálculo ou direção como regras ou diretrizes a seguir para buscar um determinado resultado. Entretanto, esse não era o caso das mulheres que participavam do refeitório de Rubén. As titulares dos planos o faziam como uma obrigação pelo bem recebido, porém muitas não faziam ou faltavam reiteradamente. Outras, como Maria, faziam mesmo quando seu plano não exigia. De modo que, assim como o termo “fome” busca uma explicação biológica para um compartimento social evitando a análise de evidências empíricas - como a posta em jogo de valores- muito constitutivos do mundo social, podemos dizer algo similar a respeito do termo “estratégias”. Entender a participação das mulheres e das crianças no refeitório como parte de uma “estratégia alimentar” não faz mais que pensar na assistência ao serviço de almoço como uma decisão deliberada dos comensais para obter alimentos, quando as evidências mostram-nos que, para inscrever as crianças no refeitório, Nina batia na porta de alguns vizinhos de modo personalizado. Chamou Josefina e evitou Fernanda. Aliás, chamou Josefina mesmo tendo ela faltado ao ato de Néstor Kirchner e sabendo que não tinha os documentos de seus filhos. Muito provavelmente como entre os camponeses da Alta Birmânia analisados por Leach, nem todas as dívidas derivavam em hostilidade; tinha outras que davam origem à dependência e à amizade; aquelas que costumavam ser deixadas sem pagar, para assegurar a continuidade da relação (1977: 175). Parecia ser esse o espírito que levou Nina a bater novamente na porta de Josefina. Caso contrário, o laço entre ambas teria se quebrado ou, pelo menos, teria ficado seriamente danificado. Lembremos que Josefina manifestou sua preocupação por não assistir ao ato, pois foi ela mesma quem pediu a Rubén a inscrição ao plano, porque ele não ia decepcioná-la. Um pedido que afirmava um valor -a lealdade-, que Rubén ponderava especialmente por ser o mesmo que nossa protagonista pôs em jogo em sua vida política, quando dizia ser “um dos primeiros soldados de Alberto Balestrini”. Fernanda parecia encarnar a situação oposta. Ao se identificar como “piqueteira”, ela se colocava por fora do circuito de Rubén, e Nina não

a convocou mesmo sabendo que ela tinha um filho deficiente e, portanto, podia constituir-se como beneficiário de um lanche. Nesse sentido, o termo “estratégias” teria nos impedido registrar essas evidências cujo valor reside em revelar-nos a complexidade do mundo social em que as pessoas não operam como simples “estrategistas”, mas participam de redes de relações onde os recursos criam novas obrigações ou compromissos que supõem retribuição. Nesse sentido, Leach volta a iluminar a questão, quando destaca que a obrigação era aquilo visível para o observador pois as pessoas que participam dessas redes sentem uma profunda sensação de dívida (1982: 146). O termo “estratégias” nos teria impedido perceber que não todos os compromissos sem cumprir recebiam punição e que, quando isso acontecia, não era feito do mesmo modo.

O mesmo podemos dizer do copo de leite de Lorena. Nem a “fome” ou a “sobrevivência” explicavam o funcionamento daquele copo de leite para as crianças. As mulheres que iam, faziam-no como obrigação pelo plano do qual eram titulares. O elemento que se tornou revelador era que a diferença na vigência dos planos afetava diretamente suas vida. Ao extremo de lhes permitir driblar as obrigações das tarefas comunitárias e de assistência a atos políticos que tanto aborrecimento causavam.

Em suma, planos que expressavam um mesmo valor monetário eram representados de modo diferenciado pelos titulares. Essa diferença só podia ser explicada incluindo na análise formas e lugares de pagamento, bem como seus prazos e vigências. Porque era a partir desses aspectos que gravitavam as diferenças que criavam as hierarquias e os comportamentos dissímeis. Mais uma vez, era a dimensão qualitativa do dinheiro já assinalado por Neiburg (2007) e Zelizer (1994) o que tornava revelador os aspectos que afetavam diretamente a vida de quem participava do circuito dos planos.

O controle de inscitos no refeitório do Clube Santa Rita.

Julia e sua irmã coam macarrão para as crianças.

Conclusões

Todo final de um ciclo, processo ou percurso costuma tornar-se uma obrigatoria invocação ao ponto de partida. Embora, é claro, os retornos tenham a peculiaridade de se verem enriquecidos por uma nova visão -alcançada depois de atravessar um intenso caminho. Por esse motivo, recuperar neste espaço final as palavras iniciais de Gabriel, quando destacou que nos bairros de La Matanza as pessoas trabalhavam ou viviam da ajuda do governo ou delinqüiam para sobreviver, supõe outorgar-lhes o status de uma classificação que implica diversas reflexões. Em primeiro lugar, trata-se de um agrupamento que coincide com uma tipologia de estudos acadêmicos que decorre da especialização crescente no interior de disciplinas como a sociologia e a antropologia.

Como já foi assinalado por Sigaud (2004:155) para estudos sobre Direito, em alguns casos os praticantes dessas disciplinas tendem a acreditar na autonomia do domínio de estudo de sua eleição como “política”, “religião” ou “cosmologia” -para mencionar apenas alguns-, em relação a outros domínios da vida social, os quais não levam em consideração o momento de produzir interpretações sobre seu campo.

Algo muito similar podemos dizer dos estudos sobre peronistas e piqueteiros, aqueles que no campo das ciências sociais se especializam nas estruturas a que pertencem os protagonistas desta Tese. Como assinalo na introdução deste manuscrito, os estudos sobre peronismo ou, mais precisamente, sobre clientelismo são trabalhos acerca de circuitos de intercâmbio nos quais o voto é assinalado como retribuição pela concessão de certos bens (planos, mercadorias e, eventualmente, chapas). O segundo grupo de estudos, o dos “movimentos piqueteiros”, compõem-no trabalhos diversos cujo denominador comum é que neles os planos e mercadorias são referidos em função da participação nas mobilizações ou piquetes onde eram demandados. A surpresa maior para o leitor era que em ambos os grupos de estudos os oponentes estavam excluídos da análise ou mencionados de modo colateral -o que poderia explicar-se por diversas razões. Nos estudos sobre peronismo, refiro-me em particular às pesquisas de Auyero (2001) e de Soprano Manzo (2003), em que os piqueteiros não são incluídos como objeto de estudo, em parte porque o surgimento e a importância desses movimentos registraram-se posteriormente ao desenvolvimento dessas investigações. Nesses estudos, a preocupação central dos autores foi, antes, “o peronismo” entendido como partido político ou movimento que aloca recursos em troca de votos. Auyero (2001) interessou-se pela distribuição de mercadorias, chapas e planos que *punteros peronistas*

fazem em *villas* do sul da Grande Buenos Aires. E Soprano Manzo (2003) orientou-se para a alocação de candidaturas e a conformação de agrupamentos eleitorais com a particularidade de que ancorou sua pesquisa em uma província menor da Argentina: Misiones, principal produtora de tabaco e erva mate do país. Trata-se de etnografias que podem ser qualificadas como “estudos sobre política”. Nelas, os “movimentos sociais” estavam ausentes porque não constituíam o foco de interesse. Contudo, nos estudos sobre piqueteiros, os peronistas recebiam um tratamento, mesmo que secundário. Como já vimos, “o peronismo” personificado na figura do *puntero* era abordado em termos de obstáculo ou estímulo para o crescimento das organizações de desempregados. Porém, estavam ausentes as biografias dos *punteros*, as quais permitiriam vincular o peronismo com as trajetórias desses distribuidores. Em nossa etnografia conferimos que o peronismo se tornava em quadro de referência não apenas para os próprios peronistas, mas também para os piqueteiros. Uma referência que remetia à convulsionada década de '70, quando uma nova geração de militantes abria-se espaço no interior do movimento; e que coincidia com a juventude dos protagonistas. Poderão objetar que essa referência era de uma organização vinculada estreitamente ao governo de Néstor Kirchner. Entretanto, mesmo assim me atreveria a assegurar que o peronismo, por tratar-se de um movimento com mais de cinco décadas de existência, cujo líder principal ocupou três vezes a presidência do país, também não estaria ausente nos relatos das trajetórias de líderes e militantes de organizações de desocupados contrários ao governo kirchnerista, do qual também recebiam planos e mercadorias. Apesar de que, muito provavelmente, não se trataria de referências positivas.

Por essa razão, para evitar uma visão diádico-clientelista ancorada na noção de mediador, propus-me deslocar o foco de análise à relação que se estabelece entre os doadores desses recursos (peronistas e piqueteiros) e a modalidade de alocação em seus respectivos bairros. Meu propósito foi descartar um olhar dicotômico que separasse o universo empírico em “peronistas” versus “piqueteiros”, interessando-me por mostrar quem eram as pessoas que se alistavam nessas estruturas e como era que exerciam a distribuição entre seus vizinhos -a quem conheciam de “toda a vida”. Mais precisamente, pretendi mostrar como o faziam, a quem davam prioridade na atribuição, a quem desconsideravam, e quais valores eram colocados em jogo naqueles circuitos de intercâmbio.

Em suma, procurei inscrever os fatos relevantes dessas redes de distribuição em quadros sociais mais amplos. Desse modo, foi possível identificar os doadores como

peças de idade média, apenas alfabetizados, com trajetórias trabalhistas que os vinculavam a tarefas manuais -como a descarga de botijões de gás ou a venda ambulante. Um passado do qual se envergonhavam ao falar comigo. Ao mesmo tempo, pudemos perceber que os doadores concorriam entre eles, mas eram os dirigentes piqueteiros quem buscavam diferenciar-se dos peronistas. Essa diferenciação baseava-se em que a distribuição dos piqueteiros não tinha como finalidade a busca do voto de seus beneficiários, como era a intenção dos peronistas a cargo do governo do município. Por esse motivo, o exercício da distribuição expressava-se em categorias opostas: “política” e “luta social”.

A primeira dessas definições era a modalidade que incluía o voto dos beneficiários como forma de retribuição pelos recursos recebidos. Mas, ao mesmo tempo, era o termo com que Rubén, o doador “peronista”, definia sua atividade. Ele mesmo dizia “fazer” ou “estar” ou “trabalhar em política”. Seus oponentes, os piqueteiros, encaminhavam a mesma tarefa de redistribuição em que estavam em jogo os mesmos recursos: planos, mercadorias e postos de trabalho. Embora a modalidade de alocação fosse muito similar, existiam algumas diferenças. As pessoas que recebiam planos, de peronistas ou piqueteiros, estabeleciam um acordo implícito com seus doadores, pelo qual, além de realizar as tarefas comunitárias assinaladas nos documentos do Ministério do Trabalho, deviam assistir a atos partidários, mobilizações ou piquetes. Das últimas atividades mencionadas, não havia menção alguma nas normativas dos Planos Famílias nem Chefes e Chefas de Lar. Contudo, para os peronistas nem todos os planos criavam as mesmas obrigações. Para os piqueteiros, toda pessoa que recebia um plano era convocada para assistir a mobilizações ou piquetes. Lembremos também que os piqueteiros controlavam um plano, o PEC, que os habilitava a “dar a baixa”, isto é, excluir beneficiários. Uma diferença que se repetia com a mercadoria. Como vimos, no caso do agente do município os alimentos eram entregues em sacolas fechadas e em uma capela à vista de todos os vizinhos, o que criava um clima de angústia e decepção quando o recurso era denegado. Os piqueteiros, por sua vez, eram eles mesmos quem empacotavam os alimentos em seus lares, o que os expunha a fortes acusações decorrentes da modalidade e frequência da entrega. De modo que aos piqueteiros, se bem controlavam um volume menor de recursos, o governo concedia certa autonomia na administração dos mesmos.

Por sua vez, para todos os participantes do circuito as mercadorias desencadeavam reações diferentes que em relação aos planos. Como vimos, os recursos

não eram homólogos -como são abordados pela literatura sobre “clientelismo”. Mas, o contrário. Vimos, no capítulo 3, que as reações perante a perda da mercadoria eram muito diferentes do que acontecia com os planos. A perda do plano, se bem era vivida com desassossego, era percebida como a perda de um emprego. À diferença dos alimentos, cuja perda resultava intolerável aos danificados -o que desatava cenas de ira e agressão física. Foi essa diferenciação nativa que tentei reproduzir na organização dos capítulos.

Como antecipei na introdução, inspirei-me na análise de Malinowski (1995) em sua interpretação sobre costume e coerção na circulação de dons nas ilhas Trobriands. Ali, nosso mestre se detém no exame minucioso de um circuito de intercâmbio ritual de colares e braceletes que carecem de uso prático. Esse circuito consiste em receber, manter e transferir esses bens com padrões tradicionalmente estabelecidos. Os colares e braceletes circulavam em direções opostas e unia os participantes através de certos preparativos e encontros em que cada um era ou seria doador e receptor, simultânea e seqüencialmente. Para a compreensão dessa instituição social, Malinowski se detém na descrição detalhada dos objetos. Descreve, em particular, como eles eram fabricados, em que circunstâncias eram entregues, como eram organizados os preparativos cerimoniais e quando eram utilizados. Ao mesmo tempo, identificava as pessoas que integravam esses circuitos, os laços que se estabeleciam entre eles e a rigorosa etiqueta das transações. Nos sucessivos capítulos assinalava-se o tratamento e cuidado que davam aos objetos e o grau de compromisso com que levavam o *Kula* -como era denominado pelos nativos esse circuito de distribuição. Em termos próprios do autor esses assinalamentos constituíam “os imponderáveis da vida real” (1995: 36). Isto é, onde “são englobadas coisas como a rotina de trabalho diário dos indivíduos, os detalhes do cuidado corporal, a forma de pegar os alimentos e de prepará-los, o tom da conversação e a vida social que se desenvolve ao redor dos fogos da aldeia, a existência de fortes amizades e inimizades e de correntes de simpatia e antipatia entre as pessoas, a maneira sutil mas inconfundível em que as vaidades e ambições pessoais se espelham no comportamento do indivíduo e as reações emocionais daqueles que os rodeiam. Todos esses fatos podem e devem ser cientificamente formulados e consignados”. Para nosso mestre, existia um único modo de adentrar-se naqueles “imponderáveis”: através de uma experta e aguda observação.

Para cumprir com esse mandato e organizar essas evidências, de inigualável valor, de um modo coerente e argumental para o leitor, optei por apresentar em cada

capítulo pessoas que administram recursos específicos. A opção por essa organização narrativa apoiava-se tanto na reprodução do ponto de vista nativo como na idéia de que contribuía a uma melhor compreensão do funcionamento de circuitos de redistribuição. Para tanto, resultou fundamental identificar os bens e especificidades dos recursos em jogo. Em nossa etnografia verificamos que não todas as pessoas podiam postular-se para um plano, mercadoria ou posto de trabalho. Observamos, antes, que essa postulação assinalava posições diferenciais e graus de compromisso muito diferentes com pessoas que pertenciam ao partido peronista ou a uma organização piqueteira. Diria que para a obtenção desses recursos as pessoas entravam em laços de dependência pessoal com seus doadores, tanto peronistas como piqueteiros, com quem se sentiam obrigados e a quem percebiam como “doadores diretos”.

Ao mesmo tempo, os doadores sabiam que seu papel era percebido desse modo -fato que lhes outorgava um duplo benefício. Por um lado, permitia-lhes em determinadas circunstâncias proteger e cuidar de sua integridade. Lembremos que Rubén ausentava-se de Santa Rita cada vez que o caminhão da mercadoria chegava e Lorena, por sua vez, cada vez que retirava a mercadoria de El Ingenio entregava-a nesse mesmo dia para não deixá-la armazenada em sua casa, à vista de todos os vizinhos. Assim, protegiam-se de acusações e possíveis agressões físicas. Ao mesmo tempo, também lhes facilitava saber como chamar seus beneficiários para obter retorno deles. Um bom exemplo disso era o modo em que Nina oferecia a suas vizinhas diversos benefícios quando as precisava para colocar em funcionamento o refeitório. Como vemos, a posição dos doadores era ambivalente. Por um lado, o controle sobre recursos públicos concedia-lhes prestígio e consideração. Uma situação que eles mesmos demarcavam através de sua presença física. Rubén não conversava nem mantinha tratamento direto com as pessoas que dependiam dele, mas o dia do ato sentou-se no centro do ônibus para assinalar que ali se abria o momento de pedir. O mesmo que Julio, quem só com sua presença na sala alterava o clima por completo e depois de cumprimentar todos os presentes sentava-se para escutar pedidos. Esses gestos corporais eram uma regra conhecida por todos, o que no dizer de Mauss (1980) “constituíam uma linguagem”. O dito, em outras palavras, equivale a assinalar que era através de sua presença que os doadores demarcavam a importância do que estava em jogo. Mas, por outro lado, a ação dessas personagens era susceptível de ver-se prejudicada por fortes acusações que iam do apontamento do interesse pelo voto até a acusação de desvirtuar o sentido da distribuição, ao de “roubo” ou “venda” de recursos “do governo”. Essa

análise permite, por um lado, visualizar –apoiando-nos no estudo de Frederic (2004) sobre moralidade e política- que na redistribuição também eram colocados em jogo valores morais aos quais acedemos como resultado da observação etnográfica. O que nos permite concluir, ao igual que a autora, que “a moralidade” estava entretecida com a forma de exercer a redistribuição ou, conforme suas palavras, “com a política”. E que somente considerando ambas “a prática dos *políticos* (em nosso caso, a dos distribuidores) tornava-se inteligível”⁴⁷ (2004:40). Ao mesmo tempo, podemos descartar abertamente a interpretação “clientelista” clássica em que os doadores eram “mediadores” entre o Estado e “os clientes”; e perceber essas personagens como sujeitos de uma articulação de saberes.

Por um lado, todos os distribuidores conheciam em detalhe a normativa dos planos, além de saber as vicissitudes pelas quais atravessavam seus beneficiários. O que lhes permitia conseguir que os dois cônjuges recebessem o benefício mesmo quando a normativa o impedia expressamente, além de saber como um postulante sem filhos menores podia aceder ao plano se anotado com um sobrinho ou neto. Essa combinação de informações era a que os tornava em excelentes distribuidores, naqueles que conseguiam colocar em funcionamento o circuito completo do intercâmbio que, em definitiva, contribuía nada menos que a manter governos e a sustentar o Estado. Não esqueçamos, por outra parte, que os recursos como planos e mercadorias eram projetados por técnicos de Ministérios do governo nacional que os elaboravam em função de um padrão de família presumivelmente burguês. Um modelo no qual o grupo familiar mantém por décadas uma residência fixa e onde todos os filhos que coabitam sob um mesmo teto e são o resultado de uma mesma união. Tratava-se de um modelo-padrão apoiado em critérios impessoais aos quais os vizinhos de Santa Rita e El Ingenio não se ajustavam. Por esse motivo, o papel principal dos doadores -fossem eles “peronistas” ou “piqueteiros”- era o de desfazer os efeitos dessa “impessoalidade” e imprimir à distribuição um tratamento absolutamente personalizado.

Assim, o laço que se estabelecia entre distribuidores e beneficiários mantinha-se sobre a base de uma dependência recíproca. Os distribuidores estavam obrigados a inscrever seus vizinhos nos recursos que seu partido ou organização lhes concediam, e os coabitantes deviam responder seus chamados em circunstâncias específicas. Contudo, e mesmo assim, estamos longe de afirmar que os doadores entregavam

⁴⁷ Itálicos no original.

recursos em troca de votos ou da participação em mobilizações; e que o descumprimento traduzia-se na eliminação dos benefícios aos contemplados, como se se tratasse de um intercâmbio automático ou simultâneo. O que vimos em diversos trechos desta Tese é, antes, a situação contrária. Isto é, que entre a concessão dos bens e a retribuição abria-se um intervalo de tempo, um compasso de espera, no qual não necessariamente a ausência de um vizinho em uma mobilização traduzia-se em punição.

O que registramos é que ficavam em evidência os aspectos imateriais, mais precisamente os valores que se interpunham entre as pessoas e os recursos. Para tanto, lembremos o caso de Josefina. Esta vizinha de Santa Rita, quem dependia de Rubén, tinha se visto impedida de assistir ao ato de Kirchner para o qual tinha sido convocada. Porém, pouco tempo depois Nina voltou a bater em sua porta para lhe oferecer inscrever seus 10 filhos no refeitório, mesmo quando nenhum deles tinha documentos. Nesse sentido, Leach nos proporciona diversas perspectivas para compreender essa evidência. Em primeiro lugar, referi-me sempre às “obrigações” que criavam os bens em circulação, quando em verdade “obrigação” é aquilo visível para o observador, pois quem recebe um recurso, bem ou objeto o que sente é uma profunda sensação de dívida (Leach, 1982: 145). Assim, este autor assinala que entre os camponeses da Alta Birmânia algumas dívidas eram deixadas pendentes por motivos de princípios, porque desse modo asseguravam a continuidade da relação. Leach destacava que entre esses camponeses a dívida parecia expressar uma espécie de paradoxo, porque não todas criavam hostilidade entre os endividados, mas também um estado de dependência e amizade (1977: 175). Parecia ser esse o espírito que levou Nina a bater na porta de Josefina para lhe fazer um novo oferecimento, mesmo quando esta última se achasse em falta. Provavelmente, se Nina não lhe oferecesse a inscrição dos filhos no refeitório, a relação entre elas teria acabado ou, no mínimo, teria se visto prejudicada. Desse modo, ao adiar a dívida mantinha-se vivo o laço que as unia. Não esqueçamos também que Nina chamou Josefina e não Fernanda, com quem estavam inimizados. E mesmo quando Fernanda tinha um filho deficiente, para quem as autoridades municipais outorgavam certa prioridade na inscrição. Outro aspecto que devo lembrar aqui, e que também tem a ver com a natureza da relação entre doadores e donatários, é que Josefina viveu com preocupação sua ausência ao ato e que outras mulheres se aproximavam a Nina para justificar a impossibilidade de assistir. Em algum sentido, essa preocupação era alimentada pela dúvida que criava, entre os beneficiários, o poder dos doadores para excluí-los dos recursos, em particular dos planos. O que despertava temor e respeito

entre os donatários, ao mesmo tempo que imbuía os doadores de certa suspicácia que firmava sua posição. De modo que podemos afirmar que o circuito da distribuição apoiava-se, em grande medida, na crença do poder absoluto dos doadores de “dar e tirar” os recursos.

Por outra parte, como vimos, apesar de sua proximidade com o governo de Kirchner, os doadores piqueteiros faziam denodados esforços para diferenciar-se de seus concorrentes -os peronistas. A diferenciação central apoiava-se na idéia de que a intenção última da redistribuição que eles exerciam não era a busca do voto, mas “ensinar a lutar” ou “lutar pela questão social”. Mesmo quando seus dirigentes tinham participado de cargos eletivos em chapas do peronismo. Luis D’Elía tinha sido vereador de La Matanza na chapa da Aliança e, posteriormente, deputado provincial; e Julio fora conselheiro escolar na mesma chapa da Aliança entre 1999 e 2003. Para uma melhor compreensão dessa insistente diferença por parte dos membros da FTV devemos considerar que esta etnografia se baseia em uma pesquisa empírica e precisamente datada entre maio e outubro de 2005 com os peronistas, e entre janeiro de 2006 e fevereiro de 2007 com os piqueteiros. O primeiro período coincidiu com o período de eleições legislativas e o segundo coincidiu com a ascensão de Luis D’Elía ao cargo de Secretário de Estado, em uma etapa que se abria entre eleições. De modo que, muito provavelmente, os partícipes desta organização piqueteira durante os períodos eleitorais refiram a sua modalidade de redistribuição apelando a outras categorias.

Em suma, a oposição entre os termos “luta” e “política” insistentemente assinalada pelos piqueteiros explica-se melhor como surgida de uma conjuntura que não coincidia com um período eleitoral. Em outras palavras, é de meu interesse evitar uma visão ingênua que apresente evidências fossilizadas em um eterno “presente etnográfico” e destacar que os termos nativos próprios desta pesquisa se devem, de certa forma, a categorias surgidas do calendário que coincidiu com minha permanência em ambos os bairros de La Matanza.

Não esqueçamos, por outra parte, que para os beneficiários essa oposição não resultava visível. Se ao início desta Tese nos perguntávamos acerca da importância que revestia para eles a adscrição política de seus doadores, estamos em condições de responder que praticamente nenhuma. Para eles, que em alguns casos “se passavam” de um doador a outro, o que contava era o tratamento que seus doadores lhes proferiam no caso em que se vissem impedidos de cumprir com suas obrigações. Nesse sentido, lembremos os relatos de Alicia, quem dos “piqueteiros tinha se passado com Rubén”

pelo maltrato que recebera de seu referente ao ser obrigada a assistir a um piquete com a filha doente de varicela. E também Juana, quem do Polo Obrero “se passou com a Lorena”. Para elas, a pertença política do doador não era uma preocupação. Seus desvelos passavam, antes, pelos maus-tratos que recebiam dos distribuidores e a consideração que eles pudessem ter quando se viam impedidas de assistir às mobilizações ou piquetes. Em seus relatos, a palavra “luta” não era mencionada. Para elas, os recursos que lhes ofereciam e as obrigações implícitas eram as mesmas: planos e mercadorias em troca de assistência a atos diversos, fossem mobilizações ou piquetes.

Assim, para os beneficiários tudo era “política”. Por esse motivo, a incorporação do ponto de vista dos donatários do último capítulo tem o objetivo de chamar a atenção para a grande similitude dos dois circuitos de distribuição. Entre as semelhanças mais importantes devemos mencionar a consideração que em ambos os circuitos dispensava-se às pessoas que estavam em prisão. Rubén tinha dois irmãos presos e Nina, em várias oportunidades, tinha me referido as peripécias que tiveram que atravessar para ajudar vizinhos de Santa Rita que estavam presos a receber seus planos. Entre os membros da FTV, era Julio quem tinha ordenado aos referentes que aqueles vizinhos com familiares presos tinham prioridade para a alocação da mercadoria. Em um mundo onde as atividades ilegais eram uma forma de se ganhar a vida, aqueles que caíam em prisão eram merecedores de cuidado e proteção. Este ponto resulta central, porque corresponde a um dos grupos que Gabriel mencionou em sua classificação inicial e que teve como consequência o desenvolvimento de um tipo específico de trabalhos acadêmicos: os estudos sobre crime. Por ser esta uma pesquisa sobre formas de redistribuição, os estudos sobre “violência e crime”, como costumam ser chamados ao interior dos *establishment* acadêmicos, não estavam entre minhas preocupações iniciais. Porém, foi a partir da observação e permanência entre os nativos que percebi a importância que ganhava a delinqüência entre os partícipes destes circuitos e, por essa razão, devo fazer menção, aqui, a esse tipo específico de literatura.

Em particular, a pesquisa de Kessler (2004) sobre jovens da periferia bonaerense envolvidos em crimes contra a propriedade com uso de armas de fogo. O argumento central do autor é a oposição expressa entre o “mundo do trabalho” e o “crime” ao mesmo tempo que o material empírico foi somente registrado em “entrevistas abertas” com escassa ou nula observação (Kessler, 2004). Disso, decorrem relatos isolados e repetidos sobre modalidades de roubo, que são interpretados a partir de categorias impostas pelo autor como “encrenqueiros” vs. “fornecedores” e “crime amador” vs.

“profissionalização”. O texto inclui poucas referências aos modos em que o crime se inscreve na vida dos jovens entrevistados ou, em outras palavras, trata-se de uma análise que não tem como fio condutor a vida dos protagonistas, mas as “ações” (criminosas) na primeira parte e os “contextos de emergência” na segunda seção. A opção por esta organização argumental dificulta o acompanhamento e a identificação dos entrevistados por parte do leitor nos diversos capítulos.

Pelo contrário, por ser esta uma etnografia que segue a cotidianidade dos vizinhos de Santa Rita e El Ingenio, o universo social revela-se em toda sua dimensão. Essa circunstância permitiu-nos registrar que, no mundo da necessidade, as mulheres cuidavam muito especialmente que seus filhos “não andassem na rua”, onde podiam entrar em contato com pessoas que podiam iniciá-los em atividades ilegais –quando, ao mesmo tempo, eram os que caíam em prisão os que recebiam amparo e abrigo por parte dos distribuidores, e mais ainda quando se tratava de um chefe de família. Lembremos que Gabriela tirou a mercadoria de um jovem que conseguia “bicos” na construção para dar a uma vizinha cujo marido tinha ficado preso. Desse modo, podemos interpretar que a redistribuição constituía-se em um modo –nativo- de exercer justiça. Um critério que estabelecia parentesco entre ambos os circuitos –“peronista” e “piqueteiro”. Por isso, a similitude. Em algum sentido, poderíamos dizer que os desvelos dos doadores, qualquer que fosse sua filiação, eram os mesmos. Uma característica que diferencia marcadamente os participantes do circuito de La Matanza do circuito *Kula*, de nosso mestre inspirador. Nos *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1995), Malinowski retrata pessoas que dão e recebem colares e braceletes de um número reduzido de pessoas que provêm de sua comunidade local e também com outras de arquipélagos distantes, que inclusive falavam outras línguas e dialetos, aos quais se uniam pela navegação. Pelo contrário, os doadores de nossa etnografia, apesar das diferenças de hierarquia e posição com seus beneficiários, habitavam os mesmos bairros e eram, conforme as palavras de Nina, “vizinhos de toda a vida”. Isto é, tratava-se de um circuito que unia iguais.

Entre iguais, como vimos, o clima torna-se por momentos particularmente tenso, até alcançar o paroxismo. A ponto tal que toda veleidade por diferenciar-se tornava-se insuportável e era abertamente censurada. Lembremos a cena em que aquela mulher interpelou Nina para ser atendida fora de horário e lhe gritou “você é tão *villera* quanto eu”. Ou quando Rosa, durante o funcionamento do refeitório em Santa Rita, pretendia dar ordens e as outras mulheres contestavam: “não vem me mandar que você recebe os mesmos 150 (pesos do plano) que eu”. Ou Lorena, censurada quando no plenário

apareceu com novo traje e corte de cabelo. Todas essas reações eram condenas a quem procurava diferenciar-se.

Por último, proponho -apoiando-me em Revel (2005)- mudar a escala da observação. Tal procedimento mais que um simples aumento ou diminuição do objeto de análise nos proporciona uma tática que permite que o objeto estudado seja observado em outra gradação, que em certa medida modifica sua forma e trama. Nessa linha de análise é que quero recolocar as trajetórias dos protagonistas desta Tese: Gabriel, Rubén, Luis D'Elía, Julio e Lorena.

Gabriel ingressou como trabalhador legislativo em 1974 e foi demitido em 1976 quando a Junta Militar derrubou a então presidente Isabel Perón; ele foi reincorporado em 1983 com a abertura democrática. Em 1989, com maioria peronista em ambas as casas, entrou em contato com Alberto Balestrini, quem lhe pediu conformar um novo agrupamento. Nessa oportunidade chamou Rubén, seu compadre, para iniciar-se “na política”. Rubén participou de tarefas próprias das conjunturas eleitorais e foi compensado com postos sucessivos no senado provincial primeiro e posteriormente como trabalhador estável do Município, até que foi prestigiado para ser candidato a vereador por La Matanza em outubro de 2005.

Luis D'Elía, pela sua parte, era um antigo militante das Comunidades de Base e tinha participado de “tomas de terras” a meados dos '80. Ocupou diversos cargos eletivos -foi vereador e deputado provincial- até que foi promovido por Néstor Kirchner ao posto de Secretário de Estado. Seu antigo amigo e companheiro, Julio, também ocupou um cargo eletivo como conselheiro escolar e posteriormente integrou o Conselho de Educação da província de Buenos Aires. E Lorena, quem depois de se transformar em referente passou a ocupar um posto na Secretaria de Terras quando D'Elía tomou posse nessa pasta.

Nas trajetórias de todos eles os empregos, votos e recursos não eram meros termos que se traduziam ou substituíam automaticamente uns por outros, mas -ao dizer de Borges (2006: 94)- compunham o universo próprio da política eleitoral, o da composição dos governos; em definitiva, o universo do Estado vivo que se opõe à visão transcendente, atemporal e dotado de uma racionalidade própria. Assim, as vidas de Gabriel, Rubén, Luis D'Elía, Julio e Lorena falam do exercício da política na Argentina, mais precisamente da constituição de seus poderes republicanos, e falam em especial sobre seu Estado, de suas enormes continuidades e descontinuidades, das quais foram protagonistas, vítimas e testemunhas. E, particularmente, falam de “governos”, aqueles

que em palavras de Borges (2006:115) nos fala do exercício do poder de políticos eleitos, isto é, do rosto contingente de um Estado que se presume perene e atemporal.

A análise em perspectiva destas personagens nos aporta elementos para observar como as categorias “Estado”, “governo” e “movimento piqueteiro” se inscreviam em suas vidas. Os sucessivos capítulos desta Tese nos permitem concluir que nossos protagonistas, depois de conceder ou inscrever-se em um recurso, não passavam a agir ou a pensar em relação com nenhuma dessas categorias. Antes, o contrário. As visitas casa por casa ou a entrega de alimentos nas casas dos referentes tornam-se reveladoras de que para ambos os componentes da relação (seja doador ou donatário), o laço que os unia não era com um agente governamental, nem com o candidato de um partido, nem com o membro de uma organização piqueteira. Mas *com Rubén* ou *com Lorena*. Isto é, um vínculo pessoal entre “vizinhos” endividados pela concessão de recursos que eram representados como dons ou favores. Nessa concessão, o cumprimento de requisitos formais ou burocráticos não revestia particular importância. O que parecia estar em jogo era o grau de lealdade ou, melhor, de compromisso entre as partes envolvidas. Não esqueçamos que todos eles eram “vizinhos de toda a vida”, o que supunha saber quem é o outro, o interlocutor ou o donatário. De modo que os recursos inscreviam-se em redes sociais preexistentes, e provavelmente por essa razão na hora do oferecimento dos bens não todas as portas eram chamadas indistintamente. Operava, sim, uma seleção em função do conhecimento prévio que unia os vizinhos ou coabitantes de um bairro.

Em algum sentido, esse circuito ou sistema de “prestação total” que contribuía nada menos que a escolher candidatos e sustentar governos devia muito a personagens como Rubén, Nina, Julio e Lorena -os quais sabiam a quem convocar para cumprir com as atividades pertinentes para tanto. Entre essas ações contavam-se pichações, inscrição em planos e mercadorias, convocação a atos políticos e controle de votantes. Assim, esse extenso sistema de distribuição que envolvia doadores-candidatos com beneficiários-eleitores, simples vizinhos de Santa Rita e El Ingenio, constituía-se perante nós como um grande circuito de funções –que, em termos de Norbert Elías, “as pessoas desempenham, umas em relação a outras e que simplesmente denominamos “sociedade” (1994:23) (tradução própria).

A autora acompanhada por Rubén e o Tucu no portão lateral do Clube Santa Rita.

Apêndice

As personagens do bairro Santa Rita são as seguintes:

RUBÉN: era o doador principal de Santa Rita e tinha 47 anos em 2005, quando o conheci. Morava no bairro desde criança, depois de perambular por diversas *villas* da cidade de Buenos Aires junto a seus pais e irmãos, com quem tinha chegado de Tucumán, sua província natal. Era casado com Nina, com quem tinham 10 filhos e 3 netos. Tinha-se iniciado na *política* em 1989 por um chamado de seu compadre, Gabriel. Nas eleições legislativas de outubro de 2005 era candidato a vereador pela “Frente para a Vitória” -chapa que liderava Alberto Balestrini, prefeito de La Matanza e seu chefe político. De modo que, quando entrei em contato com ele, atravessava uma etapa de ascensão e prosperidade.

O NEGRO GÓMEZ: era colaborador de Rubén em tarefas de inscrição em planos e no chamado e busca de votantes. Também fazia de motorista do protagonista. Era um homem de 45 anos.

O TUCU: estava a cargo do cuidado das instalações do clube e também de controlar a assistência dos beneficiários e o chamado a atos políticos. Era o homem de maior confiança de Rubén e tinha ao redor de 60 anos. Recebia um Plano Chefes, ao qual Rubén o tinha inscrito. Estava separado e não havia reconhecido seus filhos. Somente o fez com um que estava a cargo de sua ex mulher.

NINA: era a mulher de Rubén, tinha 41 anos e morava em Santa Rita desde os 4. Recebia a pensão “Mãe com 7 filhos” do Estado Nacional. Controlava um grupo de mulheres do Plano Chefes que conformavam o “grupo de trabalhos manuais”. Além disso, participava do pagamento aos titulares do Plano Famílias e controlava as 40 *manzanas* do bairro. Durante a abertura do refeitório comunitário, nomeou uma encarregada e também participou do controle dos votantes nas semanas prévias à eleição.

GASTÓN: residia em Santa Rita há pouco tempo. Tinha 30 e poucos anos. Era casado e tinha duas filhas pequenas. Integrava o “grupo das pichações” e era o único dos membros desse grupo que obteve um emprego temporário no Município por meio de Rubén.

MARI: amiga e colaboradora de Nina nas operações do Plano Famílias.

IRENE: militante peronista de outro agrupamento. Participou da operação do Plano Famílias junto a Nina e obteve, após 10 anos de militância, um posto permanente no quadro de funcionários municipais. Tinha ao redor de 50 anos.

A GURÍ: vizinha de Santa Rita, morava junto ao marido e 4 filhos, dois deles deficientes. Era irmã do *Negro Gómez*. Recebia um Plano Chefes e não era convocada para cumprir as tarefas comunitárias. Tinha 30 e poucos anos.

DONA MARIA: antiga vizinha de Santa Rita, era uma mulher de mais de 70 anos e era chamada de “a peronista”.

JOSEFINA: vizinha de Santa Rita, era casada e tinha 10 filhos. Era a única mulher que não integrava o “grupo de trabalhos manuais”. Tinha 35 anos. Cumpria tarefas de limpeza na escola N° 47 onde lhe permitiam levar para casa parte da comida, no final da jornada. Não assistiu ao ato político ao qual o Tucu a convocou, mas não recebeu punição por isso. Pelo contrário, pouco depois Nina anotou seus filhos no refeitório, mesmo quando não tinham documentos.

EUGENIA: residia em Santa Rita fazia vários anos. Era viúva, recebia uma pensão do marido e tinha 4 filhos. Tinha perto de 60 anos. Dois dos filhos estavam presos, um havia falecido e apenas um morava com ela. Este último havia construído um pequeno quarto ao lado, para morar ali e ter um mínimo de privacidade junto a sua mulher e um filho pequeno. Rubén tinha lhe emprestado as instalações do clube para velar seu filho, depois que ele fosse assassinado a queima-roupa por um “grupo de moleques do fundo”.

FERNANDA: era amiga de Eugenia e foi a única vizinha que conheci sem a intermediação de Rubén. Ela se reconhecia como “piqueteira” e por fora do circuito de nosso doador principal. Era viúva e tinha dois filhos. Tinha 31 anos. Um desses filhos era deficiente. Nina não a convocou para anotar seus filhos quando foi aberto o refeitório comunitário.

MÓNICA: morava em Santa Rita junto aos 9 filhos e estava grávida quando a conheci. Tinha problemas de coração. Estava separada de seu marido. Recebia o Plano Chefes e reconhecia Rubén como um doador que sabia compreender os problemas que podiam lhe impedir cumprir com as obrigações nas tarefas comunitárias e assistência a atos políticos.

O LOUCO CHÁVEZ: proprietário do maior mercadinho de Santa Rita e autor de um particular sistema de fiado entre os vizinhos. Tinha 6 filhos, um dos quais estava preso e outro que andava armado frequentemente. Tinha participado das primeiras reuniões de política junto a Rubén, de quem se considerava seu amigo.

ZULEMA: assistente social do Município e quem entrevistava os vizinhos para que, mediante o relatório socioeconômico, fossem destinatários de mercadoria.

SANDRA: comadre de um irmão de Rubén, era a encarregada do refeitório até que discutiu com Nina por diferenças na administração do serviço e, finalmente, afastou-se dessa tarefa para passar a ocupar-se da busca de votantes. Identificava-se a si própria como “militante peronista” e aguardava um posto estável no Município.

ROSA: morava no 15 de Abril e ajudava Nina com as operações do Plano Famílias. Durante o funcionamento do refeitório, seguia Sandra em hierarquia e a substituiu após sua saída. As outras participantes se incomodavam com ela pelo modo em que dava as ordens.

JULIA: cozinheira do refeitório. Tinha 28 anos e 3 filhos. Era casada. Abandonou seu posto depois de ver-se envolvida em fortes acusações, como a de “levar a comida” e impedir o ingresso de uma criança.

MARIA: irmã de Julia. Era titular do Plano Famílias. Participava do refeitório, embora não estivesse obrigada a fazê-lo e contribuía levando de sua casa panelas e frigideiras elétricas. Assim, assegurava o almoço e o jantar de seus filhos.

LOPEZ: era o marido de Julia. Frequentemente visitava o refeitório para avisar alguma novidade à sua mulher. O dia em que Julia foi acusada de impedir o ingresso de um menino, ele assegurou que não a “deixaria ir mais”.

BEATRIZ: irmã de Nina, que ajudou Sandra a controlar a lista das crianças inscritas em um dos primeiros dias.

ALICIA: antes de “estar com Rubén”, tinha “estado com os piqueteiros”. Tinha realizado diversas atividades comunitárias e estava feliz por “ter-se passado” com Rubén, porque o considerava “boa gente”.

SILVINA: ajudante de Julia, a quem substituiu na cozinha quando abandonou o refeitório.

FABIANA: última a incorporar-se ao refeitório e ajudante de Silvina, quando substituiu Julia.

As personagens de El Ingenio são as seguintes:

LUIS: antigo militante das Comunidades de Base. Protagonista da toma de El Ingenio em 6 de janeiro de 1986. Vereador por La Matanza e deputado provincial. Presidente da FTV desde 1998. Tomou posse como Subsecretário de Terras e Hábitat Social em março de 2006.

JULIO: número dois da FTV. Homem de maior confiança de Luís D’Elía. Foi representante de Quarteirão durante a toma de El Ingenio e foi conselheiro escolar por

La Matanza na mesma chapa que Luis D'Elía. Frequentava a sala de El Ingenio a partir do meio-dia, onde recebia referentes e vizinhos. Tinha 42 anos, 3 filhos e era casado com Mara.

JUAN: antigo sacerdote e deputado provincial pela chapa da Frente para a Vitória, a mesma chapa que levava Rubén como candidato a vereador.

CAMILO: dirigente da FTV. Seguiu Julio em hierarquia e estava a cargo de “as porcentagens”, isto é, de decidir como era alocada mensalmente a mercadoria por bairros.

CLAUDIO: dirigente da FTV pela província de Buenos Aires. Foi quem me levou a El Ingenio pela primeira vez e me apresentou a Luís D'Elía. Tinha 38 anos.

CAROLA: referente da FTV. Era a única que estava autorizada a controlar a lista de beneficiários de planos inscritos por referentes da organização. Estava separada e tinha 4 filhos. Cuidava da mais velha, quem levava em frente uma gravidez complicada. Tinha pouco mais de 40 anos.

LEONOR: referente a cargo das mulheres de limpeza da sala de atendimento médico e quem cuidava do ginásio onde se encontravam as crianças do bairro.

LORENA: referente do bairro San Antonio. Tinha a seu cargo um serviço de merenda. Tinha participado de numerosos piquetes e integrado os grupos de segurança. Passou a ocupar um posto estável na Subsecretaria de Terras quando Luis D'Elía foi nomeado titular. Tinha 38 anos.

GILDA: referente e antiga companheira de Lorena.

ERNESTO: referente do bairro 15 de Abril. Assegurava em seu bairro estar rodeado de “*punteros* de Balestrini”. Tinha ao redor de 45 anos.

BEATRIZ: referente da FTV. Frequentava a sala com assiduidade. Pertencia a um bairro contíguo a El Ingenio.

GABRIELA: referente de Ciudad Evita. Tinha 41 anos. Tinha fechado seu serviço de merenda. Para poder entregar a mercadoria a todos seus beneficiários, armazenava-a em sua casa durante vários meses, o que lhe provocou alguns problemas com seus vizinhos, que a acusavam de “ficar com ela”. Isso obrigou seu marido a sair em sua defesa.

TONI: marido de Lorena. Não era membro da organização mas tinha obtido por Camilo um posto como auxiliar em uma escola vizinha.

GIMENA: titular do PEC e ajudante de Lorena no serviço de merenda. Em particular, nas tarefas relativas aos planos e traslado da mercadoria.

JUANA: participava do serviço de merenda de Lorena. Era titular do PEC e antes tinha estado com “uma paraguaia” do Pólo Operário.

NELLY: participante do serviço de merenda de Lorena. Titular do Chefes.

MONICA: filha de Nelly e titular do Chefes.

MARÍA: estava a cargo de reunir e administrar o dinheiro do poço no serviço de merenda de Lorena. Integrava o grupo da manhã. Tinha cerca de 50 anos.

CLAUDIA: tinha nascido em San Antonio, mas morava no Km. 35. Ainda não tinha feito 30 anos. Era titular do Chefes e conhecia em detalhe normas e prazos dos planos. Assegurava “estar há mais de 7 anos com Lorena” e costumava ausentar-se freqüentemente do serviço de merenda e das mobilizações. Era casada e não tinha filhos.

PATRICIA: titular do PEC e participante do serviço de merenda.

ÀNGELA: antiga vizinha de San Antonio e amiga de Luís D’Elía. Participava do serviço de merenda de Lorena e era titular do PEC. Enfrentava Lorena pela entrega da mercadoria e dizia “ser uma mulher maior” como para assistir às mobilizações.

A GONZÁLEZ: integrava o grupo da manhã no serviço de merenda de Lorena. Era titular do Chefes e não assistiu à mobilização a que Lorena a convocou.

JESSICA: era filha de Lorena.

YOLI: vizinha de San Antonio. Tinha participado do serviço de merenda, mas tinha recebido a baixa de seu plano quando efetivaram seu marido em uma empresa construtora. Estudava enfermagem e Gimena cuidava de seu pequeno filho quando se ausentava de seu lar.

Bibliografía

Aguirre, Patricia (2006) *Estrategias de consumo: qué comen los argentinos que comen*. Editorial Mino y Dávila, Buenos Aires.

Auyero, Javier (2001) *La política de los pobres. Las prácticas clientelares del peronismo*. Editorial Manantial, Buenos Aires.

_____ (2002) “Los cambios en el repertorio de la protesta social en la Argentina”. Em *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales*, Vol. 42, Nº 166 pp. 187-210.

_____ (2007) *La zona gris. Violencia colectiva y política partidaria en la Argentina contemporánea*. Editora Siglo XXI, Buenos Aires.

Boivin, Mauricio; Rosato, Ana e Balbi, Fernando (2003) “Frasquito de anchoas, diez mil kilómetros de desierto y después conversamos: Etnografía de una traición”. Em: Rosato, A. e F. Balbi (comp.) *Representaciones sociales y procesos políticos. Estudios desde la Antropología Social*. Editora Antropofagia, Buenos Aires.

Borges, Antonádia (2006) “O emprego na política e suas implicações teóricas para uma Antropologia da Política”. Em *Anuário Antropológico/ 2005*, Rio de Janeiro; 91-125.

Bourdieu, Pierre (1993) *Cosas Dichas*. Editora Gedisa, Barcelona.

_____ (2007) *El sentido práctico*. Editora Siglo XXI, Buenos Aires.

Bourgois, Philippe (1995) *In search of respect: selling crack in El Barrio*. Cambridge University Press, New York.

Calvo, Dolores (2006) *Exclusión y política. Estudio sociológico sobre la experiencia de la Federación de Tierra, la Vivienda y el Habitat social (1998-2002)*. Editora Mino y Dávila, Buenos Aires.

Coggiola, Osvaldo (1986) *Historia del Trotskismo argentino (1929-1960)*. Centro Editor de América Latina, Buenos Aires.

Colabella, Laura (2004) *Los negros del Congreso. Nombre, filiación y honor en el reclutamiento a la burocracia del Poder Legislativo argentino*. Dissertação de Mestrado, PPAS, Universidad Nacional de Misiones.

Comerford, John Cunha (1999) *Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Editora Relumê Dumará, Rio de Janeiro.

De Ipola, Emilio (1995) “Desde estos mismos balcones... Notas sobre el discurso de Perón del 17 de Octubre de 1945”. Em Torre, Juan C. (Comp.) *El 17 de Octubre de 1945* pp 131-147, Editora Ariel, Buenos Aires.

Elias, Norbert (1994) *A sociedade dos indivíduos*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.

_____ (2006) *Escritos & Ensaïos I (Estado, Processo, Opinião Pública)* F. Neiburg e L. Waizbort (orgs). Jorge Zahar, Rio de Janeiro.

Durkheim, Emile (2000) *Sociología y Filosofía*. Editora Mino y Dávila, Buenos Aires.

De L'estoile, B. e Lygia Sigaud (2006) (orgs.) *Ocupações de terra e transformações sociais. Uma experiência de etnografia coletiva*, FGV, Editora, Rio de Janeiro.

Fasano, Patrícia (2006) *De boca en boca. El chisme en la trama social de la pobreza*. Editora Antropofagia, Buenos Aires.

Ferraudi Curto, María Cecilia (2006) "Lucha y papeles en una organización piquetera del sur de Buenos Aires" em Míguez, Daniel e P. Semán (Comp) *Entre santos, cumbias y piquetes. Las culturas populares en la Argentina reciente*. Editora Biblos, Buenos Aires.

Frederic, Sabina (2004) *Buenos vecinos, malos políticos. Moralidad y política en el Gran Buenos Aires*. Editora Prometeo, Buenos Aires.

Grimson, Alejandro, P. Lapegna, Levaggi, N et al. (2003) La vida organizacional en zonas populares de Buenos Aires. Informe Etnográfico para Center for the Study of Urbanization and internal Migration in Developing Countries, Population Research Center, The University of Texas at Austin, Working Paper Series.

Guber, Rosana (1996) "Las manos de la memoria". Em *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales*. Vol 36, 141 pp. 423-442.

_____ ([1984] 2006) "Identidad social villera". Em: Boivin, M; Rosato, A e V. Arribas (comp.) *Constructores de otredad. Una introducción a la Antropología Social y Cultural*. Editora Antropofagia, Buenos Aires.

Hintze, Susana (1989) *Estrategias alimentarias de sobrevivencia. Un estudio de caso en el Gran Buenos Aires*, Centro Editor de América Latina, Vol. 1 & 2, Buenos Aires.

Ismán, Raúl (2004) *Los piquetes de La Matanza. De la aparición del movimiento social a la construcción de la unidad popular*. Ediciones Nuevos Tiempos, Buenos Aires.

Kessler, Gabriel (2004) *Sociología del delito amateur*. Editora Paidós, Buenos Aires.

Leach, Edmund (1982) *A diversidade da Antropologia*, Edições 70, Rio de Janeiro.

_____ (1976) *Sistemas políticos de Alta Birmania. Estudio sobre la estructura social Kachín*. Editora Anagrama, Barcelona.

Lobato, Mirta e J. Suriano (2003) *La protesta social en la Argentina*, Fondo de Cultura Económico, Buenos Aires.

Lumi, Susana; L. Golbert e Tenti e Fanfani (1992) *La mano izquierda del Estado*, Editora Mino y Dávila, Buenos Aires.

Malinowsky, Bronislaw (1935) *Coral Gardens and their magics: a study of methods of tilling the soil and of agricultural rites in the Trobiand Islands* (Volume 1 e 2) London: George Allen and Unwin.

_____ (1995) *Los Argonautas del Pacífico Occidental. Comercio y aventura entre los indígenas de Nueva Guinea*. Editora Península, Barcelona.

_____ (2000) “The problem of meaning in primitive languages”. Em: Burke, L., Crowley, T. e Girvin A. *The routledge language and cultural theory reader*. Routledge, Nova York e Londres.

Mallimaci, Fortunato e M. Villa (2004) *Las Comunidades Eclesiales de Base y el mundo de los pobres en la Argentina. Conflictos y tensiones por el control del poder en el catolicismo*. (Mimeo).

Manzano, Virginia (2004) “Tradiciones asociativas, políticas estatales y modalidades de acción colectiva: análisis de una organización piquetera”. *Intersecciones en Antropología*: 5, pp. 153-166. Facultad de Ciencias Sociales, UNCPBA.

_____ (2007) *De La Matanza Obrera a Capital Nacional del Piquete: Etnografía de procesos políticos y cotidianos en contextos de transformación social*. Tesis Doctoral, Facultad de Filosofía y Letras, UBA.

Maseti, Astor (2004) *Piqueteros. Protesta social e identidad colectiva*. Editorial de las Ciencias, Flacso, Buenos Aires.

_____ (2005) “Piqueteros. La protesta como disputa política”. Em Fortunato Mallimaci e Salvia, A. (comp.) *Los nuevos rostros de la marginalidad. La supervivencia de los desplazados*. Editora Biblos, Buenos Aires.

Masson, Laura (2002) “La villa como aldea”. Em: *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología XXVII*, Buenos Aires, pp. 71-78.

_____ (2004) *La política en femenino. Género y poder en la provincia de Buenos Aires*. Editora Antropofagia, Buenos Aires.

Mauss, Marcel (1980) “A expressão obrigatória dos sentimentos”. Em: Figuera, Sérvelo A. *Psicanálise e Ciências sociais*. Francisco Alves, Editora.

_____ (2003) “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. Em: *Sociologia e Antropologia*. Cosac & Naify, São Paulo.

Merklen, Denis (1991) *Asentamientos en La Matanza. La terquedad de lo nuestro*. Editora Catálogos, Buenos Aires.

Neiburg, Federico (1992) “O 17 de Outubro na Argentina. Espaço e produção social do carisma”. Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Nº 20, pp 70-89)

_____ (1995) “El 17 de Octubre de 1945: Un análisis del mito de origen del peronismo”. Em: Torre, Juan C. (Comp.) *El 17 de Octubre de 1945*, pp 219-283, Editora Ariel, Buenos Aires.

_____ (1998) *Los intelectuales y la invención del peronismo*, Editora Alianza, Buenos Aires.

_____ (2007) “As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro”. Em: Revista *Mana* 13 (1); 119-151.

Oviedo, Luis (2004) *Una historia del movimiento piquetero. De las primeras Coordinadoras al Argentinazo*. Editora Rumbos, Buenos Aires.

Palmeira, Moacir e Beatriz Heredia (1995) “Os comícios e a política de facções”. Em: *Anuário Antropológico/ 94*.

Palmeria, Moacir (2003) “Políticas, facciones y votos”. Em: Rosato, A e F. Balbi (comp.) *Representaciones sociales y procesos políticos. Estudios desde la Antropología Social*. Editora Antropofagia, Buenos Aires.

Pautassi, Laura, J. Rossi e L. Campos (2003) “Plan Jefes de Hogar. ¿Derecho social o beneficio sin derechos?”. Em *CELS*, Buenos Aires.

Plotkin, Mariano (1995) “Rituales políticos, imágenes y carisma: La celebración del 17 de Octubre y el imaginario peronista (1945-1951). Em: Torre, Juan C. (Comp.) *El 17 de Octubre de 1945*, pp 171-217, Editora Ariel, Buenos Aires.

_____ (2007) *El día que se inventó el peronismo. La construcción del 17 de Octubre*, Editora Sudamericana, Buenos Aires.

Quirós, Julieta (2005) *Cruzando la Sarmiento. Una etnografía sobre piqueteros en la trama social del sur del Gran Buenos Aires*. Editora Antropofagia, Buenos Aires.

Revel, Jacques (2005) *Un momento historiográfico. Trece ensayos de historia social*. Editora Manantial, Buenos Aires.

Roca, Emilia, L. Schachtel, F. Berho e M. Langieri (2005) “Resultados de la segunda evolución del Programa Jefes de Hogar e inserción laboral de los beneficiarios en empleos registrados”. Ponencia presentada al *7mo Congreso de Nacional de Estudios del Trabajo, ASET*, Buenos Aires.

Rodríguez, Laura (2001) “De patronas y clientas. Etnografía de una organización de mujeres”. Em: Revista *Avá*, Nro 3. pp 107-119.

Rosato, Ana. (2003) “Líderes y candidatos: las elecciones ‘internas’ en un partido político”. Em: Rosato, A e F. Balbi (comp.) *Representaciones sociales y procesos políticos. Estudios desde la Antropología Social*. Editora Antropofagia, Buenos Aires.

Scheper-Hughes, Nancy (1992) *Death without weeping. The violence of everyday life in Brazil*, Berkely, CA, The University of California Press.

Sigaud, Lygia (1995) “ ‘Fome’ e comportamentos sociais: problemas de explicação em antropologia”. Em: Revista *Mana* 1(1); 167-175.

_____ (2004) “Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direto na mata pernambucana”. Em: Revista *Mana* 10 (1); 131-163.

_____ (2007) “Se eu soubesse: os dons, as dívidas e a suas equivalências”. Em: *Ruris* (no prelo).

Soprano Manzo, Germán (2003) *Formas de organización y socialización en un partido político. Etnografía sobre facciones, alianzas y clientelismo en el peronismo durante una campaña electoral (Año 1999, ciudad de Posadas, Misiones, Argentina)*. Tesis doctoral, PPA, Universidad Nacional de Misiones.

Svampa, Maristella e S. Pereyra (2003) *Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Editora Biblos, Buenos Aires.

Vargas, Patricia (2005) *Bolivianos, paraguayos y argentinos en la obra. Identidades étnico- nacionales entre los trabajadores de la construcción*. Editora Antropofagia, Buenos Aires.

Verbitsky, Horacio (1998) *Ezeiza*. Editora Planeta, Buenos Aires.

Zapata, Laura (2005) *La mano que acaricia la pobreza. Una etnografía del voluntariado católico*. Editora Antropofagia, Buenos Aires.

Zelizer, Viviana (1994) *The social meaning of Money: pin Money, paychecks, poor relief, and other currencies*. New York: Basic Books.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)